



# Belém

PAISAGEM CULTURAL:  
ESTRATÉGIAS PARA UMA CIDADE VERDE,  
INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

**RELATÓRIO FINAL**





*Amo-te, Belém!  
Como te quero bem.*

*Seus rios, suas paisagens, sua floresta.  
Fazem-me perceber como não posso ficar Tanto tempo assim longe de você.*

*Suas mangueiras são como adorno nos cabelos de uma bela moça.  
Os rios que te envolvem são tão majestosos quanto a mais bela roupa.*

*Amo-Te Belém!  
Como te quero bem.*

*As vezes, tantos carros por algum tempo me fazem esquecer.  
Quanto verde há em você, mas na verdade quem é você?*

*Você é Belém!*

*Cidade das mangueiras,  
Metrópole da Amazônia,  
Capital do meu Pará,  
E quem te visita sempre deseja voltar.*

*Belém, Capital do meu Pará!*

*Amo-Te, Belém!*

*Como te quero bem.*

*Quatrocentos anos de História.  
Quatrocentos anos de beleza.*

*Quatrocentos de encanto e amor!*

*Parabéns, Belém que esses quatrocentos e quatro anos te façam tão bem  
Quanto você tem feito a todos nós!*

*Débora Henrique*



**COMISSÃO ORGANIZADORA**  
**LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E REABILITAÇÃO**  
**(LACORE)**

**COORDENAÇÃO GERAL E ESTRUTURANTE**

**ROSEANE DA CONCEIÇÃO COSTA NORAT**

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Ciências, Mestre em Ciências da Arquitetura,  
Membro do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)

**COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E MÍDIAS**

**THAIS ALESSANDRA BASTOS CAMINHA SANJAD**

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Ciências, Mestre em Arquitetura e Urbanismo,  
Membro do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)

**GISA HELENA MELO BASSALO**

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Gestão da Produção, Mestre em Ciência da  
Computação, Membro do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)

**COORDENAÇÃO DE CERIMONIAL E PROTOCOLO**

**FLÁVIA OLEGÁRIO PALÁCIOS**

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Ciências, Mestre em Arquitetura e Urbanismo,  
Membro do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)

**COORDENAÇÃO DE APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO**

**ALEXANDRE MÁXIMO SILVA LOUREIRO**

Arquiteto e Urbanista, Doutor em Ciências, Mestre em Arquitetura e Urbanismo,  
Membro do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)

**AMANDA MONTEIRO CORRÊA PINTO LOUREIRO**

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Conservação e Restauro do Patrimônio, Mestre em  
Arquitetura e Urbanismo, Membro do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios  
(ICOMOS)

**CONFERENCISTAS CONSULTORES**

**JOSÉ ANTONIO HOYUELA JAYO**

Arquiteto e Urbanista, Doutor e Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Membro do  
Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), consultor da UNESCO,  
Espanha - Brasil

**ANTÓNIO MIGUEL LOPES DE SOUSA**

Arquiteto e Urbanista, Doutor e Mestre em Antropologia e Sociologia Urbana, consultor  
da UNESCO, Portugal – Brasil

**ROBERTO TONERA**

Arquiteto e Urbanista, Especialista em Engenharia Civil, responsável do site  
fortalezar.org, Membro do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
**LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E REABILITAÇÃO**  
**(LACORE)**

**EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA**

**DISCENTES DE DOUTORADO**

ANNE CAROLINA DOS SANTOS SILVA (Arquiteta e Urbanista, MSc, discente PPGHist)  
CAROLINA DE SOUZA LEÃO MACIEIRA GESTER (Arquiteta e Urbanista, MSc, discente PPGAU)  
LARISSA DE FÁTIMA FARIAS DA ROSA (Museóloga, MSc, discente PPGAU)  
LORENA PORTO MAIA (Arquiteta e Urbanista, MSc, discente PPGAU)  
MAYRA MARTINS SILVA GUIMARÃES (Arquiteta e Urbanista, MSc, discente PPGAU)  
PÂMELA ANNE BAHIA VIEIRA DA SILVA (Arquiteta e Urbanista, MSc, discente PPGAU)  
STEPHANIE ASSEF MENDES GASPARETTO (Arquiteta e Urbanista, MSc, discente PPGAU)  
SUZETE MONTALVÃO FRAIHA (Museóloga, MSc, discente PPGAU)

**DISCENTES DE MESTRADO**

ANA BEATRIZ SALES MOREIRA (Odontóloga, discente PPGPatri)  
BRENDA NAZARÉ DE CASTRO CORRÊA (Arquiteta e Urbanista, Discente PPGPatri)  
CAMILA BEZERRA DE CARVALHO (Arquiteta e Urbanista, Discente PPGPatri)  
GIULIA MAIA MOTTA (Arquiteta e Urbanista, Discente PPGPatri)  
IZABELLE CRISTINA FIGUEIREDO RIBEIRO PANTOJA (Arquiteta e Urbanista, Discente PPGPatri)  
JOÃO MARKUS DE MELO PEREIRA (Arquiteto e Urbanista, Discente PPGPatri)  
JOÃO VITOR DE CASTRO (Arquiteto e Urbanista, Discente PPGPatri)  
JULIANE ROBERTA CHAVES (Museóloga, Discente PPGPatri)  
LIA SOARES BASTOS CAVALCANTE (Arquiteta e Urbanista, Discente PPGPatri)  
LORENA EMANUELE DA SILVA SANTOS (Jornalista, Discente PPGPatri)  
SASKYA RODRIGUES BRANDÃO (Arquiteta e Urbanista, Discente PPGPatri)  
THAINÁ THAIS SILVA OLIVEIRA (Arquiteta e Urbanista, Discente PPGPatri)  
YASMIN CALDAS MORAES (Museóloga, Discente PPGPatri)

**DISCENTES DE GRADUAÇÃO**

BRUNA MOREIRA FIGUEIREDO (Discente FACORE)  
DAYANE TERTO DE VASCONCELOS (Discente FAU)  
EDUARDA MORAIS DA COSTA (Discente FACORE)  
NATÁLIA CONCEIÇÃO LAMEIRA (Discente FACORE)  
RODRIGO RIBEIRO SILVA (Discente FACORE)  
SAMARA CUNHA ALMEIDA (Discente FACORE)

**APOIO ADMINISTRATIVO EQUIPE MERCEDÁRIOS UFPA**

EDIVANY RIBEIRO DA COSTA (Assistente Administrativo)  
FRANCILÉIA MENDONÇA VASCONCELOS (Técnica em Laboratório – Área Química)  
GLAYCE JHOLY S. DA SILVA VALENTE (Química Industrial, Prof<sup>a</sup> Visitante PPGPatri)  
IAN PEREIRA DOS SANTOS FERREIRA (Técnico em Informática)  
KLEYCI ANNE SOARES MADEIRA (Assistente Em Administração)  
MÁRCIA CRISTINA QUARESMA SACRAMENTO (Assistente Administrativo)  
MARCUS JOELSON DUDA ROCHA (Administrador do Mercedários UFPA)  
NATASSIA DE FÁTIMA DOS ANJOS FERREIRA (Assistente Em Administração)

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
**LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E REABILITAÇÃO**  
**(LACORE)**

**COORDENAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO**

**EIXO 1: PAISAGEM CULTURAL E SUSTENTABILIDADE**

ANTONIO HOYUELA JAYO (Arquiteto e Urbanista, Dr.)  
GISA HELENA MELO BASSALO (Arquiteta e Urbanista, Dr<sup>a</sup>.)

**EQUIPE DE APOIO:**

SUZETE MONTALVÃO FRAIHA (Museóloga, MSc.)  
ANA BEATRIZ SALES MOREIRA (Odontóloga)  
JOÃO VITOR DE CASTRO (Arquiteto e Urbanista)

**EIXO 2: INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**

ALEXANDRE MÁXIMO SILVA LOUREIRO (Arquiteto e Urbanista, Dr.)  
DAVINA BERNADETE OLIVEIRA LIMA (Arquiteta e Urbanista, MSc.)  
ROBERTO TONERA (Arquiteto e Urbanista, Esp.)

**EQUIPE DE APOIO:**

ANNE CAROLINA DOS SANTOS SILVA (Arquiteta e Urbanista, MSc.)  
CAMILA BEZERRA DE CARVALHO (Arquiteta e Urbanista)  
IZABELLE CRISTINA FIGUEIREDO RIBEIRO PANTOJA (Arquiteta e Urbanista)

**EIXO 3: MORADIA E TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS**

ROSEANE DA CONCEIÇÃO COSTA NORAT (Arquiteta e Urbanista, Dr<sup>a</sup>)  
THAIS ALESSANDRA BASTOS CAMINHA SANJAD (Arquiteta e Urbanista, Dr<sup>a</sup>)  
FLÁVIA OLEGÁRIO PALÁCIOS (Arquiteta e Urbanista, Dr<sup>a</sup>.)  
LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA (Arquiteto e Urbanista, Esp.)

**EQUIPE DE APOIO:**

CAROLINA DE SOUZA LEÃO MACIEIRA GESTER (Arquiteta e Urbanista, Msc)  
MAYRA MARTINS SILVA GUIMARÃES (Arquiteta e Urbanista, MSc)  
PÂMELA ANNE BAHIA VIEIRA DA SILVA (Arquiteta e Urbanista, MSc)  
STEPHANIE ASSEF MENDES GASPARETTO (Arquiteta e Urbanista, MSc)  
GIULIA MAIA MOTTA (Arquiteta e Urbanista)  
EDUARDA MORAIS DA COSTA (Discente Conservação e Restauro)  
RODRIGO RIBEIRO SILVA (Discente Conservação e Restauro)

**EIXO 4: ORDENAMENTO TERRITORIAL**

ANTONIO MIGUEL SOUSA (Arquiteto e Urbanista, Dr.)  
HELENA LÚCIA ZAGURY TOURINHO (Arquiteta e Urbanista, Dr<sup>a</sup>.)

**EQUIPE DE APOIO:**

JOÃO MARKUS DE MELO PEREIRA (Arquiteto e Urbanista)  
LORENA EMANUELE DA SILVA SANTOS (Jornalista)  
SASKYA RODRIGUES BRANDÃO (Arquiteta e Urbanista)  
THAINÁ THAIS SILVA OLIVEIRA (Arquiteta e Urbanista)  
YASMIN CALDAS MORAES (Museóloga)

## PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Adelaide Oliveira (Projeto Circular)  
Alexandre Máximo Silva Loureiro  
(LACORE/UFPA)  
Amanda Loureiro (LACORE/UFPA)  
Ana Beatriz Sales Moreira  
(LACORE/UFPA)  
Ana Cristina Braga (CESUPA)  
Ana Elizabeth Bittencourt de Almeida  
(Instituto Pedra)  
Ana Isabel Santos (UNAMA)  
André Melo (CCNT UEPA)  
Anne Carolina Dos Santos Silva  
(LACORE/UFPA)  
Antonia do Socorro Pena da Gama  
(SRJ/PR)  
Antonio Hoyuela Jayo (Consultor  
UNESCO)  
António Miguel Sousa (Consultor  
UNESCO)  
Armando Sobral (SIMM/SECULT)  
Aurélio Meira (M2P Arquitetura)  
Auriléa Abelem (Fórum de Entidades  
em Defesa do Patrimônio Cultural)  
Camila Bezerra De Carvalho  
(LACORE/UFPA)  
Carolina de Souza Leão Macieira  
Gester (LACORE/UFPA)  
Cilene Nabiça (DPHAC/SECULT)  
Cristina Vasconcelos Nunes  
(IPHAN/PA)  
Cristóvão Cunha Simões da Mota  
(DETRAN/PA)  
Davina Bernadete Oliveira Lima  
(SEGEP/PMB)  
Dayseane Ferraz (SIMM/SECULT)  
Denise Rosário de Carvalho  
(IPHAN/PA)  
Dulce Roque (CIVVIVA)  
Edgar Farias (DPHAC/SECULT)  
Eduarda Morais Da Costa  
(LACORE/UFPA)  
Fernando Navarro (Escritório de  
Arquitetura / CESUPA)  
Flávia Olegário Palácios  
(LACORE/UFPA)  
Giovanni Sarquis (IPHAN/PA)  
Gisa Helena Melo Bassalo (UFPA)

Giulia Maia Motta (LACORE/UFPA)  
Helena Lúcia Zagury Tourinho  
(UNAMA)  
Izabelle Cristina Figueiredo Ribeiro  
Pantoja (LACORE/UFPA)  
João Batista Melo Bastos  
(SECOM/PMB)  
João Markus De Melo Pereira  
(LACORE/UFPA)  
João Vitor De Castro (LACORE/UFPA)  
Jorge Martins Pina (DEPH/FUMBEL)  
José Júlio Ferreira Lima (PPGAU  
UFPA)  
José Maria Coelho Bassalo (Meia Dois  
Nove Arquitetura e Consultoria)  
Leonardo de Jesus (SEMMA)  
Lorena Emanuele Da Silva Santos  
(LACORE/UFPA)  
Lucas Nassar (Lab da Cidade)  
Luciana Medeiros (Projeto Circular)  
Luis Fernando de Almeida (Instituto  
Pedra)  
Luiza Bembom (DPHAC/SECULT)  
Magaly Caldas (GPGT/UFPA)  
Makiko Akao (Projeto Circular)  
Márcia Forte (DEPH/FUMBEL)  
Maria Dorotéa Lima (Projeto Circular)  
Mariano Klautau Filho (Morador  
Campina)  
Matheus Vieira (PMB)  
Mauricio Lobato Greco (DP/SECULT)  
Mayra Martins Silva (LACORE/UFPA)  
Neiriane Ribeiro (IPHAN/PA)  
Pâmela Anne Bahia Vieira Da Silva  
(LACORE/UFPA)  
Patrice Rossetti (SINDUSCON/PA)  
Paulo Henrique Guimarães (IPHAN/PA)  
Paulo Pantoja (DEPH/FUMBEL)  
Priscilla Freire (DPHAC/SECULT)  
Rebeca Ribeiro (DPHAC/SECULT)  
Renata Maués (SIMM/SECULT)  
Roberta Rodrigues (FAU/UFPA)  
Roberto Tonerá (UFSC)  
Rodrigo Ribeiro Silva (LACORE/UFPA)  
Rosa Sena (UFPA)  
Roseane da Conceição Costa Norat  
(LACORE/UFPA)



Sabrina Campos (DPHAC SECULT)  
Saskya Rodrigues Brandão  
(LACORE/UFPA)  
Shirley Monteiro (DPHAC/SECULT)  
Sílvia Cristina Nunes (SEURB/PMB)  
Stéfano da Paixão Santos  
Stephanie Assef Mendes Gasparetto  
(LACORE/UFPA)  
Suellen Braz (DEPH/FUMBEL)  
Suzete Montalvão Fraiha  
(LACORE/UFPA)  
Tainá Chermont Arruda  
(Arquiteta/CAU/PA)  
Tales Kamel (Kamel Arquitetura)  
Tânia Moraes (DEPH/FUMBEL)  
Thainá Thais Silva Oliveira  
(LACORE/UFPA)  
Thais Alessandra Bastos Caminha  
Sanjad (LACORE/UFPA)  
Thais Zumerro Toscano (Thais Toscano  
Arquitetura e Restauro)

Thales Barroso Miranda  
(SEMMA/PMB)  
Thiago Barbosa Teixeira (PMPA)  
Ursula Vidal Santiago de Mendonça  
(SECULT)  
Vera Ferreira (DEMAPA)  
Yasmin Caldas Moraes  
(LACORE/UFPA)  
Yuri Rebello (CPJE-SEMOB/PMB)

## Sumário

Sumário .....	8
1. Belém do Pará, cidade sede para a COP30, 2025.....	10
1. Belém Paisagem Cultural .....	14
2. Objetivos do seminário Internacional. ....	17
2.1. Objetivo Geral .....	19
2.2. Objetivos Específicos .....	19
3. Situação e Antecedentes para uma Abordagem Estratégica.....	20
Contexto Territorial, Belém de Pará .....	20
2. Debates no contexto do Seminário Belém Paisagem Cultural .....	21
1. GT Paisagem Cultural e Sustentabilidade .....	22
2. GT Infraestrutura e Mobilidade.....	24
3. GT Moradia e Territórios Vulneráveis .....	26
4. GT Ordenamento Territorial.....	28
3. Análise de problemáticas, necessidades e estratégias. ....	29
1. Problemáticas detectadas pelos participantes .....	30
1.1. Patrimônio cultural, natural e paisagístico .....	30
1.2. Resíduos.....	30
1.3. Transportes .....	31
1.4. Desenvolvimento econômico.....	31
1.5. Educação e participação públicas .....	31
2. Necessidades principais detectadas. ....	32
3. Abordagem Estratégica Cultural para um desenvolvimento sustentável.....	34
As dimensões social e ambiental da cultura. ....	35
Transversalidades e transdisciplinaridades.....	42
Estratégias para uma Agenda Urbana e Cultural de Belém 2025. ....	51
4. Abordagem Estratégica: eixos, subeixos e ações. ....	54
1. ECO1. MN. MARCO NORMATIVO. ....	54
MN.01. Integração de políticas públicas .....	55
MN.02. Regularização Fundiária.....	58
MN.03. Agilidade dos Processos de Contratação .....	58
2. ECO2. IM. IDENTIDADE E MEMORIA. ....	61
IM.01. Patrimônio Cultural .....	62
IM.02. Patrimônio Natural .....	65
IM.03. Proteção do patrimônio imaterial, simbólico e documental.....	67
IM.04. Paisagem.....	68
3. ECO3. RR. RISCOS E RESILIÊNCIA.....	74
RR.01. Estratégia de combate as Mudanças Climáticas.....	77
RR.02. Gestão de riscos.....	78
RR.03. Alimentação sustentável .....	79
RR.04. Riscos à saúde .....	79
RR.05. Melhora da Resiliência Urbana .....	79
4. ECO4. DE. DESENHO URBANO Eco-EFICIENTE. ....	82
DE.01. Regeneração urbana como pensamento estratégico .....	84
DE.02. Recentralidade, compacidade regional e modelos sustentáveis. ....	84
DE.03. Espaços públicos, mais saudáveis, colaborando com a natureza. ....	85
DE.04. Infraestrutura verde.....	87
5. ECO5. OT. ORDENAMENTO do TERRITÓRIO .....	89

OT.01. Conexões verdes e ecológicas.....	90
OT.03. Conexões azuis.....	91
OT.04. Promover uma arquitetura eco eficiente e autossustentável.....	91
6. ECO6. ME. MOBILIDADE ECOEFICIENTE e INOVADORA.....	93
ME.01. Ampliação da capacidade das Infraestruturas de transporte.....	93
ME.02. Mobilidade intermodal.....	94
ME.03. Adaptação dos espaços públicos, hierarquia e recentralização.....	94
7. ECO7. ES. EQUIPAMENTOS SUSTENTÁVEIS (ECOSSISTEMA URBANO).....	97
ES.01. Inovação e integração digital.....	97
ES.02. Habitação social.....	98
ES.03. Turismo Sustentável.....	98
ES.04. Equipamentos culturais e patrimoniais como recursos.....	98
8. ECO8. SC. SERVIÇOS CIRCULARES, ECONOMIA VERDE E ECOLÓGICA.....	101
SC.01 Serviços Azuis.....	101
SC.02 Serviços de resíduos.....	103
SC.03 Conexões energéticas.....	104
9. ECO9. SI. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	106
SI.01. Economias inovadoras e criativas para novos modelos de negócios.....	106
SI.02. Economia Circular para uma maior sustentabilidade.....	108
SI.03. Infraestruturas de Telecomunicações, de dispositivos interconectados....	108
SI.04. Serviços públicos digitais: cidadania e governo.....	108
SI.05. Cultura sustentável.....	109
10. ECO10. CG. COESÃO, PARTICIPAÇÃO ECO-GOVERNAÇÃO.....	113
CS.01. Fomento da Coesão Social e Econômica.....	113
CS.02. Procura da Equidade.....	113
CS.03. Programas de Educação.....	114
CS.04. Plataformas Colaborativas de Planejamento e Gestão.....	114
CONCLUSÃO.....	116
Anexos.....	120
1. Quadros de articulação: desafios, objetivos e estratégias.....	120
2. Políticas Públicas Subsidiárias.....	121
Plano Federal para uma Transição Ecológica, Gov Brasil.....	121
Mudanças climáticas e Desenvolvimento Sustentável da ONU.....	122
Estratégia brasileira para a transformação digital (e-digital).....	126
3. Fichas Resumo Debates dos GT's.....	128
4. Índice das ações.....	152
5. Índice das figuras e ilustrações.....	154
6. Legenda dos mapas.....	156
Bibliografia.....	159

## 1. Belém do Pará, cidade sede para a COP30, 2025.

*Belém do Pará foi a cidade escolhida pela ONU para ser sede da COP 30, em 2025. Será uma honra para o Brasil recebermos representantes do mundo inteiro em um estado da nossa Amazônia. Tenho certeza que o @helderbarbalho e o povo do Pará estão preparados para promover a melhor COP da história.*

*Lula da Silva, maio de 2023, Belém de Pará*

A posição do Brasil sempre foi importante em todos os debates e decisões das cúpulas e conferências internacionais (primeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento, depois nas conferências sobre mudanças climáticas, diversidade biológica e inclusive sobre desertificação). O parêntese entre as COP25 a 27 rompe esse impulso, que sempre expressou uma política comprometida com o meio ambiente, o que já se antecipava nas discussões da Conferência Brasileira<sup>1</sup>. Novos rumos orientam hoje de novo o país.

Essa postura e abordagem política mobilizadora foi o contexto para a realização do Seminário "**BELÉM PAISAGEM CULTURAL: Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável**", realizado nos dias 14 e 15 de abril de 2023, no centro histórico da cidade de Belém do Pará (CHB), conduzido como uma frente ampla e de compromisso social, organizado e realizado pela Universidade Federal do Pará por meio do Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação (LACORE), com o apoio institucional do Governo do Estado do Pará via Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT), da Prefeitura Municipal de Belém via Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), Governo Federal por meio da Superintendência no Pará do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/SR PA) e ainda com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/PA).

A origem dessa iniciativa está no entendimento de que as problemáticas pelas quais a cidade historicamente padece, e que têm levado a um declínio em qualidade ambiental, social e econômica, podem ser revertidas apenas a partir de um amplo compromisso público, em que a sociedade, a gestão pública e a iniciativa privada pactuem com planejamento e compromisso com suas características históricas, sua diversidade territorial e social e seu papel na Amazônia, sendo esta cidade, fundada em 1616, o ponto de ocupação para consolidação do território e sua ampliação ao longo da maior bacia hidrográfica do planeta.

O Brasil recupera assim um papel importante nas discussões internacionais sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Como já ocorreu em 1992 e em 2012, nas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio92<sup>2</sup> e Rio+20, Brasil virou uma vitrine mundial sobre os debates e as discussões no redor do conceito de Desenvolvimento Sustentável. O evento aconteceu após a Conferência de Estocolmo de 1972, e após a constituinte brasileira de 1988, que teve como personagens relevantes neste processo nomes como o de Maria Judith Zuzarte Cortesão, Augusto Aziz Ab'Saber, Alfredo Hélio Syrkis, ou Carlos Fernando de Moura Delphim, entre outras importantes aportações.

A Constituição va incluir importantes reflexões sobre a ideia da ecologia, do desenvolvimento sustentável, da preservação e proteção do meio ambiente, e do

---

<sup>1</sup><https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/09/09/senado-debate-mudancas-climaticas-e-desafios-para-a-cop27-na-terca>

<sup>2</sup> Também conhecida como Eco-92, Cúpula da Terra, Cimeira do Verão, Conferência do Rio de Janeiro e Rio 92, sucedeu a Conferência de Estocolmo de 1972.



desenvolvimento econômico compatível com o aproveitamento dos recursos naturais e antrópicos de forma responsável e sustentável; e dos direitos sociais para todos, especialmente das minorias e dos grupos mais vulneráveis, que devem garantir o acesso igualitário aos benefícios sociais e econômicos que o país oferece. Esses princípios refletem a preocupação do legislador constituinte em construir um Brasil mais justo, sustentável e voltado para o bem-estar de sua população, considerando também a proteção do meio ambiente para as futuras gerações. Para cumprir esses fines, a Constituição prevê a implementação de políticas de planejamento urbano e regional que visem a ordenação do território e o combate ao crescimento desordenado das cidades, dentro de um marco de desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Já as Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Conference of the parties, ou COP) são eventos anuais realizados no âmbito da Convenção de 1994<sup>3</sup>. São organizadas pelo Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC<sup>4</sup>). Eles servem como reunião formal dos integrantes da UNFCCC (a Conferência das Partes - COP) para avaliar o progresso no tratamento das mudanças climáticas.

Desde meados da década de 1990 (após Rio92), também ocorrem outras duas convenções que são a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica e a Convenção de Combate à Desertificação. Todas as três estão intrinsecamente ligadas. A UNFCCC nasceu como uma plataforma para negociar o Protocolo de Quioto estabelecendo obrigações juridicamente vinculativas para os países desenvolvidos reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa. Com isso, a partir de 1995 surgiram as chamadas "Conferência das Partes Atuando como Reunião das Partes do Protocolo de Quioto". São eventos para a propagação das discussões e temáticas relacionadas com as mudanças climáticas pois os integrantes da convenção que não são partes do protocolo podem participar de reuniões relacionadas ao protocolo como observadores. De 2011 a 2015, as reuniões foram usadas para negociar o Acordo de Paris como parte da plataforma de Durban, que criou um caminho geral para a ação climática mundialmente falando. Qualquer texto final de uma COP deve ser acordado por consenso. A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas foi realizada em 1995 em Berlim, COP01).

Concomitantemente a esse processo, observa-se a intenção do país em voltar a protagonizar no campo internacional as reflexões sobre o desenvolvimento sustentável,

---

<sup>3</sup> Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, entrou em vigor em 21 de março de 1994, sendo que aconteceram as seguintes: 1995: COP 1, Berlim, Alemanha; 1996: COP 2, Genebra, Suíça; 1997: COP 3, Quioto, Japão; 1998: COP 4, Buenos Aires, Argentina; 1999: COP 5, Bonn, Alemanha; 2000: COP 6, Haia, Holanda; 2001: COP 6,5 ou 6 bis, Bonn, Alemanha; 2001: COP 7, Marraquexe, Marrocos; 2002: COP 8, Nova Deli, Índia; 2003: COP 9, Milão, Itália; 2004: COP 10, Buenos Aires, Argentina; 2005: COP 11/CMP 1, Montreal, Canadá; 2006: COP 12/CMP 2, Nairóbi, Quênia; 2007: COP 13/CMP 3, Bali, Indonésia; 2008: COP 14/CMP 4, Poznań, Polônia; 2009: COP 15/CMP 5, Copenhague, Dinamarca; 2010: COP 16/CMP 6, Cancún, México; 2011: COP 17/CMP 7, Durban, África do Sul; 2012: COP 18/CMP 8, Doha, Qatar; 2013: COP 19/CMP 9, Varsóvia, Polônia; 2014: COP 20/CMP 10, Lima, Peru; 2015: COP 21/CMP 11, Paris, França; 2016: COP 22/ CMP 12/ CMA 1, Marrakech, Marrocos; 2017: COP 23/CMP 13/CMA 1-2, Bonn, Alemanha; 2018: COP 24/CMP 14/CMA 1-3, Katowice, Polônia; 2019: SB50, Bonn, Alemanha; 2019: COP 25/CMP 15/CMA 2, Madri, Espanha; 2021: COP 26/CMP 16/CMA 3, Glasgow, Reino Unido; 2022: COP 27/CMP 17/CMA 4, Sharm El Sheikh, Egito; sendo programadas já: 2023: COP 28/CMP 18/CMA 5, Dubai, Emirados Árabes Unidos; 2024: COP29, a confirmar; e finalmente 2025: COP30, Belém, Brasil.

<sup>4</sup> <https://unfccc.int/>

o clima e, mesmo que indiretamente, sobre a biodiversidade e a preservação ambiental (diversidade biológica)<sup>5</sup>, e o combate a desertificação<sup>6</sup>, que apoiaram a possibilidade da cidade de Belém de ser escolhida como sede da Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a se realizar no ano de 2025, em maio de 2023.

Belém, localizada no estado do Pará, deve ser considerada uma cidade com uma rica paisagem cultural, natural e histórica. Nela, os traços do homem se integram à natureza do lugar de forma simbiótica, num diálogo simbólico e profundo, puramente amazônico, autêntico, único e excepcional. Garantir esta riqueza exige um esforço permanente de preservação (conservação e requalificação das diversas atividades e usos do solo) e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento sustentável apoiado no combate aos impactos derivados das Alterações Climáticas.



Figura 1. Estado dos biomas brasileiros que revela as transformações do território brasileiro por meio da ciência. Fonte: Plataforma MapBiomas, <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>.

No campo nacional, o Ministério da Fazenda anunciou que apresentará um plano para uma transição ecológica em maio de 2025 com seis eixos estruturantes, os quais devem, assim, integrar a agenda urbana;

**1. Incentivos econômicos:** onde está inserido o mercado de crédito de carbono ou “títulos verdes”, que podem ser adquiridos por empresas que emitem gases nocivos à atmosfera, e deve ser usado para a conservação de florestas públicas ou privadas, mediante uma taxonomia verde, a ser elaborada pelo Banco Central;

**2. Adensamento tecnológico:** engloba a Revolução 4.0, conceito que envolve a aplicação de tecnologia de dados e automação para aumentar a eficiência e produtividade nas empresas fomentando a produção dessas tecnologias no país;

**3. Bioeconomia:** que é potencialmente favorável ao Brasil em relação ao restante do mundo, pois para se criar uma economia sustentável deve-se pensar em um conjunto de ações vinculadas aos potenciais locais;

**4. Transição energética:** inclui a captura e a estocagem de carbono em escala planetária, como por exemplo, a captura de carbono em chaminés, onde há

<sup>5</sup> <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>

<sup>6</sup> <https://news.un.org/pt/tags/convencao-das-nacoes-unidas-para-o-combate-desertificacao>



concentração de CO<sub>2</sub> quando algum combustível fóssil é queimado. Neste bloco entra também a exportação de excedente de hidrogênio verde, em particular para a Europa.

**5. Resíduos e economia circular:** promover iniciativas, já em andamento, em matéria de logística reversa pois é possível tornar-se referência internacional nessa área, criando soluções criativas que potencialmente podem ser depois exportadas.

**6. Adaptação às mudanças climáticas:** está relacionada a grandes obras que considerem absorção de chuvas, distanciamento de construção em áreas de risco etc. e no que diz respeito à adaptação às consequências dos impactos derivados das mudanças climáticas.

A bioeconomia, campo no qual o Brasil intenciona se colocar como líder internacional, consiste numa área de atividades que envolve a utilização sustentável de recursos biológicos, como plantas, animais, micro-organismos e recursos genéticos, para produzir alimentos, energia, produtos químicos, materiais e serviços. Ela visa criar uma economia mais sustentável e resiliente, em que os recursos naturais são utilizados de forma inteligente e eficiente.

A bioeconomia engloba a agricultura, a silvicultura, a pesca, a aquicultura, a biotecnologia e a produção de energia renovável, e tem como objetivo a criação de soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios globais, como a mudança climática, a segurança alimentar, a segurança energética, o desenvolvimento sustentável, equilibrado e justo, e a conservação da biodiversidade.

Como a União Europeia é a região do planeta mais desenvolvida nesse tema e com negócios com o Brasil, o provável é que os parâmetros internos sejam definidos por meio dessa referência. Na América Latina, países como a Colômbia e o México já desenvolveram regras de taxonomia. O Regulamento da União Europeia para uma taxonomia das atividades sustentáveis estabelece seis objetivos ambientais:

- Mitigação das mudanças climáticas.
- Adaptação às alterações climáticas.
- Uso sustentável e a proteção da água e dos recursos marinhos.
- A transição para uma economia circular.
- Prevenção e controle da poluição.
- Proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas.

Ou seja, uma classificação que permite identificar quais atividades contribuem com impactos positivos para o meio ambiente e quais oferecem riscos, e será parecida àquela que será proposta pelo Brasil nos próximos dias.

Neste campo amplo, a cidade de Belém localiza-se na Amazônia, a maior floresta tropical do planeta, em um território que contempla uma diversidade territorial de suas áreas continental e insular urbanizada e com diversos assentamentos precários, poluição ambiental de seus rios urbanos e um crescente risco para seus acervos e territórios históricos de interesse à preservação e sua diversidade construtiva e social que requer um diálogo entre o construído, a natureza e o homem.

## 1. Belém Paisagem Cultural

*Atualmente surgem novas dificuldades com relação à preservação dos bens culturais no Brasil, derivadas das complexas ameaças ao meio ambiente e desafiando o IPHAN / Pró-memória, ao exigir uma visão muito mais abrangente do que a tradicionalmente adotada para a proteção do patrimônio cultural... ter que realizar mais pesquisas ou consultar outros especialistas na área multidisciplinar que envolve o problema ecológico, uma vez que a degradação do meio ambiente, da mesma forma que ameaça a vida ou a qualidade de vida, também dificulta ou coloca em risco a conservação ou preservação de bens culturais... Nosso modo de agir tornou-se latente e insuficiente*

*Carlos Fernando de Moura Delphim, Orientações para a análise e classificação do patrimônio natural, IPHAN, 1988*

A noção de Belém Paisagem Cultural, como alternativa à ideia de um “centro histórico de Belém”, decorre da percepção da existência de um conjunto, ou um território, referenciado à identificação de uma narrativa identitária do lugar. Ou seja, seria possível perceber um conjunto de elementos indissociáveis que compõem a identidade do lugar e sem os quais não seria possível falar-se consensualmente de Belém?



Figura 2. Conferência de abertura do Seminário com o tema “Belém Paisagem Cultural: desafios para uma cidade na Amazônia” ministrada pela Profa Roseane Norat com a mediação da Profa Thais Sanjad, no dia 14/04/2023.

O que identifica aquele lugar é a particular forma de configuração de padrões urbanísticos historicamente constituídos, onde, no tempo, alguns deles adquiriram, pelos processos econômicos, políticos e de apropriação social, importância diferenciada e gerando, nas representações sociais, referenciais diferenciados ao ponto de formar uma narrativa – o modo como se percebe e descreve o lugar. Esse discurso identitário,

não necessariamente unânime, mas tendencialmente consensual (aceitável pelos diversos), forma o conjunto – o mecanismo de coesão que dá sentido às partes, e que não prescinde delas e da sua forma particular de relação com um território mais amplo da bacia do Amazonas.

A percepção desse território cultural estende-se para além dos aspectos edilícios e urbanísticos da ocupação que documentam o processo de formação da cidade de Belém. Mesmo não lhes sendo contemporâneas essas extensões, que, em alguns aspectos (morfológicos e tipológicos), reproduzem o modo de ocupação, conformam, também, a “paisagem urbana” que identifica o lugar, e, assim, compõem o conjunto; ou seja, aquilo que participa na narrativa identitária e que não é possível aglutinar a partir de uma leitura cronológica e cumulativa do processo histórico, a partir, exclusivamente, da sequência dos modelos urbanísticos referenciados ao período de sua produção.



Figura 3. Conferência “Paisagem e Território: Projetos e estratégias para uma nova cidade, Belém do Pará sec. XXI” ministrada pelo Arquiteto Antonio Hoyuela Jayo (TERYSOS, Consultor UNESCO) e mediada pelo Arquiteto Alexandre Loureiro no dia 14/04/2023.

A noção de paisagem cultural coloca-se, precisamente, na existência de um amplo conjunto de processos de uso e ocupação de um território, que se ajustam continuamente a um lugar concreto e que condiciona e determina o modo de fazer o lugar referenciado a uma identidade de se forma e consolida no tempo e desenhando, assim, uma paisagem cultural vinculada à conformação de uma identidade e de uma memória.

As narrativas de “memória” marcam a assimilação desses elementos, mas a sua apropriação como “referências culturais” insere-se na lógica da “identidade” do lugar.

Trata-se, então, de perceber no território atual quais os mecanismos de articulação entre esses elementos (visibilidade, protagonismo, influência no contexto) para compreender o sistema territorial dos elementos de referência; a paisagem cultural – o modo como se ligam no urbano, se cruzam e formam a imagem e os imaginários que elaboram sobre o lugar; os rios, os igarapés, os igapós, as florestas, as ilhas, o Amazonas, a Amazônia.

Ao mesmo tempo, percebe-se que aquela estrutura de relações forma um nexo das partes do conjunto que são marcadas, do ponto de vista da percepção, por influência daqueles elementos de referência dando-lhes continuidade e contexto imediato, formando-se, por vezes, áreas circunscritas em torno de vivências sociais ligadas a agentes sociais específicos – vendedores de certos produtos em certos locais, práticas sociais de moradores, práticas sociais de grupos, percursos preferenciais.



Figura 4. Conferência “A Paisagem Cultural e o Protagonismo do Centro Histórico: da identidade ao ordenamento territorial” ministrada pelo Arquiteto Antonio Miguel Sousa (Consultor UNESCO) e mediada pela Profa Flávia Palácios no dia 14/04/2023.

As estratégias para fazer de Belém uma cidade verde, inclusiva e sustentável, poderá ser elaborada em forma de Agenda Urbana, uma espécie de Plano Estratégico, pensado em três tempos, curto prazo, 2025, médio, 2030, e longo, 2050; uma utopia urbana que deve fazer de Belém uma cidade mais resiliente e pronta para combater os impactos das mudanças climáticas servindo de guia para uma estratégia planetária.

O Brasil tem desenvolvido um papel fundamental nas cúpulas das mudanças climáticas e na Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP). Como um dos países mais biodiversos do planeta, e com a maior floresta tropical do mundo, o país tem um papel crucial a desempenhar na proteção do clima e da natureza.

Tradicionalmente tem sido um dos principais atores nas negociações, adotando medidas importantes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, incluindo a implementação de políticas de energia renovável e a redução do desmatamento na Amazônia, respondendo as críticas internacionais pelo aumento do desmatamento e das queimadas na região amazônica, que ameaçam a biodiversidade, a saúde das populações locais e contribuem para as emissões de gases de efeito estufa.

A COP30, prevista para acontecer em 2025, será um momento crucial para o Brasil, para o estado de Pará, e para a cidade de Belém e para o mundo, com o objetivo de acelerar ações para enfrentar as mudanças climáticas e limitar o aquecimento global em 1,5°C, contribuindo com uma nova agenda urbana sustentável e resiliente, fruto dos debates e das ações que queremos promover para preparar a cidade para esse desafio.

O Brasil terá a oportunidade de reafirmar seu compromisso com a agenda climática global. Com a confirmação da cidade de Belém, capital do estado do Pará como sede da COP 30 em 2025, uma enorme responsabilidade recai nas mãos do Governo do Estado de Pará e da Prefeitura Municipal de Belém para buscar soluções em tempo hábil para os inúmeros desafios para recepcionar um evento desta magnitude.~



Figura 5. Conferência “Sustentabilidade e Patrimônio Cultural” ministrada pelo Arquiteto Roberto Tonerá (UFSC) e mediada pela Profa Gisa Bassalo no dia 15/04/2023.

Neste documento, o recorte se dá para as estratégias a curto, médio e longo prazos voltados para o patrimônio cultural, considerando sua diversidade e potencialidades nesse processo. Com isso apresentaremos uma agenda ambiciosa para a reabilitação de áreas importantes da cidade em um recorte vinculado ao patrimônio cultural, urbanístico, arquitetônico e paisagístico desde o Centro Histórico de Belém e suas conexões com os territórios da cidade na porção continental e suas ilhas, ao mesmo tempo em que intenta reduzir as emissões de gases de efeito estufa, proteger a biodiversidade e promover a transição para uma economia verde, digital, circular, mais sustentável, resultado de um processo de construção coletiva desenvolvido durante **Seminário BELÉM PAISAGEM CULTURAL – Estratégias para uma Cidade Verde inclusiva e sustentável**, e seus desdobramentos.

## 2. Objetivos do seminário Internacional.

O Seminário Internacional sobre Belém Paisagem Cultural teve como objetivo principal promover e discutir a transformação de Belém em uma cidade verde, inclusiva e resiliente. Esses três objetivos são fundamentais para garantir o desenvolvimento

sustentável e o bem-estar da população local, bem como para preservar e valorizar a rica herança cultural da cidade.

A busca por tornar Belém uma **cidade verde** envolve a promoção da sustentabilidade ambiental. Isso inclui a proteção e a preservação dos recursos naturais, como a Floresta Amazônica, os rios e a rica biodiversidade local. Além disso, implica na adoção de práticas de urbanização e infraestrutura sustentáveis, com planejamento urbano que priorize áreas verdes, parques e espaços públicos para o convívio e lazer dos cidadãos, mas também para ativação dos serviços ecossistêmicos, especialmente aqueles pensados para o combate aos impactos das mudanças climáticas. A promoção da mobilidade sustentável, como o incentivo ao uso de bicicletas e transporte público, também é uma parte importante dessa abordagem.



Figura 6. Fechamento dos trabalhos do “Seminário Belém Paisagem Cultural: Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável”.

Belém se tornará **cidade inclusiva**, mas é essencial que haja um esforço para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem social, econômica, étnica ou de qualquer outra natureza, tenham acesso igualitário aos benefícios e serviços que a cidade oferece. Isso inclui a promoção da equidade, principalmente entre os grupos mais vulneráveis, no acesso à moradia, saúde, educação, transporte, cultura e lazer. A cidade inclusiva também busca valorizar e respeitar a diversidade cultural e étnica de sua população, promovendo a integração e o diálogo entre esses diferentes grupos.

A resiliência urbana é a capacidade de uma cidade de se adaptar, resistir e se recuperar de eventos adversos, sejam eles naturais ou causados pelo homem. Hoje, para alcançar a **cidade sustentável** que queremos, Belém precisa implementar medidas que minimizem os riscos de desastres naturais, como enchentes e deslizamentos, e que aumentem a capacidade de resposta e recuperação da cidade em situações de crise. Investir em infraestruturas resilientes, sistemas de alerta precoce e planos de contingência é fundamental para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e outros eventos imprevistos.

O seminário internacional reuniu especialistas, pesquisadores, representantes do governo, organizações não governamentais e membros da sociedade civil com o fim de compartilhar conhecimentos, experiências e melhores práticas relacionadas a esses objetivos. O evento também serviu para criar parcerias e compromissos concretos que



contribuam para o desenvolvimento sustentável de Belém, para a preparação da COP30, e para buscar criar uma cidade e um território mais harmoniosos, inclusivos, verdes e sustentáveis, preparando-os para enfrentar os desafios do futuro.

## **2.1. Objetivo Geral**

Apresentar os resultados do **Seminário BELÉM PAISAGEM CULTURAL – Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável**, que visou promover e articular um amplo compromisso de política pública participativa para o Centro Histórico de Belém (Pará) como sede da COP 30 e para um novo modelo de desenvolvimento das cidades na Amazônia comprometido com a agenda verde, uma cidade inteligente, inclusiva e sustentável no universo temporal até 2050.

## **2.2. Objetivos Específicos**

Durante o seminário os objetivos foram revisados pelos diferentes GT's chegando ao seguinte resultado:

- Realizar o Seminário BELÉM PAISAGEM CULTURAL – Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável como encontro preliminar organizado por perfis estruturantes e eixos temáticos visando definir as estratégias para a reabilitação do CHB e suas conexões territoriais;
- Construir as bases para um plano para a cidade pensando o território desde a perspectiva da paisagem urbana, rural e histórica, e do patrimônio cultural e natural, com as ações para o universo temporal de 2025, 2035 e 2050;
- Indicar os projetos prioritários para captação de recursos a curto prazo visando a COP 30 em Belém/PA, através dos principais atores no contexto nacional e internacional, iniciando debates a serem desenvolvidos durante a COP30;
- Acompanhar os eixos estratégicos por meio de um GT e/ou comitê permanente de gestão com capacidade executora e de articulação técnica e política junto às instâncias de gestão pública (federal, estadual e municipal) e integrando outros atores, nacionais e internacionais, tais como:
  - Agências nacionais e internacionais par o desenvolvimento (ABC, Br e AECID, Es)
  - Sociedade civil
  - Universidades
  - Colégios profissionais e outros;
- Propor novas soluções, modelos e processos que possam contribuir ao desenvolvimento da cidade, e a criação de propostas a serem debatidas e inseridas nas discussões que terão lugar durante a COP30, sempre colaborando com a maioria dos atores que vão ter um papel relevante nesse evento, entre os diferentes níveis de governo, da sociedade civil, da academia e de grandes especialistas e atores;
- Propor as bases estratégicas e operacionais para a urgente e imediata elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Belém Metropolitana e revisão do Plano Diretor Municipal em articulação com as necessidades do CHB.
- Sistematizar e organizar um “Documento Síntese das Contribuições da Sociedade” como fruto do Seminário “BELÉM PAISAGEM CULTURAL: Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável.

### **3. Situação e Antecedentes para uma Abordagem Estratégica.**

As mudanças climáticas no Brasil têm sido uma preocupação crescente, assim como em todo o mundo. O país possui uma vasta extensão territorial e uma rica biodiversidade, o que torna a questão das mudanças climáticas especialmente importante para a proteção do meio ambiente e para a população, já que os impactos regionais serão diferentes, em razão do território, das povoações e das políticas implantadas. Devemos analisar e tomar pose em relação as características do território estudado, mas também em relação aos acordos e desafios derivados das cúpulas do clima (a última, no Egito, em 2022, a COP27).

#### **Contexto Territorial, Belém de Pará**

- População do Estado do Pará: 8.777.124 pessoas (População estimada, 2021, IBGE)
- População do município: 1.506.420 (Projeção da 2021, IBGE)
- Densidade do município: 1.315,26 hab/km<sup>2</sup>
- Área urbanizada do município: 147,35 km<sup>2</sup>
- Arborização das vias públicas: 22,3 %
- População exposta ao risco: 8.303
- Economia
  - PIB per capita do município: 20.562,10
  - População até ½ salário-mínimo: 39%
  - População ocupada: 28,2%
  - IDH – 0,746 – posição 628
- Domicílios (amostra)
  - Alvenaria revestida: 252.959
  - Alvenaria não revestida: 47.824
  - Madeira: 67.022
  - Taipa: 704
- Área Central do Município
  - 0,63 % da população do município
  - 1,08 % da área urbanizada municipal
  - População do Centro (2010): 8.721 habitantes
  - Área do Centro: 1,6 KM<sup>2</sup>
  - Densidade do Centro: 5.450,63 HAB/KM<sup>2</sup>

## 2. Debates no contexto do Seminário Belém Paisagem Cultural

Durante o Seminário BELÉM PAISAGEM CULTURAL – Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável, após as conferências inaugurais, foram organizados debates estruturados em quatro grupos de trabalho (GTs), com o objetivo de identificar as problemáticas, debater as estratégias, instrumentos e ações tidas como decisivas para a configuração de um Plano Estratégico com 3 horizontes temporais – 2025, 2030, 2050.



Figura 7. Mesa de abertura do “Seminário Belém Paisagem Cultural: Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável”.

Os temas foram pensados sob diversas óticas: Paisagem Cultural, Governança, Sustentabilidade, Empreendedorismo e Inovação; Infraestrutura, Mobilidade e Acessibilidade; Habitação e Outros Usos; Territórios Vulneráveis e o Ordenamento Territorial. Esses eixos estratégicos foram agrupados para permitir a melhor dinâmica nas discussões de grupo resultando nos Grupos de Trabalho que resultou com conjunto de discussões e possibilidades de abordagens (Figura 2):

- Paisagem Cultural e Sustentabilidade
- Infraestrutura e Mobilidade
- Moradia e Territórios Vulneráveis
- Ordenamento Territorial

A seguir, são apresentados em linhas gerais os resultados discutidos em cada GT e na sequência do documento cada eixo e ação prevista. Os dados foram sistematizados pela equipe organizadora e executiva que buscou, na medida do possível agregar ideias similares que surgiram e suas abordagens nos diversos grupos.

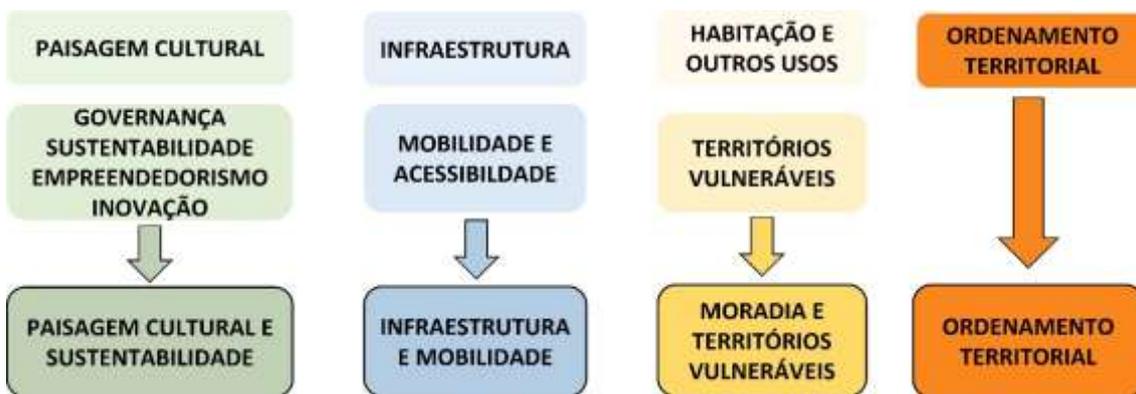


Figura 8. Perfis estruturantes que resultaram nos eixos temáticos para as discussões dos Grupos de Trabalho.



Figura 9. Foto de grupo dos participantes no Seminário Internacional.

## 1. GT Paisagem Cultural e Sustentabilidade

Uma das principais estratégias consiste na promoção e requalificação de áreas verdes e espaços públicos de lazer e recreio da população, o eixo da Paisagem Cultural, já que esta é uma característica da cidade que possui diversos parques e praças várias destes equipamentos localizados no Centro Histórico de Belém (CHB) e no seu entorno, como a Praça da República (Parque João Coelho, Praças das Sereias) que abriga um conjunto de prédios históricos e oferece espaço para eventos culturais bem como as outras diversas praças que integram essa área histórica, que se somam ao Parque Mangal das Garças, a orla do Portal da Amazônia e outros como o Museu Paraense Emilio Goeldi, o Jardim Botânico do Bosque Rodrigues Alves e mais recentemente o Parque Estadual do Utinga, que possui uma vasta área verde preservada.

Contudo, sabe-se que esta qualidade não se apresenta de forma similar em todos os demais territórios o que exige que essas características sejam promovidas nas demais áreas da cidade. Destacou-se neste grupo que a promoção da economia circular também tem sido uma estratégia adotada na cidade, com a implantação de projetos de reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos, como o projeto “Recicla Belém” e a coleta seletiva realizada pelo conselho municipal.



Figura 10. Reunião do GT Paisagem Cultural e Sustentabilidade.

Os principais encaminhamentos foram:

- Articular as estratégias em consonância com o papel da cidade considerando a agenda verde da COP 30 e tendo em vista seu protagonismo na Amazônia;
- Analisar os desafios e aponta caminhos para estimular uma economia sustentável, o desenvolvimento humano e o meio ambiente;
- Considerar os territórios urbanos e insulares pelas suas práticas e acervos culturais como uma componente estratégica indutora da economia local, micro e macrorregional;
- Promover ações que reduzem a dependência energética, os impactos ambientais, as emissões de gases de efeito estufa e o uso de combustíveis fósseis no CHB;
- Valorizar a diversidade ambiental e os territórios da cidade como paisagem cultural;
- Indicar possíveis fundos de investimento na área de economia verde e circular, fundos e outras estratégias de captação de recursos para o CHB e conexões;
- Definir a estrutura de gestão e governança do CHB e as ligações com os territórios culturais da cidade que asseguram a sua eficiência, eficácia e poder de articulação política entre os diferentes entes federativos e atores público-privados;
- Indicar estratégias para o gerenciamento das ações considerando sua Sustentabilidade: **Projeto Circular**, projetos de apoio a pessoas em situação de rua incluindo instituições e organizações religiosas que já atuam na área e outros;
- Indicar instrumentos para gestão de espaços e estratégias de geração de emprego e renda que envolvam os diversos segmentos da sociedade.

## 2. GT Infraestrutura e Mobilidade

Em consonância à agenda verde, o grupo reforçou a importância das estratégias que incentivem o uso de meios de transporte sustentáveis, por meio de infraestruturas adequadas a sistemas intermodais e ecológicos, como bicicletas, patinetes elétricos, veículos compartilhados (carros e motos), transportes públicos, terrestres, fluviais e aéreos.



Figura 11. Reunião do GT Infraestrutura e Mobilidade.

A cidade possui um sistema de compartilhamento de bicicletas e recentemente inaugurou o sistema de transporte fluvial Belém Card, que utiliza barcos movidos a energia solar para transportar passageiros pelo rio Guamá.

Sabe-se que há iniciativas em interligar a cidade de forma mais qualitativa à sua região insular e outros municípios e estados da região, e esses projetos devem ser estimulados e conectar os territórios e orlas históricas e de potencial turístico que se espriam ao longo da cidade. Os principais encaminhamentos foram:

- Indicar as ações estratégicas considerando os edifícios, territórios e ações prioritárias no CHB;
- Definir o plano de ação para a regeneração e reabilitação de áreas urbanas estratégicas no CHB e a contribuição de costas históricas (Icoaraci, Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba e outras ilhas);
- Indicar os territórios prioritários para a incorporação de fiação aérea no CHB buscando de forma permanente ampliar esse processo até garantir a totalidade dessas áreas e outras;
- Definir o Plano de Ação para Mobilidade Urbana Sustentável no CHB observando os terminais de integração em diferentes vias na RMB com vistas ao acesso ao CHB e outros núcleos da região insular (Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba, CHB, Orla UFPA e outros);
- Indicar os projetos de planejamento, reordenamento e integração de ciclovias e ciclofaixas de forma integrada considerando a segurança dos ciclistas e a acessibilidade dos moradores e transeuntes;
- Indicar a recuperação de vias de paralelepípedos cobertas por camadas de asfalto em linha com a política de mobilidade urbana do CHB, visando o conforto térmico e a sustentabilidade ambiental;
- Indicar a supressão do tráfego de veículos de grande porte, valorizando o transporte coletivo por microônibus e outros meios de transporte compatíveis, a circulação de pedestres e veículos de residentes e usuários no CHB.



Figura 12. O GT de Infraestrutura e Mobilidade

### 3. GT Moradia e Territórios Vulneráveis

A política habitacional como estratégia de reabilitação urbana bem como o potencial de outros diversos usos em edificações e espaços importante no CHB foi trabalhado neste grupo, que também fez a conexão aos diversos problemas sociais e dos territórios vulneráveis, seja na área urbana ou nas ilhas, e com foco em processos participativos que podem ser articulados de forma a mudar de maneira permanente e duradoura a atual realidade de muitas áreas decadentes no CHB.

As questões de segurança, problemas com o consumo e comércio ilegal de entorpecentes que se amplia e degrada a área foram amplamente discutidos e entende-se que essas estratégias devem ser abordadas de forma conjunta.



Figura 13. Reunião do GT Moradia e Territórios Vulneráveis.

A cidade tem um histórico de gestões que conseguiram investir em projetos de inclusão social, mas que não tiveram continuidade o que gera grandes desafios. Da mesma forma diversos projetos no âmbito municipal e estadual tentaram avançar na oferta de habitações e outros usos, porém esse problema não se resolve sem a articulação com a infraestrutura e outras parcerias inclusive com forte participação de investidores e da iniciativa privada.

Assim, o GT propôs a criação de um Banco de Demandas e Oportunidades que proporcionasse um encontro desses potenciais agentes transformadores da paisagem por meio de investimentos diversos, em particular nas edificações históricas e em outras desocupadas e subutilizadas que em boa parte são conhecidas e já constam de diversos cadastros públicos.

Locais icônicos para a cidade, como o Complexo do Ver-o-Peso, foram destacados pois trata-se de um dos lugares simbólicos, que têm apresentado diversos problemas sociais e de infraestrutura que deve ser enfrentado de modo prioritário nas ações e com conexão participativa, a exemplo do que já ocorreu em outros processos passados.

Outras estratégias adotadas incluem a preservação da arquitetura histórica, a promoção do turismo sustentável, de tecnologias sustentáveis digitais e inovadoras e a promoção

da educação patrimonial e outras formas de inclusão da população residente e flutuante, em estreita relação com a qualificação e inserção na economia, na geração de emprego e renda e de diversas formas de moradia e acolhimento. Para tanto, além da gestão pública as parcerias com entidades que atuam em programas sociais e as diversas associações dos mais diversos setores e segmentos da sociedade e, também, igrejas são potencialmente parceiras nesses processos.

O GT também ressaltou a importância de espaços estratégicos como o eixo da Av. Almirante Tamandaré como um Parque Urbano do Piri conectado a uma estação intermodal no início da via com o rio Guamá (Estação do Piri), ressaltou as questões de mobilidade ainda que soubesse que estava em pauta em outros grupos pois o sucesso da moradia e outros usos são inerentes à qualificação da infraestrutura, da segurança, da mobilidade e da qualidade de vida das pessoas.



Figura 14. O GT Moradia e Territórios Vulneráveis

Indicou a necessidade de estruturas estratégicas de acolhimento na Campina (Rua Gaspar Viana com a Trav. 1º. De Março) e no terreno do antigo porto da Maré para uma instalação de uma UsiPaz (Usina da Paz do Porto da Maré ou do Porto do Sal - UsiSal). De maneira geral foram indicados como estratégicos:

- Indicar projetos prioritários de intervenção e ocupação como as habitações no CHB que serão utilizadas em 2025 para alojamento e depois serão ocupadas através de habitações de vários estratos sociais (HIS, Arrendamento Social, Mercado Popular de Habitação e outras rendas e públicos) além de modelos de ocupação de uso temporário vinculado ao turismo e com a iniciativa privada no incentivo de restauração de edificações para *hostels*, *Airbnb* e outros;

- Reconhecer as formas tradicionais da arquitetura vernacular e fomenta a sua valorização, sobretudo nas zonas costeiras e na região insular;
- Identificar territórios vulneráveis e riscos para a segurança humana e patrimonial dentro e ao redor do CHB e define estratégias para enfrentar os desafios;
- Alinhar estratégias de envolvimento social nas ações de forma a garantir sua participação nos processos.

#### 4. GT Ordenamento Territorial

O Grupo de Trabalho dedicado ao ordenamento do território visou a necessidade de criação de políticas transversais e integradas, trabalhando com especial intensidade nos pontos e territórios mais críticos e vulneráveis. Entendeu-se que o Ordenamento Territorial deve operar numa lógica de escalas indissociáveis, com mecanismos de permanente observação e avaliação de impactos e interferências das ações preconizadas nos diversos âmbitos planejamento – econômico, social e físico – de modo a prevenir desequilíbrios territoriais o insucesso dos investimentos e potenciar a continuidade, continuidade e sustentabilidade das ações.



Figura 15. Reunião do GT Ordenamento Territorial

Os principais encaminhamentos foram:

- Identificar áreas degradadas, livres ou ocupadas para efeitos de requalificação que visam melhorar as suas qualidades paisagísticas e o seu papel estratégico no desenvolvimento do CHB e das suas ligações;
- Observar aspectos e instrumentos legais e urbanísticos cujo objetivo é favorecer as estratégias de intervenção dos diferentes perfis estruturantes e eixos estratégicos no CHB e nas ligações;
- Indicar estratégias para o controle da programação visual e informativa;
- Identificar lacunas e propor estratégias de gestão territorial, controle, fiscalização e outros instrumentos de gestão urbana.

### 3. Análise de problemáticas, necessidades e estratégias.

Nos diferentes Grupos Técnicos do seminário internacional trataram-se questões como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, infraestrutura e mobilidade, moradia e territórios vulneráveis e ordenamento territorial, para serem discutidas a série de problemáticas e necessidades detectadas pelos diferentes participantes, na vivência e no conhecimento direto do local.

O foco principal, como eixo dos debates, consistiu na análise dos impactos derivados das mudanças climáticas e os processos de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, no contexto do patrimônio cultural e paisagístico amazônico, e das possibilidades e necessidades extraordinárias de financiamento e cooperação internacional nesse contexto.

Foi igualmente importante o debate que surgiu entorno da preservação da biodiversidade e conservação dos ecossistemas, abordando em primeiro lugar as problemáticas relacionadas com a perda da biodiversidade, degradação dos ecossistemas e a importância de ações para a conservação e restauração ambiental, como base para implementação de políticas de proteção ambiental, para o fortalecimento de áreas protegidas e para o desenvolvimento de incentivos de fomento de práticas sustentáveis.



Figura 16. A cidade de Belém deve se reconectar com seu entorno, com o Rio, com as ilhas, com os povos originários, e com as comunidades vulneráveis, a cidade fluvial deve reforçar suas conexões e corredores verdes, ecológicos e azuis, se integrado de novo no sítio, na paisagem, e no território do delta do grande rio do Amazonas.

Igualmente importante resultou a discussão ao redor da segurança hídrica e da gestão de recursos hídricos, ameaçados pela escassez de água, a poluição dos recursos hídricos e a falta de acesso a água potável em diversas regiões e áreas do entorno da cidade de Belém. As necessidades incluem investimentos em infraestrutura de saneamento básico, gestão sustentável da água, promoção de práticas de uso eficiente e conservação da água.

Desde a perspectiva social, as discussões abordaram as problemáticas relacionadas com a desigualdade socioambiental, como a distribuição desigual dos impactos ambientais e a falta de acesso aos recursos naturais, económicos e ambientais por



certos grupos populacionais. As necessidades podem envolver o fortalecimento da justiça ambiental, inclusão social e empoderamento das comunidades mais vulneráveis.

Essas e outras problemáticas e necessidades específicas foram foco e tema dos debates do seminário internacional, onde diversos atores e regiões representadas contribuíram para a definição da análise, do diagnóstico, das ações e dos objetivos estabelecidos.

## **1. Problemáticas detectadas pelos participantes**

Na sequência das reflexões e debates estabelecidos no âmbito dos quatro grupos de trabalho organizados a partir de eixos estratégicos: 1. Paisagem Cultural e Sustentabilidade; 2. Infraestrutura e Mobilidade; 3. Moradia e Territórios Vulneráveis; e 4. Ordenamento Territorial, foram identificados campos de problemas que podemos reunir, em função da sua recorrência, impacto ou interferência, nos seguintes temas:

### **1.1. Patrimônio cultural, natural e paisagístico**

Nosso principal foco foi o patrimônio cultural, natural e paisagístico onde identificamos os seguintes itens:

- Necessidade de uma ressignificação do Patrimônio Cultural, integrando os valores do imaterial, do natural, e da ciência, configurando um amplo território de bens e referências culturais integradas que conformem uma narrativa coerente de identidade e memória;
- Baixa integração dos elementos naturais que fazem parte da paisagem do CHB (o verde e as águas);
- Deficiente integração do patrimônio cultural, natural e paisagístico no Plano Diretor Municipal;
- Tendência para o CHB se tornar mais um problema do que uma referência urbana apropriada e estimada;
- Déficit na preservação das edificações históricas;
- Déficit de manutenção e gestão da ocupação do espaço público;
- Déficit de ocupação e função habitacional nas edificações históricas;
- Falta de acessibilidade no espaço público e a edifícios;
- Insegurança;
- Iluminação deficiente;
- Mau cheiro e sujeira;
- Imóveis desocupados ou em processo de arruinamento;
- Vazios urbanos;
- Envelhecimento dos moradores;
- Poluição sonora;
- Tráfego e uso de drogas;
- Pessoas em situação de rua;
- Constantes alagamentos;
- Precariedade nas estratégias de prevenção e combate a riscos, especificamente em relação a incêndios, desabamentos ou outros sinistros no CHB.

### **1.2. Resíduos**

Em questão de tratamento e reciclagem de resíduos:

- 
- Ausência de estratégia de recolha, destinação e tratamento de resíduos após a determinação nacional para fechamento dos aterros sanitários;
  - Terceirização da seleção de resíduos e destinação gerando encargo nas despesas públicas;

### **1.3. Transportes**

Respeito a transporte, mobilidade e acessibilidade:

- Ausência de política pública estruturada de transportes fluviais que interliguem o CHB a outros centros e percursos que detêm conexões funcionais privilegiadas;
- Ausência de rede diversificada de transportes terrestres de âmbito de bairro, com ênfase em linhas concentradas em eixos urbanos que provocam impacto na paisagem cultural (emissão de gases nocivos pelos veículos, vibrações).

### **1.4. Desenvolvimento econômico**

Para fomentar um desenvolvimento econômico verdadeiramente sustentável devemos avaliar:

- Integração econômica deficiente entre o urbano e o insular;
- Impacto de atividades comerciais de atacado e varejo de produtos asiáticos, nos processos de uso e ocupação de imóveis e espaços públicos no CHB.

### **1.5. Educação e participação públicas**

Em relação aos processos participativos, democráticos e formativos:

- Ausência de mecanismos permanentes de participação e governança que assegure o controle de execução e continuidade de ações, programas e políticas públicas;
- Ausência de programas de educação ambiental familiar;
- Deficiente integração e sistematização de ações de educação patrimonial.

## 2. Necessidades principais detectadas.

Na sequência das reflexões e debates estabelecidos no âmbito dos quatro grupos de trabalho, foram explicitadas diversas necessidades.

Em primeiro lugar a necessidade de ter uma agenda e estrutura tipo de uma COP 30 para efeito de análise de capacidade de acolhimento e dimensionamento das infraestruturas urbanas de transporte; dos equipamentos turísticos e hoteleiros; dos equipamentos de apoio; a partir do número de eventos simultâneos, número de participantes; do programa de encontros, agendas, horários, e outros detalhes.

Deve-se usar a COP 30 como indutor dos processos de qualificação urbana, prioritariamente na Área Central, na perspectiva da Paisagem Cultural e da Cidade Verde, entendendo que Belém va se transformar numa vitrine importante a escala planetária, mostrando como as cidades podem e devem responder aos desafios derivados das mudanças climáticas.

Também devermos pensar a COP 30 como um modelo ou ensaio de consolidação de modelos de planejamento regional e urbano integrados e processos de gestão urbana compartilhada, nomeadamente entre as áreas do patrimônio cultural, natural e paisagístico; da mobilidade e do transporte sustentável; das infraestruturas, equipamentos e serviços ecoeficientes; da implementação de soluções arquitetônicas



biofílicas, mais sustentáveis; do desenho urbano ecoeficiente; do combate ao risco e propostas para territórios mais resilientes; como reforço da sociedade da informação; da integração social, e especialmente dos grupos mais vulneráveis; ou de novos modos de cogovernança, e participação pública, nas decisões urbanísticas, ambientais e territoriais que nos afetam a todos.

Figura 17. A secretaria de Cultura do Estado de Pará fazendo a primeira apresentação no Seminário Internacional Belém Paisagem Cultural

natureza na cidade (florestas, canais, orlas, áreas permeáveis...); e das grandes infraestruturas e equipamentos a escala urbana, mas também territorial.

Estimam-se necessários novos estímulos para a participação popular em serviços públicos fundamentais como a coleta de resíduos a partir de incentivos fiscais – médio prazo. Igualmente destacou-se a necessidade de programas de comunicação e educação integrando o Patrimônio Cultural e o Meio Ambiente, sob o paradigma da paisagem, e da reconexão da cidade com o sítio onde foi fundada, com o lugar (isso envolve as questões físicas, mas também as culturais, especialmente em relação aos



processos de empoderamento dos povos originários, dos caiçaras, quilombolas, e outras minorias, junto aos moradores e habitantes da cidade e do estado.

Faz-se necessário estabelecer novos mecanismos de gestão compartilhada e de empreendedorismo sustentável unindo as forças, energias e capacidades dos agentes públicos e organizações cívicas e corporativas da sociedade civil.

Reconhecer os atributos da natureza nos deve permitir potencializar ações de conservação, e pensar e aplicar desenhos de qualificação das vivências e conforto urbano a partir de soluções baseadas na natureza que ativem os serviços ecossistêmicos que nos oferecem.

A implementação de Parques lineares ao longo da Avenida Marechal Hermes permitiria integrar as praças, aleias, ruas e espaços públicos existentes, priorizando aos pedestres e veículos não emissores de poluentes (parque público); ao longo da Avenida Almirante Tamandaré e sua conexão com o rio; e uma das propostas destacou o interesse por criar linhas ecológicas a cada 1.000 metros aproximadamente (que reforcem os serviços ecossistêmicos ligados a qualidade de vida), assim como a distribuição de diferentes ecopontos.

Sensibilizar cooperativas de catadores de resíduos, demonstrando que o trabalho desenvolvido é de suma importância para toda a sociedade, e visando introduzir a consciência da importância para o próprio trabalhador, contribuirá para a integração dos grupos vulneráveis, e para uma economia verde e ecológica.

O desenho de estacionamentos no entorno do CHB, acompanhado de novas soluções para a mobilidade sustentável, e a acessibilidade universal, devesse contribuir eficientemente na melhora da qualidade do CHB. É necessário pensar mais espaços verdes e menos fluxo de veículos, sem esquecer o acesso de moradores, e incluindo prioritariamente o suporte de saúde e familiares de moradores idosos, com foco em atrair novos moradores.

Pensar na periodicidade e na frequência do uso dos transportes fluviais em junção com os modais tradicionais da cidade, com as marés, e as outras condições que interferem com esse modal de transporte. Os Sistemas de monitoramento inteligente devem contribuir para a mobilização da população no CHB a partir da sensação de segurança, mas também para integrar as diferentes políticas públicas convergentes nesse espaço.

Zona wi-fi no CHB podem atrair públicos mais jovens; contribuir a melhorar a qualidade do turismo cultural; do comércio; ou da mobilidade; ou da sinalização do patrimônio cultural, entre outros benefícios e serviços que podem se implementar sobre essas redes.

Outras ideias trabalharam sobre o “combo dignidade” que inclui internet rural / painéis fotovoltaicos / sistema de captação de águas pluviais, para os lugares sem infraestrutura. Também se considerou importante a ampliação da capacidade de drenagem do sistema de recolhimento do esgoto sanitário e de águas pluviais no conjunto da cidade e de seu entorno.

Em definitiva, considera-se importante ter o CHB como protagonista nos processos de transformação e requalificação do seu entorno, e como modelo para serem apresentado como cidade verde, inclusiva e sustentável.

### 3. Abordagem Estratégica Cultural para um desenvolvimento sustentável.

Uma Estratégia para a Cultura visando o Desenvolvimento Sustentável (EICDS) quer se converter numa ferramenta prática para identificar as contribuições do setor cultural para a Agenda de Belém até 2050, pensada desde o combate as mudanças climáticas, o desenvolvimento sustentável, e o protagonismo da cultura e do patrimônio cultural como instrumentos para a educação, a inovação social, a integração de gênero, da socio diversidade e da biodiversidade, da sociedade informacional e dos instrumentos digitais, e responderem as crises ambientais, sociais, climáticas e da saúde,

Devemos favorecer um maior e mais eficaz alinhamento das políticas públicas do governo municipal de Belém, junto ao governo regional de Pará, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o combate as mudanças climáticas, desde um reforço da identidade, do patrimônio cultural e natural.



Figura 18. O relatório ONU Hábitat, a Nova Agenda Urbana e a estratégia Ibero-Americana inspiram a nossa agenda urbana.

A Agenda Urbana quer ser uma resposta ao mandato da organização da COP30 feito pela ONU e pela presidência do Brasil construída a partir das políticas nacionais de meio ambiente, cultura e desenvolvimento urbano e metropolitano, mas também na EICDS (Secretaria General Iberoamericana, MAEC, 2022) e as agendas urbanas da ONU, da Espanha, de Portugal ou as agendas brasileiras de Cidades Verdes ou a retomada da agenda urbana proposta pela ONU Hábitat (ONU Hábitat, Brasil, 2020) pensando nos novos desafios, como a gestão das pandemias e dos riscos ambientais e climáticos, que devem ser protagonistas do evento. De igual modo, os eixos temáticos que estruturam a proposta para Belém Paisagem Cultural (2025-2050), constituíram a base para uma Agenda Urbana Global, Mundial, a serem apresentadas em 2025, como aconteceu no Rio 92 e posteriormente em Rio+20.

A UNESCO, no seu Relatório sobre Cultura e Desenvolvimento Sustentável, publicado em julho de 2021, em conformidade com a resolução 74/230 da Assembleia Geral, reconhece a EICDS como um importante passo da Conferência Ibero-Americana sobre



Cultura no sentido de reforçar a cultura do desenvolvimento sustentável ao alargar o diálogo sobre políticas e a recolha de dados, aconselhamento e análises políticas, nomeadamente em resposta à pandemia provocada pela COVID-19.

Ibero-América e o mundo se confronta no contexto das crises pandêmicas, ambientais e climáticas, criando a necessidade urgente de articular um novo paradigma para o Estado de bem-estar do século XXI, que permita avançar no sentido da realização da agenda comum estabelecida nos ODS da ONU e nos objetivos a serem estabelecidos na próxima “Conferência Amazônica” de agosto de 2023. A cultura, nas suas várias expressões, tem historicamente desempenhado um papel central como bem comum e como catalisadora dos laços sociais e afetivos da cidadania com o território, e, por tanto, também com o meio ambiente e com a lógica ecológica dos sítios em que se desenvolve.

No âmbito da designação de Belém como sede 2025 como sede da COP30, o maior evento sobre debates da nova economia, não mais extrativista, mas sim baseada na bioeconomia, e nos novos modelos de desenvolvimento sustentável, muitos encontros e debates estão acontecendo desde diversas perspectivas e olhares. A Agenda Urbana que estamos propondo tenta esclarecer as conexões profundas entre cultura, meio ambiente e o fenómeno urbano, não apenas amazônico, mas global. E isso porque os Programas Culturais são fundamentais para conseguir entender e alargar os setores culturais, suas práticas e processos, na colaboração das políticas urbanas e ambientais, de combate as mudanças climáticas e aos riscos e impactos delas derivadas, especialmente aquelas ligadas a saúde e ao bem-estar da sociedade amazônica, mas também do planeta.

Por seu turno, a implementação da Agenda Urbana está plenamente vinculada à realização das Conferências Mundiais sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (p.e. MONDIACULT, em setembro de 2022, no México), e futuras convocatórias da UNESCO, entendidas como uma oportunidade para projetar a cooperação cultural e a agenda urbana como exemplos de integração das políticas patrimoniais, culturais, e ambientais, no âmbito da sua diversidade e complexidade, como instrumentos estratégicos que nos permitam chegar a obtenção de um desenvolvimento mais sustentável para o planeta, e para nossas cidades e territórios.

### **As dimensões social e ambiental da cultura.**

*“um desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades”*

A agenda urbana Belém Paisagem Cultural, atende as dimensões sociais e ambientais da cultura como base de quaisquer proposta de desenvolvimento sustentável para as cidades e para os territórios implicados, na procura de uma cidade mais verde, mais inclusiva e sustentável.

### **A dimensão social.**

Enquanto direitos humanos, os direitos culturais concebem-se em termos individuais e coletivos, e dada a sua natureza universal, indivisível e interdependente, impõem-nos a definição de cidadania cultural a partir do acesso, participação, criação e intervenção nos processos de decisão das políticas culturais. É necessário reconhecer a centralidade da cultura como prática de liberdade humana e garante de bem-estar da cidadania belenense, bem como a sua contribuição essencial para o desenvolvimento

das capacidades que nos permitem uma vida plena (Secretaria General Iberoamericana, MAEC, 2022).

A necessária inclusão da política cultural como um fator de equidade na redução das desigualdades sociais requer integrar o sistema cultural nas políticas de redução das desigualdades, e implementar políticas culturais com ênfase na inclusão e na equidade dos jovens (como motor do desenvolvimento e da inovação).

Promovemos a inclusão efetiva na vida cultural da cidade e do país das comunidades mais negligenciadas e vulneráveis (povos originários, quilombolas e minorias em risco), pensando que a vida cultural de proximidade, com suas práticas culturais, deve ser considerada fator básico da convivência, da conexão e da participação social.

A importância da inovação cultural exige a incorporação de agentes culturais nos processos que afetam a inovação social, económica e ambiental, de forma transversal, de forma que as contribuições da criatividade cultural nos processos de inovação e



mudança social ajudem no fomento da utilização das ferramentas de inovação cultural e da ativação dos centros comunitários.

Figura 19. Estratégia Ibero-Americana para a Cultura e o Desenvolvimento Sustentável, AECID, 2022.

A participação no acesso cultural de forma igualitária, de acordo com cada grupo e cada enfoque, permite formular políticas mais adequadas, estimular a oferta cultural em todos os diversos “territórios culturais”, seja aqueles com menos oportunidades e recursos, seja aqueles com dificuldades de acesso à prática da cultura e das expressões culturais, seja em aqueles de maior potencial e impacto na cidade e na cultura belenense.

A proteção social dos processos formais de inclusão laboral, com vantagens sociais para trabalhadores culturais de jovens, e de populações desfavorecidas, pensando melhorar a proteção social dos artistas, intérpretes, difusores, artesãos e todos os outros profissionais da cultura. A agenda pretende estimular a criação de novos planos para a incorporação da população desfavorecida nos processos de formalização do emprego cultural a través da inovação, da economia circular e do uso das novas tecnologias, construindo um “estatuto laboral do trabalho artístico e criativo” como estratégia para consolidar o emprego e a dignidade desse importante sector económico de interesse social e, cada vez mais, ambiental, fundamental para reconectar homem e natureza.

Mas uma das estratégias mais importantes dentro da Agenda Urbana que apresentamos consiste na revisão das políticas culturais na conceção de um urbanismo inclusivo que identifique o habitat como espaço de convivência e geração de cidadania, mas também



como espaço de inovação, e de construção de uma estratégia urbana e planetária de desenvolvimento sustentável. Os serviços culturais começam nos bairros urbanos, vão desde o local até o global, estabelecendo ações e programas compensatórios para áreas urbanas com elevados índices de necessidades sociais, fomentando as práticas culturais para a consolidação e requalificação do espaço público (desde a perspectiva da paisagem), e contribuindo para concretizar as ações específicas que reconectam o urbano com o mundo rural, e a cidade com sua área metropolitana, e essa, a metrópole, com as pequenas e médias cidades do estado e da Amazônia.

A inclusão de todas as identidades culturais que coabitam no território metropolitano, e no centro urbano de Belém, exige reconhecer as diversas identidades desses territórios, como base para criar políticas de defesa da socio diversidade, e um quadro de convivência e respeito dessa riqueza, tão importante e significativa no contexto que nos ocupa, nas suas diversas escalas, desde a urbana, Belém, até a regional, o Amazonas.

A incorporação do diálogo intercultural na resolução dos conflitos sociais e na convivência territorial coloca a cultura como protagonista dos processos de resolução dos conflitos sociais, mas também ambientais e econômicos, entendendo a diversidade cultural a nível local e global como uma parte fundamental do patrimônio cultural, e da identidade e da memória dos sítios.

O investimento em ações a favor da educação artística e cultural, nos âmbitos da arquitetura e do urbanismo, da dança, da música, do teatro, da escultura, da literatura, das artes visuais, com especial foco na fotografia, no cinema e também no patrimônio cultural reinterpretado, permitirá incorporar as competências culturais básicas que devem ser adquiridas pelos estudantes na sua escolarização, e após a sua formação universitária, com motivo de reforçar as estruturas de formação e pensamento em todas as dimensões da cultura e das artes, gerais e especializadas, facilitando assim o acesso das crianças e dos jovens, das comunidades vulneráveis e das minorias, às diferentes manifestações e serviços educativos, científicos, tecnológicos, culturais e ambientais, a través dos novos equipamentos e serviços previstos para a cidade e para seu entorno (principalmente nas intervenções das Docas e do Parque da Cidade, mas também nos parques, nos outros equipamentos culturais, nos lugares e espaços relevantes do patrimônio cultural e natural, e outros).

O objetivo é por tanto aquele de estabelecer regulamentações para a redução da fratura digital e cultural e reforçar as metas 1.2 / 1.3 / 1.4 / 1.5 / 4.7 / 8.3 / 8.5 / 9.5 / 10.2 / 10.3 / 11.1 / 11.3 / 11.a / 11.b dos ODS da ONU, para enfrentar a desigualdade, integrar as comunidades vulneráveis, promover a educação e a inovação cultural, a participação e a proteção social, uma agenda urbana sustentável e resiliente, que contribua desde a cultura a combater os impactos das mudanças climáticas e aproveitar as novas oportunidades, reforçando a diversidade e a identidade culturais.

## **A dimensão ambiental.**

*A diversidade cultural manifesta-se em identidades que organizam territórios e mundos simbólicos, inseparáveis dos seus contextos naturais, e representa a experiência humana acumulada sob a forma de sabedoria, memória e consciência histórica (Secretaria General Iberoamericana, MAEC, 2022).*

A dimensão ambiental da cultura constitui-se como a base para pensar o desenvolvimento sustentável e o combate aos riscos e o aumento da resiliência das cidades e territórios mais vulneráveis, ribeirinhos e litorâneos, como Belém de Pará, e as cidades e povoações de um Estado de mais de 1,25 milhões de km<sup>2</sup>, o segundo estado do Brasil por tamanho, mas apenas o noveno por povoação (8,27 mi de hab).

### Envolvente natural, a paisagem cultural.

A relação da cultura belenense com o seu meio envolvente e com a natureza amazônica tem uma grande influência nas suas formas e valores, que configuram cosmovisões particulares e modos de compreender e se relacionar das pessoas com o entorno, caracterizando e associando os grupos com seu contexto. Essa visão paisagística é especialmente relevante no contexto de nossa proposta já que integra a dimensão cultural, natural, simbólica, e sensível do património cultural, mas também a sociedade, a economia e o meio ambiente.

A coordenação das medidas de proteção do património ambiental e cultural a través do paradigma das paisagens culturais permite integrar a diversidade natural e aquela cultural, junto com os valores, símbolos, documentos, tradições, saberes e outros instrumentos e encaminhamentos tradicionais das culturas que vem dialogando nestes territórios.

### Quarto pilar do desenvolvimento sustentável

Dessa forma, o património e a cultura podem ser considerados como um quarto pilar ou dimensão do desenvolvimento sustentável, ou como uma argamassa que liga essas dimensões tradicionais sob o paradigma da paisagem, na medida em que contribui com a sua adaptabilidade para integrar todos os recursos disponíveis de cada sociedade.

### Instrumentos culturais para uma sustentabilidade cultural

Vista desde essa perspectiva paisagística, a Cultura aporta processos, olhares e dimensões específicas em relação à sustentabilidade ambiental porque, para além de tentar manter o próprio sistema cultural, também acrescenta a capacidade humana de o alterar através da expressividade artística, da inovação, da participação, do diálogo e da criatividade.

Devemos aumentar os esforços e instrumentos a disposição da sociedade para assumir os desafios das mudanças climáticas, integrando os saberes ancestrais e tradicionais no tratamento dos impactos derivados das mudanças climáticas e das crises ambientais com as ferramentas que nos oferece a sociedade informacional.

A sustentabilidade cultural surge como uma necessidade e um novo desafio para a sua inclusão no debate sobre o desenvolvimento sustentável. A cultura deve entrar no debate sobre o meio ambiente, como quarto pilar do discurso sobre desenvolvimento para assim poder estabelecer políticas e estratégias de efeito real sobre as cidades, os territórios e sobre as sociedades que as habitam.

### Agenda Urbana

É urgente abordar os problemas socioambientais que ameaçam a sobrevivência da vida no planeta e a COP30 deve ser entendida como uma grande oportunidade para discutir

o papel das cidades, dos diferentes grupos sociais, e dos múltiplos olhares, na procura desse modelos sustentáveis. Para tal, é necessário valorizar a estreita ligação existente entre cultura e o entorno, entre o meio ambiente natural cultural e as sociedades e grupos que os habitam.

Pensando na COP30, a sustentabilidade deve ser uma prioridade para pensar a Agenda Urbana de Belém do Pará, sempre desde o filtro da ideia da paisagem cultural, sua principal expressão e ao mesmo tempo seu principal instrumento de intervenção. Devemos reforçar a ideia de promover uma economia verde, circular, digital e solidária que tenha em consideração os limites do crescimento e os potenciais do território amazônico na criação de novas formas e modelos de vida,



Figura 20. Natureza e Cultura se encontram permanentemente na cidade de Belém construindo um verdadeiro patrimônio paisagístico, integrado e sustentável.

Dessa forma, a partir da Agenda Urbana de Belém, poderemos trabalhar na criação de novas agendas urbanas para os desafios da mudança climática por forma a incluir a cultura no desenvolvimento sustentável. A cooperação entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais será especialmente importante nesse desafio para definir os novos modelos de desenvolvimento sustentável baseados na bioeconomia e nas novas estruturas urbanas, arquitetônicas, de se relacionar o homem e seu entorno.

#### [Desenvolvimento sustentável.](#)

A nível global estamos a consumir mais recursos e a produzir mais resíduos do que o planeta pode gerar e processar, e Belém e a Amazônia tem que oferecer novos modelos de desenvolvimento sustentável que pensem na sociedade, na economia e na saúde do planeta. Esse modelo de desenvolvimento sustentável que estamos querendo propor a través da Agenda Urbana deve considerar a defesa da diversidade (ambiental e social também) como um dos seus principais objetivos, mas também como uma das suas principais riquezas,

Gerar uma cultura de sustentabilidade é um projeto premente, onde o setor cultural tem uma grande responsabilidade ao integrar essas dimensões ambientais e ecológicas, simbólicas e sensíveis, nas agendas, nas suas diversas escalas, resolvendo as exigências dos ODS da ONU e do combate as mudanças climáticas, revendo as nossas

práticas e formas de gestão, a fim de reduzir os custos, os impactos e as emissões, mas propondo ações de compensação e requalificação que possam contribuir para um mundo melhor, a que a emergência climática e as diversas crises sociais, económicas e ambientais obrigam.

As áreas que fazem parte da dimensão ambiental da cultura, colocando-a em relação com o desenvolvimento sustentável começam pela contribuição do sistema cultural para a discussão, promoção e resolução da emergência climática. A definição do conceito da sustentabilidade cultural se faz necessária como passo prévio a sua inclusão na discussão sobre novos modelos de desenvolvimento sustentável. A promoção de práticas sustentáveis na gestão e produção da cultura e da arte, permite controlar e minorar os impactos ambientais e fomentar modelos mais ecoeficientes de economia criativa.

#### Biodiversidade e socio diversidade

Baseado na proteção da diversidade biológica e cultural, apelando e aproveitando à riqueza e variedade dos diferentes ecossistemas, e das identidades dos povos que organizam esses territórios e mundos simbólicos e sensíveis (que acolhem profundos valores humanos e ecológicos), inseparáveis dos seus contextos naturais, e representantes da importância das tradições e das experiências humanas acumuladas na forma de saberes, memórias e consciências históricas, culturais e ecológicas.



Figura 21. A paisagem belenense se movimenta entre o rio, as orlas litorâneas, verdes ou construídas, e a metrópole que já supera os 2,5 milhões de habitantes.

#### Riscos ambientais e culturais

É importante contar com formas de prevenir os impactos culturais e ambientais de alguns tipos de desenvolvimento industrial e os impactos sobre os grupos culturais e comunidades, cujo ambiente e habitat são alterados por certos tipos de progresso com impacto na vida cultural dessas coletividades.

As transformações do sistema económico criam problemas de diferentes géneros tais como migrações, deslocamentos, êxodos, etc.... que afetam os ecossistemas cultural e natural. Da mesma forma, também a criação, produção, e divulgação culturais podem contribuir para processos de resiliência e regeneração ambiental com vista a um futuro mais equilibrado entre sociedade, cultura e natureza. A defesa do património cultural é indissociável da proteção e valorização do património natural, simbólico ou sensível dos povos. Essas múltiplas dimensões criam as paisagens que são o resultado da ação e interação de fatores naturais e/ou humanos, materiais e imateriais, mas que se manifestam como expressões tangíveis da ligação entre o homem e o ambiente.

E importante considerar os impactos culturais nos processos de migração rural-urbana, das migrações climáticas, das pandemias e de outros impactos sociais e demográficos associados a motivos e mudanças ambientais. Dessa forma poderemos trabalhar na prevenção dos processos de desertificação física e cultural do território e na construção de modelos mais sustentáveis.

A diversidade cultural manifesta-se em identidades que organizam territórios e mundos simbólicos, inseparáveis dos seus contextos naturais, e representa a experiência humana acumulada sob a forma de sabedoria, memória e consciência histórica, que pode ser analisada e ordenada a través da ideia de paisagens e territórios. A partir de aí devemos integrar a cultura na agenda local da mudança climática no âmbito da Nova Agenda Urbana (Habitat III), estimulando a participação do setor criativo no desenvolvimento sustentável local, utilizando a vida cultural local como instrumento de inovação cidadã e para melhoria da qualidade de vida.

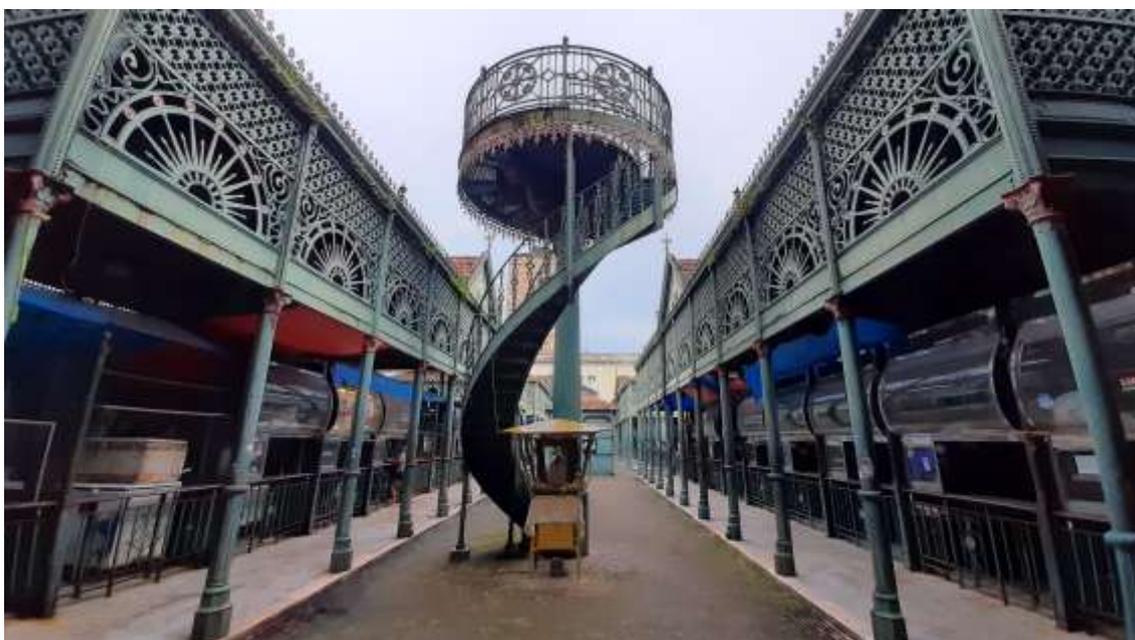


Figura 22. O Mercado do Ver-O-Peso integra o patrimônio material e imaterial, mas também o simbólico e o sensível, criando verdadeiras pontes entre cultura e natureza, entre as tradições indígenas e os diferentes povos que constroem o enorme quebra – cabeça de Belém de Pará.

Faz-se necessária uma maior cooperação entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais na procura de novos modelos de desenvolvimento sustentável, reforçando as estruturas de investigação e de gestão do conhecimento, repensando os conhecimentos e tecnologias tradicionais no contexto dos conhecimentos e tecnologias hoje disponíveis, e tirando da natureza e das atividades artesanais ideias adaptativas, biónicas, em termos contemporâneos.

A coordenação das medidas de proteção e requalificação do património ambiental e cultural, sob o paradigma das paisagens culturais permitirá o uso da ideia da paisagem cultural como um elemento integrado no ambiente y como base para a implementação das diferentes políticas territoriais. Todo estaria em relação com os ODS e as metas Relação com os ODS e metas Relação com os ODS e metas 4.7 / 8.4 / 10.2 / 10.3 / 10.7 / 12.5 / 11.1 / 11.a / 11.b / 11.3 / 11.4 / 12.6 / 12.7 / 13.1 / 13.b / 13.2 / 13.3 / 15.9 / 17.4.

## Transversalidades e transdisciplinaridades

*"Quem se inicia na vida acadêmica conhece a forma como Piaget considera o trabalho em grupo, classificando-o em três tipos de agrupamentos de disciplinas em um mesmo objeto de conhecimento científico: a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. A primeira é a aglomeração de várias disciplinas voltadas isoladamente para o estudo de determinado elemento, sem, contudo, lograr obter a interligação entre cada uma delas. Cada matéria contribui com as informações de seu campo de conhecimento, sem uma expressiva integração entre cada uma delas.*

*A interdisciplinaridade é uma forma de abordagem que estabelece e articula interações entre um número maior de disciplinas especializadas, proporcionando um trabalho muito mais rico e estruturado: os conceitos estão organizados em torno de unidades mais globais, de estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas por várias disciplinas. É uma busca de compreensão da complexidade, indispensável a quem trabalha com a paisagem.*

*A transdisciplinaridade procura, mais do que isto, uma nova compreensão da realidade. Na transdisciplinaridade, a cooperação entre as inúmeras disciplinas torna-se tão forte que fica quase impossível destacarem-se umas das outras. A individualidade de cada disciplina é respeitada, todas se interpenetram e ultrapassam a realidade do objeto de estudo. Neste conceito, de muito maior complexidade, ocorre a interação máxima entre as diferentes matérias sem prejuízo para cada contorno e individualidade. Cada matéria colabora para um saber comum, da forma mais completa possível, sem que se transformem em uma única disciplina.*

*Segundo a Carta da Transdisciplinaridade, elaborada pela UNESCO em 1994, a transdisciplinaridade não procura o domínio sobre várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as perpassa e ultrapassa.*

*Os sítios e paisagens só podem ser percebidos de forma ampla e abrangente dentro de uma visão transdisciplinar que reúna, dentre outros, informações sobre geografia, geologia, geomorfologia, hidrologia, edafologia, flora, fauna, ecologia, fatores sociais e culturais, economia, turismo..."*

*(De Moura Delphim, 2004)*

A transversalidade e transdisciplinaridade são formas de agir e um quadro para a abordagem de problemas complexos como o desenvolvimento humano sustentável numa visão ampla e integradora, transversal e dialogante. Quase todas as instituições, de todos os tipos, estão organizadas sob a forma de departamentos ou especializações, cada vez mais especializados e mais isolados, no fundo da pirâmide do conhecimento, onde é difícil enfrentar alguns dos atuais desafios de uma sociedade complexa e globalizada. Por este motivo, é importante introduzir metodologias de trabalho transdisciplinares que obriguem os agentes das diferentes áreas de conhecimento a partilharem os seus recursos e conhecimentos com os outros, de forma transversal, holística, a fim de alcançarem os objetivos estabelecidos e integrar as ciências, as tecnologias e as artes.

A transversalidade exige convicção e modéstia para obter resultados eficientes onde é imprescindível a colaboração e participação de diferentes agentes para atingir um objetivo comum. A cooperação pode ser entendida como um verdadeiro intercâmbio entre as partes e, nesse sentido, a transversalidade é um *modus operandi* que facilitará o diálogo para a reflexão conjunta e a valorização de diferentes agentes, culturas e saberes ao serviço de uma resposta partilhada. Assim, a EICDS propõe que, para além

de trabalhar nos seus eixos e áreas, estes se relacionem com transversalidades que se propõe tenham presença e consideração em cada um dos campos de ação a partir de uma abordagem diferencial. Até agora, já se definiram as seguintes transversalidades:

### Gênero

Apesar dos esforços para implementar os Direitos Humanos e de todos os reconhecimentos a favor da igualdade de gênero, é importante situar esta abordagem na agenda cultural de Belém e pensar o desenvolvimento de políticas de gênero como a expressão de uma política ativa e a contribuição para o Objetivo 5 da Agenda 2030.

É imperativo pensar a cultura e a cidade desde a perspectiva feminina e identificar as formas de discriminação contra as mulheres e as meninas na cultura para combater estas tendências.

Há realidades em que as mulheres não têm o mesmo acesso às expressões culturais nem à criação artística, nem a paisagem, ou a um meio ambiente saudável, para se expressarem em diferentes linguagens e códigos culturais. As mulheres são impedidas de participar em condições de igualdade em muitas atividades do espaço público, nas áreas livres ou até em eventos culturais tradicionais e modernos. Por seu lado, muitas expressões culturais contribuem para perpetuar estereótipos de gênero nos seus respectivos universos como forma de discriminação contra as mulheres e meninas, face a outras atitudes que os procuram subverter.



Figura 23. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas (UFPA)

A representação estereotipada das mulheres e a sua associação a certos papéis de gênero é avassaladora nas manifestações artísticas tradicionais, na história, no património cultural, etc., mas também nas práticas contemporâneas (novos géneros musicais, etc.). Apesar da falta de visibilidade histórica a que estão sujeitas, a visão e as contribuições das mulheres para a arte, meios de comunicação, artesanato, música, etc., é muito importante e significativa para a compreensão da cultura contemporânea e ao mesmo tempo uma forma de aceitar a diversidade interna na vida cultural.

A criação cultural em geral, as indústrias e os sistemas culturais não possuem políticas ativas a favor da igualdade de gênero, tal como se pode observar nas manifestações culturais nacionais e internacionais (festivals, exposições, bienais de arte, etc.). O



sistema cultural, bem como outros setores económicos, contribui para perpetuar a diferença salarial como uma forma inaceitável de discriminação em todos os países do mundo, atribuindo assim menos valor social ao trabalho realizado pelas mulheres.

A desigualdade nas relações de poder restringe assim as opções de autonomia das mulheres, o seu acesso e controlo dos recursos e rendimentos e a sua capacidade de decisão e participação no âmbito cultural. Se pretendermos um desenvolvimento humano sustentável, é importante situar o objetivo da igualdade entre homens e mulheres como um elemento imprescindível para as políticas com incidência na dimensão cultural, social e ambiental do desenvolvimento.

É urgente facilitar o acesso das mulheres à formação e aquisição de competências culturais, em pé de igualdade, para que possam participar ativamente na vida cultural. O acesso a bens e serviços culturais de todos os tipos deve ser garantido a toda a população, tendo particularmente em conta a participação paritária na tomada de decisões e nos cargos de liderança das instituições culturais.

Do ponto de vista do desenvolvimento cultural sustentável, a perspectiva de género é essencial, pois o setor cultural é um setor onde as mulheres, para além das suas contribuições para a criatividade, podem encontrar emprego e contribuir para melhorar o seu rendimento pessoal. Da mesma forma, a cultura oferece espaços para o empoderamento das mulheres e das meninas, assumindo responsabilidades nos processos de empreendedorismo e autoemprego. Relação com os ODS e metas 5.1 / 5.2 / 5.4 / 5.5 / 5.a / 5.b / 5.c / 8.5 / 8.8 / 13.b

### **Juventude e relações intergeracionais**

Pensar na sustentabilidade não é apenas pensar no futuro, é conceber um presente diferente, é transformar a realidade que existe na realidade que queremos que exista e na qual somos protagonistas. Conseguir um presente diferente ajudar-nos-á a construir um futuro para as novas gerações, que fazem parte de uma cidadania que é o reflexo daquela que sonhamos construir para o amanhã. A cultura deve ser um campo aberto à participação das novas gerações que contribuem com as suas percepções inovadoras.

As linguagens da cultura são dinâmicas e mutantes e as pessoas jovens interpretam-nas constantemente. A postura continuísta e tradicional da cultura deve dialogar com as novas formas e vanguardas criativas que atualizam e redefinem a cultura. As pessoas jovens de hoje relacionam-se com a cultura na perspectiva de uma realidade em mutação e, muito mais, quando as atuais pessoas jovens são filhas da sociedade da informação e foram digitalmente capacitadas desde a infância.

Este facto dá-lhes uma perspectiva diferente, com enorme potencial para incidir no desenvolvimento. Do mesmo modo, há pessoas jovens no mundo que não têm acesso à sociedade da informação e que se arriscam a uma marginalização digital de suma importância para o desenvolvimento sustentável. As pessoas jovens criadoras podem não se identificar com as instituições culturais tradicionais nem com os serviços oferecidos a nível público e privado. Necessitam de acesso a outras práticas criativas, diferentes das clássicas, pelo que se exige uma atenção adequada a fim de assegurar a sua participação na vida cultural.

Identificar as necessidades das pessoas jovens para a cultura é uma forma de construir um pensamento do futuro, fomentando a sua participação através da educação, da

formação de competências e dando acesso às tecnologias e serviços digitais que os colocam nas redes internacionais.

Este contexto favorece novas práticas culturais a partir de linguagens e registos estéticos diferentes como exercício de inovação e transformação, onde podem surgir novas formas de apropriação da cultura e de incidência em espaços diferentes por parte dos jovens.

É necessário mobilizar as pessoas jovens para construir uma nova cidadania cultural no contexto global e no quadro da solidariedade, do diálogo intercultural entre os jovens e da coesão intergeracional. E para o conseguir, é também necessária a colaboração das gerações que as precedem no desempenho cultural institucional e a nível comunitário.

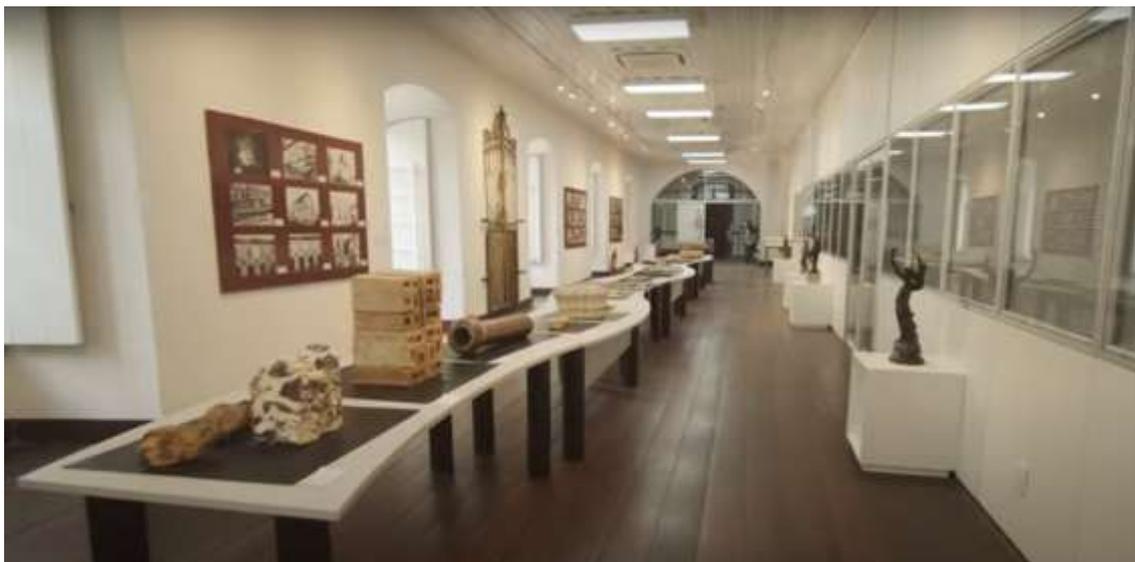


Figura 24. Exposição do LACORE sobre Patrimônio do Mosteiro dos Mercedários durante o Seminário Internacional que mostra o carácter transdisciplinar deste laboratório da UFAP.

A consideração das novas gerações exige uma grande interação com a educação, bem como a incorporação da formação cultural no sistema educativo e na educação não formal. É necessário gerar capacidades culturais de acordo com as necessidades de hoje e do futuro. É também necessário facilitar a estruturação de organizações juvenis com impacto na cultura e a participação das pessoas jovens na condução dos assuntos culturais para valorizar o potencial da cultura como fator de desenvolvimento. Isto deverá permitir dispor de oportunidades para as pessoas jovens na participação na vida cultural e no acesso ao emprego digno, cultural e criativo. Relação com os ODS e metas 4.4 / 8.5 / 8.6 / 8.b / 13.b

### **Inovação social**

Os diferentes processos que incidem na criatividade e inovação estão estreitamente relacionados com a cultura de proximidade e as relações de confiança. A cultura é um elemento que incide na convivência, na vida cultural e na criação de estruturas de coesão social. A vivência das identidades culturais, num ambiente de respeito pelos direitos fundamentais, é imprescindível para melhorar as condições de vida da população.

A cultura incide na representação simbólica da vida em comum, na constituição de cidadania e nos sistemas de governação democráticos e respeitadores da diversidade



cultural. A habitual contribuição da cultura e das políticas culturais para a coesão social, o respeito mútuo e a paz deverão adaptar-se aos novos contextos locais e globais.

A construção da coesão social exige da cultura uma função proativa de incidência nos problemas urbanos contemporâneos das nossas sociedades, especialmente em aqueles referentes a qualidade do ambiente e do nosso entorno. Não nos podemos esquecer de que a maior parte dos riscos e dos atuais conflitos têm uma dimensão cultural e uma possibilidade de incidência a partir da cultura e da criatividade.

Uma governação cultural democrática, ao serviço da coesão social, exige novas formas de políticas culturais para a aceitação de realidades interculturais. O exercício dos direitos culturais é a base de um novo pacto social da cultura como fundamento para o reconhecimento de uma cidadania cultural.

O direito a participar na vida cultural, em conformidade com o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), garante um espaço para a convivência na diversidade cultural e um laboratório para a inovação social ao serviço dos problemas atuais. O acesso aos bens e serviços culturais, em pé de igualdade, é a expressão de uma democracia cultural. A atenção aos grupos sociais e coletivos mais vulneráveis no seu processo de integração e acesso à vida cultural das suas comunidades é imprescindível para a consolidação de uma cidadania cultural.

A função das cidades como espaços criativos (cidades criativas) é essencial para a configuração de um quadro de inovação social, bem como para a compreensão do espaço público como instrumento de respeito ao serviço do interesse geral e das vivências de coesão social. A convivência cultural exige o respeito da criação artística e das diversas expressividades culturais. A dimensão comunitária da cultura contribui para a procura de soluções para os problemas sociais através da criatividade e da prática cultural, ajudando a ultrapassar as desigualdades. Os processos de participação na vida cultural permitem responder à satisfação das necessidades culturais e à geração de capacidades para enfrentar a iniquidade em relação à cultura.

Um ambiente de respeito pela cultura e criatividade contribui positivamente para a prevenção e resolução de todo o tipo de conflitos. Uma atmosfera de reconhecimento do “outro” num ambiente de diversidade cultural permite fazer avançar formas de construção de ambientes positivos para a paz e a reconciliação. Permite um reconhecimento aberto da memória coletiva, do património e das formas e saberes culturais como fundamento do respeito cultural e intercultural ao serviço da convivência.

### **Sociedade digital**

As transformações da era da informação, e os desenvolvimentos tecnológicos correspondentes, provocaram uma verdadeira revolução social com um significativo impacto na cultura. As formas de criação, produção, divulgação e consumo de bens e serviços culturais sofreram uma verdadeira mutação a alta velocidade e com impacto local e global. O setor cultural caracteriza-se pela capacidade de manter formas ancestrais e tradicionais internas com a incorporação de estratos ou camadas novas que alteram o seu funcionamento. Observam-se as oportunidades da era digital para a expressão, contacto e comunicação de realidades culturais em contextos globais, especialmente para culturas com poucas possibilidades de incidir para além dos seus ambientes e de contribuir para a diversidade cultural como património da humanidade.



Para integrar estas transformações no desenvolvimento sustentável, é necessário analisar os sistemas e estabelecer estratégias para o futuro, realizando diagnósticos e mapeamentos das repercussões da revolução digital a nível global e particularmente dos seus efeitos sobre os países menos desenvolvidos.

É necessário formular transformações regulamentares e legislativas para promover e proteger as culturas e as suas indústrias nestes países, a fim de evitar que essas transformações possam provocar uma nova fratura social. Podemos afirmar que atualmente o setor cultural atua pouco ou reage tarde aos desafios da revolução digital.

É necessário fomentar uma atitude mais proativa no sentido de encontrar formas de proteger e promover as indústrias criativas neste ambiente dinâmico, a partir de uma avaliação dos impactos negativos e positivos nas diferentes sociedades a nível geográfico e geral. Deve dar-se uma especial atenção à situação nos países com mais problemas de proteção contra a dependência digital.

A revolução digital e computacional tem um potencial para a cultura e a criatividade que, em áreas menos centrais, exige apoio e incentivos para os processos de adaptação tecnológica das indústrias culturais locais. É necessário manter a sua localização - para evitar a diáspora -, investindo em recursos e meios que lhes permitam continuar o seu processo de produção com impacto local num ambiente globalizado. E também integrar o impacto da digitalização num maior acesso à produção audiovisual autónoma e à criação de meios de comunicação próprios em certas sociedades.

Também se sugere o estudo de linhas de ação para a cooperação cultural para o desenvolvimento a nível internacional a propor às agências e intervenientes por forma a neutralizar os cenários desfavoráveis. Isto considerando que as tecnologias da comunicação representam uma oportunidade para uma maior presença das culturas marginalizadas ou excluídas no contexto internacional.

É evidente que a revolução digital teve um grande impacto na criação de empresas e indústrias culturais em áreas afastadas das dinâmicas internacionais clássicas.

Esta revolução digital incide nas formas e comportamentos culturais da população de diferentes ambientes ou realidades. Aceitar estes impactos requer um esforço para os integrar na vida cultural, principalmente para a incorporação de pessoas mais jovens. Para tal, será necessário conceber políticas que equilibrem as formas e práticas culturais tradicionais com os novos sistemas digitais que alteram uma certa forma de vida cultural.

Em muitos países, a formação de competências digitais ao serviço da cultura e da criatividade é um importante fator de incidência no desenvolvimento humano sustentável. É determinante que possam aceitar a revolução digital e os seus efeitos como novas oportunidades para a inovação e o desenvolvimento em contextos desfavoráveis.

A já mencionada fratura digital não ocorre apenas dentro dos países, deixando áreas em clara desvantagem devido a problemas de conectividade. Também corremos o sério risco de ficarmos para trás como espaço cultural se não decidirmos, com políticas e orçamentos, abordar a criação de plataformas regionais que distribuam e difundam os processos culturais com a mesma força com que o fazem outros “espaços culturais” com maior presença e capacidade de congregar audiências de forma estável.

## **Ciência, conhecimento e diálogo de saberes**

As grandes transformações culturais resultam das inovações científicas que antecedem as mudanças de comportamento. A cultura incide na forma como o desenvolvimento dos avanços científicos é apropriado pela comunidade, conseguindo que, se os avanços não forem distribuídos de forma equitativa, se criem crescimentos desequilibrados. Se não integrarmos as políticas culturais como eixo do desenvolvimento, a igualdade ficará de fora dos processos de distribuição do conhecimento, provocando grandes lacunas sociais.

O desafio tecnológico que o Espaço Cultural Ibero- Americano enfrenta deve ser acompanhado pela construção de um espaço de conhecimento capaz de incluir tanto territórios abandonados quanto grandes setores da população que nunca foram tidos em conta ao repensar os modelos de inovação social.

O conhecimento deve ser transformado em riqueza social, sendo as políticas culturais imprescindíveis para atingir esse objetivo. Os avanços científicos devem respeitar as condições naturais do planeta, a obtenção do bem-estar comum e a capacidade de respeitar valores humanistas e de solidariedade que contemplem as gerações futuras, a partir do respeito pelas atuais.

Para tal, a transversalidade da ciência deve assegurar a valorização e o reconhecimento dos saberes locais e das tecnologias tradicionais. E também para a divulgação e transferência dos conhecimentos, procurando que as novas tecnologias sirvam para resolver problemas críticos para o desenvolvimento, promovendo investigações associadas e elaboradas em cooperação com outros grandes esforços para alcançar o bem comum.

Como nunca antes tinha acontecido na espécie humana, a ciência e a tecnologia são o motor da mudança. Se o acesso aos seus resultados for desigual, a fratura social terá um impacto decisivo no aumento da exclusão e da marginalização. A importância da ciência é crucial para a resolução dos problemas atuais e futuros.

O respeito pelos conhecimentos tradicionais, bem como a inclusão de novos conhecimentos, gerados a partir de desenvolvimentos tecnológicos, devem ser a base das políticas de cultura e do crescimento equitativo. O conhecimento e a cultura sempre tentaram - e devem continuar a tentar – caminhar em harmonia. Os mitos e a ciência alimentam-se mutuamente, a realidade e a ficção estão unidas em todas as culturas que conhecemos. Alcançar um desenvolvimento uniforme, equilibrado e em consonância com os novos desenvolvimentos e inovações é uma tarefa difícil, mas imprescindível para evitar que grandes grupos fiquem desfasados e ancorados nas tradições e esquemas do passado. Temos de aprender a encontrar a sua melhor integração no desenvolvimento das novas descobertas.

## **Diversidade territorial**

Podemos considerar o contexto como o conjunto de peculiaridades que caracterizam um ambiente definido num determinado momento como resultado das particularidades físicas e humanas do seu território. O contexto é o resultado da evolução do meio natural e da sua relação com a construção humana que incide na existência de um território, uma organização social e, neste caso, uma vida cultural.

Apesar das evoluções e dos processos de unificação, os nossos países caracterizam-se por terem uma grande diversidade de contextos - territórios em comunicação. Existe

uma relação complexa entre os princípios gerais dos direitos e obrigações de cada sociedade com a necessária resposta a contextos diferentes. Neste sentido, a complexidade da realidade social e cultural de hoje exige a aplicação do princípio da diferenciação de contexto ou território. O princípio de aplicar as respostas e soluções mais próximas dos contextos, com decisões de proximidade, obriga-nos a um processo permanente de adaptação que deve ser exercido pelas políticas públicas no quadro geral. A globalização aproximou e inter-relacionou os contextos, mas também definiu as diferenças, o que permite ultrapassar barreiras históricas ou distâncias físicas, mas também valorizar a diversidade biológica, cultural e territorial como um património comum a preservar.

O desenvolvimento cultural sustentável requer a contribuição dos diferentes contextos a todos os níveis. A necessária integração das diferenças entre o território urbano e rural deve ser acompanhada pela diversidade de contextos em que cada um contribui com as suas particularidades para um processo conjunto de incidência no desenvolvimento. Neste sentido, é necessário conceber o ambiente rural não só como um espaço de tradições culturais que se devem proteger, mas também como um polo de novas criações.



Figura 25. Vitorias regias, amazônicas, no Museu Emilio Goeldi, como mostra da diversidade ecológica e ambiental da cidade e do conjunto.

Da mesma forma, às características das dimensões físicas, ambientais e paisagísticas, devemos acrescentar a diversidade cultural estreitamente ligada à sua relação com a natureza e às formas de povoamento do território; bem como a influência do clima, os efeitos da mudança climática e os riscos naturais como formas de compreender a sua repercussão na vida cultural e nos modos de aplicação das políticas e serviços culturais.

Aceitando a existência de diferentes contextos - territórios - é possível integrar as potencialidades de cada um deles como forma de sinergia entre territórios diferentes.

Para além das leituras ambientais, é necessário considerar os eixos de proximidade e afastamento dos centros de decisão, a realidade das comunicações, a mobilidade em todos os sentidos, as condições de acesso aos sistemas de disputa da internet e a possibilidade de manter modos de vida próprios.

O desenvolvimento sustentável é o resultado da integração de múltiplas contribuições de diferentes territórios, a partir das suas singularidades. Assim, os mesmos modelos ou itinerários não existem e a sua força manifesta-se na adaptabilidade da ação ao seu contexto.

### **A crise da COVID-19 e o seu impacto**

A pandemia da COVID-19 merece uma atenção especial devido à sua importância em termos de saúde e de extensão territorial, que afetou realidades muito diferentes do



Espaço Cultural Ibero-Americano. Ainda é cedo para avaliar os efeitos da pandemia a nível geral ou nos sistemas culturais da região, mas prevê-se que a sua transcendência tenha sido significativa. Por este motivo, propõe-se a integração das repercussões desta crise como mais uma transversalidade desta Estratégia, a fim de considerar a sua grande repercussão social e cultural, e a sua influência nos futuros cenários que os nossos sistemas culturais terão de assumir.

A relação com o complexo mundo da saúde, agora global, e com as alterações climáticas, exige que os sistemas culturais se comprometam e contribuam para esses grandes desafios da humanidade. A este respeito, teremos de aumentar a solidariedade global e novas formas de cooperação cultural internacional.

A pandemia evidenciou a inexistência de fronteiras e desenhou uma realidade de grande interdependência dentro de um mundo cada vez mais globalizado. Neste contexto, as políticas culturais têm de sofrer readaptações consideráveis nas suas abordagens a nível interno, bem como nas suas relações culturais internacionais.

Esta transversalidade, metodologicamente obriga a incorporar os efeitos e impactos da COVID-19 em diferentes aspetos da vida cultural das nossas cidadanias. Entre outros, podemos destacar a institucionalidade e o financiamento de políticas públicas, e valorizar e integrar as contribuições do sistema cultural para a recuperação económica, o emprego, a recuperação do espaço público e a sociabilidade através da vida cultural.

A pandemia pôs em evidência a fragilidade da cultura na conceção do interesse geral ou do serviço público perante uma crise social e sanitária desta envergadura. A dificuldade de considerar a cultura como um serviço essencial e a rápida reação de reduzir os orçamentos culturais, considerando-os prescindíveis e desnecessários, é o reflexo de uma visão muito fechada.

Por outro lado, apesar das dificuldades, a cidadania manteve a sua vida cultural, procurando formas de satisfazer as suas necessidades culturais, o que evidencia o dinamismo que as pessoas e as comunidades têm para agir culturalmente, e a sua função na manutenção da coesão e da convivência social.

Neste contexto, a cidadania reivindicou a cultura como elemento de utilização do espaço público e de sociabilidade face às lógicas limitações do tratamento da pandemia.

Em geral, a pandemia foi vista como uma oportunidade de renovação e adaptação às novas realidades, mas também como um esforço para recuperar as contribuições do sistema cultural para o desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade mais democrática e equitativa. Relação com os ODS e metas 3.4 / 3.8 / 3.b / 3.c / 3.d / 17.6 / 17.8 / 17.9 / 17.16 / 17.17

## **Estratégias para uma Agenda Urbana e Cultural de Belém 2025.**

Na sequência dos debates no âmbito dos Grupos de Trabalho do Seminário, importa sistematizar os encaminhamentos, soluções e ações sugeridas no sentido de promover e articular um amplo compromisso de política pública participativa para o Centro Histórico de Belém como sede da COP 30 e para um novo modelo de desenvolvimento das cidades na Amazônia comprometido com a agenda verde, uma cidade inteligente, inclusiva e sustentável no universo temporal até 2050.

Deverá ser considerada como base de abordagem a Nova Agenda Urbana das Nações Unidas expressa nos seguintes Objetivos Estratégicos:

1. Ordenar o Território e fazer um uso racional do solo, conservando-o e protegendo-o;
2. Evitar a dispersão urbana e revitalizar a cidade existente;
3. Prevenir e reduzir os impactos das mudanças climáticas e melhorar a resiliência;
4. Fazer uma gestão sustentável dos recursos e favorecer a economia circular;
5. Favorecer a proximidade e a mobilidade sustentável;
6. Fomentar a coesão social e buscar a equidade;
7. Promover e favorecer a Economia Urbana (Ecossistema Urbano);
8. Garantir o acesso à moradia (Ecossistema Urbano);
9. Fomentar a inovação e digital;
10. Melhorar os instrumentos de participação e governança.

Tais objetivos estratégicos devem considerar contextos concretos de Mudanças Críticas que interferem no uso e gestão do território atual, e expressas nos seguintes fatores:

- Mudanças Ambientais e Climáticas;
- Mudanças Sociodemográficas;
- Mudanças Tecnológicas;
- Mudanças Econômicas e Sociais.

Os objetivos estratégicos devem, ainda, considerar os seguintes Desafios Territoriais:

1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável
  - 1.1. Valorizar o capital natural
  - 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano
  - 1.3. Aumentar a resiliência socioecológica
2. Promover um sistema urbano policêntrico
  - 2.1. Afirmar a metrópole e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa
  - 2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna
  - 2.3. Promover a qualidade urbana
3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial
  - 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral
  - 3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização



### 3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço

#### 4. Reforçar a conectividade interna e externa

##### 4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica

##### 4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade

##### 4.3. Dinamizar as redes digitais

#### 5. Promover a governança territorial

##### 5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersetorial e multinível

##### 5.2. Promover redes colaborativas de base territorial

##### 5.3. Aumentar a Cultura Territorial

Entende-se que aquele conjunto de referências estratégicas, mudanças críticas e desafios territoriais, entendidas como campos de preocupação e articulação setorial que deve orientar a formulação das políticas públicas setoriais e as ações a serem empreendidas, podem ser consubstanciadas nos seguintes campos que orientem a formulação de uma Plano Estratégico de curto, médio e longo prazo:

1. ECO01. Marco Normativo;
2. ECO02. Identidade e Memória (Patrimônio cultural e natural, material e imaterial, simbólico e sensível);
3. ECO03. Riscos e Resiliência;
4. ECO04. Desenho Urbano Ecoeficiente;
5. ECO05. Ordenamento do Território;
6. ECO06. Mobilidade Ecoeficiente e Inovadora;
7. ECO07. Equipamentos Sustentáveis – Ecossistema Urbano;
8. ECO08. Serviços Circulares – Cidade Circular;
9. ECO09. Sociedade da Informação;
10. ECO10. Coesão, Participação e Co Governança.

Por isso, o **SEMINÁRIO “BELÉM PAISAGEM CULTURAL - Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável”**, considerou a diversidade territorial de suas áreas continental, fluvial e insular, acervos e territórios históricos e paisagísticos de interesse, e à preservação de sua diversidade ambiental, construtiva e social como princípio.

Eixos estratégicos, ações e atores			Meio ambiente	Socio Cultural	Económico	Tecnológico
ECO1. MARCO NORMATIVO.						
	MN.01	Integração de políticas públicas				
	MN.02	Agilidade dos Processos de Contratação				
ECO2. IDENTIDADE E MEMORIA.						
	IM.01	Patrimônio Cultural				
	IM.02	Patrimônio Natural				
	IM.03	Paisagem				
ECO3. RISCOS E RESILIÊNCIA.						
	RR.01	Estratégia de combate as Mudanças Climáticas.				
	RR.02	Alimentação sustentável				
	RR.03	Riscos a saúde				
	RR.04	Proteção de acervos do patrimônio cultural e/ou natural				
ECO4. DISEÑO URBANO ECOEFICIENTE.						
	DE.01	Regeneração urbana				
	DE.02	Re-Centralidade				
	DE.03	Espaços públicos				
	DE.04	Infraestrutura verde				
ECO5. ORDENAMIENTO do TERRITÓRIO						
	OT.01	Conexiones ecológicas				
	OT.02	Conexiones verdes				
	OT.03	Conexiones azules				
ECO6. MOVILIDAD EFICIENTE.						
	ME.01	Mobilidade fluvial e aérea				
	ME.02	Intermodalidade, jerarquia e recentralização.				
ECO7. EQUIPAMENTOS SUSTENTÁVEIS.						
	ES.01	Inovação e integração digital				
	ES.02	Habitação social				
	ES.03	Equipamentos turísticos				
	ES.04	Equipamentos socio-culturais				
ECO8. SERVIÇOS CIRCULARES.						
	SC.01	Serviços Azuis				
	SC.02	Serviços de resíduos				
	SC.03	Conexiones energéticas				
	SC.04	Redes de distribuição				
ECO9. SOCIEDAD INFORMACIONAL.						
	SI.01	Cobertura universal de dados				
	SI.02	Sistema de comunicações da UFPA, conexão rural				
	SI.03	Cultura sustentavel				
	SI.04	Telecomunicações por satélite				
	SI.05	Fomento de serviços web on-line				
ECO10. PARTICIPACIÓN Y CO-GOVERNANZA.						
	PG.01	Programas de Educação				
	PG.02	Plataformas de Planificación Colaborativa				
	PG.03	Plataformas de Gestión Colaborativa (PPP)				
<b>TEMA: PAISAGEM CULTURAL E SUSTENTABILIDADE</b>						

Figura 26. Eixos e subeixos propostos, e os pesos dominantes de suas dimensões social, económica, ambiental e tecnológica. Elaboração própria

#### 4. Abordagem Estratégica: eixos, subeixos e ações.

A abordagem estratégica para o desenvolvimento de Belém do Pará pode ser organizada em eixos, subeixos e ações que visam promover o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população, entendendo a paisagem como paradigma, e como forma de entender as complexidades e a capacidade de integração do espaço quando analisado e pensado desde esse olhar holístico e integrado.

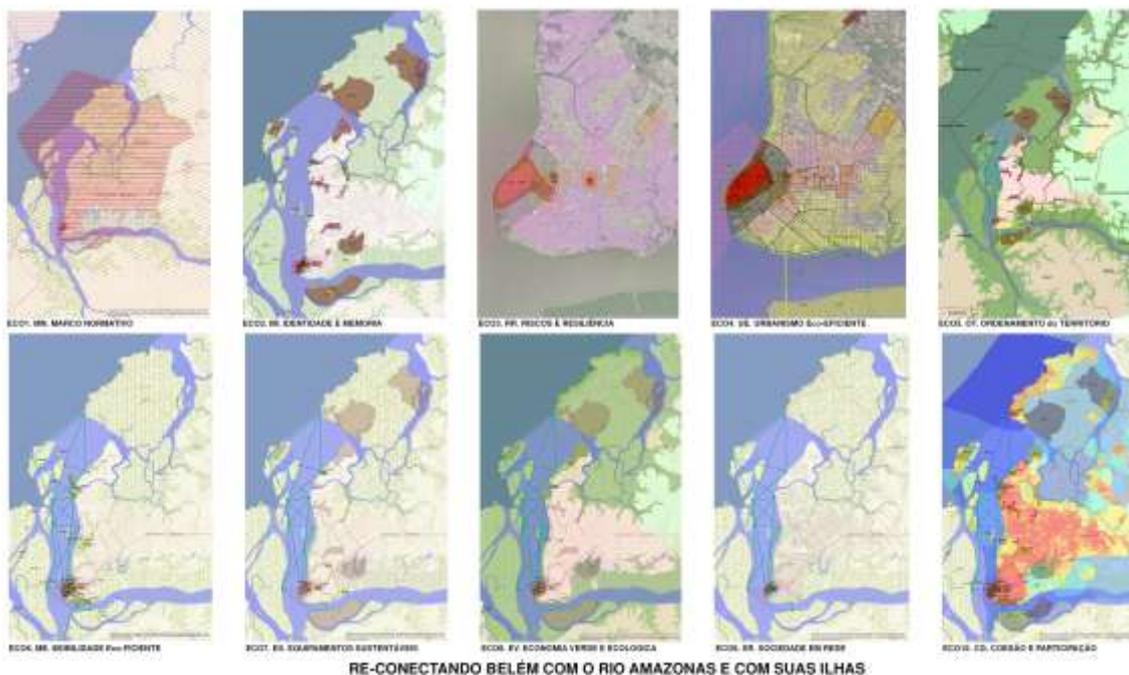


Figura 27. Eixos estratégicos para uma Belém Paisagem Cultural,

##### 1. ECO1. MN. MARCO NORMATIVO.

Formulação de um novo quadro legislativo e administrativo que considere o contexto de Mudanças Críticas - Mudanças Ambientais e Climáticas, Mudanças Sociodemográficas; Mudanças Tecnológicas e Mudanças Econômicas e Sociais - e estabeleça uma Estratégia Urbana para a Sustentabilidade Urbana e Local, adaptação ao novo quadro legislativo urbano e territorial, a um processo de ressignificação do patrimônio baseado no paradigma da paisagem (patrimônio natural e ecológico, imaterial e simbólico, integrados com o tradicional patrimônio cultural), e a implementação de dispositivos normativos técnicos, instrumentos de gestão, mecanismos de intervenção e/ou novas práticas e tecnologias.

Sendo os conceitos de território e cidade abstratos, Incorpora também o equilíbrio físico e psíquico das pessoas que nelas vivem: a harmonia, a convivência, as exigências indesculpáveis do pensamento ecológico, do protagonismo da natureza e do homem, que têm de conviver buscando o mesmo equilíbrio com o meio que o cerca e no qual vive, mas também, e sobretudo, com a sociedade com a que convive.

A humanidade, imersa em suas demandas quanto a definição permanente do seu "habitat" individual ideal, deve pensar no coletivo, no que afeta também todos os demais cidadãos, e tomar assim consciência planetária do que significa o urbano e o metropolitano. Tudo isso exige planos, normas, regras e o cumprimento dessas



decisões compartilhadas. O nosso futuro está em jogo nesse sistema que deve ser pensado em termos de justiça ambiental, social e econômica, na certeza da importância do bem comum, evitando e corrigindo atos injustos, e propondo novos modelos de desenvolvimento sustentável pensados desde a natureza do lugar.

## **MN.01. Integração de políticas públicas**

### **Ação 1. Elaborar um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Belém Metropolitana**

Instauração de um processo compartilhado de planejamento e gestão regional e metropolitano com ênfase em funções públicas de interesse comum que interferem no ordenamento socioespacial do centro histórico (CHB): transporte, logística de mercadorias e pessoas, resíduos sólidos, drenagem

---

*Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, conforme previsto do Estatuto da Metrópole: Macrozoneamento (áreas urbanizáveis, áreas verdes, rede ecológica, sistema de circulação etc.); Sistemas culturais e paisagísticos; Sistema de governança regional e/ou metropolitano e integração do Governo do Estado e das Prefeituras.*

---

Apoiado na preservação do patrimônio ambiental e cultural (paisagístico), no desenvolvimento sustentável, na construção e melhoramento dos equipamentos e infraestruturas, na promoção da bioeconomia, da inovação, do turismo ecológico e de lazer, e da gestão e da governança metropolitana.

É essencial estabelecer mecanismos eficientes de gestão e governança transversais e integrados para a região, envolvendo o poder público nas três esferas, as comunidades locais, organizações não governamentais, as universidades e outros atores relevantes. A participação ativa da população local e o respeito aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, caiçaras, ribeirinhas...) são fundamentais para o sucesso do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado do Século XXI.

### **Ação 2. Revisão do Plano Diretor Municipal**

Revisão do Plano Diretor do Município de Belém, e seus instrumentos urbanísticos, refletindo as Mudanças Climáticas, a Agenda Urbana da ONU e os Desafios Territoriais, o Patrimônio Cultural estendido, na perspectiva dos resultados da Belém Paisagem Cultural, Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável, a partir de uma ressignificação do patrimônio cultural, integrando os valores naturais, imateriais, simbólicos e sensíveis (ZEIS e ZEIA).

O plano diretor deve levar em consideração a conservação das águas e dos rios, da baía de Guajará, das ilhas e dos ecossistemas associados, garantindo a preservação da fauna, flora e recursos naturais, mas também dos modelos tradicionais de assentamento humano e sua relação harmônica e equilibrada com as paisagens fluviais que a contornam.

*Belém é uma das capitais amazônicas e deve expressar essa condição fluvial com clareza. A Amazônia é uma das maiores florestas tropicais do mundo, abrigando uma biodiversidade não apenas ambiental, mas também social e econômica (recursos e potenciais para o desenvolvimento).*

Rio 92 e Rio +20 mostraram os desafios do desenvolvimento sustentável criando modelos de agendas urbanas a serem desenvolvidos por todo o planeta. É essencial promover esse desenvolvimento que leve em conta os aspectos socioeconômicos e os ambientais procurando dentro de um equilíbrio mais harmônico. Isso pode incluir iniciativas de bioeconomia, inovação nos processos e produtos, turismo sustentável, práticas agrícolas responsáveis, pesca sustentável e uso adequado dos recursos naturais, garantindo a preservação e a qualidade dos rios e ilhas.

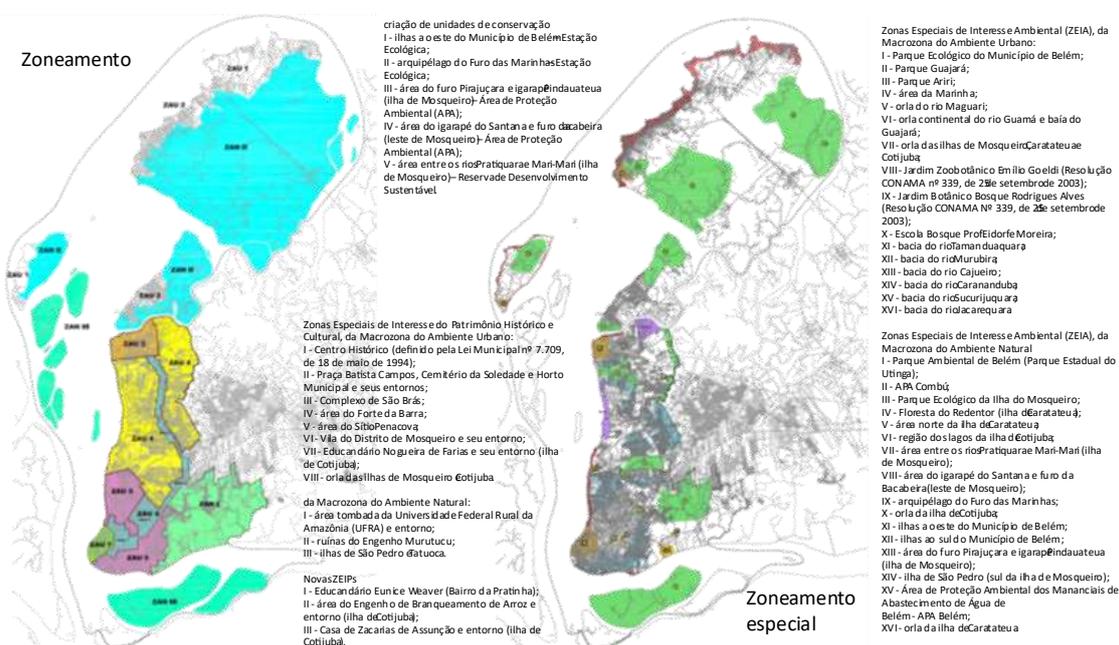


Figura 28. Zoneamento e Zoneamento Especial no plano de Belém, com as ZEIS e ZEIAS estabelecidas

### **Ação 3. Norma de Preservação do Centro Histórico de Belém.**

Publicação da Norma de Preservação do Centro Histórico pactuada entre o IPHAN, órgãos estaduais, municipais, universidades e representações da sociedade civil compreendendo os limites de atuação diferenciado entre o município (mais amplo) e o estado (outras áreas) e o IPHAN, ou seja, pactuar as áreas comuns e garantir que as demais áreas sejam preservadas com suas normas competentes que considerem seus atributos e qualidade.

A intervenção nos lugares patrimonializados não é a reprodução dos “estilos” e modelos tipológicos do passado, mas também não é a ruptura entre os vestígios do “passado” e a expressão estilística das contemporaneidades. A intervenção nos lugares patrimonializados não os sacraliza; é continuidade, toma o existente como um dado econômico e cultural a estrutura e forma de um território, dos seus bairros e centros, dos seus edifícios, ruas ou quintais, e, como um dado social, a trama de relações sociais e de atividades que aquelas estruturas físicas suportam e refletem.

*Intervir na cidade existente é preencher o vazio no ritual de passagem do “passado” para o futuro afirmando as capacidades de produção de um patrimônio e dando efetividade aos valores e qualidades daquilo que pretendemos preservar*

É o reconhecimento da necessidade de que a sociedade se torne produtora de patrimônio – e não apenas usuária, consumidora e depredadora – que induz a práticas consolidadas de “conservação” das produções do passado fomentadas a partir do seu usufruto.



Figura 29. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS propostos pela ONU para 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgiram da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de setembro de 2000.

#### **Ação 4. Revisar a LUOS integrando todos os outros planos.**

Revisão da legislação urbanística, em especial da Lei de Uso e Ocupação do Solo, e explicitando as delimitações, as diretrizes de preservação e os parâmetros urbanísticos para os edifícios e espaços públicos de interesse cultural e paisagístico e subordinando-as à política de patrimônio cultural e paisagístico. Tomar a cidade sob uma perspectiva ampla e integrada, como unidades espaciais e territoriais de paisagem contando com a Prefeitura, com o Regulamento dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade; com uma Revisão da Lei do Patrimônio, explicitando os mecanismos de valoração, proteção, diretrizes de preservação, protagonismo das áreas ou elementos no ordenamento e qualificação da cidade.

## MN.02. Regularização Fundiária

### **Ação 5. Atualizar e qualificar o cadastro multifinalitário e regularização fundiária decorrente.**

A regularização fundiária visa garantir a segurança jurídica da posse e propriedade de terras, tanto rurais quanto urbanas, e envolve a identificação, demarcação, registro e titulação das áreas ocupadas por particulares.

---

*A regularização fundiária é um desafio significativo devido à extensão da região amazônica e à presença de comunidades tradicionais, povos indígenas e áreas de conservação ambiental, assim como a necessária proteção do meio ambiente, dos direitos das comunidades locais e da preservação da biodiversidade.*

---

Os principais atores serão a própria prefeitura (em áreas urbanas), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e no caso de terras indígenas e áreas protegidas, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

De acordo com as leis e regulamentos vigentes, o respeito aos direitos das comunidades tradicionais e indígenas, as questões ambientais e sociais, mas sem perder de vista o potencial econômico desse território mediante uma exploração sustentável, modelica, participativa e inovadora de seus recursos (biodiversidade, qualidade dos ecossistemas, etc...). Entre as iniciativas para a regularização fundiária temos o Programa Terra Legal Amazônia.

### **Ação 6. Regularização fundiária dos terrenos em situação irregular ou áreas degradadas**

Criar mecanismos transitórios de governança dos terrenos e móveis que estão em contencioso jurídico entre os entes federativos: lotes vagos, lotes estratégicos sem proprietário conhecido (necessária regularização), lotes necessários para uma verdadeira acupuntura urbana ou da paisagem.

## MN.03. Agilidade dos Processos de Contratação

Os processos de contratação no Brasil podem variar em termos de agilidade, dependendo de diversos fatores, como o tipo de contrato, o setor do assunto tratado, as estruturas de governo e a complexidade do processo seletivos.

O tempo necessário pode ser influenciado pelo número de etapas do processo seletivo, como análise de currículos ou produtos similares, entrevistas, análise de qualidade, testes práticos, dinâmicas de grupo, verificação de referências e negociação.

---

*As leis trabalhistas específicas que devem ser seguidas pelas empresas e pelos diversos organismos públicos devem garantir os direitos e responsabilidades tanto para os trabalhadores, funcionários, como para os*

*gestores, protegendo os direitos dos trabalhadores, mas devem reduzir a complexidade dos processos de contratação em sua enorme extensão.*

A previsível demanda de talentos nos setores altamente competitivos (bioeconomia, transporte sustentável, medicina e saúde...), onde há escassez de profissionais qualificados, as empresas e instituições devem precisar agir mais rapidamente para garantir a contratação dos melhores candidatos, a fim de evitar a perda de talentos e poder criar grupos de pesquisa avançados e inovadores.

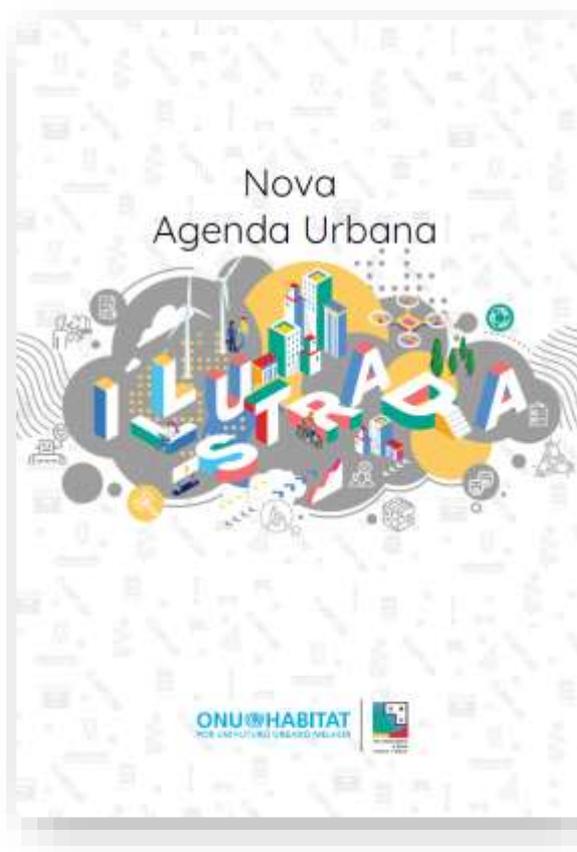
A agilidade dos processos de contratação também depende da eficiência e organização interna. Empresas ou instituições com processos bem estruturados, uma equipe de recrutamento dedicada e sistemas de seleção eficientes tendem a conduzir processos de contratação mais ágeis.

Cada caso e tipo de contrato tem suas próprias políticas e práticas, pelo que é recomendável obter e analisar as informações mais atualizadas, no contexto legal, tecnológico, empresarial e laboral do local, assim como pactuar esses novos processos de contratação para conseguir a agilidade esperada.

#### **Ação 7. Pactuar sistemas de contratação ágeis e flexíveis com o Ministério Público.**

Considerando a necessidade de viabilizar estudos, projetos e intervenções em função da COP 30 e da urgência no enfrentamento ao contexto de degradação patrimonial e

paisagística, vulnerabilidade social, pactuar mecanismos provisórios e excepcionais de contratação pública e de parcerias público-privadas pactuadas com o Ministério Público.



#### **Ação 8. Processos específicos de contratação**

Estabelecer, pactuado com o Ministério Público, mecanismos de contratação expedita a partir de base pré-qualificada de especialistas e agentes de mercado da construção civil e outros, e lista de lista de custos de serviços pré-estabelecida.

Figura 30. Nova Agenda Urbana ONU-Habitat.

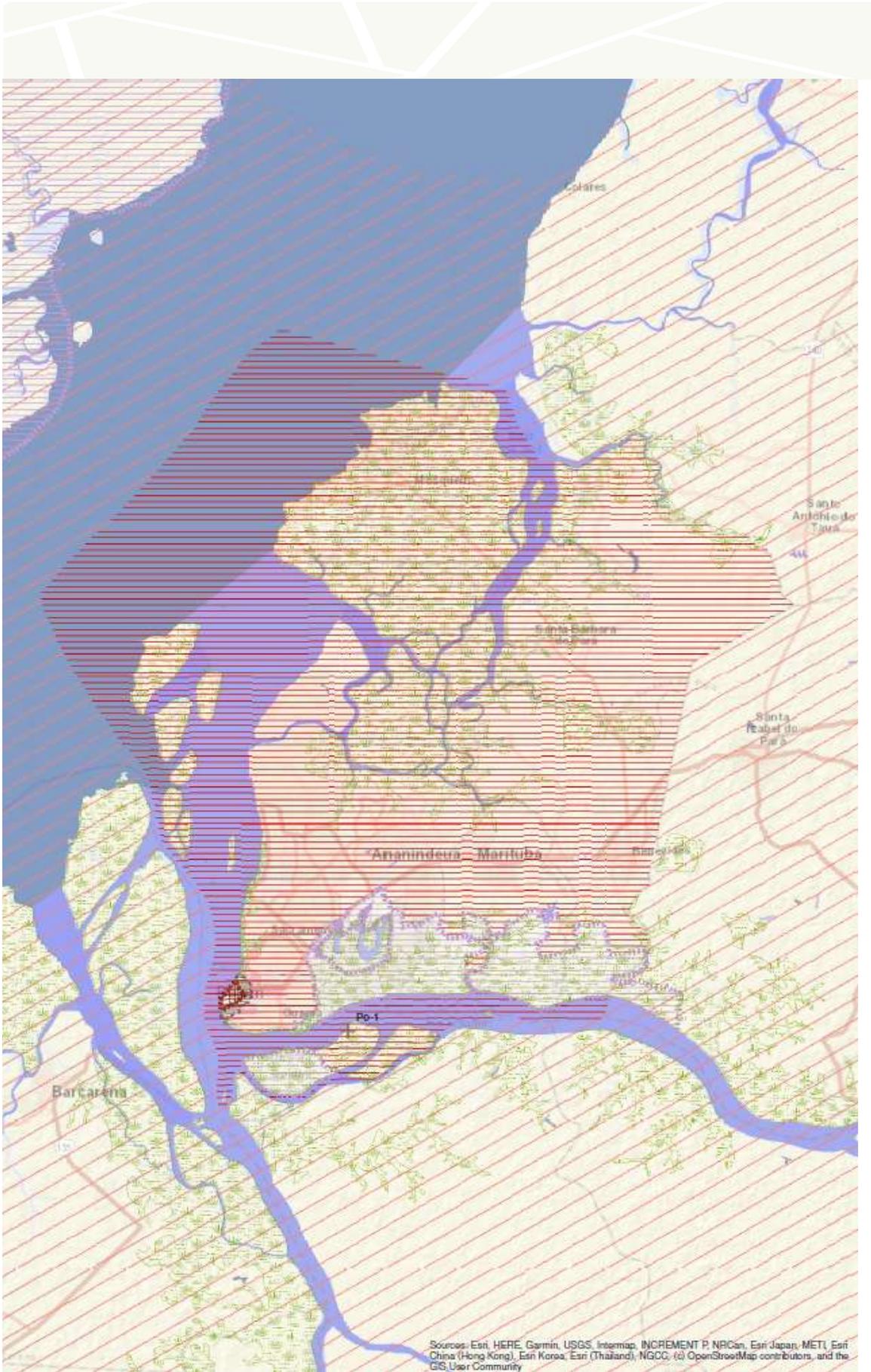


Figura 31. O marco Normativo deve considerar a escala arquitetônica, urbana, metropolitana e territorial e os níveis federal, estadual e municipal, mas também as políticas setoriais.

## 2. ECO2. IM. IDENTIDADE E MEMORIA.

Promover mecanismos de apropriação e proteção dos valores do local através do paradigma da paisagem (IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2019) e do território (IPHAN, DEPAM, 2018). Compreender, a partir da diversidade e pluralidade dos valores naturais e culturais, a necessidade de promover uma proteção ativa do patrimônio natural, material e imaterial (simbólico e sensível) e colocar como protagonista a forte identidade do lugar, como recurso fundamental dos mecanismos de pertencimento, qualificação das vivências e das práticas de preservação deve ser nosso objetivo.

---

*A preservação e valorização da rica identidade amazônica a través da memória e do patrimônio amazônicos revisados devem ser abordadas de maneira sensível e colaborativa, envolvendo as comunidades locais desde o início, e também pesquisadores, instituições culturais e governamentais, com o objetivo de promover o respeito, a preservação e o reconhecimento da riqueza cultural, ambiental, ecológica e histórica da região amazônica*

---



Figura 32. Proposta do IPHAN para as normas de preservação do Conjunto Histórico de Belém e de seu entorno imediato. Fonte: IPHAN, Brasília.

Ao mesmo tempo, mecanismos de gestão devem acompanhar essa nova visão holística e transversal, baseados nas propostas do Historical Urban Landscape, ou Paisagem Histórica Urbana (UNESCO, 2011 b), e nas sucessivas propostas em relação a o uso da paisagem como instrumento de análise (Hoyuela Jayo J. A., 2018 a), mas também de ordenamento e gestão (Hoyuela Jayo J. A., Planning and Management of Complex Landscapes. The Case of Rio de Janeiro, Carioca Landscapes, 2021).

## IM.01. Patrimônio Cultural

### **Ação 9. Elaborar Princípios, Estratégias e Diretrizes específicas para o Patrimônio Cultural e Paisagístico, dentro do Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano Integrado e Plano Diretor Municipal**

Na elaboração o Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano Integrado considerar o ordenamento a partir de escalas de influência territorial integrando o patrimônio cultural e paisagístico como ativos de coesão social, como recurso desenvolvimento econômico sustentável e de práticas de equilíbrio e preservação ambiental.

Revisão do Plano Diretor do Município de Belém, refletindo as Mudanças Críticas, a Agenda Urbana da ONU e os Desafios Territoriais, com inclusão de capítulos específicos sobre o patrimônio cultural e paisagem, expresso nas suas diversas manifestações (material, imaterial, natural e outros) e seu protagonismo no ordenamento e qualificação do urbano, na perspectiva do que foi pactuado como **BELÉM PAISAGEM CULTURAL - Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável.**

Partiremos das principais Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural, da Macrozona do Ambiente Urbano, do PDU de Belém:

- I - Centro Histórico (definido pela Lei Municipal nº 7.709, de 18 de maio de 1994);
- II - Praça Batista Campos, Cemitério da Soledade e Horto Municipal e seus entornos;
- III - Complexo de São Brás;
- IV - área do Forte da Barra;
- V - área do Sítio Penacova;
- VI - Vila do Distrito de Mosqueiro e seu entorno;
- VII - Educandário Nogueira de Farias e seu entorno (ilha de Cotijuba);
- VIII - orla das ilhas de Mosqueiro e Cotijuba.

ZEIPs da Macrozona do Ambiente Natural:

- I - área tombada da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e entorno;
- II - ruínas do Engenho Murutucu;
- III - ilhas de São Pedro e Tatuoca.

Novas ZEIPs propostas pelo PDU:

- I - Educandário Eunice Weaver (Bairro da Pratinha);
- II - área do Engenho de Branqueamento de Arroz e entorno (ilha de Cotijuba);
- III - Casa de Zacarias de Assunção e entorno (ilha de Cotijuba).

### **Ação 10. Revisão e atualização dos mecanismos de identificação, reconhecimento e proteção**

Revisão e atualização dos tombamentos existentes e promoção de novos mecanismos identificação, reconhecimento e proteção de valores culturais e paisagísticos considerando a necessidade de periódica ressignificação, atualização e confirmação de valores reconhecidos e/ou atribuídos e socialmente apropriados. Identificar os bens potenciais a serem candidatos à Lista do Patrimônio Mundial:

- Ver-O-Peso

- Forte do Presépio ou do Castelo de Belém dada a candidatura seriada do Conjunto de Fortificações do Brasil.

Bens protegidos pelo IPHAN<sup>7</sup>:

- Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Bairros da Cidade Velha e Campina (e entorno). Processo 1071-T-82. Livro Histórico Nº inscr.: 606; Vol. 3 ;F. 038-041; Data: 10/08/2012. Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 156; Vol. 2 ; F. 070-072; Data: 10/08/2012.
- Conjunto Arquitetônico da Av. José Malcher. Processo 1026-T-80. Livro das Belas Artes Nº inscr.: 565. Data: 28/03/1985.
- Conjunto Arquitetônico da Av. Nazaré. Processo 1027-T-80. Livro das Belas Artes Nº inscr.: 566; Vol. 2; F. 008. Data: 28/03/1985.
- Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi (e entorno). Processo: 1297-T-1989. Livro Histórico, jan/1994. Liv. Arq./Etn./Psg, jan/1994

### **Ação 11. Formulação de estratégia e mecanismos de Preservação**

Integrar nos dispositivos normativos a estratégia e os mecanismos de preservação a partir do diagnóstico do estado de conservação e apropriação dos bens culturais protegidos (edifícios, espaços e práticas), identificando os componentes, atributos e características dos valores a serem preservados.

---

*Para entender e gerir qualquer ambiente urbano histórico é necessário tomar consciência de que a cidade não é um conjunto estático de monumentos ou edifícios, mas sim que está submetida às forças dinâmicas de índole econômica, social e cultural que a modelaram e que seguem transformando-a. Defendemos que o contexto histórico e os novos processos de urbanização podem interagir e reforçar mutuamente seus conteúdos e significados. A Unesco tem promovido uma abordagem holística da gestão das paisagens urbanas históricas, que integra tanto os objetivos da conservação do patrimônio urbano como os do desenvolvimento socioeconômico. Esta metodologia contempla o patrimônio como um ativo social, cultural e econômico no desenvolvimento das cidades. A abordagem da paisagem urbana histórica vai mais além da conservação do entorno físico para abarcar o entorno humano em todos os seus aspectos, materiais e imateriais. Aspira a incrementar a sustentabilidade das intervenções de planejamento e desenho urbano, tomando em consideração*

*A Recomendação sobre Paisagem Urbana Histórica (HUL) foi aprovada em 10 de novembro de 2011 durante a Conferência Geral da Unesco (UNESCO, 2011).*

---

---

<sup>7</sup> Maior detalhe: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1217/>



Configurar mecanismos de Gestão Compartilhada entre entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil assentes na pactuação de ações, mecanismos de financiamento e fórmulas de gestão sustentável.

### **Ação 12. Intervenções sobre os bens culturais de referência**

Restauração, requalificação e configuração de Planos de Conservação de bens culturais de referência, na perspectiva de torná-los indutores da ocupação da área central, de dinâmicas de requalificação urbana, de vivências sociais e diversificação da atividade econômica, ajustadas aos grupos sociais residentes e usuários tradicionais e potenciando a chegada de novos moradores e visitantes.

- Mercados de Belém;
- Igrejas e Conventos;
- Sistema de Fortificações (Norat & Da Costa, As fortificações da Amazônia: novas fronteiras e desafios, 2018, pág. 125);
- Museus e edifícios institucionais e corporativos;
- As “Orlas” de Belém.

### **Ação 13. Requalificação dos sistemas de espaços públicos de interesse Cultural**

Requalificação do espaço público a partir dos elementos estruturantes – ruas praças e orla fluvial – que compõem o modo de apreensão e compreensão do CHB, sua formação, transformação e expansão, tomando-os como elementos indutores da promoção do conforto e qualificação das vivências urbanas, da diversidade de usos e funções e integrando soluções aderentes ao conceito de “cidade verde, inclusiva e sustentável”.

- Praça Siqueira Campos ou do Relógio - Praças de D. Pedro II e Felipe Patroni;
- Praça Frei Caetano Brandão ou Praça da Sé;
- Praça Carneiro da Rocha – Mangal das Garças – Portal da Amazônia;
- Praça do Carmo;
- Praça Dom Macedo Costa ou Largo de Santo Antônio;
- Praça Visconde do Rio Branco ou Praça das Mercês;
- Complexo da Praça da República (Parque João Coelho, Praça da República e Praça das Sereias)
- Boulevard Castilhos França, Complexo da Feira do Ver-O-Peso, Pedra do Peixe e Feira doAçaí;
- Praça Batista Campos;
- Rua Conselheiro João Alfredo e Rua Santo Antônio até a Praça Dom Macedo Costa (Largo de Santo Antônio);
- Rua 15 de Novembro e Rua Gaspar Viana;
- Avenida Portugal e Rua 16 de Novembro até a Praça Oswaldo Cruz ou Praça Amazonas
- Rua Siqueira Mendes;
- Beco do Carmo;
- Mercado do Porto do Sal e Porto da Maré;
- Avenida Presidente Vargas;
- Avenida Assis de Vasconcelos;
- Avenida Almirante Tamandaré;
- Avenida Visconde de Souza Franco

## IM.02. Patrimônio Natural

Entender o patrimônio natural a partir do contexto territorial de Belém como integrante do complexo de arquipélagos na foz do Amazonas, onde a configuração fluvial é determinante na percepção e compreensão da paisagem.

Belém possui um rico patrimônio natural, tanto em termos de paisagens naturais quanto de biodiversidade e patrimônio genético (espécies autóctones e endêmicas). A floresta Amazônica é considerada a maior floresta tropical do mundo, um patrimônio natural de importância global, conhecida por sua biodiversidade incrível e por desempenhar um papel crucial na regulação climática, das águas e da conservação da vida selvagem.

---

*O Rio Amazonas configura um estuário extenso na sua foz, de escala regional e poderíamos dizer até universal. Esse estuário é caracterizado pela mistura de águas doces e salgadas e abriga uma variedade enorme de ecossistemas, como manguezais, ilhas fluviais, igarapés e igapós, praias fluviais e áreas de várzea.*

---

Dentro dele, a Ilha de Marajó considera-se a maior ilha fluviomarina do mundo que abriga uma rica diversidade de ecossistemas, mas também é conhecida por seu patrimônio cultural Marajoaras, artístico e etnográfico, expressado em sua arqueologia e pela cultura dos antigos povos Marajoaras.



Figura 33. O Parque de Utinga é uma ponte entre a cidade de Belém e o patrimônio natural amazônico. Fotografia: Antonio Hoyuela

Um lugar que expressa e representa de forma profunda o rico patrimônio cultural de Belém, é o Parque Estadual do Utinga, uma área de conservação de cerca de 9.500 hectares de floresta, com diversos lagos e florestas de aningas açus, que oferece trilhas para caminhadas, observação de aves, passeios de barco e outras atividades ao ar livre.

### **Ação 14. Criar redes de componentes naturais para melhor ordenamento e gestão do território.**

Considerando a baixa integração dos elementos naturais que fazem parte da paisagem do CHB, promover a implantação progressiva de infraestrutura verde visando a mitigação dos efeitos de chuvas intensas e promoção de sombreamento, conforto térmico e uso dos espaços públicos:

- Arborização
- Biovaletas e separadores verdes de vias e calçadas respeitando o meio-fio e calçamento em pedra de lioz

- Fachadas e coberturas verdes onde pertinentes respeitando no CHB os telhados tradicionais cerâmicos;
- Quintais e jardins privados arborizados;
- Corredores verdes estruturantes que articulem parques, jardins, boulevares e orlas fluviais formando uma rede de componentes naturais antropizados com os Parques Naturais existentes.
- Incluir as rotas estratégicas até a orla de Icoaraci a exemplo do Parque e Residência Oficial de Miramar da CDP (antiga área do Sítio Pena Cova) e o atual Jardim das Palmas (antiga Fazenda Val de Cães)

### **Ação 15. Integração e requalificação da estrutura de Parques Naturais e espaços zoobotânicos.**

A interconexão dos parques, especialmente a través dos equipamentos zoobotânicos da cidade de Belém, considera-se importante para promover a colaboração, a troca de informações e o desenvolvimento de ações conjuntas entre essas instituições, melhorar a conectividade verde (os parques como áreas de lazer, esporte, descanso e saúde), e a conectividade ecológica (interligando a flora, a fauna e criando redes de habitats).

A interconexão pode ser alcançada por meio de diversas formas de cooperação e parcerias, tanto entre instituições públicas quanto privadas. Alguns exemplos de equipamentos zoobotânicos em Belém do Pará incluem o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Mangal das Garças e o Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves.

Preservar os Parques Naturais espaços zoobotânicos e integrá-los à estrutura urbana com soluções de permeabilidade visual e de circulação parcial, bem como expandir as suas qualidades à sua envolvente próxima (ruas, aleias, praças... espaços públicos no geral), permitirá interligá-los a corredores verdes urbanos e a corredores ecológicos periurbanos, com sinalização homogênea, digital, e interligada, com informações mais completas e georreferenciadas, criando uma verdadeira rede que aumente o interesse e a qualidade da visita, a biodiversidade e a qualidade da gestão.

### **Ação 16. Interconexão da visita cultural dos equipamentos zoobotânicos**

Configurar um sistema regional de interconexão entre os equipamentos zoobotânicos com sinalização, códigos QR, Portal Web unificado com as seguintes linhas de trabalho e de investigação:

Compartilhamento de conhecimento entre as instituições zoobotânicas mediante pesquisas, estudos e experiências, promovendo a troca de conhecimento científico e o avanço das pesquisas relacionadas à biodiversidade amazônica.

Conservação da biodiversidade fortalecendo ações conjuntas de conservação da fauna e flora amazônicas, programas de reprodução e reintrodução de espécies ameaçadas, projetos de preservação de habitats naturais e atividades de educação ambiental.

Divulgação e sensibilização mediante o desenvolvimento de atividades conjuntas de divulgação e sensibilização ambiental para a população local e visitantes, para especialistas e para atores relevantes a escala nacional e internacional, mediante encontros temáticos, palestras e workshops que promovam a valorização e o conhecimento sobre a biodiversidade amazônica.



Melhoria das infraestruturas permitindo a criação de ambientes adequados para a pesquisa, exposições e conservação dos animais e plantas e seus habitats e ecossistemas compartilhando experiências, flora e fauna.

É importante ressaltar que a interconexão dos equipamentos zoobotânicos requer o apoio e envolvimento dos governos, instituições de pesquisa, organizações não governamentais e da comunidade local, e deve ser realizada sempre de maneira sustentável, respeitando os princípios da conservação ambiental e o bem-estar animal.

Através dessa interconexão, as instituições zoobotânicas em Belém do Pará podem trabalhar em conjunto para promover a preservação da biodiversidade amazônica, a pesquisa científica, a educação ambiental e o turismo sustentável, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Também consideramos importante a criação de um portal Zoobotânico virtual com a fauna, a flora e os ecossistemas paranaenses.

### **IM.03. Proteção do patrimônio imaterial, simbólico e documental**

Reconhecer a diversidade cultural regional, em suas múltiplas manifestações na dança, na música, nas tradições, nas celebrações, na cultura alimentar, nos saberes e fazeres representados em seus mais diversos manifestações e acervos do patrimônio cultural e/ou natural.

Belém do Pará e a região amazônica possuem um rico patrimônio imaterial, representado pelas expressões culturais, conhecimentos tradicionais e manifestações artísticas presentes na vida das comunidades locais que incluem:

- Círio de Nazaré: O Círio de Nazaré é uma das maiores festividades religiosas do Brasil, procissão em homenagem à Nossa Senhora de Nazaré reúne milhões de fiéis todos os anos em outubro.
- Conhecimentos tradicionais indígenas, vasto conhecimento sobre a fauna, flora, técnicas de sobrevivência e medicina natural (fitoterapia), transmitidos de geração em geração e de grande importância para a conservação ambiental da floresta e para a valorização da própria cultura indígena (Yanomami, Kayapó, Marajoara, Tikuna, Ashaninka, Munduruku...).
- Marabaixo: manifestação cultural afrodescendente, consiste numa dança acompanhada de música tradicional, que envolve a participação coletiva e celebra a cultura e a identidade afro-amazônica.
- Carimbó: O carimbó é uma dança e gênero musical tradicional da região amazônica, conhecido por sua batida vibrante e ritmo contagiante. É uma expressão cultural marcante em Belém do Pará, com festas e eventos dedicados ao carimbó.
- Gastronomia Amazônica: A culinária da Amazônia é rica em sabores e ingredientes únicos. Pratos como o tacacá, pato no tucupi, maniçoba e açai são exemplos da gastronomia típica da região, que reflete a diversidade de ingredientes encontrados na floresta amazônica.
- Artesanato: O artesanato amazônico é reconhecido por sua originalidade e diversidade. Produtos como cerâmicas, cestarias, instrumentos musicais, pinturas em tecidos e bijoias são exemplos do talento artesanal presente em Belém do Pará e na Amazônia.



Esses são apenas alguns exemplos do patrimônio imaterial de Belém do Pará e da região amazônica. A preservação e valorização dessas expressões culturais são importantes para promover a identidade local, a diversidade cultural e o turismo sustentável na região.

**Ação 17. Promoção de políticas públicas de integração dos direitos dos povos indígenas, comunidades afrodescendentes e outras comunidades culturais**

As ações deverão considerar os acervos materiais e imateriais que compõem as referências culturais amplas e restritas que conformam práticas, tradições, narrativas orais, e que integram a lógica identitária e a memória do lugar Belém, entendido nas suas múltiplas interrelações regionais.

- Territórios culturais vulneráveis
- Paisagens transculturais

**Ação 18. Plano de gestão de riscos nos arquivos e acervos culturais e naturais da cidade.**

Identificação de potenciais riscos à preservação dos acervos culturais e naturais – condicionantes de contexto e ambientais, e condicionantes de uso, guarda a conservação – visando a elaboração de Plano de Gestão de Riscos e adoção de medidas de monitoramento, conservação e mitigação, com a criação de

**Ação 19. Plano de gestão de riscos derivados das mudanças climáticas no patrimônio cultural e natural do estado.**

Identificação dos impactos das mudanças climáticas sobre o patrimônio cultural e natural na perspectiva objetivando a elaboração de um Plano de Gestão de Riscos que oriente as estratégias de longo prazo de preservação de bens culturais e naturais.

**Ação 20. Proteção e integração das comunidades e dos detentores de saberes como suporte crítico da cultura e do conhecimento da Amazônia.**

Consolidar mecanismos de identificação, reconhecimento e proteção das comunidades e dos detentores de saberes tradicionais visando a sua apropriação e incorporação das suas ações nos processos educativos e de produção de conhecimento, e perpetuando modos de ver, agir e pensar.

#### **IM.04. Paisagem**

Ao contrário de conceitos tradicionais de patrimônio cultural e natural separados, independentes e autônomos, a paisagem cultural acolhe as interações entre a obra do homem e as bases da natureza, entre os valores materiais e imateriais, entre o simbólico e o sensível, entre identidade e memória.

---

*47 As paisagens culturais são bens culturais que representam as «obras conjugadas do homem e da natureza», mencionadas no artigo 1 da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e de seus assentamentos ao longo do tempo, de acordo com as limitações e / ou oportunidades físicas apresentadas pelo seu ambiente natural e pelas*



*forças sociais, econômicas e culturais sucessivas, tanto externas como internas*

---

Quando observamos qualquer elemento do patrimônio cultural tombado ou protegido, em qualquer das esferas do governo, não podemos evitar pensar no seu funcionamento, acesso, gestão, origem, interações com o entorno, impactos, nas águas que o contornam, na ambiência, na vegetação, nas alterações e na soma de camadas de intervenções que o construíram... em definitiva, na sua paisagem.

Ao mesmo tempo, devemos tentar entender as relações territoriais desse elemento, com outros de seu tipo, época, ou estile, ou até com outros elementos, naturais e/ou culturais, com os que poderia dialogar ou até se contrapor, num contexto geo-histórico similar e numa leitura das interações, processos e serviços ecossistêmicos, naturais e culturais, ambientais e antrópicos, próprios, ou complementares, que acontecem no território.

---

*A proteção de paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de uso sustentável e o desenvolvimento da terra, ao mesmo tempo conservando ou melhorando os valores naturais da paisagem... Esta busca por compreender, de forma associada, as dimensões materiais, imateriais, culturais e naturais dos patrimônios, mesmo focada nos ambientes rurais ou periurbanas, tem exigido uma abordagem integrada de gestão e a participação das comunidades locais, tornando-as agentes imprescindíveis à preservação (Bello Figueiredo, 2013, pág. 107)*

---

Podemos entender assim que o Patrimônio Cultural está em permanente diálogo com a paisagem e com o território, com a sociedade e suas apropriações, criando dessa forma “paisagens culturais”. No entorno imediato seriam as áreas vinculadas aos valores culturalmente interpretados e apropriados do bem, no entorno maior, numa visão regional, nacional ou internacional, preferimos dizer “territórios culturais” organizados em sistemas e em escalas maiores vinculadas aos valores complementares de caráter ambiental, urbanístico e/ou territorial.

Nessa visão paisagística e territorial, queremos também definir os sistemas territoriais patrimoniais como aqueles elementos que nos explicam e conectam as narrativas que nos permitem entender a construção, as formas, os processos e a vida que agitam sempre os elementos componentes de cada bem, seja ou não preservado. Dessa forma entram a formar parte dos instrumentos da agenda urbana.

Assim componentes cujos valores, atributos e características são compartilhados com outros bens, as vezes em territórios diferentes, constroem os chamados sistemas territoriais patrimoniais que nos explicam os processos que os transfiguram ou ameaçam e que muitas vezes são igualmente compartilhados por elementos mesmo que descontínuos.

Em definitiva, nossa visão da paisagem coincide com a visão da CBP da ABAP, ou da IFLA e considera a paisagem como é enunciada na Convenção Europeia ou da LALI (Iniciativa Latinoamericana del Paisaje, LALI, 2020)<sup>8</sup>, em andamento:

*“... qualquer área, como percebida pelas pessoas, cujo caráter é o resultado da ação e interação dos recursos naturais e / ou humanos”.*

E por isso que numa agenda urbana pensada desde a paisagem vamos ter que considerar de forma integrada as dimensões sociais (históricas, etnográficas, culturais, artísticas, tradições...), econômicas (recursos, atividades, empregos...), ambientais (naturais, ecológicas e ambientais), científicas e tecnológicas (para sua própria gestão e para sua aplicação).



Figura 34. Parque do Mangal das Garças, obra de Rosa Kliass, que expressa claramente a dimensão holística e transversal da paisagem, e a qualidade das paisagens belenenses e sua capacidade de integrar natureza e cultura, e transformá-las num patrimônio de interesse.

E tudo isso desde um processo em que a colaboração, a cooperação, a integração de atores, usuários e cidadãos, estejam estruturados sob metodologias baseadas em processos participativos amplos e apoiados no uso das tecnologias da informação e da comunicação.

A Agenda Urbana tem que ser pensada nas múltiplas escalas e nos diversos âmbitos referidos (conjunto paisagístico, entorno, e áreas de influência), mas também com os âmbitos de desenvolvimento específicos de cada eixo, subeixo ou ação (áreas de

---

<sup>8</sup> LALI é uma rede de redes onde compartilhar ideias diversas e transformadoras através de seus nós, projetos, publicações, simpósios e fóruns. Isso funciona por meio de alianças, acordos, cumplicidades e colaborações entre atores conscientizando sobre a importância de salvaguardar nossa paisagem, reforçando os laços de fraternidade entre essa extraordinária e diversa região latino-americana. Tudo isso sempre de forma transversal, transdisciplinar e horizontal.

A LALI é consolidada através de clusters. Nós conectados através de uma profunda interação cada um com sua própria visão, redes de conhecimento geradas a partir de um interesse comum: o reconhecimento, planejamento, gestão e design da paisagem latino-americana.  
<https://www.lali-iniciativa.com/>



reabilitação paisagística ou urbanística, áreas de gestão conjunta ou interligada, sistemas territoriais etc.).

Uma Agenda Urbana focada na proteção dos valores patrimoniais e dos processos ecológicos (ambientais, sociais e económicos) deve garantir a proteção das formas, das relações e das paisagens, pensados como um todo integrado, mas também de seus territórios associados, sempre desde uma forma sustentável, no tempo e no espaço, juntando ao conjunto da sociedade e entendendo o caráter dinâmico, diverso e dialético da paisagem, junto com a sociedade que o transforma.

A paisagem está construída de tradições, de vazios, de retos, de desafios, e não só de objetos, serviços e intervenções. Precisamos “desconstruir” a paisagem e o território para conseguir entender suas componentes e entender assim o caminho para sua construção, conservação ou requalificação

**Ação 21. Ressignificação dos bens patrimoniais integrando natureza e cultura, patrimônio material, imaterial, simbólico e sensível.**

Estabelecer mecanismos de gestão compartilhada entre as tutelas federal, estadual e municipal, com a participação da sociedade, que permita atualizar os instrumentos de identificação, reconhecimento e proteção de bens, pensando-os desde seus valores culturais e naturais, materiais e imateriais, simbólicos e sensíveis, integrando-os e formulando mecanismos de preservação amplos dentro de conjuntos, redes ou sistemas territoriais que os requalifiquem e façam mais eficientes como recursos para o desenvolvimento sustentável de Belém.

**Ação 22. Integrar os planos do patrimônio cultural e natural sob o paradigma da paisagem cultural.**

Entender o ordenamento territorial e o planejamento urbano a partir da noção de paisagens identitárias – paisagens que compõem o modo como o lugar se constituiu historicamente como resultado da interação entre os modos de ocupação e os recursos e qualidades do território natural.

- Paisagens Produtivas (grandes áreas de escritórios e grandes áreas de indústrias)
- Paisagem das Orlas
- Paisagens Históricas – contínuo processo de adaptação e transformação do lugar
- Paisagens Educativas

**Ação 23. Intervenções em áreas de interesse paisagístico (valiosas ou susceptíveis), projeto e obra**

Entender as paisagens – naturais e culturais – como conjuntos indissociáveis devendo, portanto, a sua abordagem ser entendida de forma ampla evitando-se intervenções pontuais e casuísticas que não estejam atreladas a planos de conjuntos e estes, por sua vez, associados a uma lógica de rede.

De acordo com o PDU essas áreas poderiam ser:

Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA), da Macrozona do Ambiente Urbano:

- I - Parque Ecológico do Município de Belém;

- II - Parque Guajará;
- III - Parque Ariri;
- IV - área da Marinha;
- V - orla do rio Maguari;
- VI - orla continental do rio Guamá e baía do Guajará;
- VII - orla das ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba;
- VIII - Jardim Zoobotânico Emílio Goeldi (Resolução CONAMA nº 339, de 25 de setembro de 2003);
- IX - Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves (Resolução CONAMA Nº 339, de 25 de setembro de 2003);
- X - Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira;
- XI - bacia do rio Tamanduaquara;
- XII - bacia do rio Murubira;
- XIII - bacia do rio Cajueiro;
- XIV - bacia do rio Carananduba;
- XV - bacia do rio Sucurijuquara;
- XVI - bacia do rio Jacarequara.

#### Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA), da Macrozona do Ambiente Natural

- I - Parque Ambiental de Belém (Parque Estadual do Utinga);
- II - APA Combú;
- III - Parque Ecológico da Ilha do Mosqueiro;
- IV - Floresta do Redentor (ilha de Caratateua);
- V - área norte da ilha de Caratateua;
- VI - região dos lagos da ilha de Cotijuba;
- VII - área entre os rios Pratiçara e Mari-Mari (ilha de Mosqueiro);
- VIII - área do igarapé do Santana e furo da Bacabeira (leste de Mosqueiro);
- IX - arquipélago do Furo das Marinhas;
- X - orla da ilha de Cotijuba;
- XI - ilhas a oeste do Município de Belém;
- XII - ilhas ao sul do Município de Belém;
- XIII - área do furo Pirajuçara e igarapé Pindauateua (ilha de Mosqueiro);
- XIV - ilha de São Pedro (sul da ilha de Mosqueiro);
- XV - Área de Proteção Ambiental dos Mananciais de Abastecimento de Água de Belém - APA Belém;
- XVI - orla da ilha de Caratateua.

#### Criação de novas unidades de conservação:

- I - ilhas a oeste do Município de Belém – Estação Ecológica;
- II - arquipélago do Furo das Marinhas – Estação Ecológica;
- III - área do furo Pirajuçara e igarapé Pindauateua (ilha de Mosqueiro) – Área de Proteção Ambiental (APA);
- IV - área do igarapé do Santana e furo da acabeira (leste de Mosqueiro) – Área de Proteção Ambiental (APA);
- V - área entre os rios Pratiçara e Mari-Mari (ilha de Mosqueiro) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

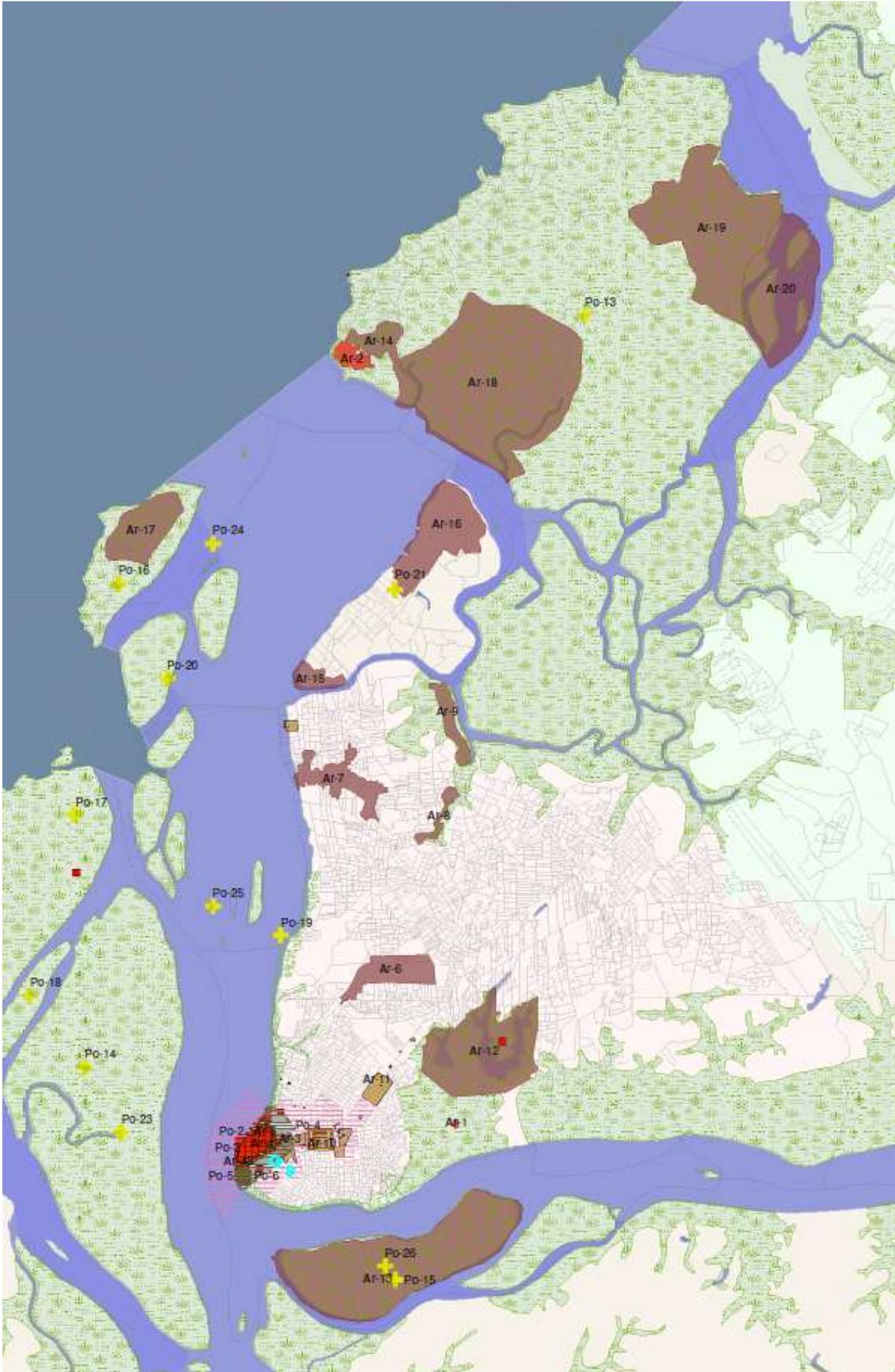


Figura 35. O Patrimônio Cultural, Natural e Paisagístico de Belém de Pará precisa de um processo de ressignificação e integração entre os valores materiais e imateriais.

### 3. ECO3. RR. RISCOS E RESILIÊNCIA.

“... A humanidade tem apenas uma possibilidade de sobrevivência, ... travar o seu desenvolvimento e organizar a vida da Comunidade sobre diferentes bases de aquelas que têm prevalecido até hoje...” (Delibes, 1975)

Não podemos ordenar, proteger, ou desenhar o patrimônio municipal, estadual, federal ou mundial, sem pensar no meio ambiente, na natureza, e nos riscos climáticos. Até as ilhas e os mares e oceanos devem fazer parte dessa equação. O meio ambiente constrói a paisagem, e, por tanto, o Patrimônio Cultural declarado, tombado ou preservado, assim como seus entornos, ambiências ou paisagens. Devemos propor ações que reduzam, mitiguem ou contribuam a adaptar as cidades e os territórios para o combate aos impactos das mudanças climáticas.

No final de 2022 o relatório do IPCC, com o fim de não chegar a um aumento de 2°C na temperatura global, entre 2030 e 2050, exige mudanças sem precedentes a nível global no uso da energia, na redução de gases de efeito estufa, e no planejamento de escala urbana e territorial. Brasil já tem uma estratégia pronta desde 2016 (Ministerio do Meio Ambiente, MMA, 2016), mas além de abrigar recordes de mudanças nas temperaturas com maior ocorrência de eventos catastróficos.

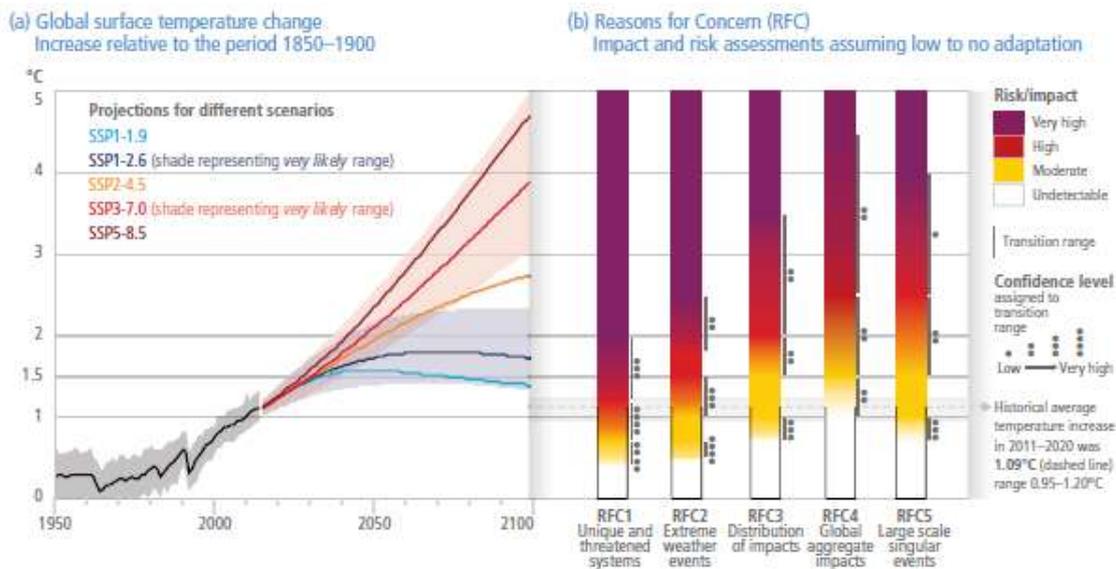


Figura 36. Global and regional risks for increasing levels of global warming, ICCP2022.

O Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima do Governo Federal (PNA), visa orientar iniciativas para a gestão e diminuição do risco climático no longo prazo, conforme estabelecido na Portaria Ministerial nº 150 de 10 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2016. O Plano foi elaborado no âmbito do Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (GEx-CIM), entre os anos de 2013 e 2016, conforme estabelecido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC - Lei nº 12.187/09) e seu decreto regulamentador (Decreto nº 7.390/10). O PNA está em consonância com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Ministério do Meio Ambiente, MMA, 2008), com os planos setoriais de mitigação e adaptação e com as decisões sobre adaptação assumidas pelo Brasil no âmbito das Conferências das Partes sobre Mudança do Clima (a última a COP27).

Entre esses riscos, que são económicos (pressão imobiliária, perda de recursos...), sociais (falta de sensibilidade pelo patrimônio herdado e pelo futuro) e ambientais, destacam os riscos derivados das mudanças climáticas. Eles estão nas manchetes e no imaginário brasileiro por causa das catástrofes e eventos extraordinários que estão acontecendo no país. Temos que repensar nossa forma de intervir e de proteger o patrimônio cultural desde a paisagem e construir sociedades e territórios mais resilientes. Para isso devemos entender as diversas componentes do risco, os efeitos e impactos diretos e colaterais, e pensando soluções e alternativas viáveis (Hoyuela Jayo

J. A., Os riscos derivados das mudanças climáticas no Rio de Janeiro, Patrimônio Mundial como paisagem cultural , 2019).

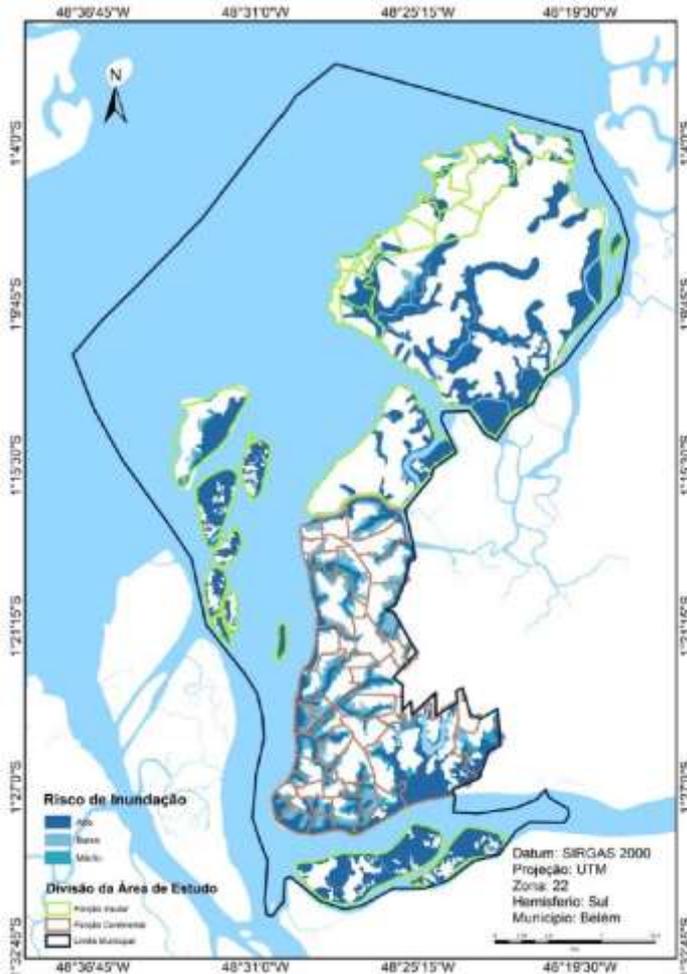


Figura 37. Mancha de Inundação do Município de Belém. Fonte: Fernanda da Silva de Andrade Moreira, Gustavo Francesco de Moraes Dias, Maria Isabel Vitorino, Jéssica Cristina Conte da Silva.

A região amazônica, incluindo Belém, possui um clima tropical úmido, caracterizado por duas estações bem definidas: a estação chuvosa e a estação seca. A primeira ocorre geralmente de dezembro a maio, caracteriza-se por uma precipitação intensa e prolongada, aumentando consideravelmente o volume dos rios, o que pode levar a enchentes e inundações em áreas ribeirinhas e baixas da região (de Andrade Moreira, de Moraes Dias, Vitorino, & Conte da Silva, 2019).

Além do regime de chuvas, a região também sofre com o problema do crescimento urbano desordenado e a ocupação irregular de áreas de risco, como igarapés e igapós, manguezais, aterros e encostas dos terraços fluviais, o que agrava o impacto das enchentes e inundações. A falta de planejamento urbano adequado e a carência de infraestrutura de drenagem eficiente são fatores que contribuem para a ocorrência desses eventos.

As enchentes e inundações podem trazer sérias consequências para a população e a cidade, incluindo desabrigados, danos materiais, interrupção de serviços básicos e até mesmo riscos à saúde pública e ao patrimônio cultural. Para lidar com esses desafios, é fundamental que as autoridades locais desenvolvam estratégias de gestão de risco e adaptação às mudanças climáticas, com investimentos em infraestrutura de drenagem, planejamento territorial sustentável, além de políticas de conscientização e preparação da população para lidar com esses eventos extremos.



Risco, qual risco? O que é risco?

*Risco = perigosidade x exposição x vulnerabilidade*

Risco é uma probabilidade de perda derivada de três fatores, o perigo, a exposição e a vulnerabilidade. Cerando qualquer um deles, não existe mais riscos, aumentando algum deles, o risco se multiplica. Os perigos derivados das mudanças climáticas estão aumentando em intensidade e probabilidade. Mais chuvas e ventos extremos, assim como secas, ou até, de repente, fenômenos desconhecidos como tsunamis ou ventos fortes ou chuvas isoladas intensas podem aumentar. Com eles, aumentos no nível do mar, aumentos de temperatura, ou aumento das precipitações e das secas perigosas vão ameaçar a segurança alimentar, hídrica e energética, assim como a saúde, a biodiversidade e ao patrimônio cultural.

O grande erro, não obstante, frente a esses perigos históricos, tem sido continuar construindo e expondo as nossas infraestruturas, edificações, construções e bens, situando-os nessas áreas de alta perigosidade como são os brejos, pântanos e mangues, as áreas inundáveis, as áreas litorâneas, as ladeiras, ao mesmo tempo que eliminamos áreas arborizadas e alteramos ecossistemas frágeis (mangues, restingas...) que contribuem para minimizar esses riscos e contribuem a adaptação dessas áreas.

Não obstante a disposição, tipologia, e capacidade de adaptação desses elementos será o que vai definir a sua vulnerabilidade final. Por exemplo, construções sobre palafitas em áreas inundáveis por cima do nível de máxima inundaçãõ não seriam vulneráveis as enchentes ou aos movimentos das águas (entre época de seca e chuva, p.e.). Casas com estruturas resistentes nas ladeiras, tampouco seriam vulneráveis aos deslizamentos, com o que ceramos o risco. Edificações ecoeficientes podem combater as ondas de calor e as secas com, p.e. sistemas de aquecimento, reciclagem d'água, e abastecimento próprios. Já outros perigos como a elevação do nível do mar só podem ser combatidos excluindo a exposição em áreas de perigo, ou a través de barreiras e custosas obras de infraestrutura, ou de adaptação ecológica do litoral (García García, 2017).

Não podemos esquecer a importância que a sociedade que habita e/ou usufrui esses paisagens tem na sua gestão e na sua permanência e preservação. Por isso, mudanças nas condições do ambiente social (degradação das relações, perda de coesão, isolamento, e desmonte dos processos participativos), económico (desemprego, pobreza, falta de incentivos, fiscalizaçãõ excessiva, ou erroneamente praticada); ambiental (densificaçãõ desordenada, crise ou perda de serviços básicos como saneamento, abastecimento, comunicaçãõ, informaçãõ, ou controle dos resíduos), assim como alteraçãões na saúde física ou psíquica, ou no próprio bem-estar das pessoas e dos grupos, influenciará claramente na gestão desse patrimônio cultural, porque alterará as condições paisagísticas do entorno, impactando negativamente nos valores e atributos reconhecidos que devem ser preservados.

Os riscos dependem não só da presença de perigos, ou do grado de exposiçãõ, mas também da resposta social, individual ou coletiva, que damos, modelando nossa vulnerabilidade e que se faz bem apostando pela prevençãõ, ou bem pela gestão das catástrofes. Essa "cultura do risco" vai determinar o perfil do risco, sendo que a aposta pela gestão relaxa os mecanismos preventivos e as políticas de planejamento que antecipam a ocupaçãõ das áreas críticas, sensíveis ou valiosas, como está acontecendo, na realidade, em todo o Brasil.

Promover um planejamento integrado, participativo, ágil e flexível através de instrumentos de organização, gestão e execução que permitam uma maior flexibilidade e agilidade de adaptação a condições futuras de mudança, imprevisíveis e críticas, será um dos focos da Agenda Urbana.

(a) Diverse feasible climate responses and adaptation options exist to respond to Representative Key Risks of climate change, with varying synergies with mitigation. Multidimensional feasibility and synergies with mitigation of climate responses and adaptation options relevant in the near-term, at global scale and up to 1.5°C of global warming



Figura 38. Climate responses and adaptation options, organized by System Transitions and Representative Key Risks (RKR), are assessed for their multidimensional feasibility at global scale, in the near term and up to 1.5°C global warming. As literature above 1.5°C is limited, feasibility at higher levels of warming may change, which is currently not possible to assess robustly. Climate responses and adaptation options at global scale are drawn from a set of options assessed in AR6 that have robust evidence across the feasibility dimensions. This figure shows the six feasibility dimensions (economic, technological, institutional, social, environmental and geophysical) that are used to calculate the potential feasibility of climate responses and adaptation options, along with their synergies with mitigation. For potential feasibility and feasibility dimensions, the figure shows high, medium, or low feasibility. Synergies with mitigation are identified as high, medium, and low. Insufficient evidence is denoted by a dash. {CCB FEASIB, Table SMCCB FEASIB.1.1, SR1.5 4.SM.4.3}

**RR.01. Estratégia de combate as Mudanças Climáticas.**

**Ação 24. Combate e prevenção do desmatamento e das queimadas mediante manejo e conservação sustentáveis.**

Integrar o monitoramento e as políticas de controle do desmatamento e do ordenamento territorial da Amazônia cooperando com os países da região, com as comunidades locais, e com operadores especializados, e comprometidos com o desenvolvimento sustentável, no contexto das áreas de conservação, dos territórios indígenas, e dos entornos urbanos e metropolitanos.

### **Ação 25. Combate aos alagamentos e enchentes, e plano de prevenção**

Mapeamento dos alagamentos no CHB e entorno no marco dos trabalhos das iniciativas do MapBiomás Água, e do monitoramento ambiental elaborado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).

Proposição de um plano de drenagem sustentável; ampliação da capacidade de drenagem do sistema de recolhimento do esgoto sanitário e de águas pluviais.

### **Ação 26. Minimização e mitigação dos diferentes cenários de elevação do nível meio do mar.**

Mapeamento das áreas ocupadas em situação crítica de submersão objetivando o deslocamento de moradias e serviços e a criação de soluções de proteção em diversos cenários e diferentes, orlas ou frentes marítimos e/o fluviais, afetados pelas ditas elevações.

## **RR.02. Gestão de riscos**

### **Ação 27. Mapeamento de riscos aos bens, ao meio ambiente e as pessoas, com foco nas emissões e na sua compensação.**

Mapeamento dos riscos urbanos a pessoas e bens - deslizamentos, alagamentos, incêndios - visando a regulamentação de áreas de ocupação, de usos e funções a serem instaladas e inerentes mecanismos de prevenção e enfrentamento e a localização daqueles que oferecem potencial risco de destruição dos bens patrimoniais culturais e naturais.

O mapeamento e monitoramento dos mapas críticos de carbonização e descarbonização, a escala amazônica, estadual, ou inclusive nos âmbitos metropolitano, urbano e local, nos permitem objetivar, prevenir e mitigar os efeitos e desequilíbrios territoriais produzidos pelas emissões de carbono. O objetivo final consiste na redução dos gases efeito estufa a través da modelagem e transformação dos usos do solo, transporte, atividades humanas, construções, mediante um ordenamento do território, uma urbanização e um paisagismo mais sustentáveis.

### **Ação 28. Infraestrutura de Dados Especiais para implantação de SBNs como combate as mudanças climáticas.**

Criação de uma plataforma digital de dados georreferenciados tipo IDE (infraestruturas de dados espaciais) para a promoção, controlo e monitorização da implantação de uma verdadeira infraestrutura verde a escala urbana e territorial, orientada para a promoção, controlo e monitorização de ações (soluções tecnológicas e baseadas na natureza) para a descarbonização, e a compensação, mas também para a ativação de serviços ecossistémicos, em resposta aos impactos derivados das alterações climáticas, e dos desafios planetários que nos traz, contribuindo para a melhoria do bem-estar e da saúde, ou a melhoria da biodiversidade e da qualidade ambiental

### **RR.03. Alimentação sustentável**

#### **Ação 29. Hortos em bairros, em áreas abandonadas, coberturas e áreas verdes.**

Promover soluções que potencializem o uso de áreas destinadas a empreendimento hortifrutícola visando a criação de mecanismos de produção e fornecimento de âmbito local (Km 0), e inseridos em uma rede verde sustentável.

#### **Ação 30. Mercados ecológicos de proximidade para produtos de km0**

Promover mecanismos de empreendedorismo sustentável a partir de redes de produção e distribuição em escala de bairro, viabilizando a coleta e comercialização das produções hortifrutícolas.

### **RR.04. Riscos à saúde**

#### **Ação 31. Melhora da qualidade do ar, das águas e proteção dos solos.**

No âmbito da Gestão urbana e territorial adotar instrumentos normativos de minimização de emissão de poluentes e promover soluções de gestão de tráfego que evitem a sua concentração e congestionamento e soluções domésticas e urbanas que previnam a contaminação de solos.

#### **Ação 32. Plano de combate ao chikungunya, dengue, e febre amarela e outro tipo de pandemias, endemias e epidemias.**

Identificar, no âmbito urbanístico e de ordenamento do território, as potenciais causas de proliferação das diversas pandemias, endemias e epidemias visando a elaboração de um Plano Integrado que previna essas ocorrências.

#### **Ação 33. Diretrizes arquitetônicas e urbanísticas para mitigação do impacto de pandemias, endemias, epidemias ou doenças críticas.**

Regulamentação de diretrizes e adoção de soluções arquitetônicas e urbanísticas que promovam a qualidade do habitat, que qualifiquem o conforto no uso do espaço público e contribuam para minimizar a ocorrência e proliferação de doenças – ventilação, exposição solar, sombreamento verde, permeabilização e drenagem do solo, revestimentos e coberturas.

### **RR.05. Melhora da Resiliência Urbana**

#### **Ação 34. Adaptar os territórios e aumentar a resiliência.**

Assegurar as condições urbanísticas, ambientais, de serviços e infraestruturas necessárias à adequada ocupação do território e dos seus diversos usos e função, prevenindo a perda de qualidades e requisitos que levem à sua depreciação de valor de uso e/ou abandono.

Aumentar a resiliência dos territórios e viabilização das funções de produção (agricultura familiar, e ecológica, e das florestas e ecossistemas associados) num quadro de adaptação às alterações climáticas, garantindo a sustentabilidade hídrica e de uso do solo, em particular, em áreas suscetíveis a processos de aquecimento e aumento de pluviosidade.

Estabelecer mecanismos de segurança e comunicação considerando riscos e a proteção da população e de seu patrimônio cultural e acervos reduzindo a perigosidade, a exposição e/ou a vulnerabilidade territoriais e paisagísticas.

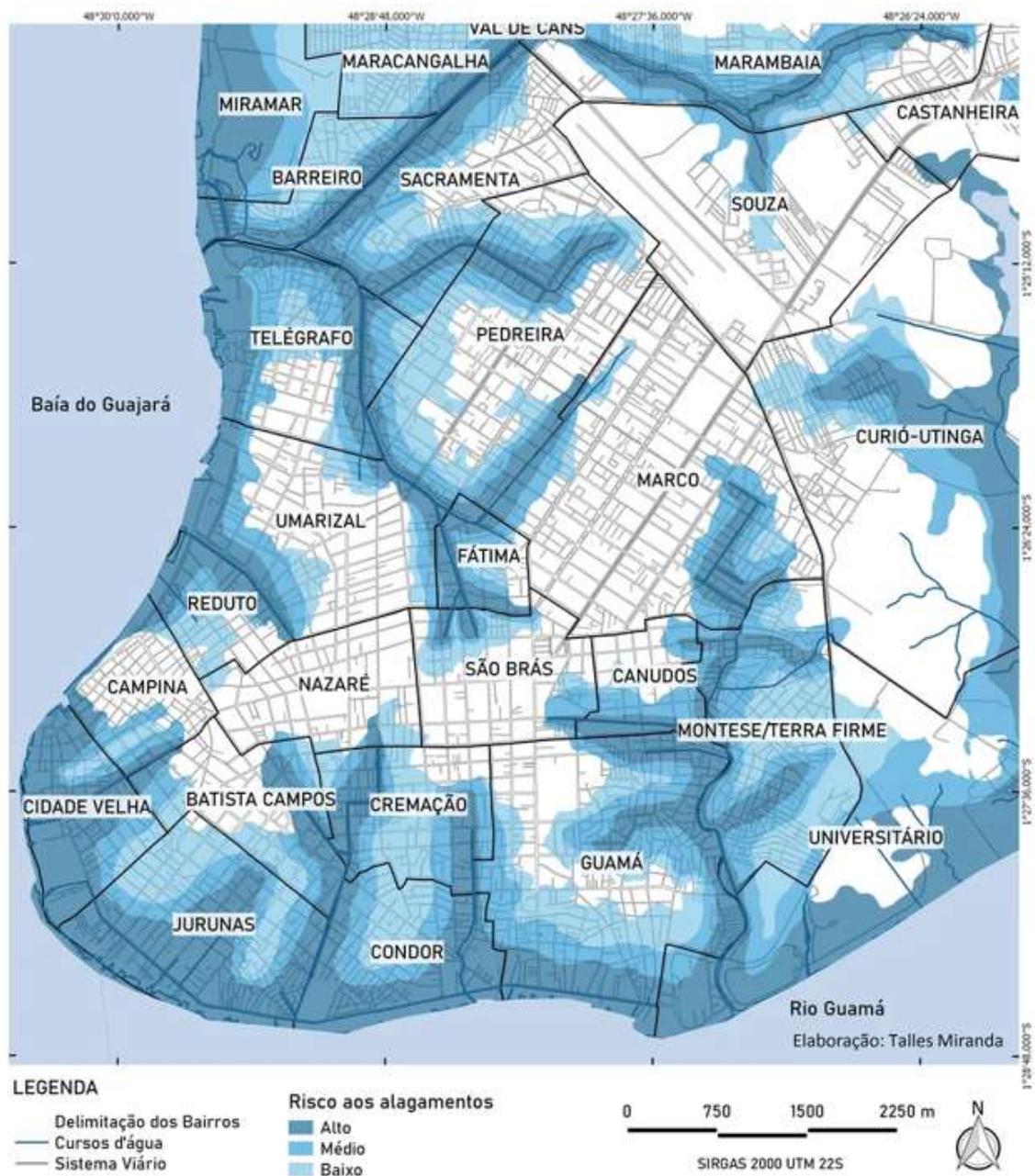


Figura 39. Risco de alagamentos e enchentes na cidade de Belém e seu entorno imediato. Fonte: Talles Miranda, e Fernanda da Silva de Andrade Moreira, Gustavo Francesco de Moraes Dias, Maria Isabel Vitorino, Jéssica Cristina Conte da Silva.

Promover a capacidade das populações implementarem práticas e soluções capazes de superar e qualificar vulnerabilidades territoriais, melhorando as condições do habitat em cenários de mudanças urbanísticas e climáticas assegurando, assim, a coesão social, ambiental e territorial.



Figura 40. Riscos e Resiliência nas áreas centrais que explicam a exposição das áreas de interesse patrimonial e paisagístico.

#### **4. ECO4. DE. DESENHO URBANO Eco-EFICIENTE.**

O Desenho Urbano Ecoeficiente incorpora critérios de ecoeficiência no espaço livre, público e privado, na construção, urbanização e paisagem. Um desenho urbano ecoeficiente exige planejar, projetar e gerir a estrutura urbana, por meio de lógicas de escalas, morfotipologias e centralidades considerando o caráter do lugar, as vivências urbanas e sociais e qualificando-as com o recurso sistemático que nos oferecem às infraestruturas verdes.

O desenho urbano ecoeficiente pós-COVID inclui abordagens e práticas de planejamento e projeto pensada para cidades que buscam integrar considerações ambientais e de saúde pública, levando em conta os impactos e lições aprendidas com a pandemia de COVID-19, mas também das tradições e das formas de ocupação tradicionais que incluem as cidades flutuantes, palafíticas e sobre os terraços fluviais tão reconhecidas tradicionalmente no urbanismo do Amazonas.

As abordagens visam criar ambientes urbanos mais sustentáveis, resilientes e saudáveis, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. O planejamento do espaço público de qualidade, participativo e acessíveis se tornou ainda mais importante após a pandemia. Isso inclui a criação de áreas verdes, parques, praças e calçadas largas que permitam uma vida social ativa, mas também o distanciamento social e ofereçam oportunidades para atividades ao ar livre.

Um desenho urbano ecoeficiente começa pelo uso misto, interação (civitas), um governo participativo (polis) e uma densidade adequada (urbis). A promoção de bairros com usos misturados, onde as pessoas podem viver, trabalhar e acessar serviços próximos, reduz a necessidade de deslocamentos diários e contribui para uma maior eficiência no uso da terra. Ao mesmo tempo, é importante garantir uma densidade adequada que permita o distanciamento social e a disponibilidade de espaços abertos, públicos e áreas livres, naturais, que conectam a cidade com o entorno.

A mobilidade sustentável, com o incentivo ao transporte ativo, como caminhar e pedalar, bem como a melhoria do transporte público, é fundamental para reduzir o uso de veículos particulares e das emissões de poluentes. Isso pode ser alcançado através do desenvolvimento de redes de ciclovias, calçadas seguras, sistemas de compartilhamento de bicicletas e investimentos no transporte público de baixa emissão, fluvial, terrestre e inclusive aéreo.

A procura da eficiência energética e o desdobramento da produção a través da implantação de energias renováveis promove a eficiência energética em edifícios e infraestruturas, incentivando o uso de tecnologias e materiais sustentáveis e o emprego verde e a bioeconomia. Além disso, a integração de fontes de energia renovável, como a energia solar, eólica, ou a biomassa (ou hidrogênio verde) podem contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa e o fornecimento de energia limpa ao mesmo tempo que geram uma economia e um desenvolvimento integrado, circular, verde sustentáveis.

Hoje faz-se necessário falar de infraestrutura verde (como forma de ativação dos serviços ecossistêmicos), e de resiliência. A integração de soluções, baseadas na natureza ou em soluções tecnológicas, para construir verdadeiras infraestruturas verdes, como parques urbanos, telhados verdes e sistemas de drenagem sustentável, ajudará a melhorar a qualidade ambiental, e a saúde das pessoas, mas também contribuir a reduzir as ilhas de calor urbano, e a promover a diversidade, a resiliência às

mudanças climáticas, a permeabilidade dos solos, e o controle dos microclimas urbanos. Essas soluções baseadas na natureza contribuem dessa forma para a saúde física e mental, e para o bem-estar das pessoas, a partir principalmente da arquitetura biofílica.

A pesquisa biofílica aplicada à arquitetura em conjuntos integrados em paisagens fluviais, ribeirinhas: flutuantes, pivotantes (palafitas) ou grandes torres costeiras autossuficientes (torres biônicas), pode ser uma ferramenta valiosa para o projeto de estruturas mais sustentáveis e resistentes em ambientes aquáticos e terrestres como os que temos em Belém do Pará, e para seus usos fitoterápicos e/ou cosméticos.



Figura 41. A aninga açú é uma referência nos ecossistemas fluviais amazônicos, uma planta insuficientemente estudada que acreditamos que ainda tem muito a nos ensinar, em termos de arquitetura, urbanismo, ecologia da paisagem, mas também fitoterapia, usos cosméticos, etc...

Biofilia refere-se à conexão inata do ser humano com a natureza, e a integração de elementos naturais no projeto arquitetônico pode ajudar a melhorar a qualidade de vida e a saúde mental e física das pessoas. A inovação e o desenvolvimento tecnológico em arquitetura e urbanismo que estamos propondo são inspirados e apoiados dessa forma em pesquisas biofílicas, que podem ser aplicadas à arquitetura e urbanismo de conjuntos.

É importante integrar e aproveitar a digitalização e a inovação como mecanismos de reforço do patrimônio, da cultura e das artes e manifestações tradicionais dos povos, se colocando como armazém de memórias e identidades, mas também como plataforma para projetar esses valores ao planeta. A pandemia acelerou a adoção de tecnologias digitais e inovações em diversas áreas. O desenho urbano ecoeficiente pós-COVID pode incorporar soluções inteligentes, como sensores para monitoramento de qualidade do ar, iluminação inteligente, gestão de resíduos e sistemas de transporte inteligentes, para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços urbanos.

Em resumo, o desenho urbano ecoeficiente e pós-COVID deve começar pelo centro histórico e pelo patrimônio cultural como forma de criar cidades mais sustentáveis, saudáveis e resilientes, mas também mais integradas e de forte identidade. Devemos pensar um novo urbanismo considerando as necessidades de distanciamento social, saúde pública e impactos ambientais. Essas abordagens visam promover a qualidade de vida das pessoas, melhorar a eficiência energética, reduzir as emissões de poluentes e promover a identidade, a memória, e a igualdade de acesso aos serviços urbanos.

## **DE.01. Regeneração urbana como pensamento estratégico**

### **Ação 35. Promover a complexidade funcional e diversidade de usos**

Queremos promover a complexidade funcional e a diversidade de usos como uma forma de reduzir a concentração funcional, os fluxos de mobilidade longa e demorada, apoiando-se na descentralização e nas microcentralidades de escala regional. Municipal e de bairro, nos usos mistos e na diversidade de estruturas produtivas e comerciais e nas infraestruturas da informação e na intermodalidade.

### **Ação 36. Repensar os vazios urbanos e as áreas degradadas**

Usar os vazios urbanos e as áreas degradadas como oportunidades de requalificação urbana e de melhoria da interrelação entre o a estrutura urbana e o suporte territorial, nomeadamente nas faixas de orla, áreas ribeirinhas e igarapés canalizados, formulando processos de ocupação que privilegiem a relação da cidade com a água.

- Identificar as áreas e avaliar possíveis impactos sociais e configurar mecanismo de mitigação;
- Estabelecer mecanismos de participação para a configuração das soluções e ações a serem implementadas;
- Intervenções prioritárias (envolvendo União, Estado e Município):
  - Rua Siqueira Mendes
  - Beco do Carmo
  - Mercado do Porto do Sal e Porto da Maré
  - Avenida Almirante Tamandaré
  - Complexo do Ver-O-Peso
- Qualificar as intervenções assegurando a sua integração nos processos de ocupação do CHB, qualificação do espaço público, adotando os princípios para a cidade verde, inclusiva e sustentável;

### **Ação 37. Sistemas de monitoramento e segurança urbana.**

Implementar sistemas de monitoramento de gestão e de iluminação pública integrados, visando qualificar as condições de uso e fruição dos espaços públicos, das vivências sociais de caráter coletivo e mitigar a insegurança crônica ou esporádica.

## **DE.02. Recentralidade, compacidade regional e modelos sustentáveis.**

### **Ação 38. Integração das ilhas do arquipélago**

A excessiva centralidade da cidade, o caráter monofuncional de algumas das suas áreas centrais junto à orla, exigem uma rede de fluxos de transporte fluvial que não está implementado e que é afetada pelos ciclos de marés ocasionando uma deficiente conexão regional entre núcleos situados nas ilhas que formam o arquipélago. Deverá, portanto, ser estruturado e fomentado:

- Redes econômicas, sociais e ambientais que interliguem esses territórios, de forma virtual e, também, de forma física, ou presencial;
- Gerar microcentralidades regionais de atividades econômicas e de distribuição de mercadorias e produtos – produções agrícolas, florestais, piscícolas e alimentares – aliviando a concentração da distribuição no centro da cidade;

- Configurar uma rede de transporte fluvial permanente como recurso a diferentes modalidades de embarcações e velocidades de trajetos que integre os fluxos de pessoas e de bens entre as diversas ilhas e centralidades econômicas a serem criadas;
- Integração econômica entre o urbano e o insular, promovendo condições sustentáveis na rede social e produtiva do arquipélago, com incentivo a ações de empreendedorismo no campo da bioeconomia;
- Implementação de infraestrutura básica de serviços de telecomunicação eficientes (antenas rurais), de geração de energia (fotovoltaica), de captação de águas pluviais, biodigestores.

### **Ação 39. Integração da Orla.**

O processo de ocupação do arquipélago tem como referência identitária a privilegiada relação funcional e paisagística entre a ocupação terrestre e as frentes de água, onde as orlas assumem protagonismo como mecanismo de relação franca, cultural, simbólica e afetiva com o seu contexto fluvial.

Deverão ser consolidadas e qualificadas as áreas ribeirinhas que configura a frente de água da cidade, e as soluções a serem implementadas assegurar a unidade paisagística contínua e coerente, e que integre a diversidade de usos, ocupações e apropriação cultural.

- Frente Industrial em paralelo a Avda. Arthur Bernardes
- Docas
- Projeto para o eixo entre o Complexo Ver-O-Peso e o
- Parque da porta do Amazonas ou até a UFPA

Os contenciosos jurídicos (entre União, Estado e Municípios) sobre as tutelas administrativas dos terrenos das obras deverá ser objeto de mecanismo transitório de gestão que permita assegurar as intervenções necessárias para possibilitar a continuidade e coesão urbana, paisagística e ambiental.

### **Ação 40. Integração dos territórios vulneráveis.**

Os territórios vulneráveis – sociais e construídos – deverão ser objeto de pactuação entre as entidades públicas, residentes, comerciantes, moradores de rua e outras organizações sociais e religiosas visando o enfrentamento à precariedade de moradia, de condições de saúde, de riscos à integridade física de pessoas, edifícios e espaços públicos.

- Criar, emergencialmente, condições de atendimento médico e de alojamento.
- Criar canais de diálogo, de mobilização, informação, educação e formação visando a integração dos diversos grupos nos processos urbanos e sociais, com a colaboração de entidades públicas, religiosas, corporativas e outras.

## **DE.03. Espaços públicos, mais saudáveis, colaborando com a natureza.**

### **Ação 41. Garantir a acessibilidade dos espaços públicos.**

Estruturar percursos de mobilidade e acessibilidade que assegure uma ampla rede urbana de acesso e uso do espaço públicos, edifícios públicos, espaços comerciais e

culturais, e que oriente o conjunto de intervenções de adaptação e requalificação com modelos normatizados que confirmam ao CHB uma imagem de conjunto.

**Ação 42. Iluminação pública eco eficiente (LED) e sistema de gestão integrada (SGI).**

Implementar sistema de iluminação pública integrado e sustentável, visando qualificar as condições de uso e fruição dos espaços públicos, das vivências sociais de caráter coletivo e mitigar a insegurança crônica ou esporádica.

**Ação 43. Fomentar ações de economia criativa em espaços degradados no CHB.**

Enfrentar o abandono e a degradação dos imóveis e espaços públicos fomentando a diversidade de usos e funções com ênfase na promoção de moradia, unidades comerciais de oferta diversificada e orientada ao consumo doméstico, de espaços de economia criativa que atraia diversidade de visitantes e de focos culturais associados ao uso do espaço público.



Figura 42. A cidade deve reencontrar-se com o rio, conectando a natureza com a cultura, as tradições, a história e os lugares, mitos e representações que os identificam.

Configurar mecanismos administrativos de isenção de tributação e formular programas de financiamento que permitam incentivar ações de requalificação por proprietários e moradores e atrair novos mecanismos de investimento por meios de concessões ou parcerias público-privadas.

Fomentar o Banco de Demandas e Oportunidades

**Ação 44. Fomentar novas áreas de esporte e lazer, especialmente aqueles vinculados as águas**

Reapropriar e ampliar o uso e a relação entre a cidade e água com o incentivo as existentes e fomento de atividades esportivas e de lazer em áreas de orla e no plano de águas, incluindo os cubes tradicionais desportivos que mantém estruturas de suas



sedes náuticas no CHB e a implementação de uma Usina da Paz com padrão diferenciado para o CHB (local próximo ao Mercado do Sal e Porto da Maré).

#### **DE.04. Infraestrutura verde**

##### **Ação 45. Desenho, planejamento e implantação de uma infraestrutura verde.**

Estruturar uma rede de infraestrutura verde em nível municipal organizada por escalas urbanas de grandes eixos viários estruturadores, parques, jardins e praças, eixos de relação urbana, quadras e lotes, estabelecendo os serviços que os componentes devem assegurar e sua interconexão sistêmica.

Configurar modelos de infraestrutura verde a serem implementados em lotes particulares, edifícios e nos espaços públicos, tomando-os como mecanismo normativo e adotando-os na oportunidade de cada intervenção.

##### **Ação 46. Programa de desenvolvimento de uma quarta drenagem urbana sustentável.**

Em função do peculiar regime de chuvas da região e considerando os problemas de drenagem urbana e a ocorrência de alagamentos, importa introduzir sistemas complementares:

- Efetivar a permeabilidade dos lotes e interiores de quadras
- Distribuir sistemas de depuração como biovaletas

##### **Ação 47. Plano e Programa de Arborização Ecoeficiente da cidade de Belém**

Requalificar o processo de arborização urbana da cidade, considerando as suas características de traçado urbano e urbanização, no sentido de selecionar espécies e disposição adequadas à configuração, função e uso dos diversos espaços, propiciando conforto e fruição no uso do espaço público e ajustando-as aos serviços ecológicos que devem ser prestados na expectativa da cidade verde.

- Eixos viários regionais
- Eixos de relação urbana
- Ruas e boulevards
- Espaços singulares
- Praças e aleias
- Espaços verdes (criação de viveiros coordenados)



## 5. ECO5. OT. ORDENAMENTO do TERRITÓRIO

O ordenamento do território visa organizar e planejar o uso do espaço geográfico, considerando diversos aspectos e diversas escalas. Nesse olhar, o desenvolvimento urbano, é pensado a través da conexão dos diferentes núcleos urbanos com seu entorno imediato e seu entorno mais amplo, mas também com o meio ambiente, com as infraestruturas e serviços de qualidade, com o patrimônio natural e cultural, e com os diversos grupos sociais que caracterizam, identificam e enriquecem ditos âmbitos. Um desenho urbano ecoeficiente de uma cidade como Belém exige retomar as conexões da cidade com o rio, entendido na sua ampla dimensão.

No contexto do ordenamento do território, devem ser considerados como elementos fundamentais as redes de povoamentos (comunidades vulneráveis, centralidades urbanas, bairros...), numa densidade pensada desde modelos mais compactos e ecoeficientes, otimizando os recursos do solo, integrando os corredores verdes, a produção alimentar de proximidade, os corredores ecológicos, os corredores azuis, hidrológicos, dos rios, canais, aquíferos e mananciais, e os sistemas territoriais complementares.

A rede de povoamento exige uma estratégia de ordenamento do território que conecte esses núcleos estabelecendo relações complementares entre elas (cidades, vilas, bairros, povoações ribeirinhas, quilombolas, indígenas...). Essa abordagem envolve a criação de infraestrutura e serviços compartilhados, como transporte, habitação, educação e saúde, para promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável em toda a região. A rede de cidades deve contribuir para a redução das desigualdades regionais, a eficiência no uso de recursos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Sistemas territoriais devem ser trabalhados como forma de consolidar a interdependência e a interconexão entre os diferentes elementos e setores, como habitação, transporte, meio ambiente, economia e infraestrutura. Essa abordagem busca promover a coerência e a sinergia entre esses diversos elementos componentes, visando um desenvolvimento territorial equilibrado, sustentável e resiliente. Os sistemas territoriais podem ser definidos em diferentes escalas, desde uma cidade ou região até um país ou uma macrorregião.

Corredores verdes, pensados como áreas de vegetação e espaços abertos interconectados para uso do homem e desenvolvimento de atividades esportivas, culturais ou de lazer. Os corredores verdes podem fornecer espaços recreativos, como ciclovias e trilhas para caminhadas, que promovem a saúde e o bem-estar das pessoas.

Os corredores ecológicos são faixas de terreno que conectam áreas naturais protegidas, como parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de conservação projetados para promover a conectividade ecológica, a biodiversidade, a proteção dos ecossistemas naturais e a qualidade do ar e da água. Esses corredores têm como objetivo permitir a movimentação de espécies e a troca genética entre populações, garantindo a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade, combatendo a fragmentação dos habitats. Além disso, os corredores ecológicos podem contribuir para a proteção de recursos hídricos e a mitigação de impactos negativos, como a

Os corredores azuis referem-se a conectividade entre rios, lagos, áreas costeiras e outros corpos de água que são planejados e gerenciados como elementos integrados. Esses corredores são importantes para a conservação dos ecossistemas aquáticos, a



qualidade da água, a biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos a água ligados. Além disso, os corredores azuis podem proporcionar espaços de lazer e recreação, como praias, parques fluviais e rotas de navegação.

Identifica-se por tanto a necessidade de elaborar um plano global, ligando o urbano, e o rural, o município com a região e o território, com um funções usos diversificados e racionalmente distribuídos minimizando os deslocamentos, com uma distribuição eficiente da densidade de ocupação adotando um modelo compacto e ajustado ao recurso do solo, água e alimentos; atividades econômicas adaptadas ao ambiente local; combater riscos, naturais e antrópicos; e reforçar a resiliência a través do **reforço sistemático das conexões e ligações Urbano-Rurais**.

Privilegiar a retomada de conexões históricas e paisagísticas entre o território construído e o território de contexto, repondo as relações com o sistema fluvial, evidenciando os remanescentes da rede de igarapés (hoje canais) e o contato com as orlas promovendo a sua apropriação e fruição. Pensar a preservação das águas e do verde, da arquitetura e do urbanismo ecoeficientes, caraterísticos da região, como instrumentos para garantir a segurança hídrica, a biodiversidade e a sustentabilidade dos modelos de ocupação e exploração dos recursos territoriais.

Devemos implementar iniciativas e programas voltados para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, das florestas e das áreas urbana e metropolitanas (na sua diversidade e nas suas diferentes escalas), incentivando práticas de conservação, o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização das populações locais. Isso envolve o fortalecimento da governança ambiental, o combate ao desmatamento ilegal, a promoção de energias renováveis e a valorização da bioeconomia. Como estamos refletindo e propondo, a ideia fundamental da Agenda Urbana consiste em conectar as cidades e povoações com o Rio.

#### **OT.01. Conexões verdes e ecológicas**

##### **Ação 48. Criação de corredores ecológicos entre os igarapés e igapós.**

Usar os remanescentes naturais ou urbanizados dos igarapés e igapós para formar uma rede de corredores ecológicos que penetram o espaço urbano, fracionando a massa construída e introduzindo componentes de reequilíbrio ambiental, de conforto térmico e de qualificação do espaço público.

##### **Ação 49. Melhora dos mananciais e das áreas úmidas interiores como refúgios ecológicos.**

Preservar e qualificar as áreas de mananciais, prevenindo o seu isolamento territorial (ilhas na massa urbanizada) e fomentando a reorganização do sistema ecológico natural.

##### **Ação 50. Reforço das aleias e avenidas arborizadas conectando parques urbanos e a rede SNUC**

Usar os grandes eixos viários, áreas de orla, praças e jardins para conformar uma rede de conexões verdes e configurar um sistema alargado de componentes ecológicos que se interpenetra na estrutura urbana.

### **OT.03. Conexões azuis**

#### **Ação 51. Tratamento dos canais urbanos.**

Entender os canais urbanos não como sistemas de drenagem urbana, mas como componentes do sistema fluvial do território, devendo ser retomada a seu papel conformador do território.

- Canais da Avenida Almirante Tamandaré, Travessa Quintino Bocaiuva, Canal de São Joaquim, Tucunduba, Mundurucu e outros (parques fluviais e paisagísticos)

#### **Ação 52. Integração das ilhas com o CHB.**

Potencializar a percepção e a função ecológica das ilhas, pensadas como sistema territorial, e no contexto do processo de ocupação e urbanização do território, de ocupação das comunidades mais vulneráveis, ou de seu uso como recurso turístico, ecológico, cultural e socioeconômico. Por isso deve se pensar:

- Integração em rede
- Estudo da navegabilidade e da interoperabilidade entre elas
- Inserir sistemas de depuração estendida de macrófitas (aningas e outros) e de reciclagem das águas de chuva e águas doces disponíveis.

Entre outras consideramos as ilhas de Arapiranga, Mucurás, do Forte da Barra, Paquetá-Açu, Barreiras, Carnapijó, das Onças, Ilha Nova, do Meio, Combú, Cotijuba, ou Centinela Norte (deve ser feito um inventário e mapeamento intensivo).

### **OT.04. Promover uma arquitetura eco eficiente e autossustentável.**

#### **Ação 53. Pensar a cidade como um sistema, como uma floresta e não mais como uma árvore.**

Promover uma visão abrangente do ambiente construído e não apenas do edifício, melhorar o estado de conservação, segurança, manutenção das edificações e habitabilidade das casas desde os grupamentos e a escala de bairro.

Racionalização e simplificação dos serviços urbanos e arquitetônicos na procura da autossuficiência e da resolução dos serviços e recursos o mais próximo possível da habitação (água, tratamento do lixo, energia, acesso as áreas livres...).

Empregar técnicas construtivas eficientes que garantam o uso de materiais recicláveis e adequados para edifícios e habitações e que facilitem a reutilização: "construir para durar e serem sustentáveis".

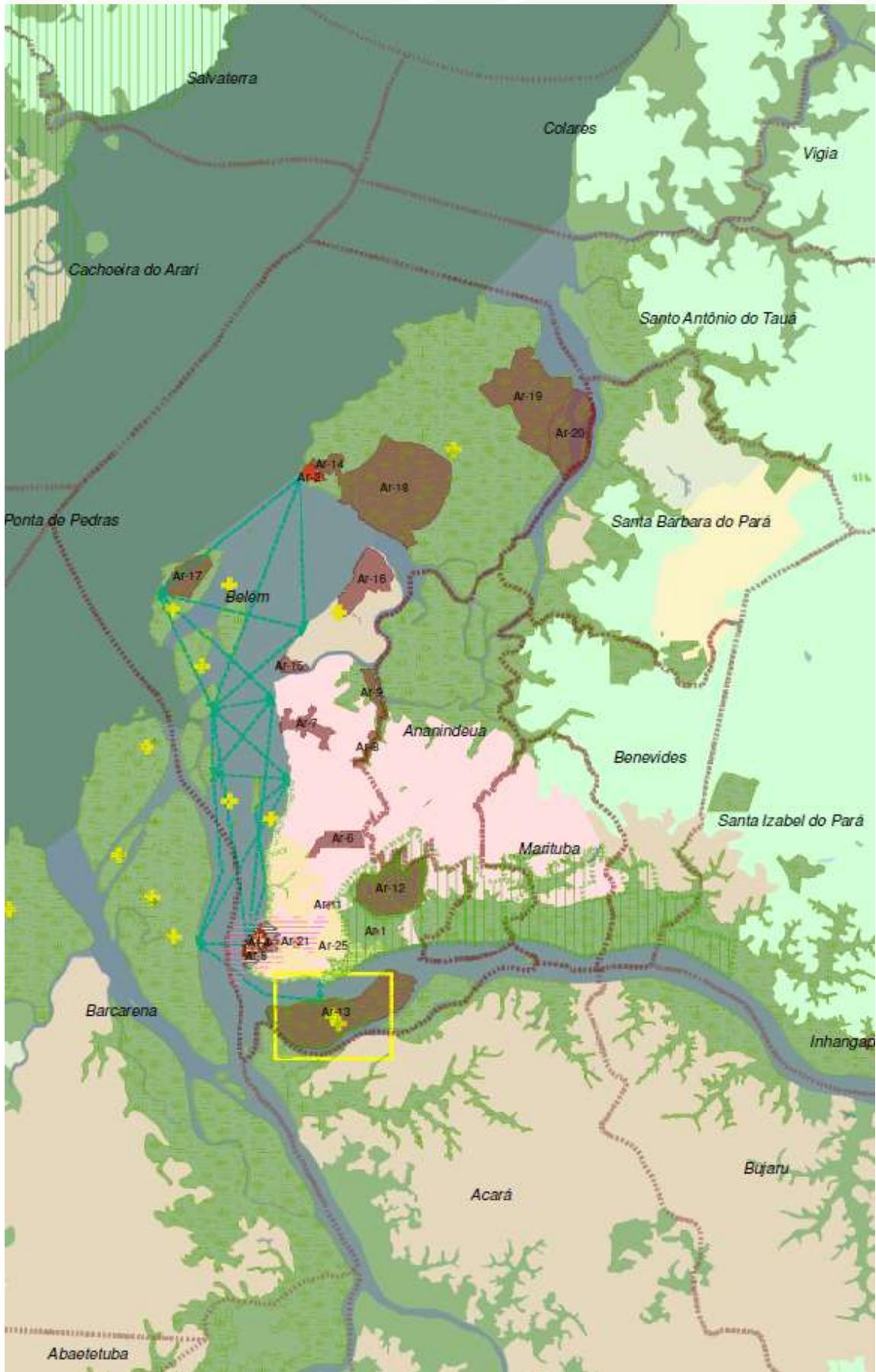


Figura 44. Mapa temático de ações para o Eixo ECO5 – Ordenamento do Território.

## **6. ECO6. ME. MOBILIDADE ECOEFICIENTE e INOVADORA.**

Promover a mobilidade eficiente, intermodal, universal, consiste em apostar no transporte e acessibilidade universais e sustentáveis, com preferência aos transportes públicos, desenho universal e reforço de soluções coletivas e intermodais contra o monopólio automóvel privado (integrando o modal fluvial). A intermodalidade deve integrar as diferentes plataformas de transporte público aéreo, fluvial e terrestre a través de uma abordagem integrada, conveniente e eficiente, que busque reduzir as emissões de carbono, os congestionamentos, uma menor poluição do ar e uma maior eficiência energética que permita melhorar a eficiência no uso dos recursos.

Inclui a criação de estações multimodais que facilitem as transferências entre diferentes meios de transporte, o uso de transporte público e uma mobilidade ecoeficiente e intermodal. A promoção de sistemas de transporte público eficientes, como metrô, ônibus e bondes (de preferência elétricos), que conectem aeroportos, portos e estações de trem, é essencial para permitir uma transição suave entre os modos de transporte.

O desenvolvimento de tecnologias de aeronaves pequenas e mais ecoeficientes, como aeronaves sem tripulação, com menor consumo de combustível, elétricos ou uso de biocombustíveis, contribui para a redução das emissões de carbono, e fomenta a aviação como modo de transporte. Além disso, a otimização das rotas e o planejamento eficiente dos voos podem reduzir a pegada ambiental do transporte aéreo, e aumentar o uso para vários fins e objetivos.

O transporte fluvial é uma opção de transporte sustentável, especialmente para cargas volumosas o percursos curtos. A promoção do transporte de mercadorias por vias navegáveis interiores ou por mar pode reduzir a dependência de caminhões e contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Também será importante a integração com bicicletas e trilhas pedestres que permitam incentivar o uso de modos de transporte não motorizados, como bicicletas, patinetes, e caminhadas, na última etapa da viagem, pode complementar a intermodalidade e reduzir ainda mais a emissão de poluentes e a congestão do tráfego.

O uso de tecnologias digitais, como aplicativos de planejamento de viagens, sistemas de compartilhamento de rotas, caronas e informações em tempo real sobre os diferentes modos de transporte, facilita a integração e a conveniência para os usuários.

A mobilidade ecoeficiente e inovadora com intermodalidade entre transporte público aéreo, fluvial e terrestre contribui para reduzir o impacto ambiental dos deslocamentos, melhorar a eficiência e a qualidade do transporte e oferecer opções mais sustentáveis para as pessoas. Essa abordagem integrada requer uma cooperação entre as autoridades de transporte, empresas de transporte e usuários, para garantir uma oferta de transporte multimodal eficiente e acessível.

### **ME.01. Ampliação da capacidade das Infraestruturas de transporte**

#### **Ação 54. Infraestrutura aeroportuária, ampliação de capacidade e frequências e conexões.**

Estruturar e dimensionar a infraestrutura aeroportuária para a COP 30, considerando a necessidade de integração dos transportes urbanos complementares.

### **Ação 55. Aumento do calado e reforço da estrutura portuária de cruzeiros e navios de grande porte**

Estruturar e dimensionar a infraestrutura portuária para a COP 30, considerando a necessidade de acostamento e permanência de grandes navios como alojamento e a integração dos transportes urbanos complementares.

### **Ação 56. Melhora do sistema das concessões rodoviárias urbana, metropolitana e territorial.**

Estruturar um modelo de concessão assente no sistema de mobilidade diversificado e assente numa lógica de escalas de percursos e fluxos populacionais e com recursos a diferentes meios.

## **ME.02. Mobilidade intermodal.**

### **Ação 57. Linhas integradas de transporte multimodal**

Desenhar novas linhas integradas de transporte fluvial considerando as marés e a periodicidade do uso dos transportes fluviais em junção com os modais tradicionais da cidade; logística e passageiros. Plano de integração multimodal considerando tecnologias limpas, energias renováveis.

- Ampliação do Terminal Hidroviário (Armazéns 9 e 10)
- Requalificação do Complexo Ver-O-Peso
- Requalificação da Praça Princesa Isabel
- Criação do Terminal Hidroviário do Combu
- Criação do Terminal/Estação do Piri (Avenida Almirante Tamandaré)
- Conexão com a Residência Oficial de Miramar (CDP) e Jardim das Palmas

### **Ação 58. Implantação de um sistema de transporte aéreo no tripulado.**

Uso de sistema de aeronaves Advanced Air Mobility, ou AA, para realizar funções de transporte de objetos e pessoas a chegarem a destinos remotos e inacessíveis e em condições de o mau tempo.

- Integração de sistemas automatizados, AAM
- Vôo automatizado e gerenciamento de contingência.
- Gestão de tráfego aéreo-esploration (sistema integrado de tráfego aéreo).
- Segurança do sistema
- Ferramentas e tecnologias de transformação (gestão do aumento da demanda)

## **ME.03. Adaptação dos espaços públicos, hierarquia e recentralização.**

### **Ação 59. Urbanismo, paisagismo e estratégia de género: cidades para todos e todas.**

Configuração do espaço público na lógica do Desenho Universal, assegurando o aceso, uso, usufruto e fruição dos espaços a todos os cidadãos considerando as suas condicionantes de mobilidade e género.

### **Ação 60. Criação de áreas de restrição ou limitação de circulação.**

Configurar sistema de restrições temporárias e/ou permanentes de restrição de veículos, articulado com a rede de mobilidade de transportes públicos privados, no sentido de assegurar condições efetivas de implantação, acesso e uso de serviços, de vivências sociais permanentes, de usufruto e fruição do CHB.

Criação de zonas de restrição de circulação de veículos respeitados os acessos de moradores e sua segurança; Estacionamentos no CHB; transporte público de baixo impacto; instalação de sistemas de inteligência de monitoramento.

### **Ação 61. Criação de uma rede de distribuição e logística sistêmica e progressiva.**

Impacto de atividades comerciais de atacado e varejo de produtos asiáticos, nos processos de uso e ocupação de imóveis e espaços públicos.

Criar redes logística e entrepostos de distribuição regional e urbana que que permitam liberar a pressão sobre a infraestrutura viária e a ocupação inadequada de imóveis e prevenir sinistros.

### **Ação 62. Melhoramentos na acessibilidade: equipamentos, transporte e espaços públicos**

Estruturar percursos de mobilidade e acessibilidade que assegure uma ampla rede urbana de acesso e uso do espaço públicos, edifícios públicos, espaços comerciais e culturais, integrando os percursos pedonais, modalidades de transporte público e particular, estacionamentos públicos.



Figura 45. A fábrica de EMBRAER da empresa Eve Air Mobility, chamados 'eVTOLs' (sigla em inglês para "veículo elétrico de pouso de decolagem vertical"), são conhecidos 'como carros voadores', será instalada em Taubaté, no interior de São Paulo. Devemos integrar esses novos métodos de transporte (brasileiros) nas nossas propostas porque será o transporte do futuro.

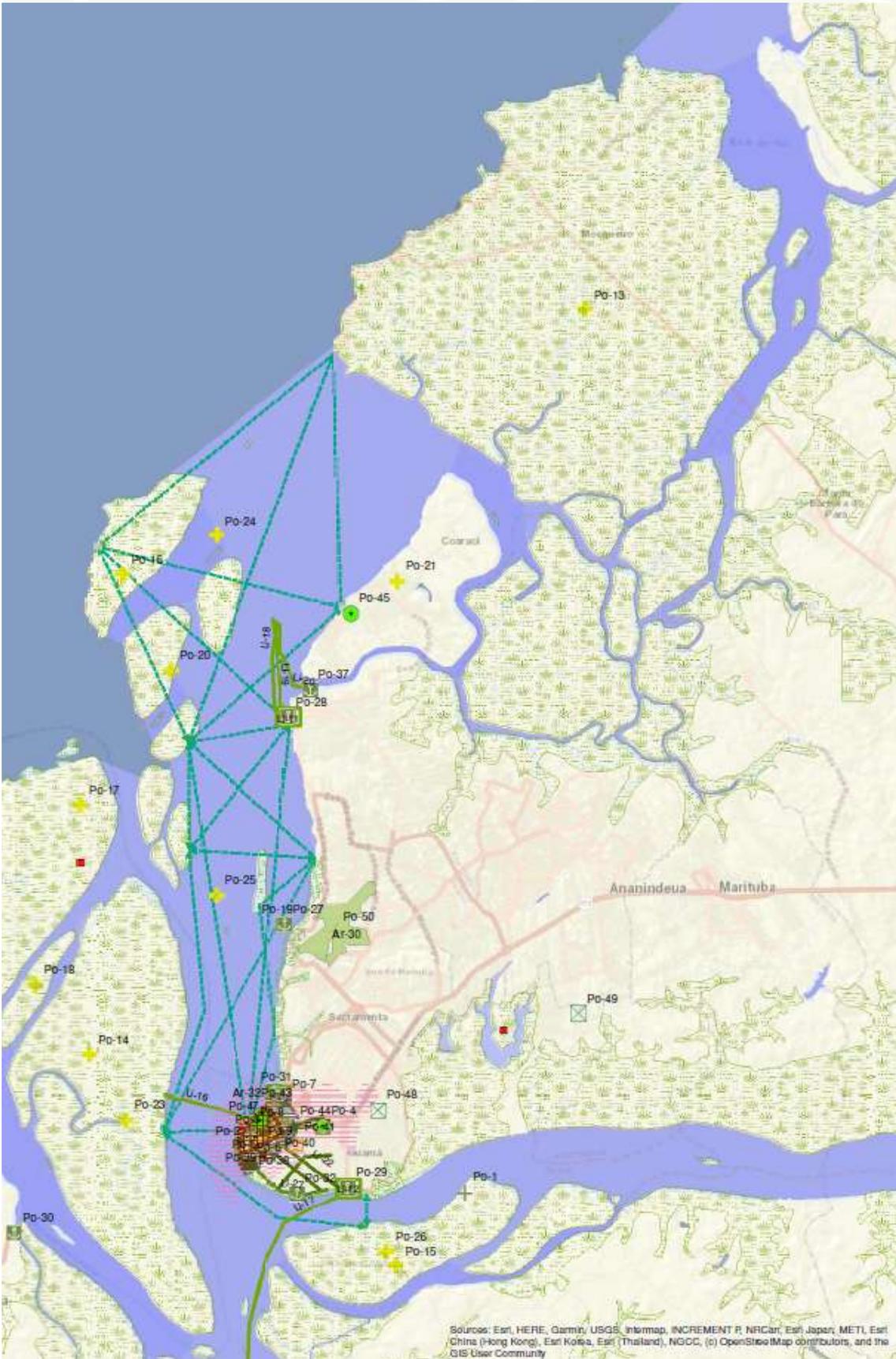


Figura 46. Mapa temático de ações para o Eixo ECO6 – Mobilidade Ecoeficiente

## **7. ECO7. ES. EQUIPAMENTOS SUSTENTÁVEIS (ECOSSISTEMA URBANO).**

Devemos integrar equipamentos sustentáveis para a criação de um ecossistema urbano saudável e ecoeficiente que estejam interligados na busca por cidades mais sustentáveis e resilientes. Por meio da adoção de tecnologias e práticas sustentáveis, é possível reduzir o impacto ambiental das atividades urbanas, promover a eficiência energética, conservar os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida dos habitantes, pensando os serviços ecossistêmicos e a melhor adequação dos equipamentos públicos aos usos e atividades que oferecem.

Esses equipamentos, infraestruturas e serviços de qualidade devem ser mais flexíveis, e pensados no processo de construção e de execução, assim como durante a sua vida de serviço. O ecossistema urbano pensado desde essa perspectiva exige uma metodologia holística, pensando a eficácia e a rentabilidade, e com ênfase na qualidade das soluções e na sustentabilidade dos serviços de manutenção, mais eficiente e eficaz, mais integrado com a natureza, e mais resiliente frente aos desafios derivados dos impactos produzidos pelas mudanças climáticas.

E preciso garantir e melhorar (requalificar) os equipamentos e os serviços de saúde, segurança alimentar e nutricional, cultura e assistência social, e também os de combate à fome, com soluções e tecnologias que coloquem o foco nos povos indígenas e nas comunidades tradicionais e vulneráveis, sempre contando com ajuda da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), da SESI (Secretaría Especial de Saúde Indígena, no SUS) do MS (Ministério de Saúde).

Consideramos aqui os equipamentos como recursos básicos para uma maior inovação e integração digital, para reforço dos déficits de habitação social, e o desdobramento das políticas públicas de proximidade. Essa inovação e integração digital será importante para reforçar também os equipamentos turísticos, culturais ou patrimoniais, educativos e científicos, entre outros.

### **ES.01. Inovação e integração digital**

#### **Ação 63. Projeto de uma rede de espaços de inovação produtiva.**

Configuração de um programa de inovação produtiva e de uma rede espaços de distribuição regional – continental e insular – como alternativa ao mono-funcionalismo comercial e à importação de produtos.

- Empreendedorismo sustentável;
- Linhas ecológicas (qualidade de vida);
- Integração tecnológica entre as ilhas (Outeiro, SOTAVE e ECOMUSEU, Funbosque; Mosqueiro)
- Implementação de serviços: telecomunicação (antenas rurais), geração de energia (painéis fotovoltaicos), captação de água pluvial, biodigestores; incubadora de bioeconomia;
- Implementação de serviços de saúde em proximidade, centros de saúde flutuantes, e grupos específicos de saúde indígena.

#### **Ação 64. Rede de espaços “faróis de conhecimento” para fomento da economia criativa.**

Rede de espaços multifinalitários para programas orientados fundamentalmente a crianças, jovens e idosos e que integram cultura, esporte, lazer, turismo, educação e saúde para fomento da economia criativa, circular e sustentável.

#### **ES.02. Habitação social**

##### **Ação 65. Programa de habitação.**

Identificar o déficit habitacional metropolitano visando ajustar as necessidades de alojamento da COP 30 às necessidades habitacionais, considerando desde logo os locais adequados aos grupos sociais que deverão ser atendidos, as redes de infraestrutura, os fluxos de mobilidades funcional e as condições ambientais e de integração do tecido urbano e social.

##### **Ação 66. ES.04. Habitação social em processos de regeneração urbana.**

Usar o estoque de edifícios abandonados e degradados do CHB e de áreas envolventes para programas de habitação social e que poderão servir, conjuntamente, como alojamento para a COP 30.

##### **Programas públicos de promoção privada**

Configurar programa público com a participação de privada, assegurando mecanismos de regularização fundiária e expropriação expedita para uso de imóveis abandonados e arruinados do CHB, assegurando percentagens de moradia social.

#### **ES.03. Turismo Sustentável.**

##### **Ação 67. Criação vagas hoteleiras**

Identificação da carência hoteleira permanente e a carência de vagas para a COP 30;

Criação de vagas hoteleiras e caráter permanente para a atividades turística;

Criação de vagas hoteleiras de caráter provisório para a COP 30 e posteriormente destinadas a habitação.

##### **Ação 68. Apoio a implantação de infraestruturas e equipamentos turísticos de base comunitária.**

Fomento de programas de incentivo ao turismo de base comunitária, associado a grupos sociais portadores de referências culturais e tradições locais.

#### **ES.04. Equipamentos culturais e patrimoniais como recursos**

##### **Ação 69. Centros culturais e sociais como rede de espaços de apoio ao evento da COP30**

Usar temporalmente os centros culturais e sociais de bairro, e centros universitários, como apoio ao evento da COP30 distribuindo as atividades por toda a cidade

- Parque da Cidade
- Ampliação das Docas
- Portal Amazonas
- Mangal das Garças e entorno

### **Ação 70. Melhoramento de museus, parques, arquivos e bibliotecas.**

Criar um programa integrado de museus arquivos e bibliotecas que permita a compreensão da relação dos acervos associado a uma narrativa de identidade e memória do lugar, diversificando os modelos de exposição.

Configurar um plano diretor de conservação de edifícios e acervos.

Configurar em plano de visitação – incluindo a informação digital e urbana – que permita compreender o sistema de patrimônio cultural, paisagístico e natural.

- Bosque Rodrigues Alves, Parque Estadual do Utinga, Mangal das Garças e Museu Emilio Goeldi

### **Ação 71. Centro Audiovisual de escala Nacional e Internacional.**

Conjunto de novas instalações audiovisuais que coloquem Belém como centro da indústria de pós-produção, criando um espaço, com infraestrutura adequada com empresas e especialistas especializadas, junto as universidades, com o objetivo de se tornar a cidade num polo de atração de novas iniciativas tecnológicas nos campos da produção, pós-produção e desenvolvimento e difusão da grande produção brasileira que hoje não encontra recursos para globalizar sua indústria.

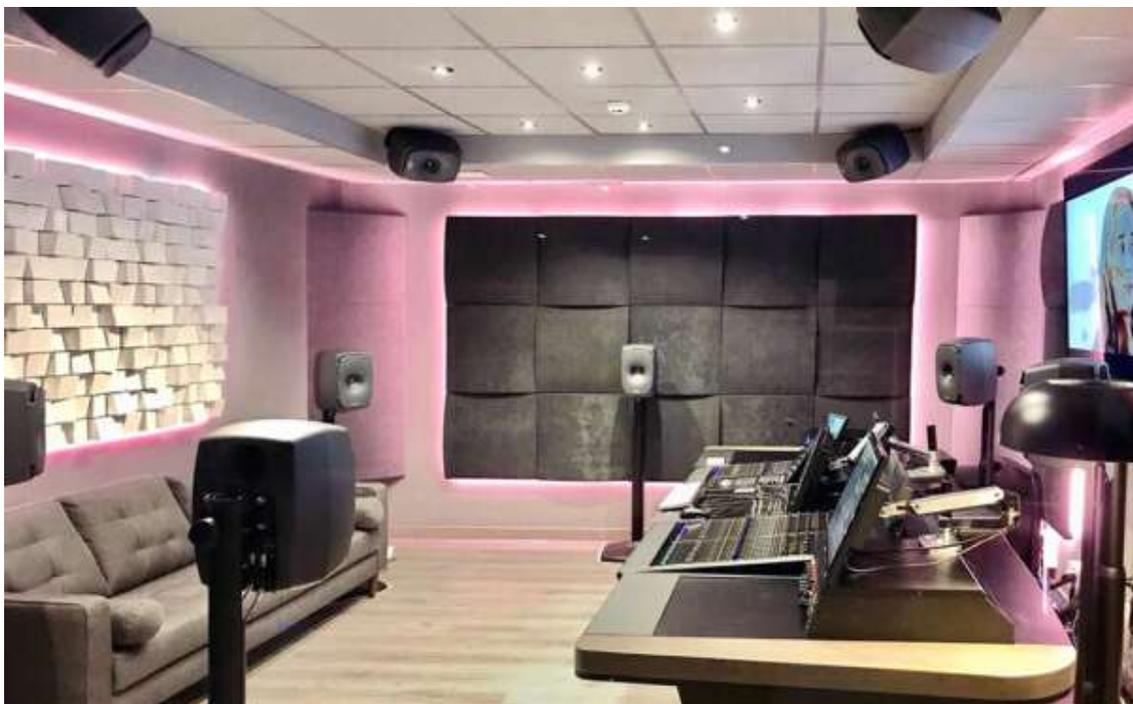


Figura 47. Centro de produção audiovisual equipado para atividades especiais.

Hoje a Pós-produção, e finalização de filmes, só acontece em SP, e uma parte importante manda-se para o Chile e Alemanha, 3000 filmes por ano precisam de uma industria ponte, entre os mercados internacionais e o Brasil.

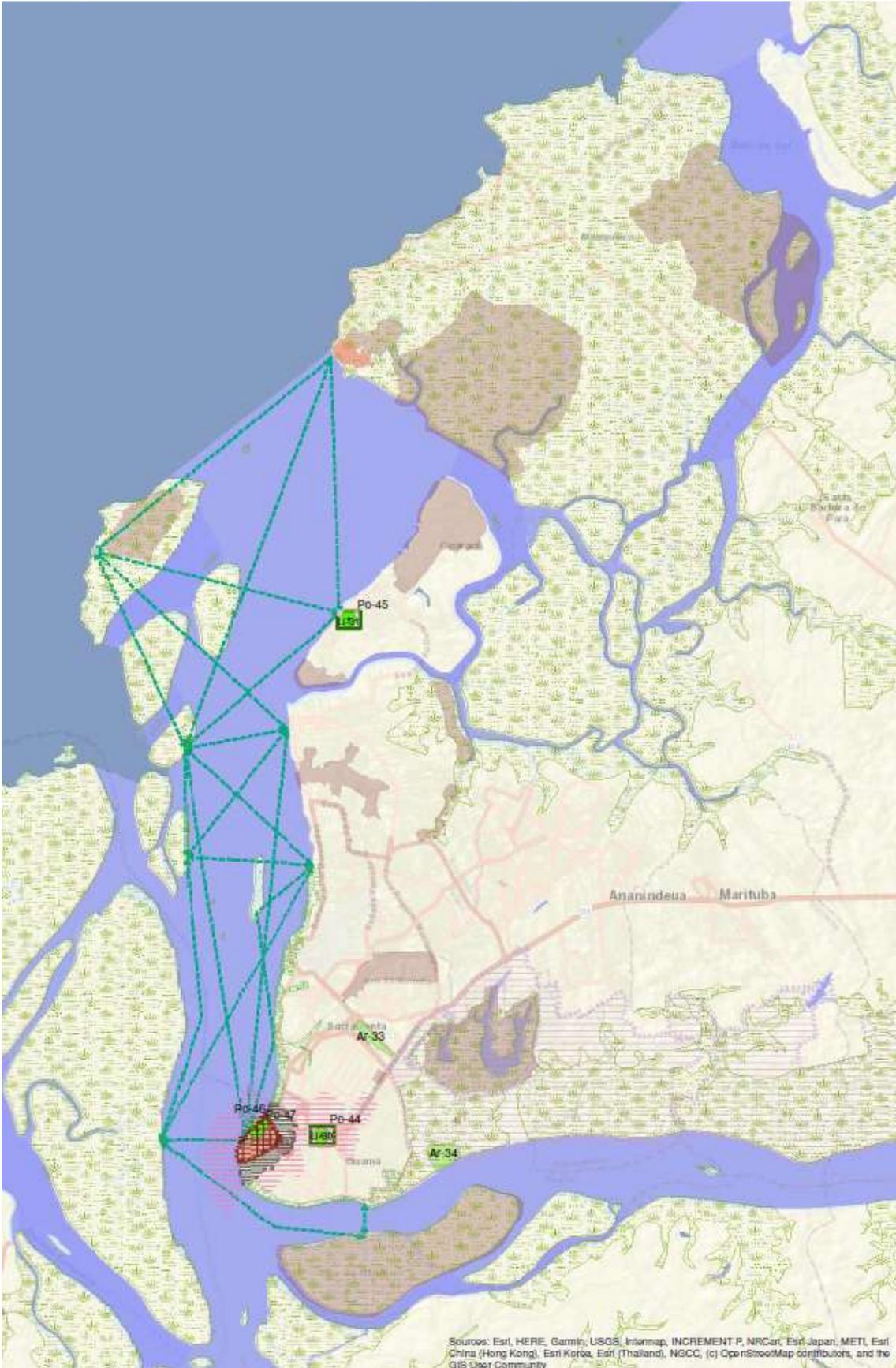


Figura 48. Mapa temático de ações para o Eixo ECO7 – Equipamentos Sustentáveis.

## **8. ECO8. SC. SERVIÇOS CIRCULARES, ECONOMIA VERDE E ECOLÓGICA.**

Promover, como base dos investimentos públicos e privados e matéria de infraestruturas e urbanização o princípio da reutilização e da regeneração, assentes na flexibilidade e racionalidade espaços urbanos e edifícios eco eficientes em geral para que a sua distribuição, localização e extensão sirvam uma sociedade, economias e ambiente de escala e composição variáveis e dinâmicas, num processo de constante mudança. Resíduos, água, energia, telecomunicações são alguns dos principais serviços necessários para garantir a sustentabilidade do conjunto.

Integrar a cidade de Belém e seu entorno territorial e regional nas políticas da agência nacional das águas, em relação a preservação das águas e seus ecossistemas, a partir dos planos, programas e projetos de abastecimento e saneamento básico, mas também na gestão eco eficiente dos recursos hídricos, a través da integração das políticas municipais nos planos nacionais de bacia, no âmbito nacional, e nos instrumentos internacionais de colaboração estabelecidos com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

### **SC.01 Serviços Azuis**

#### **Ação 72. Gestão integral das águas.**

A gestão integral das águas envolve uma abordagem abrangente e integrada para o gerenciamento dos recursos hídricos pensados como um sistema territorial ecológico e também cultural, que envolve o acesso a água, seu ordenamento e seus usos, e sua reciclagem, e os riscos derivados e convergentes nessa gestão.

A interdependência dos diferentes usos da água, como abastecimento humano, agricultura, indústria, geração de energia, conservação ambiental e recreação, exige promover a sustentabilidade e a equidade na utilização desse recurso essencial a través de um sistema de planejamento, ordenamento e gestão integrada.

A proposta deve considerar a quantidade e a qualidade de água disponível, a qualidade de preservação dos ecossistemas aquáticos e a participação dos diferentes atores e setores da sociedade na sua gestão e consumo.

É necessária a integração de políticas, planejamento, regulação, monitoramento, educação ambiental e programação e regulamento dos processos de tomada de decisões baseadas em conhecimentos técnicos e científicos.

Entre os princípios fundamentais da gestão integral das águas devemos incluir:

Abordagem a escala de bacia hidrográfica (ou sub-bacia): a gestão eficaz da água deve ser realizada levando em conta as características e interações de toda uma bacia hidrográfica, desde a nascente até a foz dos rios, igarapés e elementos e componentes associados.

Participação ativa e inclusiva de todas as partes interessadas, incluindo governos, comunidades locais, povos indígenas, setor privado e sociedade civil, integrando diferentes perspectivas e garantindo decisões transparentes e democráticas, envolvendo as diferentes jurisdições, instituições e usuários da água dentro dessa mesma bacia.



Conservação e preservação dos ecossistemas aquáticos assim como a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do ciclo da água, a purificação da água e a conservação da biodiversidade.

Regular um uso eficiente, racional e sustentável da água garantindo a conservação dos recursos hídricos e a minimização de desperdícios mediante uso das tecnologias eficientes, práticas agrícolas sustentáveis, reuso das águas e conscientização da população.

Programar e planejar uma máxima resiliência por adaptação dos modelos e das técnicas de gestão frente às mudanças climáticas garantindo a disponibilidade e a qualidade da água, bem como a adoção de medidas de adaptação para lidar com esses desafios.

### **Ação 73. Melhoramentos nos sistemas de drenagem urbana sustentável e depuração distribuída.**

Entender os canais urbanos como sistemas de drenagem urbana e como componentes do sistema fluvial do território, devendo ser retomada a seu papel conformador do território.

- Canais de Avenida Almirante Tamandaré, Quintino Bocaiuva, Canal de São Joaquim, Tucunduba, Mundurucu (parque fluvial)
- Jardins de chuva, parques de tormenta
- Drenagem urbana sustentável

Configuração de soluções de permeabilidade e de depuração de águas em espaços públicos e privados, de forma distribuída.

### **Ação 74. Sistemas de gestão integrada de águas de rios, de chuva ou subterrânea (os rios voadores).**

Configuração de modelos domésticos de reaproveitamento de águas de chuvas, no contexto do pensamento do uso dos rios amazônicos como meio de vida, com especial atenção aos movimentos de pescadores artesanais, de turismo sustentável, e de gestores de recursos ambientais, especialmente hidrológicos.

Configuração de sistemas seletivos de drenagem urbana e encaminhamento de águas pluviais para as bacias de canais e igarapés garantindo a qualidade e a quantidade das águas a través de um monitoramento permanente.

### **Ação 75. Sistemas de separação de águas pluviais e águas sujas.**

Os sistemas separativos de águas pluviais e esgoto são estruturas de gerenciamento de água que visam separar as águas pluviais (água da chuva) do esgoto doméstico ou industrial como garantia de uma gestão mais eficiente evitando a contaminação da água por poluentes e protegendo o meio ambiente.

O desenvolvimento de um sistema separativo de águas pluviais para a metrópole de Belém de Pará, consiste em separar as águas da chuva, coletadas por meio de calhas, ralos e tubulações específicas, direcionadas para sistemas de drenagem adequados, como galerias pluviais, rios ou reservatórios de armazenamento, e sistemas de esgoto separativo destinados ao manejo dos efluentes sanitários, ou seja, dos dejetos provenientes de atividades domésticas, industriais ou comerciais.



Essas estruturas permitem que a água pluvial seja gerenciada de forma eficiente, evitando enchentes e alagamentos em áreas urbanas e contribuindo para a recarga dos lençóis freáticos, ao mesmo tempo que o esgoto é coletado e transportado por meio de redes de esgoto separadas, geralmente constituídas por tubulações subterrâneas, até estações específicas de tratamento de esgoto, que reduzem a carga de serviço de forma notável, removendo impurezas e substâncias poluentes de forma eco eficiente.

A separação dos sistemas de águas pluviais e esgoto evita que as águas pluviais, que são naturalmente mais limpas, se misturem com o esgoto contaminado reduzindo a carga de poluentes nos corpos d'água receptores, como rios, lagos e oceanos, e minimizando os impactos negativos à saúde humana e aos ecossistemas aquáticos, e reduzindo custos.

É necessário, como na gestão de resíduos, uma conscientização da população sobre a importância da utilização adequada dos sistemas, assim como o desenvolvimento de normas para proibição do lançamento de resíduos sólidos e produtos químicos nas redes de águas pluviais e esgoto, bem como a promoção de práticas sustentáveis, como o reaproveitamento da água da chuva, podem contribuir para a preservação dos recursos hídricos e a redução da poluição.

## **SC.02 Serviços de resíduos**

### **Ação 76. Coleta separativa por bairros e grandes quarteirões.**

Criação de um sistema municipal e estadual de coleta separativa de resíduos sólidos, orgânicos ou especiais por bairros ou setores, com o apoio de catadores de lixo, organização de depósito e coleta seletiva, com o apoio dos catadores tradicionais de lixo característicos em todas as urbes brasileiras.

Essa estratégia, eficiente e sustentável, para a gestão integrada de resíduos sólidos, promove a separação correta dos materiais recicláveis na fonte, aumenta a quantidade de materiais disponíveis para a reciclagem, reduz a quantidade de resíduos destinados aos aterros sanitários, e contribui para a inclusão social e econômica dos catadores de lixo e a criação de modelos de economia verde e circular.

### **Ação 77. Criar diferentes níveis de redes de catadores para coleta separativa.**

Estímulos para a participação popular na coleta de resíduos a partir de incentivos fiscais - moeda verde com desconto no IPTU;

Distribuição de ecopontos;

Fortalecer cooperativas de catadores de resíduos;

Carta compromisso de instituições públicas como ALEPA, MP/PA, DEFENSORIA com a agenda verde;

### **Ação 78. Promover inovação e desenvolvimento de soluções de reciclagem: madeira, plástico, metal, outros.**

Estabelecer cooperação técnica com outras cidades com boas práticas visando a montagem de um sistema de reciclagem de resíduos sólidos, líquidos e orgânicos.



Estabelecer empresa metropolitana e intermunicipal do Estado para a instalação de rede de reciclagem sustentável e não poluente.

**Ação 79. Orgânico: a compostagem local como método**

Fomentar soluções domésticas de compostagem de resíduos orgânicos e montar sistema de recolha do material produzido, em nível de bairro e destinado à fertilização dos corredores verdes.

**SC.03 Conexões energéticas**

**Ação 80. Uso de energias renováveis: Biodigestores (biomassa)**

Fomentar soluções locais, em nível de bairro e de complexos de serviços, comerciais e industriais, que permitam a recuperação energética de resíduos orgânicos.

**Ação 81. Energias sustentáveis distribuídas: fotovoltaica e eólica, pequena, média e grande escalas.**

Configurar um programa descentralizado de produção de energias sustentáveis que permita reduzir os níveis de dependência e distribuição da rede energética tradicional e assegurando a autonomia e a sustentabilidade de concentrações isoladas de populações e unidades produtivas.

**Ação 82. Sistemas de distribuição, monitoramento e gestão energética integrados (REE).**

Sistemas de monitoramento de gestão integrado permitem o controle e gerenciamento eficiente do consumo e distribuição de energia elétrica em tempo real, usando tecnologias avançadas de monitoramento, comunicação e automação, sistemas que são projetados para melhorar a eficiência energética, reduzir custos, minimizar perdas de energia e otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

Eles abrangem uma variedade de componentes e funcionalidades, tais como: utilização de medidores inteligentes que permitem um monitoramento detalhado e a identificação de padrões de consumo; comunicação em tempo real para possibilitar a troca de informações em tempo real entre os diferentes pontos do sistema, consumo, produção e armazenamento; processamento e análise dos dados sobre consumo de energia, detecção de falhas e identificação de oportunidades de eficiência energética; controle e ajuste automatizado do fluxo de energia em resposta a condições como demanda de pico, disponibilidade de energia renovável ou tarifas variáveis; implementação de estratégias de gestão de carga, como a programação do uso de equipamentos e a distribuição inteligente de energia para equilibrar a carga e evitar sobrecargas na rede; monitoramento contínuo dos parâmetros de qualidade de energia, como tensão, frequência e distorção harmônica, para garantir a energia dentro dos padrões aceitáveis; e integração de energias renováveis como painéis solares e turbinas eólicas, o hidrogênio verde, ao sistema de distribuição para maximizar o uso de energia limpa e minimizar a dependência de fontes de energia não renováveis.

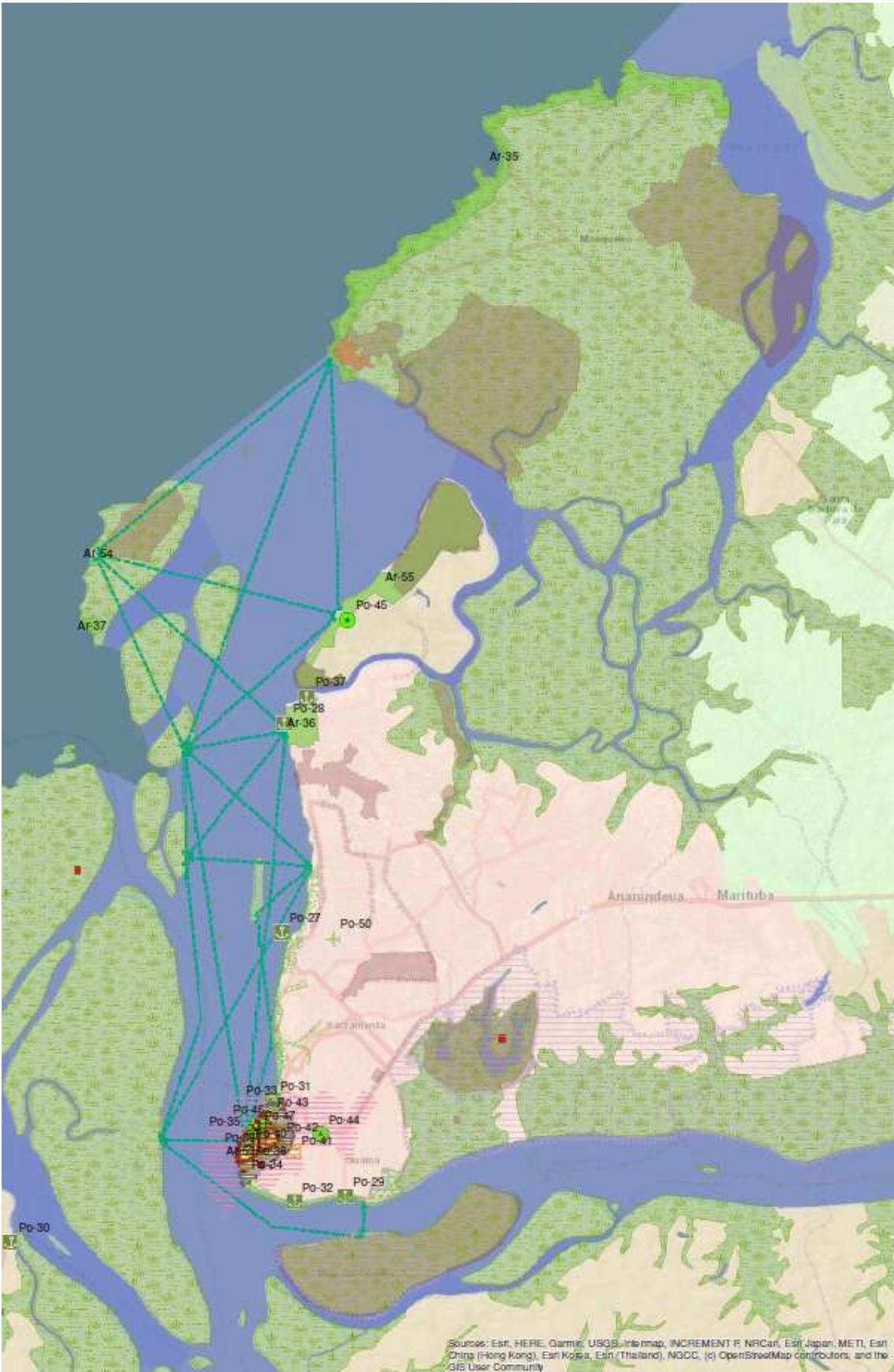


Figura 49. Mapa temático de ações para o Eixo ECO8 – Economia Verde e Ecologia.

## 9. ECO9. SI. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.

Fomentar a transformação e a inovação digitais. É o último passo de um processo de mudança que inclui a apropriação da tecnologia, depois, do domínio da técnica e da qual esperamos o surgimento de resultados positivos, finalizando com o aparecimento de novas oportunidades e modelos de economia social, e sustentável.

Exige uma mudança de mentalidade para se tornar mais atual e acompanhar os avanços tecnológicos. A Transformação Digital ou TD é mais sobre o contexto que circunda as novas modernidades do que sobre as tecnologias em si, por tanto, um problema sociocultural, mais do que estritamente tecnológico. Exige uma mudança de mentalidade para se tornar mais atual e acompanhar os avanços tecnológicos. Em Belém a TD envolve a integração de espaços virtuais na cidade, promovendo o uso sistemático das Tecnologias de Informação e Comunicação na administração e na cidadania como mecanismo de inovação.

Uma agenda para uma sociedade belenense digital deve olhar para a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), revisada em 2022, para entender como aproveitar todo o potencial das tecnologias digitais de modo a querer alcançar o aumento da produtividade, da competitividade e dos níveis de renda e emprego por todo o estado, e mais especificamente em Belém, visando sempre à construção de uma sociedade livre, justa e próspera para todos:

- **Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza:** inclusão financeira dos mais pobres, pela combinação de terminais móveis com acesso à Internet, pagamentos móveis e novos instrumentos financeiros no ambiente digital;
- **Objetivo 2 - Fome Zero:** Internet das Coisas (IoT), aumentando a produtividade na agropecuária, reduzindo perdas no campo e na logística de transporte e distribuição;
- **Objetivo 3 - Saúde e Bem-Estar:** uso de terminais móveis com acesso a bases de dados médicas, viabilizando prontuários eletrônicos; e a IoT para monitoramento e diagnóstico remoto;
- **Objetivo 4 - Educação de Qualidade:** computadores com acesso a conteúdos digitais, ensino à distância, treinamento de professores e capacitação profissional;
- **Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura:** ampliação da infraestrutura de acesso à Internet, empreendedorismo digital e Internet das Coisas;
- **Objetivo 13 - Combate às Alterações Climáticas:** redes de sensores combinadas com terminais de acesso à Internet, possibilitam ação rápida na prevenção e mitigação de desastres naturais.

Uma estratégia com foco também nos ODS da Agenda 2030 (ONU) e no Índice de Competitividade Global (Global Competitiveness Index –GCI) do Fórum Econômico Mundial (WEF)

### SI.01. Economias inovadoras e criativas para novos modelos de negócios.

#### **Ação 83. Fomento e apoio a economia criativa.**

A economia criativa é um conceito que se refere às atividades econômicas que se baseiam na criação, produção e distribuição de bens e serviços culturais e de vários outros assuntos (sociais, econômicos e ambientais), mas sempre criativos e dentro de



processos de cooperação científica entre diferentes setores, países e atores, dentro dos programas nacionais e locais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), ou do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores (ABC / MRE), Centro de Síntese em Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (SinBiose/CNPq<sup>9</sup>), entre outros importantes atores ou projetos em andamento.

Esta economia centra-se nas indústrias culturais e criativas, que vão desde as artes visuais, música, cinema e televisão, indústria da moda, design, publicidade, arquitetura, segurança do vídeo e tecnologias da informação; mas também inclui as tecnologias limpas, a agricultura e alimentação e a mobilidade sustentáveis, a gestão de resíduos e a economia circular, ou soluções digitais para um melhor planeta (fomento da biodiversidade, proteção do meio ambiente, produção de produtos ecológicos, entre outros).

A economia criativa caracteriza-se por ser um setor dinâmico e em constante evolução, que prospera na criatividade, inovação e colaboração. Esse setor não só gera riqueza econômica, mas também contribui para o desenvolvimento social, cultural, ambiental e educacional das comunidades em que está inserido.

#### **Ação 84. Fomento da Bioeconomia.**

Fomento de setores associados a Bioeconomia (baseada em recursos biológicos e promove a transição para o desenvolvimento sustentável) usando as tecnologias de informação e comunicação como recurso de qualificação da produção, trocas de experiências e criação de redes produtivas associadas e cooperativas, associadas aos processos de qualificação do consumo locais.

A bioeconomia é vista como uma importante ferramenta para a transição para uma economia mais sustentável e de baixo carbono, com a utilização de recursos biológicos renováveis e a redução da dependência de combustíveis fósseis.

Novas formas de extrativismo poderiam ser igualmente compatíveis com modelos sustentáveis de exploração dos recursos, contribuindo para a conservação das florestas e para economias produtivas de alto valor agregado que contribuam para a preservação dos biomas e dos ecossistemas amazônicos.

Promoção de uma exploração de recursos minerais, botânicos e hidrológicos (as águas) dentro de modelos sustentáveis, criativos e inovadores, e que permitam a requalificação dos ecossistemas, especialmente aqueles alterados e impactados por usos incorretos.

Desenvolvimento de economias sociais voltadas ao melhoramento das políticas e serviços de saúde, dos tratamentos preventivos, da segurança alimentar e controle de qualidade das águas e dos outros recursos fundamentais.

---

<sup>9</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

## **SI.02. Economia Circular para uma maior sustentabilidade.**

### **Ação 85. Organização dos Serviços pensando na reciclagem: água, lixo, etc...**

Uso das tecnologias de informação e comunicação para a mobilização e organização de práticas locais e dos serviços públicos associados visando a coleta e reciclagem de resíduos urbanos.

## **SI.03. Infraestruturas de Telecomunicações, de dispositivos interconectados.**

### **Ação 86. Plano de implantação de uma cobertura universal de dados**

Sistema de comunicações da UFPA e fomento de uma rede de telecomunicações de alta capacidade e fiabilidade, a través do uso da chamada “conexão rural”, solução local produto de iniciativas de inovação e pesquisa.

Reforço e garantia de trazabilidade da qualidade das comunicações mediante o apoio de redes de telecomunicações por satélite, como o projeto Hispasat, projeto Amazônia.

### **Ação 87. Cobertura WiFi gratuito na área metropolitana: cidadãos conectados.**

Promoção de redes Wifi em transportes e locais de concentração pública privilegiando a conexão e participação cidadã em atividades e serviços de cariz coletivo.

## **SI.04. Serviços públicos digitais: cidadania e governo.**

### **Ação 88. Fomento de serviços web on-line**

Consolidar como direito do cidadão o acesso web a toda informação, bases de dados, prestação de serviços e atendimento dos órgãos públicos, tomando como prioridades: setores e serviços prioritários em digitalização na busca de competitividade em negócios digitais, a digitalização de serviços públicos, de acervos e a construção de metaversos, e ativos patrimoniais, a criação de empregos qualificados nessa nova economia; e a introdução do mundo digital nas políticas para uma educação melhor e mais avançada.

Reforço das iniciativas de fiscalização e monitoramento ambiental dos diferentes ecossistemas em todas as escalas e contextos territoriais e paisagísticos enunciados, para um melhor combate aos crimes ambientais, mas também sociais, culturais e económicos, em terras indígenas, nas florestas, e nos entornos metropolitanos e urbanos, com especial foco no garimpo ilegal, nas drogas, e no tráfico de produtos biogenéticos.

### **Ação 89. Criação de uma rede de incubadoras digitais**

Uma rede de incubadoras digitais para a sustentabilidade é uma iniciativa que busca incentivar a criação e o desenvolvimento de projetos digitais que promovam a sustentabilidade e o cuidado com o meio ambiente. Essas incubadoras oferecem apoio e recursos para empreendedores e startups que são projetados para desenvolver soluções inovadoras para enfrentar os desafios ambientais atuais, como recriar emissões de gases de efeito estufa, gerenciar resíduos, conservar recursos naturais e promover práticas sustentáveis no âmbito cultural, social, da saúde e do governo (em todas as escalas).

### **Ação 90. Criação de uma infraestrutura de dados espaciais para toda a área metropolitana.**

Uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) é a estrutura de rede virtual composta por dados georreferenciados e serviços de informação geográfica interoperáveis distribuídos em diferentes sistemas de informação. Os dados georreferenciados devem ser acessíveis através da Internet com um mínimo de protocolos e especificações padronizadas que permitam: Localiza-os por meio de seus metadados publicados por meio dos serviços de localização, CSW; visualiza-os através de serviços de visualização WMS/WMTS; acessa-os ou consulta-os através dos serviços de download WFS/ATOM Feed/WCS. Para garantir que a informação geográfica produzida pelas instituições seja compartilhada e a sua utilização promovida entre os cidadãos e a sociedade em geral, é necessário: estabelecer um marco legal, a criação de serviços de rede (visualização, descarregamento e localização), dos metadados e da estrutura e atributos dos dados geográficos que são regulados por novos regulamentos específicos.

#### **SI.05. Cultura sustentável.**

### **Ação 91. Plataforma de difusão de culturas sustentáveis amazônicas a través da criação de uma verdadeira “diplomacia do clima”.**

A diplomacia brasileira do clima deve trabalhar para estabelecer parcerias com outros países e organizações internacionais, com o objetivo de promover uma preservação da Amazônia e construindo soluções conjuntas para os desafios ambientais. Manter uma participação ativa em fóruns internacionais, nas conferências das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (COP), defendendo suas posições e contribuindo para a formulação de políticas globais relacionadas ao clima.

Promover uma “cultura amazônica”, no contexto da diplomacia climática brasileira, que envolva e respeite os conhecimentos e as práticas tradicionais das populações indígenas e das comunidades locais, a partir de sua relação ancestral e sustentável com a natureza, e enfrentando os desafios mais significativos, como o aumento do desmatamento e as pressões econômicas, sociais e culturais hoje confluentes sobre a região, a través de políticas ambientais e de cooperação internacional.

Criação de uma plataforma digital de depósito e divulgação das ditas referências culturais ancestrais e sustentáveis, como simbioses entre natureza e cultura, explicando para o planeta como a sustentabilidade pode entrar na lógica das comunidades, das artes, das cidades e das manifestações, tomando muitas vezes, de nossos ancestrais as melhores práticas, tradições e princípios.

### **Ação 92. Festival Internacional do Patrimônio Amazônico.**

A diversidade e riqueza do patrimônio natural, cultural e social amazônico surge de sua condição de ser a maior floresta tropical contínua do mundo, de seus rios, lagos, savanas, manguezais e de uma vasta variedade de espécies de plantas, animais e ecossistemas que sustentam importantes serviços ecossistêmicos fundamentais para o planeta.

Essa diversidade biológica é única e desempenha um papel fundamental na regulação do clima global, na manutenção dos ciclos de água e na conservação da biodiversidade. Além disso, a região amazônica é lar de centenas de grupos indígenas que possuem uma rica herança cultural uma relação profunda e sustentável com a floresta, e

conhecimentos tradicionais fundamentais para sua subsistência e preservando práticas ancestrais de manejo dos recursos naturais transmitidas ao longo de gerações.

Essas línguas, costumes, artesanatos, medicinas tradicionais e sistemas de conhecimento constituem um tesouro que deve ser valorizado e respeitado, junto ao patrimônio arqueológico e paleontológico, com sítios pré-colombianos e vestígios de antigas civilizações, mas também pegadas da história da vida na terra a través de fosséis e outros vestígios.



Figura 50. Círio de Nazare procession. Cheridan Sanders. Sunday, June 23, 2013

A riqueza do patrimônio amazônico vai além do valor intrínseco de suas diversas formas e possui um enorme potencial para o desenvolvimento sustentável da região, a través da pesquisa científica, do ecoturismo, de eventos, encontros, seminários, festivais e outros eventos e manifestações sempre orientados e incentivando a conservação ambiental e a valorização da cultura local. Essa ação inclui por tanto o fomento de iniciativas amplas e transversais que publicitem e congreguem o universo das referências culturais e patrimoniais da Amazônia, mediante manifestações físicas e digitais a serem organizadas a través de festivais ou eventos específicos.

### **Ação 93. Festivais internacionais das culturas mais próximas as tradições de Belém de Pará.**

Belém do Pará, no Brasil, é conhecida por suas ricas tradições culturais, influenciadas principalmente pela herança indígena, africana e portuguesa que somam a outros povos europeus, árabes e orientais que chegaram e se estabeleceram na região além dos que migraram de outras regiões do país.

Embora não existam festivais internacionais exatamente idênticos às tradições específicas de Belém, há alguns eventos e festivais regionais que destacam elementos culturais semelhantes ou relacionados. Aqui estão alguns exemplos: Círio de Nazaré<sup>10</sup>,

---

<sup>10</sup> O Círio de Nazaré é um dos maiores eventos religiosos do Brasil, realizado anualmente em Belém, em outubro. Embora seja um evento religioso, também possui uma forte manifestação cultural. Milhares de pessoas participam da procissão que acompanha a imagem de Nossa Senhora de Nazaré pelas ruas da cidade. Durante o Círio, ocorrem diversas festividades, incluindo shows musicais, danças tradicionais e comidas típicas.

Festival Internacional de Ópera do Theatro da Paz<sup>11</sup>, e Festival Internacional de Danças Folclóricas do Pará<sup>12</sup>, Festival Internacional de Cinema de Belém (FICBEL)<sup>13</sup>, o Arraial do Pavulagem, as Festas Juninas e outras.

Esses são apenas alguns exemplos de festivais e eventos que destacam a cultura e as tradições de Belém do Pará. É importante ressaltar que as tradições culturais são dinâmicas e evoluem ao longo do tempo, e novos eventos devem surgir para fortalecer e promover a identidade cultural da região, como por exemplo, arte digital, quadrinhos, culturas afro-brasileiras, encontros literários e circuitos culturais, os Roteiros Geoturísticos, o **Projeto Circular** e outras ações que se desenvolvem no CHB e espaços culturais espalhados na cidade

Dada essa riqueza e capacidade criativa muitas outras atividades culturais e agendas podem ser implementadas e associadas a outros lugares e espaços a serem restaurados potencializando a agenda cultural, a economia criativa e outras formas de desenvolvimento social.



Figura 51. Encuentro del Conocimiento en Belém. 20 a 23 de octubre de 2021, representantes de los pueblos de la selva amazónica. Fuente <https://asambleamundialamazonia.org/>

---

<sup>11</sup> O Theatro da Paz, em Belém, é um magnífico teatro de ópera que recebe o Festival Internacional de Ópera anualmente. O festival apresenta performances de óperas clássicas e contemporâneas, com artistas nacionais e internacionais. Além disso, o Theatro da Paz também abriga apresentações de dança, concertos de música clássica e outras atividades culturais ao longo do ano.

<sup>12</sup> Este festival é dedicado à preservação e celebração das danças folclóricas tradicionais do estado do Pará. Embora seja regional, atrai grupos de dança de diferentes partes do Brasil e também de outros países. O festival é realizado em Belém e em outras cidades do estado, apresentando apresentações de danças como carimbó, siriá, lundu, entre outras.

<sup>13</sup> O FICBEL é um festival de cinema que promove produções cinematográficas locais, nacionais e internacionais. Embora o foco principal seja o cinema, o festival também engloba outras formas de expressão artística, como exposições, palestras e workshops. O evento ocorre em Belém e tem como objetivo estimular o diálogo intercultural através do cinema.

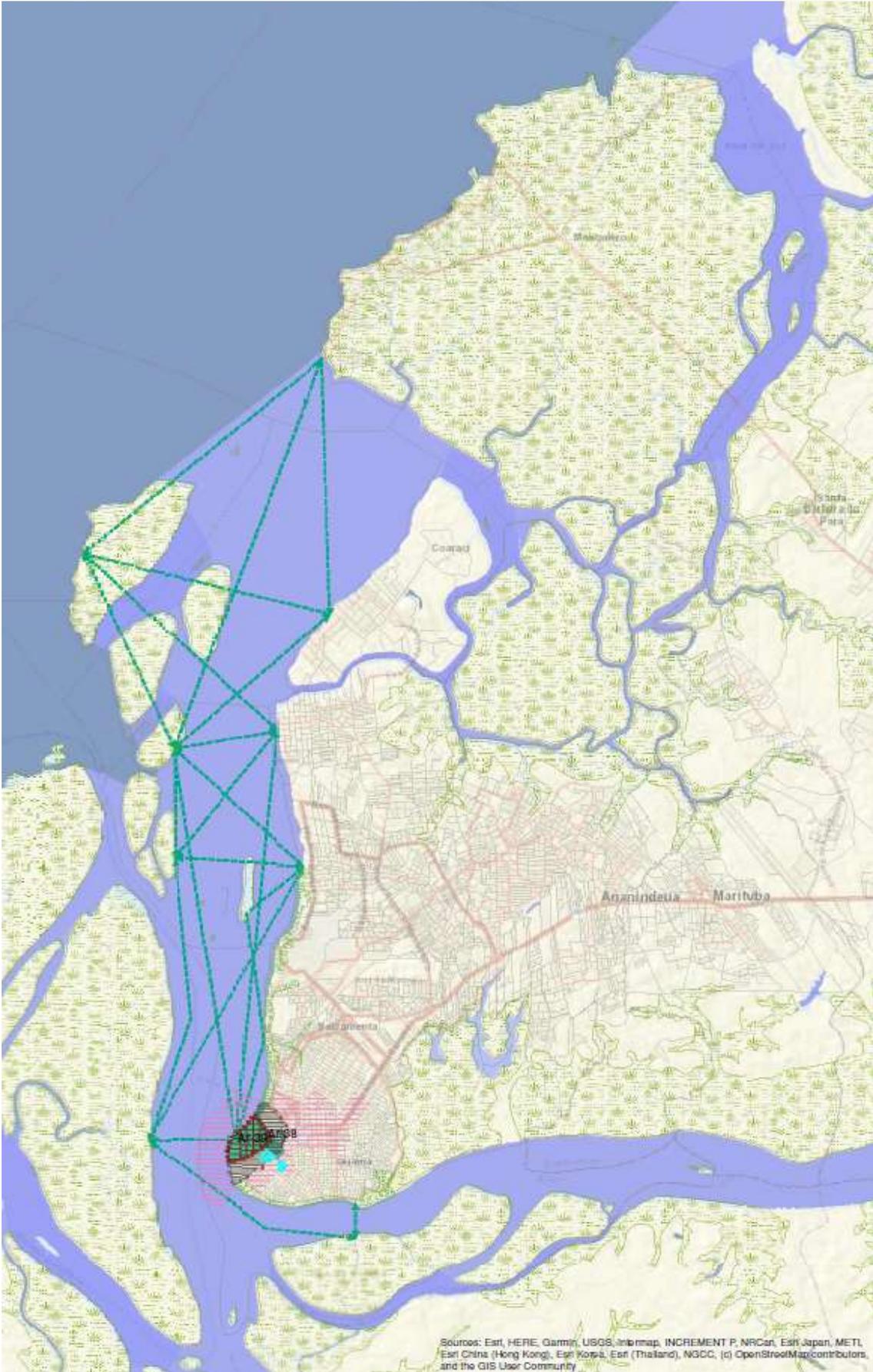


Figura 52. Mapa temático de ações para o Eixo ECO9 – Sociedade em Rede.

## **10. ECO10. CG. COESÃO, PARTICIPAÇÃO ECO-GOVERNAÇÃO.**

Adequada e efetiva articulação da participação pública e institucional, garantindo a corresponsabilidade social e a concordância administrativa por meio de convênios acordos de gestão com todas as administrações com competências concorrentes no município. Os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais e vulneráveis desempenha um papel fundamental como guardiões da biodiversidade e da socio diversidade na Amazonia.

Como detentores dos conhecimentos, técnicas e tradições, saberes e práticas ancestrais, esses povos devem promover a proteção de seus direitos a través das plataformas e processos de participação social e mobilização, com o apoio do Ministério Nacional dos Povos Indígenas, e da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas (MPI, SDATI), e também da ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade), CNPE (Conselho Nacional de Populações Extrativistas), REPAM (Rede Eclesial Pan-Amazônica), COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazonia Brasileira), Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e da Câmara Setorial das Guardiãs e Guardiões da Biodiversidade do CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético).

### **CS.01. Fomento da Coesão Social e Econômica**

#### **Ação 94. Fomento da Coesão Social e Económica, do diálogo e da inclusão dos atores sociais.**

Fomento à organização da sociedade civil e corporativa visando a criação de mecanismos de participação continuada e de gestão compartilhada de programas e ações como o Fundo Amazônia e outros instrumentos de incentivo ao desenvolvimento sustentável da região, das metrópoles e das cidades e povoações, paisagens e territórios amazônicos, pensando desde a sua diversidade e riqueza, desde as comunidades locais e desde o combate ao racismo climático, a perda da diversidade social, ou a vulnerabilidade das minorias e das culturais tradicionais.

Inclusão de representações legitimadas dos diversos atores sociais e corporativos nos processos de gestão do território, com atribuições e responsabilidades específicas visando a coesão social e a responsabilização na gestão dos assuntos coletivos e uma distribuição e aplicação razoáveis dos fundos amazônicos, pensando que natureza e cultura estão permanentemente imbricadas ou entrelaçadas.

### **CS.02. Procura da Equidade**

#### **Ação 95. Pensar e aplicar a equidade social, económica e ambiental dentro da cidade, da metropole e do território.**

Formular mecanismos que assegurem a ampla representação de interesses e a correspondente resposta às necessidades específicas e prioritárias de cada grupo social, na perspectiva da equidade de uso e usufruto do território nas suas diferentes escalas, entendendo os valores e atributos a serem preservados em cada caso, dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável.

### **Ação 96. Programas, eventos e festas que promovam a diversidade como forma de cultura.**

Existem diversos programas, eventos e festas ao redor do mundo que promovem a diversidade como forma de cultura. Essas iniciativas buscam celebrar e valorizar diferentes culturas, promovendo a inclusão, o diálogo intercultural e a troca de experiências. Aqui estão alguns exemplos: Carnaval, Festival Internacional de Folclore, Pride Parades (Orgulho LGBTQ+), Festivais de Música do Mundo, Dias Nacionais e Festas Étnicas que refletem a diversidade étnica e cultural da região e da nação.

### **CS.03. Programas de Educação**

#### **Ação 97. Programas de Educação patrimonial e ambiental.**

Fomentar programas de educação ambiental e patrimonial baseados nas infraestruturas e no acesso as tecnologias da informação e da comunicação, na pesquisa, no desenvolvimento e na inovação, e na confiança no ambiente digital, a serem aplicada.

Criar incentivos fiscais e tributários p/ adesão aos programas de capacitação em matéria patrimonial e ambiental por meio de editais abertos a toda a sociedade.

#### **Ação 98. Criação de redes de cultura sustentável baseados nas tecnologias digitais.**

Criação de redes para fomento de eventos, formação e difusão cultural e artística, pensando oficinas, seminários, encontros, cursos, com conteúdo ecológico, e aplicação de técnicas e processos sustentáveis, sobre: Arte, Moda, Gastronomia, Música, Teatro, e outras formas de expressão humanas.

### **CS.04. Plataformas Colaborativas de Planejamento e Gestão**

#### **Ação 99. Criar plataformas de apoio ao planejamento participativo, IDEPLAN**

Associar aos portais de serviços dos órgãos públicos plataformas colaborativas abertas organizadas por temas que serão objetivo de fóruns virtuais periódicos para debate e formulação de estratégias de atuação.

#### **Ação 100. Criar plataformas para um planejamento mais integrado e participativo, por bairros, a través de processos colaborativos.**

Organizar, a partir do Portal da Prefeitura, plataformas colaborativas por bairros visando a divulgação de informações específicas, a mobilização para ações coletivas e a gestão de serviços setoriais.

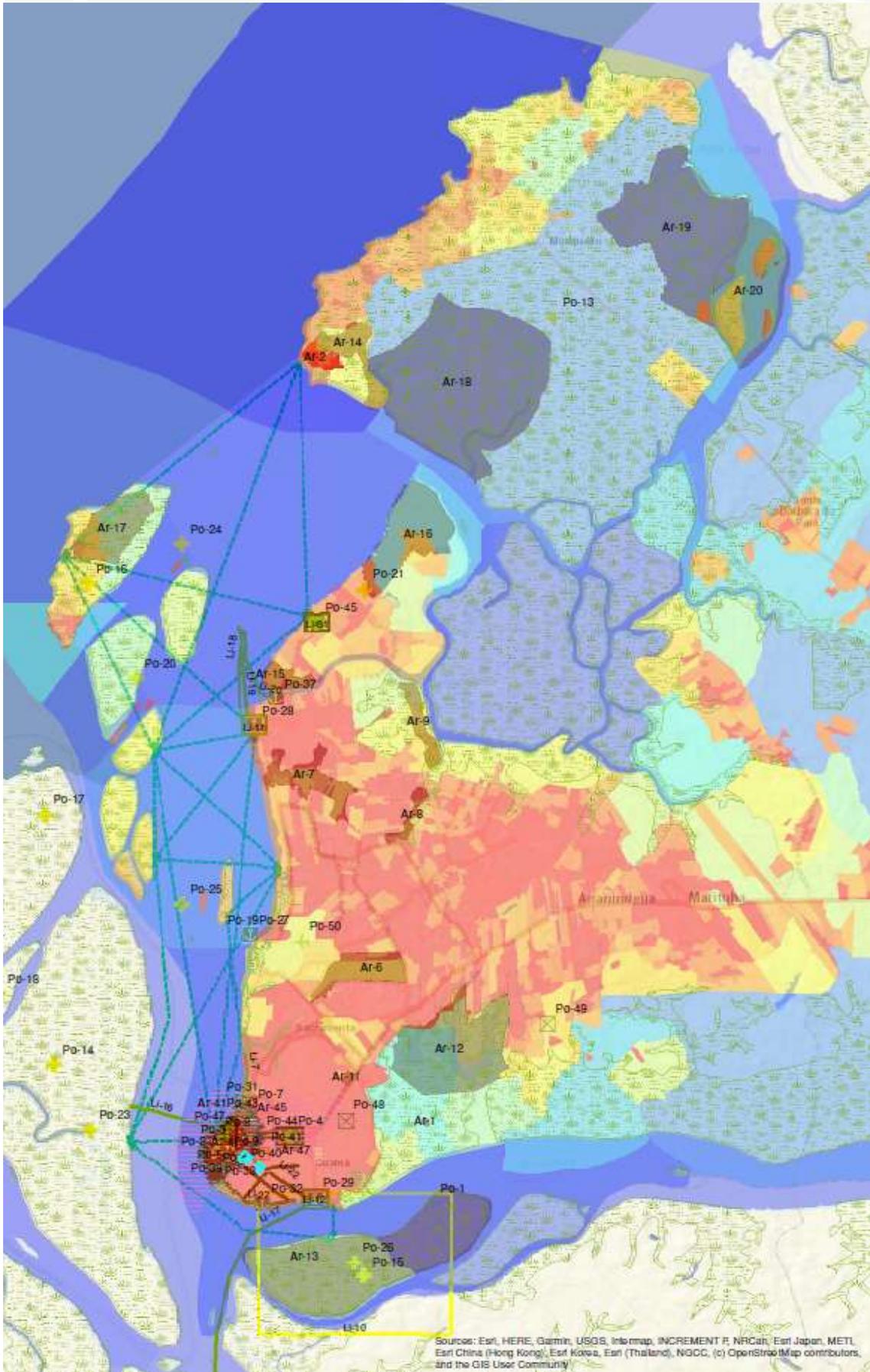


Figura 53. Mapa temático de ações para o Eixo ECO10 – Coesão e Participação.

## CONCLUSÃO

O produto apresentado como Documento Síntese das Contribuições da Sociedade como fruto do Seminário "BELÉM PAISAGEM CULTURAL: Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável", buscou além de sistematizar os resultados do encontro, dispor de bases consistentes da agenda nacional e internacional, para que a cidade de Belém, capital do Pará recupere seu papel regional e busque se inspirar em um novo modelo de desenvolvimento para as cidades na Amazônia comprometido com a agenda verde, uma cidade inteligente, inclusiva e sustentável no universo temporal até 2050.

A proposta é ambiciosa como acreditamos que deve ser uma cidade com mais de quatro séculos de existência que já vivenciou ciclos de prosperidade e hoje busca superar dificuldades que se apresentam de forma contundente no dia a dia de seus moradores, que impactam nas suas rotinas de vida, na economia, na capacidade de ter esperança em dias de fato melhores.

Foram elencadas cem ações articuladas no campo de abrangência territorial do município e os quadros resumos das discussões estabelecidas nos quatro Grupos de Trabalho que reuniram pessoas de diversas formações que participaram do Seminário, as quais, com suas vivências, expertises e compromisso social, dispuseram-se a participar desta construção coletiva.

Acreditar que é possível reverter um quadro com tantos desafios faz parte do processo. Pactuar e querer mudar o cenário desfavorável só pode ser feito de forma consistente e permanente se o planejamento for participativo, tenha a capacidade de olhar para suas fragilidades e identificar seus potenciais e sim, ter ousadia, pensar efetivamente como a cidade merece. Pensar grande.

Para esse passo longo, aqui proposto até 2050, com um intermédio em 2030, há um mais próximo e urgente, que é 2025 com a COP 30 que se avizinha e impõe a todos a capacidade de planejar em bases e de forma consistente para que de fato se almeje uma Belém verde, inclusiva e sustentável, sem renunciar a sua identidade, sua memória coletiva, suas peculiaridades e seu reconhecimento por sua paisagem e territórios multiculturais.

Entende-se como urgente a configuração de uma Agenda Urbana para Belém, tendo como referência a perspectiva de uma Belém como Paisagem Cultural, cujos campos estratégicos e operacionais foram expressos no Seminário e condensados neste documento, e que deverão orientar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Belém Metropolitana e a revisão do Plano Diretor Municipal, a partir dos quais se formalizarão as políticas públicas necessárias e os instrumentos jurídico normativos pertinentes alicerçados em amplo debate, participação e legitimação social.

Como passo importante neste processo, espera-se que seja elaborado o **Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Belém e suas Conexões Interculturais e Territoriais**, para o qual, este documento poderá servir de referência, bem como para os projetos e ações propostas, seu acompanhamento e gestão compartilhada.

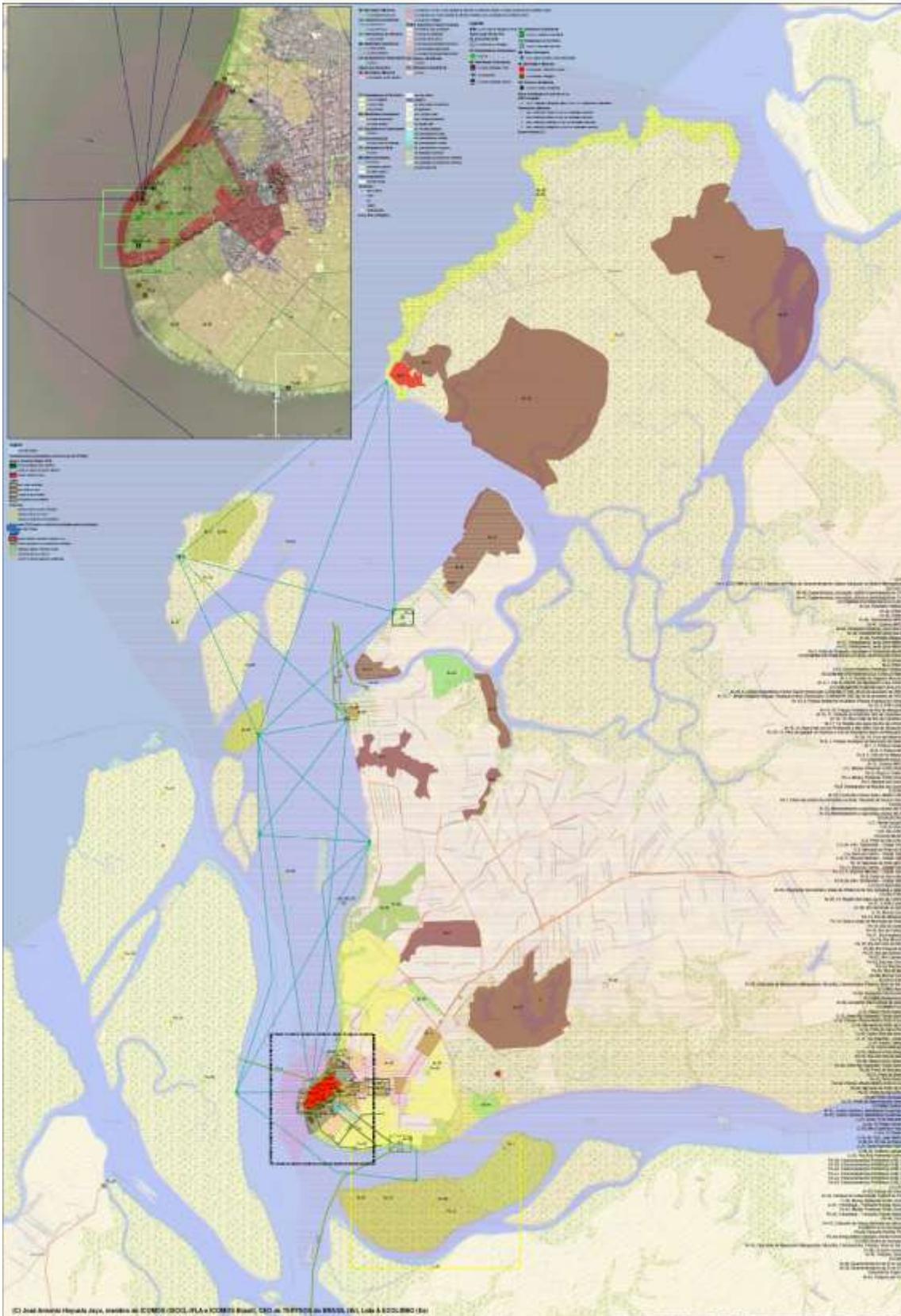


Figura 54. Vista geral da proposta

Figura 55. Pag. A seguir, Vista geral das propostas de ações incluídas nos diferentes eixos e no contexto da região metropolitana e do território belenense (pag. 117).



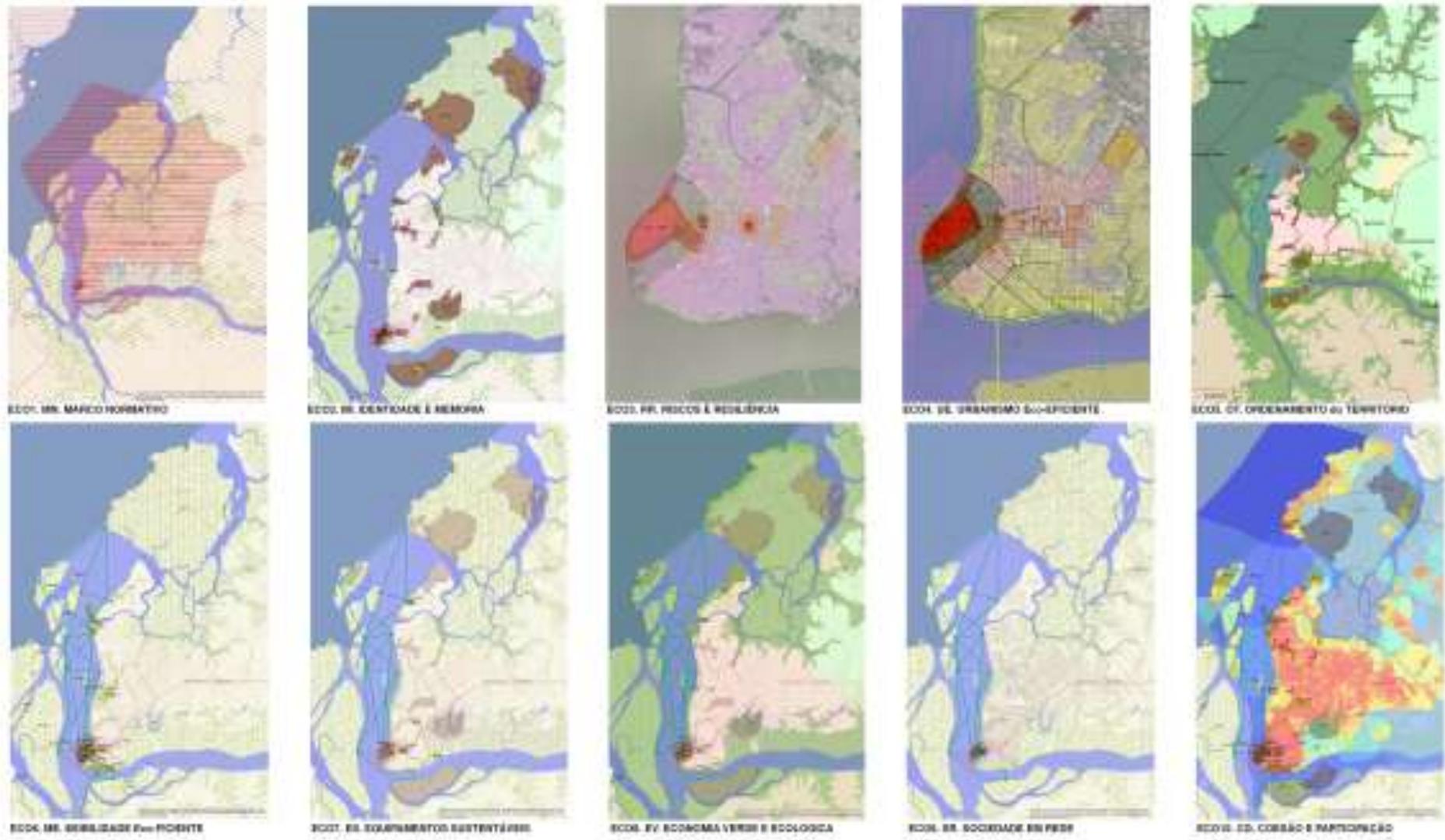


Figura 56. Resumo dos planos por eixos estratégicos (pag. 118).

# Anexos

## 1. Quadros de articulação: desafios, objetivos e estratégias.

### ARTICULAÇÃO ENTRE DESAFIOS TERRITORIAIS, OBJETIVOS DA NOVA AGENDA URBANA (ONU) E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS BELÉM

		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA NOVA AGENDA URBANA DA ONU											
		Ordenar o Território e fazer um uso racional do solo, conservando-o e protegendo-o	Evitar a dispersão urbana e revitalizar a cidade existente	Prevenir e reduzir os impactos das mudanças climáticas e melhorar a resiliência	Fazer uma gestão sustentável dos recursos e favorecer a economia circular	Favorecer a proximidade e a mobilidade sustentável	Fomentar a coesão social e buscar a equidade	Promover e favorecer a Economia Urbana	Garantir o acesso à moradia	Fomentar a inovação digital	Melhorar os instrumentos de participação e governança		
DESAFIOS TERRITORIAIS	Gerir os recursos naturais e culturais de forma sustentável	Valorizar o capital paisagístico – natural e cultural	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05	EC02, EC03, EC04, EC05, EC07, EC08, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC2, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10		
		Promover a eficiência dos recursos regional e urbano	EC02, EC03, EC04, EC05	EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08	EC02, EC03, EC04, EC05, EC07, EC08, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC07, EC08, EC09, EC10		EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10		EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10		
		Aumentar a resiliência socioecológica	EC02, EC03, EC04, EC05, EC09, EC10	EC02, EC03, EC08, EC09, EC10	EC03, EC04, EC05, EC09, EC10	EC03, EC04, EC05, EC09, EC10	EC2, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10		
		Promover um sistema urbano policêntrico	Afirmar a metrópole e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09				EC01, EC2, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC10	EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
			Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna	EC01, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC05, EC10	EC01, EC03, EC05, EC9, EC10	EC01, EC03, EC05, EC9, EC10	EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC10	EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
			Promover a qualidade urbana	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08	EC01, EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08	EC01, EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08	EC01, EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08	EC01, EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC10	EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
		Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial	Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC09, EC10				EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC10	EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
			Dinamizar os potenciais locais e regionais – paisagísticos e culturais – face à proliferação de modelos de globalização	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC09, EC10				EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10		EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
			Promover o desenvolvimento transamazônico	EC01, EC02, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10, EC10		EC01, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10		EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
		Reforçar as conexões interna e externa	Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica	EC01, EC02, EC05, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC05, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC05, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC05, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC05, EC07, EC08, EC09, EC10					EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
			Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade	EC06, EC09	EC06, EC09			EC01, EC04, EC05, EC06, EC07, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC10	EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
			Dinamizar as redes digitais	EC02, EC05, EC09, EC10			EC02, EC05, EC08, EC09, EC10	EC03, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10		EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
		Promover a governança territorial	Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersetorial e multinível	EC01, EC02, EC05, EC06, EC09, EC10	EC01, EC02, EC05, EC06, EC09, EC10	EC01, EC02, EC05, EC06, EC09, EC10	EC01, EC02, EC05, EC06, EC08, EC09, EC10	EC01, EC04, EC05, EC06, EC07, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10				EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
			Promover redes colaborativas de base territorial	EC01, EC05, EC08, EC09, EC10		EC01, EC05, EC08, EC09, EC10	EC01, EC05, EC08, EC09, EC10	EC01, EC05, EC016, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC10	EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10
		Aumentar a Cultura Territorial	EC01, EC02, EC03, EC05, EC09, EC10	EC01, EC02, EC05, EC06, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC02, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC05, EC06, EC07, EC08, EC10	EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	EC01, EC02, EC03, EC04, EC05, EC06, EC07, EC08, EC09, EC10	



## **2. Políticas Públicas Subsidiárias**

### **Plano Federal para uma Transição Ecológica, Gov Brasil**

No âmbito das preocupações com a Transição Ecológica e com as Mudanças Climáticas, que serão tema da COP 30, e com o objetivo de impulsionar a economia com ações sustentáveis, o Ministério da Fazenda está elaborando um pacote, denominado Plano de Transição Ecológica, dividido em seis seções (incentivos econômicos, avanço tecnológico, bioeconomia, transição energética, resíduos e economia circular e adaptação às mudanças climáticas), com medidas para os próximos meses e anos. A expectativa é que o plano apresente incentivos ao mercado de crédito de carbono, produção de painéis solares e ampliação da participação de produtos florestais nas exportações, entre outros pontos.

#### **1. Incentivos econômicos**

Contempla o mercado de créditos de carbono ou “títulos verdes”, que podem ser adquiridos por empresas que emitem gases nocivos à atmosfera. O dinheiro usado neste processo vai para a conservação de florestas públicas ou privadas. A ideia é desenvolver, junto com o Banco Central, uma taxonomia verde, ou seja, uma classificação que possibilite identificar quais atividades contribuem com impactos positivos ao meio ambiente e quais oferecem riscos.

#### **2. Avanço tecnológico**

A segunda linha é o avanço tecnológico do setor produtivo, que inclui a Revolução 4.0, conceito que envolve a aplicação de tecnologia de dados e automação para aumentar a eficiência da produtividade nas empresas. O governo não quer, porém, que o país compre painéis solares e eletrolisados do exterior e continue sendo exportador de uma nova commodity (um produto básico, sem valor agregado).

Para atrair empresas do exterior e estimular os negócios internos, prepara-se uma série de incentivos, que podem ir do crédito à infraestrutura, mas com grande expectativa de integração das universidades com as empresas, algo visto como tabu dentro de algumas instituições, principalmente como públicas.

#### **3. Bioeconomia**

O terceiro bloco é o bloco da bioeconomia, potencialmente favorável ao Brasil em relação ao resto do mundo.

#### **4. Transição energética**

A quarta é a Transição Energética, que inclui a captura e armazenamento de carbono. Ou o Brasil já está em escala, por exemplo, o sequestro de carbono nas chaminés, onde há uma concentração enorme de CO<sub>2</sub> quando algum combustível fóssil é queimado. Nesse bloco também entra a exportação de hidrogênio verde excedente, principalmente para a Europa.

## **5. Resíduos e economia circular.**

Considerado um tema pouco atendido no Brasil, com iniciativas já no âmbito da logística reversa visto que o país pode tornar-se referência internacional nessa área, criando soluções para as pessoas e depois exportando.

## **6. Adaptação às mudanças climáticas.**

O sexto bloco é a adaptação às mudanças climáticas e novas infraestruturas. Grande parte desta área está relacionada a grandes obras que consideram absorção de água de chuva, espaçamento de construção em áreas de risco, e outros. Outro diz respeito à adaptação às consequências que aqui foram contraídas.

### **Mudanças climáticas e Desenvolvimento Sustentável da ONU**

Para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, o Brasil tem buscado estratégias tanto de adaptação quanto de mitigação. A adaptação refere-se às medidas tomadas para se ajustar às consequências das mudanças climáticas que já estão ocorrendo ou são inevitáveis.

Isso envolve a implementação de políticas públicas, programas e projetos que buscam tornar-se as cidades mais resilientes a eventos extremos, como enchentes, secas, elevação do nível do mar ou deslizamentos de terra, entre outros.

Já a mitigação envolve a redução das emissões de gases de efeito estufa, que são responsáveis pelo aquecimento global e suas consequências. O Brasil é um dos maiores emissores de gases de efeito estufa, principalmente devido ao desmatamento e às queimadas, mas também está se convertendo, simultaneamente, num território de compensação onde soluções ambientais, econômicas e sociais, estão surgindo por todo o país, mas principalmente no Amazonas. Portanto, esforços têm sido feitos para reduzir essas práticas e promover o uso de fontes de energia limpa e renovável, como a solar e a eólica, mas também para reflorestamento, avaliação e troca de direitos de carbono, compensação social, etc...

Rio92 refere-se a chamada “**Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**”. Dessa forma, o Brasil inaugurou a primeira “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, que também foi conhecida como Rio92, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Foi um evento importante que reuniu líderes mundiais para discutir questões ambientais e socioeconômicas globais. Durante a conferência, foram assinadas a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica, e pouco depois, a Convenção para o combate à desertificação<sup>14</sup>.

Já no Rio+20, a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Brasil, ocorreu no Rio de Janeiro em 2012, vinte anos após a Rio92. O objetivo da conferência era reafirmar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável e examinar o progresso realizado desde a Rio92. A questão das mudanças climáticas foi um dos temas centrais da conferência.

---

<sup>14</sup> <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000159542>



As Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas são conferências anuais realizadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC<sup>15</sup>). Eles servem como uma reunião formal das Partes da UNFCCC (Conferência das Partes, COP) para avaliar o progresso no enfrentamento das mudanças climáticas e, a partir de meados da década de 1990, negociar o Protocolo de Kyoto para estabelecer obrigações juridicamente vinculantes para os países desenvolvidos reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa. ~COP01 em Berlim, em 1995.

O Acordo de Paris de 2015 se define como um marco no processo multilateral de mudanças climáticas porque, pela primeira vez, um acordo vinculativo reúne todos os países. A principal causa comum do acordo consiste no reconhecimento da necessidade de empreender esforços ambiciosos para combater as mudanças climáticas e se adaptar aos seus efeitos. O Acordo de Paris funciona em um ciclo de cinco anos de ação climática cada vez mais ambiciosa dos países. Em 2020, os países apresentaram seus planos de ação climática.

### **Brasil**

O Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), foi instituído em 10 de maio de 2016 por meio da Portaria nº 150, foi um instrumento elaborado pelo governo federal em colaboração com a sociedade civil, setor privado e governos estaduais. O objetivo principal é aquele de promover a redução da vulnerabilidade nacional à mudança do clima e realizar uma gestão do risco associada a esse fenômeno.

Na elaboração do PNA foram considerados 11 setores, representados pelos órgãos governamentais competentes. Os setores abordados foram:

1. Agricultura (Agriculture),
2. Recursos Hídricos (Water Resources),
3. Segurança Alimentar e Nutricional (Food and Nutritional Security),
4. Biodiversidade (Biodiversity and Ecosystems),
5. Cidades (Cities),
6. Gestão de Risco de Desastres (Disaster Risk Management),
7. Indústria e Mineração (Industry and Mining),
8. Infraestrutura (Infrastructure),
9. Povos e Populações Vulneráveis (Vulnerable Populations),
10. Saúde (Health) e
11. Zonas Costeiras (Coastal Zones).

Ao final dos quatro anos de implementação do PNA, o MMA elaborou o Relatório Final de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – Ciclo 2016-2020, que se deu de forma participativa, contando com a colaboração de órgãos governamentais representantes dos setores estratégicos do PNA, bem como de representantes do setor empresarial e instituições parceiras, apresentando os principais avanços obtidos durante os quatro anos de implementação.

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima vem sendo substituído com as aportações das últimas COP, a través do Plano de Ação para Prevenção e Controle do

---

<sup>15</sup> United Nations Framework Convention on Climate Change, <https://unfccc.int/>

Desmatamento na Amazônia Legal, principal prioridade do MMA, e que hoje se apoia sobre o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.

Os estudos de Impactos, Vulnerabilidade e Adaptação (IVA) propostos pelo PNAMC apontam caminhos para promover formas de desenvolvimento socioeconômico e de bem-estar da população, por meio da integração de políticas públicas. Foram elaborados com a metodologia Nexus+.



Figura 57. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA).

**Portugal**

A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAA), agora prorrogada até 31 Dez 2025, estabelece objetivos e o modelo para a implementação de soluções para a adaptação de diferentes sectores aos efeitos das alterações climáticas: agricultura, biodiversidade, economia, energia e segurança energética, florestas, saúde humana, segurança de pessoas e bens, transportes, comunicações e zonas costeiras.

Para este efeito, a ENAA tem como objetivos melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas e promover a integração da adaptação às alterações climáticas nas políticas sectoriais e instrumentos de planeamento territorial. A ENAA pretende ainda ajudar a administração central, regional e local e os decisores políticos a encontrar os meios e as ferramentas para a implementação de soluções de adaptação baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas. A ENAA integra seis áreas temáticas transversais a todos os sectores: investigação e inovação, financiamento e implementação, cooperação internacional, comunicação e divulgação, adaptação no ordenamento do território e adaptação na gestão dos recursos hídricos.

Cabe à APA coordenar a implementação da ENAA e promover a sua atualização em função da evolução do conhecimento científico e das orientações comunitárias e

internacionais na matéria. A implementação da ENAAC é concretizada através de grupos de trabalho sectoriais e por área temática, coordenados pelos organismos relevantes da administração central e envolvendo os diversos agentes sectoriais.

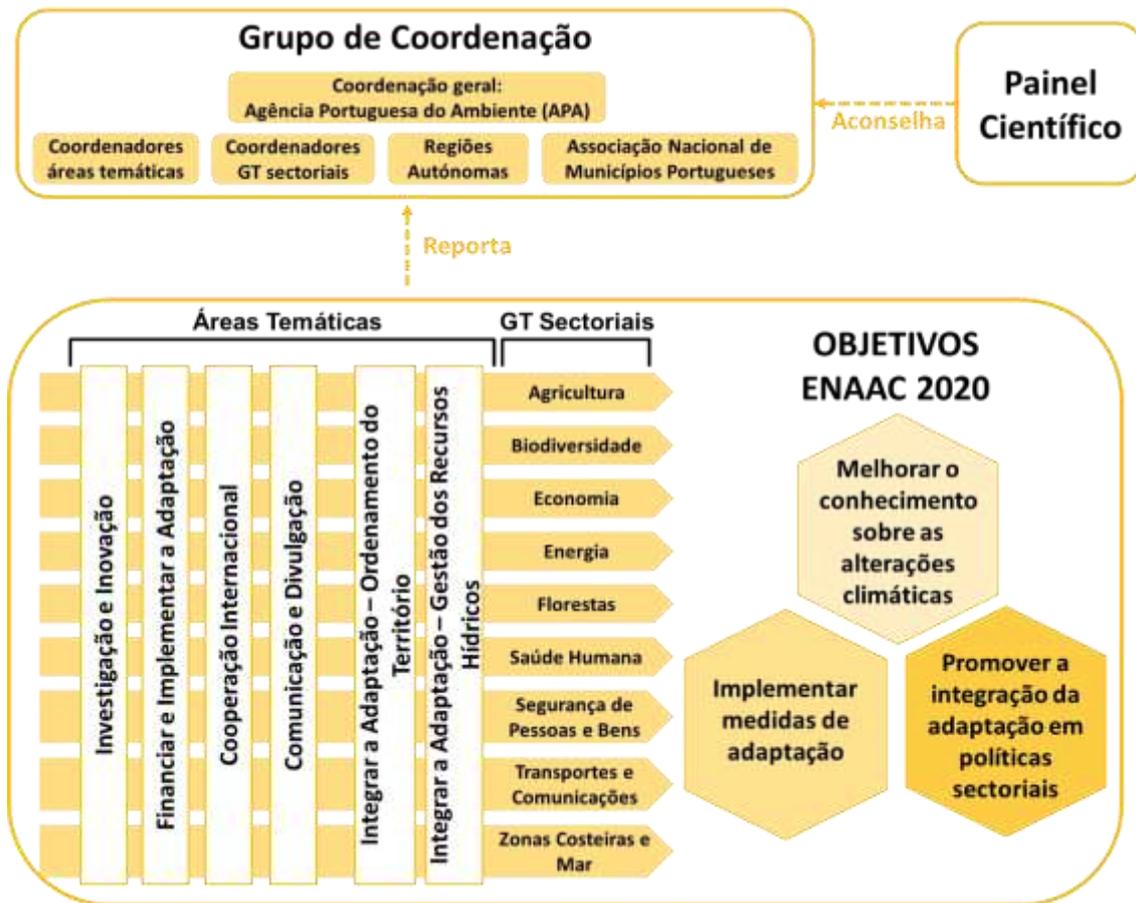


Figura 58. ENACC, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (prorrogado até 2025), Portugal

## Europa

Já na união europeia no HORIZONTE 2030, as seguintes metas climáticas foram definidas para 2030:

- Redução de 40% nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação a 1990.
- 32% de energias renováveis sobre o consumo final bruto total de energia.
- Melhoria de 32,5% na eficiência energética.
- 15% de interligação eléctrica dos Estados-Membros.

No HORIZONTE 2050

- Transformar a Europa no primeiro continente neutro em termos climáticos até 2050.

Estes horizontes definem o ritmo das políticas ambientais na Europa e em todos os seus países membros. São fundamentais, uma vez que implicam o desenvolvimento de um quadro estratégico comum neste domínio, que está especificado no Pacto Ecológico Europeu



## **Estratégia brasileira para a transformação digital (e-digital).**

O Brasil tem adotado diversas estratégias para a transformação digital e o desenvolvimento da economia digital no país. Uma dessas estratégias é o Plano Nacional de Internet das Coisas (IoT), lançado em 2019, que visa estimular a adoção de tecnologias de IoT em setores estratégicos da economia, como saúde, indústria, agropecuária e cidades inteligentes.

Além disso, o governo brasileiro tem investido na expansão da banda larga e no fomento ao empreendedorismo e à inovação, com programas como o Start-Up Brasil e o InovAtiva Brasil. O país também tem atraído investimentos em tecnologia, com empresas globais como Google, Microsoft e Facebook abrindo escritórios e centros de pesquisa no país.

Outra iniciativa importante é o projeto E-Digital, lançado em 2021, que tem como objetivo a modernização e digitalização do setor público brasileiro. O projeto prevê a implementação de soluções digitais em áreas como saúde, educação, segurança pública e administração pública, com o objetivo de melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

O Brasil também tem se destacado na área de fintechs, com um ecossistema cada vez mais robusto de startups financeiras. O Banco Central do Brasil tem adotado medidas para fomentar a inovação no setor financeiro, como a criação do Sandbox Regulatório, que permite que as empresas testem suas soluções em um ambiente controlado.

No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios importantes na área de transformação digital, como a necessidade de investimentos em infraestrutura de telecomunicações e a melhoria do ambiente de negócios para startups e empresas de tecnologia, em relação permanente com as políticas que visam o desenvolvimento sustentável e o combate as mudanças climáticas.

A estratégia foi Instituída pelo Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, alterado pelo Decreto nº 9.804, de 23 de maio de 2019, e Decreto nº 10.782, de 30 de agosto de 2022, o Sistema Nacional para a Transformação Digital (SinDigital) é composto pela Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), seus eixos temáticos e sua estrutura de governança.

A E-Digital, fundamentada nos eixos temáticos, visa à harmonização das iniciativas do Poder Executivo federal ligadas ao ambiente digital, com o objetivo de aproveitar o potencial das tecnologias digitais para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e inclusivo, com inovação, aumento de competitividade, de produtividade e dos níveis de emprego e renda no País. A Estratégia está estruturada conforme os seguintes eixos temáticos:

### **I - eixos habilitadores:**

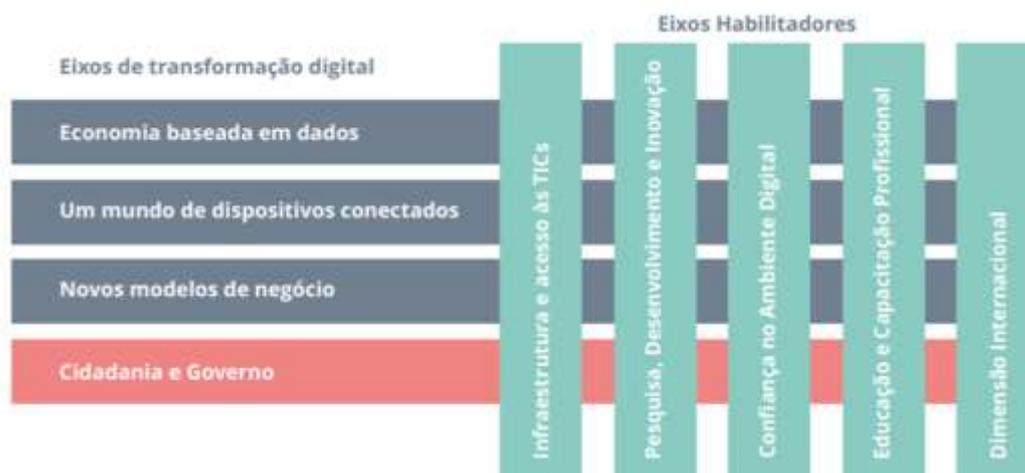
- a) infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação: objetiva promover a ampliação do acesso da população à internet e às tecnologias digitais, com qualidade de serviço e economicidade;
- b) pesquisa, desenvolvimento e inovação: objetiva estimular o desenvolvimento de novas tecnologias, com a ampliação da produção científica e tecnológica, e buscar soluções para desafios nacionais;

- c) confiança no ambiente digital: objetiva assegurar que o ambiente digital seja seguro, confiável, propício aos serviços e ao consumo, com respeito aos direitos dos cidadãos;
- d) educação e capacitação profissional: objetiva promover a formação da sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas, e prepará-la para o trabalho do futuro; e
- e) dimensão internacional: objetiva fortalecer a liderança brasileira nos fóruns globais relativos a temas digitais, estimular a competitividade e a presença das empresas brasileiras no exterior, e promover a integração regional em economia digital; e

**II - eixos de transformação digital:**

f) transformação digital da economia (Economia Baseada em Dados; Um Mundo de Dispositivos Conectados; Novos Modelos de Negócios) objetiva estimular a informatização, o dinamismo, a produtividade e a competitividade da economia brasileira, de forma a acompanhar a economia mundial; e

g) transformação digital (Cidadania e Governo): tornar o Governo federal mais acessível à população e mais eficiente em prover serviços ao cidadão, em consonância com a Estratégia de Governo Digital.



**Figura 1.** Eixos de transformação e habilitadores para uma transição digital (estratégia brasileira (e-digital)).

O SinDigital, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, é composto pelos seguintes órgãos e instâncias:

- I- Comitê Interministerial para a Transformação Digital - CITDigital, composto por representantes do Poder Público federal.
- II - Conselho Consultivo para a Transformação Digital, composto por especialistas e representantes da comunidade científica de notório saber, da sociedade civil e do setor produtivo; e
- III - Demais órgãos, entidades e instâncias vinculados às políticas de transformação digital.

### 3. Fichas Resumo Debates dos GT's

TEMA: PAISAGEM CULTURAL E SUSTENTABILIDADE							
PROBLEMÁTICA	ESTRATÉGIA	INSTRUMENTOS	FERRAMENTAS COMPLEMENTARES	RESPONSÁVEIS	UNIVERSO TEMPORAL		
					2025	2035	2050
Ausência de transportes fluviais que interliguem a Belém continental e a Belém insular	Linhas integradas de transporte multimodal, considerando as marés e a periodicidade do uso dos transportes fluviais em junção com os modais tradicionais da cidade; logística e passageiros	Plano de integração multimodal considerando tecnologias limpas, energias renováveis	AMPLIAÇÃO DO TERMINAL HIDROVIÁRIO DO ARMAZEM IX E ADAPTAÇÃO DO ARMAZEM X; ADAPTAÇÃO DO VER O PESO; ADAPTAÇÃO DA PRAÇA PRINCESA ISABEL; CRIAÇÃO DE TERMINAL HIDROFLUVIAL NO COMBU, CRIAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO;	ARCON; SEMOB; DETRAN; SETRAN; CPH; MIN. DAS CIDADES			
Integração econômica deficiente entre o urbano e o insular	Empreendedorismo sustentável; Linhas ecológicas (qualidade de vida); integração tecnológica entre as ilhas (Outeiro, SOTAVE e ECOMUSEU, Funbosque; Mosqueiro)	Implementação de serviços: telecomunicação (antenas rurais), geração de energia (painéis fotovoltaicos), captação de água pluvial, biodigestores; incubadora de bioeconomia;		SECTET; SECON; SEDEME; SEASTER			



Ausência de programas de educação ambiental e patrimonial	Programa de educação ambiental, Cultura de educação e comunicação voltada ao Patrimônio atrelado ao Meio Ambiente;	Incentivos fiscais e tributários p/ adesão aos programas	Editais públicos (colocar recursos disponíveis para a sociedade civil p/ capacitação) Publicação e implementação de editais	SEMMA; SEMAS; SECULT; FUMBEL; ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, CATADORES E AFINS.			
Precariedade na gestão de resíduos sólidos	Estímulos para a participação popular na coleta de resíduos a partir de incentivos fiscais - moeda verde com desconto no IPTU (até 2035); Distribuição de ecopontos; fortalecer cooperativas de catadores de resíduos; Carta compromisso de instituições públicas como ALEPA, MP/PA, DEFENSORIA com a agenda verde;						
Tráfego intenso e desordenado de veículos dentro do CHB	Criação de zonas de restrição de circulação de veículos; Estacionamentos no CHB; transporte público de baixo impacto; instalação de sistemas de inteligência de monitoramento;						

Baixa integração dos elementos naturais que fazem parte da paisagem do CHB	Implantação progressiva de infraestrutura verde (arborização, biovaletas, fachadas e coberturas verdes etc.)						
Deficiência energética	Sistemas de monitoramento de gestão integrado; sistema de iluminação pública baseados em soluções sustentáveis (LED - 2025, fotovoltaicos - 2035)						
Insegurança	Sistemas de monitoramento de gestão integrado; sistema de iluminação pública;						
alagamentos no CHB	Proposição de um plano de drenagem sustentável; ampliação da capacidade de drenagem do sistema de recolhimento do esgoto sanitário e de águas pluviais;						

Abandono de espaços no CHB	Incentivar espaços de economia criativa no CHB; divulgar entre os parceiros as possibilidades de financiamento;	criação de portal virtual com a agenda cultural do CHB; criação de bairro cultural;		FUMBEL			
Orla subutilizada	Estimular a prática de esportes e lazer no rio e ilhas						
falta de acessibilidade	Melhorar a acessibilidade das vias do CHB; nivelamento de calcadas; implementação de rampas; sinalização						
baixa qualidade de vida urbana pelo número reduzido de áreas verdes	abrir janelas para o rio; curvas ecológicas a cada 1,3km;						
Falta de estímulo no turismo de base comunitária							

TEMA: INFRAESTRUTURA URBANA							
PROBLEMATICA	ESTRATÉGIA	INSTRUMENTOS	FERRAMENTAS COMPLEMENTARES	RESPONSÁVEIS	UNIVERSO TEMPORAL		
					2025	2035	2050
Rede de coleta de esgoto deficiente e lançamento de dejetos diretamente nos corpos d'água	<ul style="list-style-type: none"> <li>Restaurar e ampliar rede de coleta de esgoto</li> <li>Garantir ligações de todas as edificações na rede coletora de esgoto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de esgotamento sanitário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articulação interinstitucional</li> <li>Plano integrado (câmara técnica interinstitucional)</li> <li>Informação (plano de comunicação)</li> </ul>	COSANPA/SESAN/FUMBEL			
Abastecimento de água deficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conclusão da implantação de nova rede de abastecimento de água</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento junto a Concessionária</li> </ul>	COSANPA			
Ausência/deficiência de pontos de hidrantes para combate a incêndios	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de hidrantes em locais estratégicos</li> </ul>	Projeto de rede de combate a incêndios/hidrantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Parceria</li> </ul>	COSANPA/BOMBEIROS/FUMBEL/IPHAN			
Pontos críticos de alagamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de rede subterrânea de acumulação</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desobstrução das galerias de drenagem</li> </ul>			SESAN			
Rede de drenagem deficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recuperar a rede de drenagem urbana</li> </ul>	Projeto de recuperação da rede de drenagem		SESAN/FUMBEL/IPHAN			

Despejo de resíduos sólidos nas vias públicas inadequadamente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis</li> <li>• Comunicação e diálogo com lojistas e trabalhadores do local</li> <li>• Parcerias com associação de catadores</li> <li>• Educação ambiental e patrimonial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de gestão de resíduos sólidos do CHB</li> <li>• Plano de coleta seletiva de resíduos sólidos</li> <li>• Convênio com cooperativa de catadores</li> <li>• Estação de coleta – ecopontos</li> <li>• Programa de educação ambiental e patrimonial</li> </ul>		SESAN/ASSOCIAÇÃO DE CATADORES/ONG			
Postes e rede de distribuição de energia nos passeis públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retirada dos postes e enterramento da fiação elétrica e lógica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto/ plano de gestão</li> <li>• Parcerias</li> </ul>		EQUATORIAL/ESTAD O/PMB/FUMBEL/IPHAN			
Iluminação pública inadequada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização dos bens públicos com iluminação específica</li> <li>• Implantar iluminação pública adequada para a característica do CHB</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de iluminação para o CHB</li> </ul>		SEURB/FUMBEL/IPHAN/  SECULT			
Poluição visual;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retirar equipamentos de publicidade em discordância com a</li> </ul>			SEURB/FUMBEL/SEC ON/IPHAN			

	<p>lei nº 8.106, de 28 de dezembro de 2001</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscalização</li> </ul>						
Riscos de ocorrência de sinistros nas edificações do CHB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação, monitoramento, elaboração de diagnóstico das edificações em estado de risco</li> <li>• Sinalização de vias de acesso aos socorristas bombeiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de gestão e controle de riscos do CHB</li> <li>• Comunicação integrada entre órgãos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interligar com ações de infraestrutura</li> <li>• Ações de Educação patrimonial</li> </ul>	BOMBEIROS/FUMBEL / IPHAN/PM-PA			
Arborização insuficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar corredor verde na av. Tamandaré</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Municipal de Arborização Urbana</li> </ul>	SEMMA/FUMBEL/IPHAN/SESAN			
Acessibilidade deficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requalificar os passeios públicos</li> <li>• Adequar o tipo de pavimentação com o uso</li> <li>• Recuperar pavimentação das vias com paralelepípedo e permanecer asfalto onde for necessário</li> <li>• Implantar sinalização e mobiliário urbano acessível para "Pessoas com</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de requalificação e recuperação viária</li> <li>• Projeto de sinalização viária</li> <li>• Projeto de acessibilidade para PcD</li> </ul>		SEURB/SEMOB/FUMBEL			

	Deficiência - PcD” nos espaços públicos						
Feiras e mercados em estado de degradação	• Reformar as feiras do Ver-o-Peso e do Açaí	• Projeto de reforma DO Ver- o-Peso	Parcerias	IPHAN/SECULT/SEUR B/FUMBEL/SECON/SE MOB/SESAN/FUMPAP A/BELEMTUR			
	• Reformar o mercado do Porto do Sal	• Projeto de reforma		IPHAN/SECULT/SEUR B/FUMBEL/SECON/SE MOB/SESAN/FUMPAP A/BELEMTUR			
Outros - gestão	• Implantar órgão específico para a gestão do Centro	• Órgão municipal específico para a gestão do CHB e entorno  • Setor com membros da sociedade civil para acompanhar a gestão do CHB		PMB/Sociedade civil			

TEMA: MOBILIDADE URBANA								
PROBLEMÁTICA	ESTRATÉGIA	INSTRUMENTOS	FERRAMENTAS COMPLEMENTARES	RESPONSÁVEIS	UNIVERSO TEMPORAL			
					2025	2035	2050	
Transporte fluvial (infraestrutura e veículos) insuficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Terminal municipal intermodal de médio porte – (carga e pessoas) no final da av. Almirante Tamandaré</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Parceria com sindicato de empresas de transporte fluvial</li> </ul>	SEMOB/SEURB/Capitania dos Portos				
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fomentar terminal hidroviário do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Convênio com o Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ/SEMOB			
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reformar e requalificar o Porto e o Mercado do Sal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Parcerias</li> </ul>	FUMBEL/SEURB/SEÇÃO				
Transporte terrestre inadequado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantar terminal de ônibus nas bordas do CHB</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	SEMOB/FUMBEL				
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantar sistema de transporte de micro ônibus no interior do CHB</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	SEMOB/FUMBEL/				
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disciplinar locais de parada e estacionamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fiscalização</li> <li>Multa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	SEMOB/FUMBEL/Associação de Moradores				

	<ul style="list-style-type: none"> <li>de carros de passeio</li> <li>• Parceria com moradores</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer rotas adequadas para veículos de serviço (polícia, bombeiro, ambulância e coleta de lixo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	SEMOB/FUMBEL/BOMBEIROS/PM			
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar norma para disciplinar carga/descarga até 5 ton, em horários e vias específicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Norma</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	SEMOB/			
Sistema viário inadequado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segregação nas vias (ciclofaixa, passeio, faixa de rolamento)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto viário</li> </ul>		SEMOB/SEURB/FUMBEL			
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar vias de pedestres no centro comercial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	SEMOB/FUMBEL/SEURB			

TEMA: MORADIA E TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

PROBLEMÁTICA	ESTRATÉGIA	INSTRUMENTOS	FERRAMENTAS COMPLEMENTARES	RESPONSÁVEIS	UNIVERSO TEMPORAL		
					2025	2035	2050
<p>ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS DE PATRIMÔNIO E OUTROS</p>	<p>CRIAR INSTRUMENTOS DE GESTÃO</p> <p>UNIFICAÇÃO DAS AÇÕES EM PROL DO PATIMÔNIO</p> <p>REUNIÕES PERIÓDICAS DAS INSTITUIÇÕES EM PROL DO PATIMÔNIO</p> <p>IMPLEMENTAR NO CHB A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NOS CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO</p> <p>SETORIZAÇÃO DA FUMBEL: PROMOÇÕES DE AÇÕES CULTURAIS E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO</p>	<p>CRIAR/CONSOLIDAR GESTÃO DO TERRITÓRIO</p> <p>COMPROMISSO POLÍTICO ENTRE OS GRUPOS ENVOLVIDOS</p> <p>OFERECER PLATAFORMAS PARA MOBILIZAR E ARTICULAR AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES: SETOR PÚBLICO E COMUNIDADE</p> <p>CRIAR AUTARQUIA INDEPENDENTE, SECRETARIA, FUNDAÇÃO OU ALGUM ORGANISMO PARA GESTAR O CHB - SUBPREFEITURA</p>	<p>FUNDO DE FINANCIAMENTO FUNPATRI</p> <p>LEVANTAMENTO DE IMÓVEIS ABANDONADOS IPHAN</p> <p>ESTREITAR RELAÇÕES DOS PROFISSIONAIS, ÁREAS AFINS E COMUNIDADE</p> <p>PARCERIAS DE INSTITUIÇÕES QUE DIALOGUEM COM O PODER PÚBLICO (MORADORES, LOJISTAS, ENTIDADES DO PATRIMÔNIO)</p>	<p>PREFEITURA DE BELÉM</p> <p>FUMBEL</p> <p>IPHAN</p> <p>DPHAC</p> <p>INVESTIDORES</p>			

	AÇÕES JUDICIAIS DO IPHAN, Fumbel						
	CHB, ORLAS E ILHAS HISTÓRICAS E CONEXÕES	CRIAÇÃO DE ÓRGÃO ESPECÍFICO PARA FISCALIZAR CHB E CONEXÕES	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CHB				
USOS E FUNÇÃO							
ESVAZIAMENTO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL O CHB	CAPTAR INVESTIMENTOS PRIVADOS DIRECIONADOS A IMÓVEIS MAIS ADEQUADOS AO SEU USO; OCUPAÇÃO COM ESPAÇOS	<b>BANCO DE DEMANDAS E OPORTUNIDADES</b> INTELIGENTE ALIMENTADO PELOS ÓRGÃOS DE PATRIMÔNIO QUE DIRECIONE E APOIE OS INVESTIDORES COM OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS ELENCAR	COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE COMPOSTA POR MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL, DA ACADEMIA E GOVERNANÇA				

	(PÚBLICOS) ALTERNATIVOS DE DANÇA, TEATRO, ETC. INVESTIMENTOS; ORGANIZAÇÃO DAS DEMANDAS DE HABITAÇÃO E OFERTA	PRÉDIOS OCIOSOS EM POTENCIAL/ ACESSO DE GRUPOS DE GESTORES/INVESTIDORES  CONDUÇÃO EFETIVA DIRECIONAR POSSIBILIDADES DE USOS/FLEXIBILIDADE DE PROJETOS E SUA CORRELAÇÃO COM O TODO. MULTIPLICIDADE DE USOS  USOS MISTOS (EX: ESTACIONAMENTOS COM ÁRVORES)					
	MOBILIDADE URBANA: ESTIMULAR USO DE BICICLETAS COMO MEIO DE TRANSPORTE NO CHB	VIAS EXCLUSIVAS PARA PEDESTRES E CICLISTAS  REMOVER TRANSPORTE PESADO DO CHB  GARANTIR TRANSPORTES PRIORITÁRIOS: AMBULÂNCIA E VIATURAS					
USOS INADEQUADOS COMÉRCIO	RETIRADA DO COMÉRCIO	AÇÃO DA POLÍCIA, INDENIZAÇÃO E REMANEJAMENTO PARA					

IRREGULAR EM VIAS PÚBLICAS	IRREGULAR DAS VIAS PÚBLICAS	ESPAÇOS ADEQUADOS COMO "BURACO DA PALMEIRA" COM PROJETO ADEQUADO E ATRATIVO					
HABITAÇÃO TEMPORÁRIA COP 30	REABILITAÇÃO DE EDIFICAÇÕES OCIOSAS, SUBUTILIZADAS	UTILIZAR EDIFICAÇÕES DESOCUPADAS COMO HOSPEDAGEM DURANTE A COP 30	RECUPERAR O USO DO CENTRAL HOTEL (HOSTEL, ALBERGUE), LIBERAL (HOTEL), INAMPS, ASSEMBLEIA PARAENSE, MINISTÉRIO DA FAZENDA (ESCRITÓRIO E FACHADAS ATIVAS) ANTIGO SEFIN E OUTROS EDIFÍCIOS DA AV. PRESIDENTE VARGAS				
			INSS: AV. NAZARÉ				
EDIFICAÇÃO 15 COM FRUTUOSO			INTERPRETAÇÃO DA IMAGEM				
EDIFICAÇÃO 1º DE MARÇO COM GASPAR VIANA	RESIDÊNCIA						
EDIFICAÇÃO 1º DE MARÇO ESQUINA COM BOULEVARD							
VIA: LEÃO XIII							

CASARIO DA MARQUÊS DE POMBAL: FEIRA DO AÇAÍ E LADEIRA DO CASTELO								
OFICINA SANTA TEREZINHA		ESPAÇO DE ARTES CÊNICAS						
RESIDENCIA MARIA DA VITOR DA SILVA (FERRO DE ENGOMAR)				MUSEU DO AZULEJO	SECULT GM ENGENHARIA INSTITUTO PEDRA LACORE			
FARMÁCIA REPÚBLICA DA		ESTUDAR DESTINAÇÃO			FUMBEL SECULT INVESTIDORES			
PARIS N'AMÉRICA				MUSEU DO ART NOUVEAU CAFÉ HOTEL	FUMBEL SECULT INVESTIDORES			
LIVRARIA UNIVERSAL								
TEATRO CRISTÓVAO ANTIGA ASSOCIAÇÃO DE CHAUFFERS	SÃO E DE				SECULT			
PARQUE PAISAGISTICO RESIDÊNCIA MIRAMAR	DA				CDP INVESTIDORES			
HOTEL VESÚVIO					HOTELARIA INVESTIDORES CAIXA CULTURAL			

CINEMA OLYMPIA				FUMBEL INSTITUTO PEDRA			
FORUM LANDI				UFPA INSTITUTO PEDRA			
CAPELA POMBO				UFPA			
CASA DO ESTUDANTE RORAIMA	DO DE	CONVERTER O USO PARA ESTUDANTES DA UFPA		SECULT			
VILA BOLONHA				FUMBEL			
POLUIÇÃO GERADA POR COMÉRCIOS	VISUAL POR			GESTAO COMPARTILHADA FISCALIZAÇÃO			
APOIO TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS SEGURANÇA PÚBLICA USIPAZ CHB (No terreno do Porto da Maré ao lado do Mercado do Sal)	MONITORAMENTO DA SEGURANÇA A PARTIR DE INDICADORES SOCIAIS	PROJETO PILOTO; USIPAZ CHB ADAPTADA PARA A REALIDADE (PRÓXIMO DAS ORLAS); CONEXÃO COM A ORLA NO ANTIGO PORTO DO SAL		INVESTIMENTO: HYDRO GOVERNO DO ESTADO			
APOIO TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS SEGURANÇA PÚBLICA EDIFICAÇÃO DO ANTIGO MINISTÉRIO DO TRABALHO 1º DE	EDIFICAÇÃO DE 4 PAVIMENTOS: ALBERGUE E CASA DE ATENDIMENTO SOCIAL PARA MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA,			VARIOS GOVERNO DO ESTADO PREFEITURA			

MARÇO COM A GASPAR VAINA	ASSOCIAR COM AUXÍLIO DA POLÍCIA						
POLUIÇÃO SONORA/ PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO ALHEIO	PROJETO PILOTO PARA IMPLEMENTAR AÇÕES DA POLÍCIA MILITAR/ TCO DE ACORDO COM ANÁLISE DE RISCO	CRIAR COMISSÃO PARA REALIZAR ANÁLISE DE RISCO (SEGURANÇA) PARA AÇÕES PRIORITÁRIAS					
DESCARTE IRREGULAR DE LIXO	AÇÕES ARTICULADAS PARA COLETA SELETIVA			SESAN COOPERATIVAS OUTROS			
BOLSÕES DE MISÉRIA – PORTO DO SAL, BECO DO CARMO	AÇÕES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CHB E ENTORNO			VÁRIOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL IGREJAS			
AUSÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE							
ESTACIONAMENTOS/ ÁREAS SUBUTILIZADAS	REQUALIFICAÇÃO. ARBORIZAÇÃO, TRATAMENTO PAISAGÍSTICO, ASSOCIAÇÃO COM OUTROS USOS DE	ARTICULAÇÃO PODER PÚBLICO x PRIVADO					

	LAZER, ETC; ESTACIONAMENTO NO TÉRREO E PAVIMENTOS SUPERIORES COM HABITAÇÃO E PROJETOS COM RECONSTITUIÇÃO DA VOLUMETRIA						
ÔNIBUS E VEÍCULOS PESADOS NO CHB	ELIMINAR A CIRCULAÇÃO DE ÔNIBUS E VEÍCULOS PESADOS NO CHB	AUTORIZAÇÃO DE VEÍCULOS MENORES COMO MICROONIBUS... CARROS DE MORADORES E AMBULÂNCIAS					
REQUALIFICAÇÃO DE EDIFICAÇÕES DESOCUPADAS	EIXOS PRIORITÁRIOS: PRESIDENTE VARGAS (3 PRÉDIOS – RECEITA FEDERAL/ ESCRITÓRIOS COM FACHADA ATIVA; INAMPS PRA HABITAÇÃO; BERG; HOTEL CENTRAL); BOULEVARD CASTILHOS FRANÇA; LEÃO XIII						
AUSÊNCIA DE ESPAÇOS VOLTADOS ÀS CRIANÇAS	REQUALIFICAÇÃO DE PRAÇAS CONTEMPLANDO ESPAÇOS LÚDICOS DE LAZER.						

	REORDENAR/ REDESENHO PAISAGÍSTICO RESPEITANDO SUA IDENTIDADE E OUTRAS POSSIBILIDADES DE FOMENTO A USOS COM SPAÇOS CONVIDATIVOS ÀS CRIANÇAS						
GUARANÁ SOBERANO	USO NA COP 30 E DEPOIS ALTERAÇÃO PARA USO HABITACIONAL						
GALPÕES CDP				SECULT GOVERNO ESTADO			
LARGO DA PALMEIRA	COMPLEXO COM ÁREAS VERDES, LOJAS E SERVIÇOS ÂNCORA, REMANEJAMENTO DE CAMELÔS, ESTAÇÃO DE CIDADANIA						

USINA PROGRESSO							
PARQUE URBANO DO PIRY E ESTAÇÃO INTERMODAL DO PIRY - REABILITAÇÃO DA AVENIDA ALMIRANTE TAMANDARÉ DESPOLUIÇÃO DO CANAL DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (RIOS URBANOS: *TERMINAL INTERMODAL (ESTAÇÃO PIRI) E PARQUE URBANO DO PIRI NA ANTIGA TAMANDARÉ *DOCA DE SOUZA FRANCO)	REABILITAÇÃO E TRATAMENTO PAISAGISTICO DA VIA INSTALAÇÃO DO TERMINAL E ORLA DESOCUPAÇÃO DOS CANTEIROS DA AV. ALMIRANTE TAMANDARÉ, COM O RESPEITO AOS ATUAIS OCUPANTES PARA QUE SEJAM PREVIAMENTE CADASTRADOS PARA REMANEJAMENTO NAS PROXIMIDADES (GALPÃO YAMADA)			REMANEJAMENTO PARA A ÁREA DA ANTIGA Y YAMADA (QUADRA DR ASSIS/DR MALCHER) PROJETO DO GOVERTO DO ESTADO E PREFEITURA			

TEMA: ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PROBLEMÁTICA	ESTRATÉGIA	INSTRUMENTOS	FERRAMENTAS COMPLEMENTARES	RESPONSÁVEIS	UNIVERSO TEMPORAL		
					2025	2035	2050
<p>Carências nos processos de planejamento e ordenamento territorial integrado, que origina vazios de diretrizes, sobreposição e contradições dos dispositivos legais.</p> <p>Necessidade de Retomada do processo de Planejamento territorial em múltiplas escalas.</p>	<p>Instauração de um processo compartilhado de planejamento e gestão regional e metropolitano com ênfase em funções públicas de interesse comum que interferem no ordenamento socioespacial do centro histórico – transporte, logística de mercadorias e pessoas, resíduos sólidos, drenagem</p>	<p>Plano de desenvolvimento urbano integrado, conforme previsto do estatuto da metrópole:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Macrozoneamento (áreas urbanizáveis, áreas verdes, rede ecológica, sistema de circulação etc.)</li> <li>- Sistemas culturais e paisagísticos;</li> <li>- Sistema de governança regional e/ou metropolitano</li> </ul>		<p>Governo do Estado e Prefeituras</p>			
	<p>Revisão do Plano Diretor do Município de Belém, com inclusão de capítulo específico sobre o património cultural expresso nas suas diversas manifestações</p>			<p>Prefeitura</p>			

	(material, imaterial, natural e outros ...) e seu protagonismo no ordenamento urbano.					
	Publicação da Norma de Preservação do Centro Histórico pactuada entre o IPHAN, órgãos estaduais, municipais, universidades e representações da sociedade civil			IPHAN		
	Revisão da legislação urbanística, em especial da Lei de Uso e Ocupação do Solo, e explicitando as delimitações, as diretrizes de preservação e os parâmetros urbanísticos para as de interesse cultural e paisagístico e subordinando-as à política de patrimônio.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tomar a cidade sob uma perspectiva ampla e integrada, como unidades espaciais e territoriais de paisagem;</li> <li>- Regulamentação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;</li> <li>- Revisão da Lei do Patrimônio, explicitando os mecanismos de valoração, proteção, diretrizes de preservação, protagonismo das áreas</li> </ul>		Prefeitura		

		ou elementos no ordenamento e qualificação da cidade.				
Condicionantes para a implementação de estratégias de intervenção e preservação de área de interesse cultural e ou paisagístico decorrentes de atualização, irregularidade da matriz fundiária e conflitos de tutela em áreas de orla entre Município de União	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualizar e qualificar o cadastro técnico multifinalitário, com vista à regularização da situação fundiária no centro histórico e entornos;</li> <li>- Criar mecanismos transitórios de governança dos terrenos e móveis que estão em contencioso jurídico entre os entes federativos</li> </ul>			União, Estado e Município		
Presença de áreas degradadas que requerem ações de requalificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar as áreas e avaliar possíveis impactos sociais e configurar mecanismo de mitigação;</li> <li>-Estabelecer mecanismos de participação para a configuração das soluções e ações a serem implementadas;</li> </ul>	<p>Intervenções prioritárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Siqueira Mendes;</li> <li>- Beco do Carmo;</li> <li>- Mercado do Porto do Sal;</li> <li>- Tamandaré;</li> <li>- Complexo do Ver-O-Peso;</li> </ul>		União, Estado e Município		

	- Qualificar as intervenções assegurando a sua integração nos processos de ocupação do CHB, qualificação do espaço público, adotando os princípios para a cidade verde, inclusiva e sustentável;						
Consolidar e qualificar as áreas ribeirinhas que configura a frente de água da cidade	Elaborar projeto de frente de água, que assegure a unidade paisagística contínua e coerente, e que integre a diversidade de usos, ocupações e apropriação cultural.			União, Estado e Município			
Impacto de atividades comerciais de atacado e varejo de produtos asiáticos, nos processos de uso e ocupação de imóveis e espaços públicos	- Criar redes logística e entrepostos de distribuição regional e urbana que que permitam liberar a pressão sobre a infraestrutura viária e a ocupação inadequada de imóveis e prevenir sinistros.			União, Estado e Município			

## 4. Índice das ações

Ação 1. Elaborar um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Belém Metropolitana .....	55
Ação 2. Revisão do Plano Diretor Municipal.....	55
Ação 3. Norma de Preservação do Centro Histórico de Belém. ....	56
Ação 4. Revisar a LUOS integrando todos os outros planos. ....	57
Ação 5. Atualizar e qualificar o cadastro multifinalitário e regularização fundiária decorrente. ....	58
Ação 6. Regularização fundiária dos terrenos em situação irregular ou áreas degradadas .....	58
Ação 7. Pactuar sistemas de contratação ágeis e flexíveis com o Ministério Público.....	59
Ação 8. Processos específicos de contratação.....	59
Ação 9. Elaborar Princípios, Estratégias e Diretrizes específicas para o Patrimônio Cultural e Paisagístico, dentro do Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano Integrado e Plano Diretor Municipal.....	62
Ação 10. Revisão e atualização dos mecanismos de identificação, reconhecimento e proteção .....	62
Ação 11. Formulação de estratégia e mecanismos de Preservação .....	63
Ação 12. Intervenções sobre os bens culturais de referência.....	64
Ação 13. Requalificação dos sistemas de espaços públicos de interesse Cultural .....	64
Ação 14. Criar redes de componentes naturais para melhor ordenamento e gestão do território. ....	65
Ação 15. Integração e requalificação da estrutura de Parques Naturais e espaços zoobotânicos. ....	66
Ação 16. Interconexão da visita cultural dos equipamentos zoobotânicos .....	66
Ação 17. Promoção de políticas públicas de integração dos direitos dos povos indígenas, comunidades afrodescendentes e outras comunidades culturais .....	68
Ação 18. Plano de gestão de riscos nos arquivos e acervos culturais e naturais da cidade. ....	68
Ação 19. Plano de gestão de riscos derivados das mudanças climáticas no patrimônio cultural e natural do estado. ....	68
Ação 20. Proteção e integração das comunidades e dos detentores de saberes como suporte crítico da cultura e do conhecimento da Amazônia. ....	68
Ação 21. Ressignificação dos bens patrimoniais integrando natureza e cultura, patrimônio material, imaterial, simbólico e sensível. ....	71
Ação 22. Integrar os planos do patrimônio cultural e natural sob o paradigma da paisagem cultural. ....	71
Ação 23. Intervenções em áreas de interesse paisagístico (valiosas ou susceptíveis), projeto e obra .....	71
Ação 24. Combate e prevenção do desmatamento e das queimadas mediante manejo e conservação sustentáveis. ....	77
Ação 25. Combate aos alagamentos e enchentes, e plano de prevenção .....	78
Ação 26. Minimização e mitigação dos diferentes cenários de elevação do nível meio do mar. ....	78
Ação 27. Mapeamento de riscos aos bens, ao meio ambiente e as pessoas, com foco nas emissões e na sua compensação.....	78
Ação 28. Infraestrutura de Dados Especiais para implantação de SBNs como combate as mudanças climáticas. ....	78
Ação 29. Hortos em bairros, em áreas abandonadas, coberturas e áreas verdes. ....	79
Ação 30. Mercados ecológicos de proximidade para produtos de km0 .....	79
Ação 31. Melhoria da qualidade do ar, das águas e proteção dos solos. ....	79
Ação 32. Plano de combate ao chikungunya, dengue, e febre amarela e outro tipo de pandemias, endemias e epidemias.....	79
Ação 33. Diretrizes arquitetônicas e urbanísticas para mitigação do impacto de pandemias, endemias, epidemias ou doenças críticas.....	79
Ação 34. Adaptar os territórios e aumentar a resiliência. ....	79
Ação 35. Promover a complexidade funcional e diversidade de usos .....	84
Ação 36. Repensar os vazios urbanos e as áreas degradadas .....	84
Ação 37. Sistemas de monitoramento e segurança urbana. ....	84
Ação 38. Integração das ilhas do arquipélago .....	84
Ação 39. Integração da Orla. ....	85
Ação 40. Integração dos territórios vulneráveis. ....	85
Ação 41. Garantir a acessibilidade dos espaços públicos. ....	85
Ação 42. Iluminação pública eco eficiente (LED) e sistema de gestão integrada (SGI). ....	86
Ação 43. Fomentar ações de economia criativa em espaços degradados no CHB.....	86
Ação 44. Fomentar novas áreas de esporte e lazer, especialmente aqueles vinculados as águas.....	86
Ação 45. Desenho, planejamento e implantação de uma infraestrutura verde. ....	87
Ação 46. Programa de desenvolvimento de uma quartae drenagem urbana sustentável. ....	87
Ação 47. Plano e Programa de Arborização Ecoeficiente da cidade de Belém .....	87
Ação 48. Criação de corredores ecológicos entre os igarapés e igapós. ....	90



Ação 49. Melhora dos mananciais e das áreas úmidas interiores como refúgios ecológicos. ....	90
Ação 50. Reforço das aleias e avenidas arborizadas conectando parques urbanos e a rede SNUC .....	90
Ação 51. Tratamento dos canais urbanos.....	91
Ação 52. Integração das ilhas com o CHB. ....	91
Ação 53. Pensar a cidade como um sistema, como uma floresta e não mais como uma árvore. ....	91
Ação 54. Infraestrutura aeroportuária, ampliação de capacidade e frequências e conexões. ....	93
Ação 55. Aumento do calado e reforço da estrutura portuária de cruzeiros e navios de grande porte .....	94
Ação 56. Melhora do sistema das concessões rodoviárias urbana, metropolitana e territorial. ....	94
Ação 57. Linhas integradas de transporte multimodal .....	94
Ação 58. Implantação de um sistema de transporte aéreo no tripulado. ....	94
Ação 59. Urbanismo, paisagismo e estratégia de gênero: cidades para todos e todas. ....	94
Ação 60. Criação de áreas de restrição ou limitação de circulação.....	95
Ação 61. Criação de uma rede de distribuição e logística sistêmica e progressiva. ....	95
Ação 62. Melhoramentos na acessibilidade: equipamentos, transporte e espaços públicos.....	95
Ação 63. Projeto de uma rede de espaços de inovação produtiva. ....	97
Ação 64. Rede de espaços “faróis de conhecimento” para fomento da economia criativa. ....	98
Ação 65. Programa de habitação.....	98
Ação 66. ES.04. Habitação social em processos de regeneração urbana. ....	98
Ação 67. Criação vagas hoteleiras .....	98
Ação 68. Apoio a implantação de infraestruturas e equipamentos turísticos de base comunitária. ....	98
Ação 69. Centros culturais e sociais como rede de espaços de apoio ao evento da COP30.....	98
Ação 70. Melhoramento de museus, parques, arquivos e bibliotecas. ....	99
Ação 71. Centro Audiovisual de escala Nacional e Internacional. ....	99
Ação 72. Gestão integral das águas. ....	101
Ação 73. Melhoramentos nos sistemas de drenagem urbana sustentável e depuração distribuída.....	102
Ação 74. Sistemas de gestão integrada de águas de rios, de chuva ou subterrânea (os rios voadores). ....	102
Ação 75. Sistemas de separação de águas pluviais e águas sujas.....	102
Ação 76. Coleta separativa por bairros e grandes quarteirões. ....	103
Ação 77. Criar diferentes níveis de redes de catadores para coleta separativa. ....	103
Ação 78. Promover inovação e desenvolvimento de soluções de reciclagem: madeira, plástico, metal, outros.....	103
Ação 79. Orgânico: a compostagem local como método.....	104
Ação 80. Uso de energias renováveis: Biodigestores (biomassa).....	104
Ação 81. Energias sustentáveis distribuídas: fotovoltaica e eólica, pequena, média e grande escalas. ...	104
Ação 82. Sistemas de distribuição, monitoramento e gestão energética integrados (REE). ....	104
Ação 83. Fomento e apoio a economia criativa. ....	106
Ação 84. Fomento da Bioeconomia. ....	107
Ação 85. Organização dos Serviços pensando na reciclagem: água, lixo, etc... ..	108
Ação 86. Plano de implantação de uma cobertura universal de dados .....	108
Ação 87. Cobertura WiFi gratuito na área metropolitana: cidadãos conectados. ....	108
Ação 88. Fomento de serviços web on-line .....	108
Ação 89. Criação de uma rede de incubadoras digitais .....	108
Ação 90. Criação de uma infraestrutura de dados espaciais para toda a área metropolitana. ....	109
Ação 91. Plataforma de difusão de culturas sustentáveis amazônicas a través da criação de uma verdadeira “diplomacia do clima”. ....	109
Ação 92. Festival Internacional do Patrimônio Amazônico. ....	109
Ação 93. Festivais internacionais das culturas mais próximas as tradições de Belém de Pará. ....	110
Ação 94. Fomento da Coesão Social e Económica, do diálogo e da inclusão dos atores sociais. ....	113
Ação 95. Pensar e aplicar a equidade social, económica e ambiental dentro da cidade, da metropole e do território.....	113
Ação 96. Programas, eventos e festas que promovam a diversidade como forma de cultura.....	114
Ação 97. Programas de Educação patrimonial e ambiental. ....	114
Ação 98. Criação de redes de cultura sustentável baseados nas tecnologias digitais. ....	114
Ação 99. Criar plataformas de apoio ao planejamento participativo, IDEPLAN.....	114
Ação 100. Criar plataformas para um planejamento mais integrado e participativo, por bairros, a través de processos colaborativos. ....	114

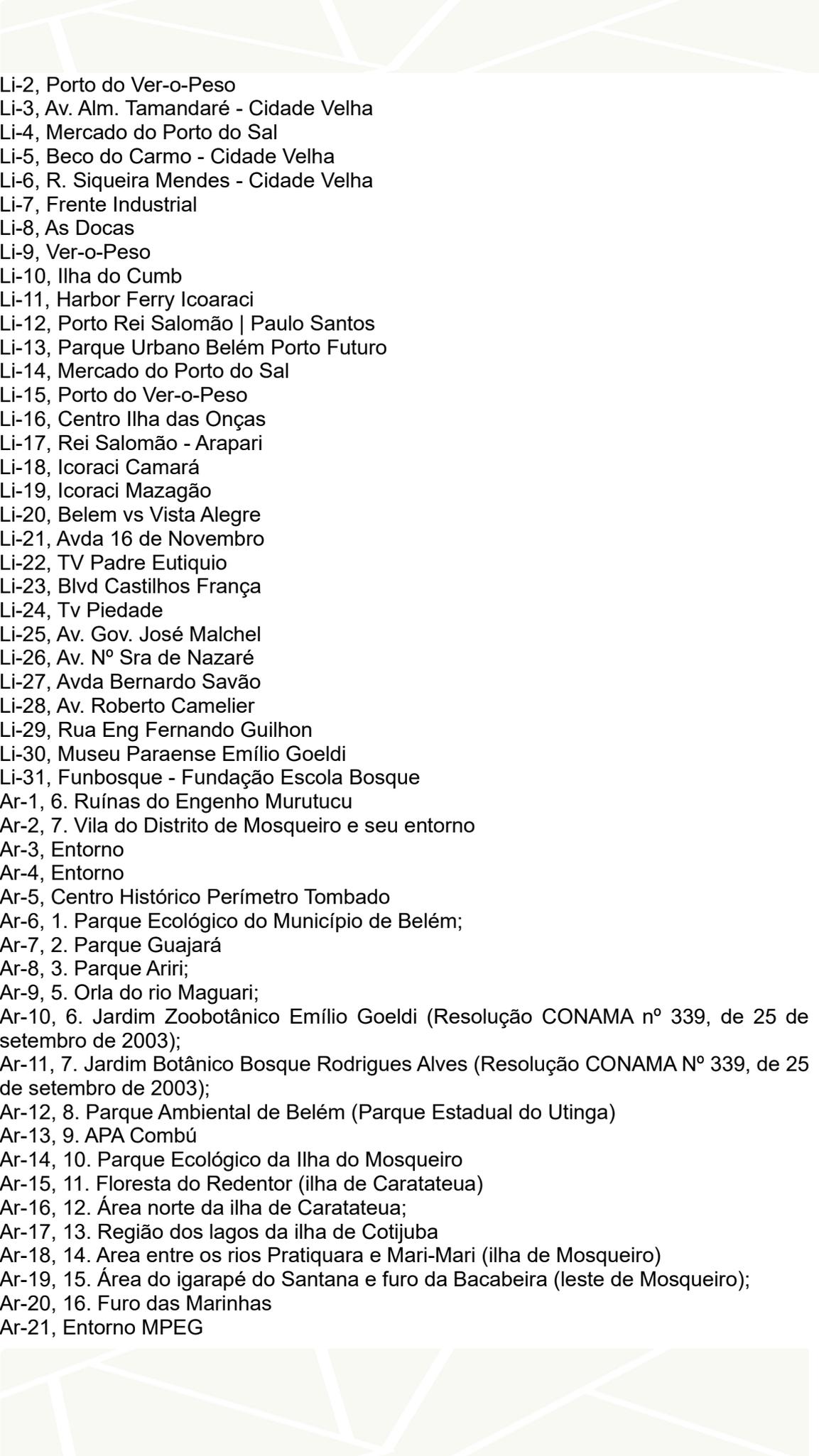
## 5. Índice das figuras e ilustrações

Figura 1. Estado dos biomas brasileiros que revela as transformações do território brasileiro por meio da ciência. Fonte: Plataforma MapBiomas, <a href="https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/">https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/</a> .....	12
Figura 2. Conferência de abertura do Seminário com o tema “Belém Paisagem Cultural: desafios para uma cidade na Amazônia” ministrada pela Profa Roseane Norat com a mediação da Profa Thais Sanjad, no dia 14/04/2023 .....	14
Figura 3. Conferência “Paisagem e Território: Projetos e estratégias para uma nova cidade, Belém do Pará sec. XXI” ministrada pelo Arquiteto Antonio Hoyuela Jayo (TERYSOS, Consultor UNESCO) e mediada pelo Arquiteto Alexandre Loureiro no dia 14/04/2023 .....	15
Figura 4. Conferência “A Paisagem Cultural e o Protagonismo do Centro Histórico: da identidade ao ordenamento territorial” ministrada pelo Arquiteto Antonio Miguel Sousa (Consultor UNESCO) e mediada pela Profa Flávia Palácios no dia 14/04/2023 .....	16
Figura 5. Conferência “Sustentabilidade e Patrimônio Cultural” ministrada pelo Arquiteto Roberto Toner (UFSC) e mediada pela Profa Gisa Bassalo no dia 15/04/2023 .....	17
Figura 6. Fechamento dos trabalhos do “Seminário Belém Paisagem Cultural: Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável” .....	18
Figura 7. Mesa de abertura do “Seminário Belém Paisagem Cultural: Estratégias para uma cidade verde, inclusiva e sustentável” .....	21
Figura 8. Perfis estruturantes que resultaram nos eixos temáticos para as discussões dos Grupos de Trabalho .....	22
Figura 9. Foto de grupo dos participantes no Seminário Internacional .....	22
Figura 10. Reunião do GT Paisagem Cultural e Sustentabilidade .....	23
Figura 11. Reunião do GT Infraestrutura e Mobilidade .....	24
Figura 12. O GT de Infraestrutura e Mobilidade .....	25
Figura 13. Reunião do GT Moradia e Territórios Vulneráveis .....	26
Figura 14. O GT Moradia e Territórios Vulneráveis .....	27
Figura 15. Reunião do GT Ordenamento Territorial .....	28
Figura 16. A cidade de Belém deve se reconectar com seu entorno, com o Rio, com as ilhas, com os povos originários, e com as comunidades vulneráveis, a cidade fluvial deve reforçar suas conexões e corredores verdes, ecológicos e azuis, se integrado de novo no sitio, na paisagem, e no território do delta do grande rio do Amazonas .....	29
Figura 17. A secretaria de Cultura do Estado de Pará fazendo a primeira apresentação no Seminário Internacional Belém Paisagem Cultural .....	32
Figura 18. O relatório ONU Hábitat, a Nova Agenda Urbana e a estratégia Ibero-Americana inspiram a nossa agenda urbana .....	34
Figura 19. Estratégia Ibero-Americana para a Cultura e o Desenvolvimento Sustentável, AECID, 2022 .....	36
Figura 20. Natureza e Cultura se encontram permanentemente na cidade de Belém construindo um verdadeiro patrimônio paisagístico, integrado e sustentável .....	39
Figura 21. A paisagem belenense se movimenta entre o rio, as orlas litorâneas, verdes ou construídas, e a metrópole que já supera os 2,5 milhões de habitantes .....	40
Figura 22. O Mercado do Ver-O-Peso integra o patrimônio material e imaterial, mas também o simbólico e o sensível, criando verdadeiras pontes entre cultura e natureza, entre as tradições indígenas e os diferentes povos que constroem o enorme quebra – cabeça de Belém de Pará .....	41
Figura 23. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas (UFPA) .....	43
Figura 24. Exposição do LACORE sobre Patrimônio do Mosteiro dos Mercedários durante o Seminário Internacional que mostra o carácter transdisciplinar deste laboratório da UFPA .....	45
Figura 25. Vitorias regias, amazônicas, no Museu Emilio Goeldi, como mostra da diversidade ecológica e ambiental da cidade e do conjunto .....	49
Figura 26. Eixos e subeixos propostos, e os pesos dominantes de suas dimensões social, económica, ambiental e tecnológica. Elaboração própria .....	53
Figura 27. Eixos estratégicos para uma Belém Paisagem Cultural, .....	54
Figura 28. Zoneamento e Zoneamento Especial no plano de Belém, com as ZEIS e ZEIAS estabelecidas .....	56
Figura 29. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS propostos pela ONU para 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgiram da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de setembro de 2000 .....	57
Figura 30. Nova Agenda Urbana ONU-Habitat .....	59
Figura 31. O marco Normativo deve considerar a escala arquitetônica, urbana, metropolitana e territorial e os níveis federal, estadual e municipal, mas também as políticas setoriais .....	60

Figura 32. Proposta do IPHAN para as normas de preservação do Conjunto Histórico de Belém e de seu entorno imediato. Fonte: IPHAN, Brasília. ....	61
Figura 33. O Parque de Utinga é uma ponte entre a cidade de Belém e o patrimônio natural amazônico. Fotografia: Antonio Hoyuela.....	65
Figura 34. Parque do Mangal das Garças, obra de Rosa Kliass, que expressa claramente a dimensão holística e transversal da paisagem, e a qualidade das paisagens belenenses e sua capacidade de integrar natureza e cultura, e transformá-las num patrimônio de interesse. ....	70
Figura 35. O Patrimônio Cultural, Natural e Paisagístico de Belém de Pará precisa de um processo de ressignificação e integração entre os valores materiais e imateriais. ....	73
Figura 36. Global and regional risks for increasing levels of global warming, ICCP2022. ....	74
Figura 37. Mancha de Inundação do Município de Belém. Fonte: Fernanda da Silva de Andrade Moreira, Gustavo Francesco de Moraes Dias, Maria Isabel Vitorino, Jéssica Cristina Conte da Silva. ....	75
Figura 38. Climate responses and adaptation options, organized by System Transitions and Representative Key Risks (RKR), are assessed for their multidimensional feasibility at global scale, in the near term and up to 1.5°C global warming. As literature above 1.5°C is limited, feasibility at higher levels of warming may change, which is currently not possible to assess robustly. Climate responses and adaptation options at global scale are drawn from a set of options assessed in AR6 that have robust evidence across the feasibility dimensions. This figure shows the six feasibility dimensions (economic, technological, institutional, social, environmental and geophysical) that are used to calculate the potential feasibility of climate responses and adaptation options, along with their synergies with mitigation. For potential feasibility and feasibility dimensions, the figure shows high, medium, or low feasibility. Synergies with mitigation are identified as high, medium, and low. Insufficient evidence is denoted by a dash. {CCB FEASIB, Table SMCCB FEASIB.1.1, SR1.5 4.SM.4.3}.....	77
Figura 39. Risco de alagamentos e enchentes na cidade de Belém e seu entorno imediato. Fonte: Talles Miranda, e Fernanda da Silva de Andrade Moreira, Gustavo Francesco de Moraes Dias, Maria Isabel Vitorino, Jéssica Cristina Conte da Silva.....	80
Figura 40. Riscos e Resiliência nas áreas centrais que explicam a exposição das áreas de interesse patrimonial e paisagístico. ....	81
Figura 41. A aninga açú é uma referência nos ecossistemas fluviais amazônicos, uma planta insuficiente estudada que acreditamos que ainda tem muito a nos ensinar, em termos de arquitetura, urbanismo, ecologia da paisagem, mas também fitoterapia, usos cosméticos, etc.....	83
Figura 42. A cidade deve reencontrar-se com o rio, conectando a natureza com a cultura, as tradições, a história e os lugares, mitos e representações que os identificam. ....	86
Figura 43. Uma proposta de urbanismo ecoeficiente a partir do Centro Histórico de Belém, CHB, que funciona como paradigma e coração de uma infraestrutura verde para o território. ....	88
Figura 44. Mapa temático de ações para o Eixo ECO5 – Ordenamento do Território. ....	92
Figura 45. A fábrica de EMBRAER da empresa Eve Air Mobility, chamados ‘eVTOLs’ (sigla em inglês para “veículo elétrico de pouso de decolagem vertical”), são conhecidos ‘como carros voadores’, será instalada em Taubaté, no interior de São Paulo. Devemos integrar esses novos métodos de transporte (brasileiros) nas nossas propostas porque será o transporte do futuro. ....	95
Figura 46. Mapa temático de ações para o Eixo ECO6 – Mobilidade Ecoeficiente .....	96
Figura 47. Centro de produção audiovisual equipado para atividades especiais. ....	99
Figura 48. Mapa temático de ações para o Eixo ECO7 – Equipamentos Sustentáveis.....	100
Figura 49. Mapa temático de ações para o Eixo ECO8 – Economia Verde e Ecologia. ....	105
Figura 50. Cirio de Nazare procession. Cheridan Sanders. Sunday, June 23, 2013 .....	110
Figura 51. Encuentro del Conocimiento en Belém. 20 a 23 de octubre de 2021, representantes de los pueblos de la selva amazónica. Fuente <a href="https://asambleamundialamazonia.org/">https://asambleamundialamazonia.org/</a> .....	111
Figura 52. Mapa temático de ações para o Eixo ECO9 – Sociedade em Rede.....	112
Figura 53. Mapa temático de ações para o Eixo ECO10 – Coesão e Participação. ....	115
Figura 54. Vista geral da proposta .....	117
Figura 55. Pag. A seguir, Vista geral das propostas de ações incluídas nos diferentes eixos e no contexto da região metropolitana e do território belenense (pag. 117).....	117
Figura 56. Resumo dos planos por eixos estratégicos (pag. 118). ....	119
Figura 57. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA). ....	124
Figura 58. ENACC, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (prorrogado até 2025), Portugal .....	125

## 6. Legenda dos mapas

- Po-1, Elaborar um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Belém Metropolitana
- Po-2, Forte do Presepio, candidato a Patrimônio Mundial
- Po-3, Praça D. Pedro II
- Po-4, Museu Paraense Emílio Goeldi
- Po-5, Mangal das Garças
- Po-6, Borboletário do Mangal das Garças
- Po-7, Plano de control de enchentes na Avda. Visconde de Souza Franco
- Po-8, Porto do Ver-o-Peso
- Po-9, Av. Alm. Tamandaré - Cidade Velha
- Po-10, Mercado do Porto do Sal
- Po-11, Beco do Carmo - Cidade Velha
- Po-12, R. Siqueira Mendes - Cidade Velha
- Po-13, Ilha de Mosqueiro
- Po-14, Ilhas a oeste do Município de Belém
- Po-15, Ilha do Combú
- Po-16, Ilha de Cotijuba
- Po-17, Ilha Arapiranga
- Po-18, Ilha Mucurás
- Po-19, Ilha do Forte da Barra
- Po-20, Ilha Paquetá-Açu
- Po-21, Ilha das Barreiras
- Po-22, Ilha Carnapijó
- Po-23, Ilha das Oncas
- Po-24, Ilha Nova
- Po-25, Ilha do Meio
- Po-26, Ilha do Cumb
- Po-27, Ilha do Forte da Barra
- Po-28, Harbor Ferry Icoaraci
- Po-29, Porto Rei Salomão | Paulo Santos
- Po-30, Porto de Barcarena
- Po-31, Porto de Belém
- Po-32, Porto Veneza
- Po-33, Parque Urbano Belém Porto Futuro
- Po-34, Mercado do Porto do Sal
- Po-35, Porto do Ver-o-Peso
- Po-36, Porto de Arapari
- Po-37, Porto da Balsa Manoel Barata
- Po-38, Estacionamentos Periféricos CHB, 01
- Po-39, Estacionamentos Periféricos CHB, 02
- Po-40, Estacionamentos Periféricos CHB, 03
- Po-41, Estacionamentos Periféricos CHB, 04
- Po-42, Estacionamentos Periféricos CHB, 05
- Po-43, Estacionamentos Periféricos CHB, 06
- Po-44, Museu Paraense Emílio Goeldi
- Po-45, Funbosque - Fundação Escola Bosque
- Po-46, Docas
- Po-47, Convento de Nossa Senhora das Mercés
- Po-48, Descarte Recicla Pará
- Po-49, Antigo Aterro Sanitário (DESATIVADO)
- Po-50, Aeroporto Internacional
- Li-1, Museu Paraense Emílio Goeldi



Li-2, Porto do Ver-o-Peso  
Li-3, Av. Alm. Tamandaré - Cidade Velha  
Li-4, Mercado do Porto do Sal  
Li-5, Beco do Carmo - Cidade Velha  
Li-6, R. Siqueira Mendes - Cidade Velha  
Li-7, Frente Industrial  
Li-8, As Docas  
Li-9, Ver-o-Peso  
Li-10, Ilha do Cumb  
Li-11, Harbor Ferry Icoaraci  
Li-12, Porto Rei Salomão | Paulo Santos  
Li-13, Parque Urbano Belém Porto Futuro  
Li-14, Mercado do Porto do Sal  
Li-15, Porto do Ver-o-Peso  
Li-16, Centro Ilha das Onças  
Li-17, Rei Salomão - Arapari  
Li-18, Icoraci Camará  
Li-19, Icoraci Mazagão  
Li-20, Belem vs Vista Alegre  
Li-21, Avda 16 de Novembro  
Li-22, TV Padre Eutiquio  
Li-23, Blvd Castilhos França  
Li-24, Tv Piedade  
Li-25, Av. Gov. José Malchel  
Li-26, Av. Nº Sra de Nazaré  
Li-27, Avda Bernardo Savão  
Li-28, Av. Roberto Camelier  
Li-29, Rua Eng Fernando Guilhon  
Li-30, Museu Paraense Emílio Goeldi  
Li-31, Funbosque - Fundação Escola Bosque  
Ar-1, 6. Ruínas do Engenho Murutucu  
Ar-2, 7. Vila do Distrito de Mosqueiro e seu entorno  
Ar-3, Entorno  
Ar-4, Entorno  
Ar-5, Centro Histórico Perímetro Tombado  
Ar-6, 1. Parque Ecológico do Município de Belém;  
Ar-7, 2. Parque Guajará  
Ar-8, 3. Parque Ariri;  
Ar-9, 5. Orla do rio Maguari;  
Ar-10, 6. Jardim Zoobotânico Emílio Goeldi (Resolução CONAMA nº 339, de 25 de setembro de 2003);  
Ar-11, 7. Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves (Resolução CONAMA Nº 339, de 25 de setembro de 2003);  
Ar-12, 8. Parque Ambiental de Belém (Parque Estadual do Utinga)  
Ar-13, 9. APA Combú  
Ar-14, 10. Parque Ecológico da Ilha do Mosqueiro  
Ar-15, 11. Floresta do Redentor (ilha de Caratateua)  
Ar-16, 12. Área norte da ilha de Caratateua;  
Ar-17, 13. Região dos lagos da ilha de Cotijuba  
Ar-18, 14. Área entre os rios Pratiçara e Mari-Mari (ilha de Mosqueiro)  
Ar-19, 15. Área do igarapé do Santana e furo da Bacabeira (leste de Mosqueiro);  
Ar-20, 16. Furo das Marinhas  
Ar-21, Entorno MPEG



Ar-22, Enchentes (Risco Baixo, Médio e Alto)  
Ar-23, Monitoramento e segurança urbana (WI-FI)  
Ar-24, Monitoramento e segurança urbana (WI-FI)  
Ar-25, Integração das bacias e áreas de influência de rios, igarapes e igapós  
Ar-26, 13. Região dos lagos da ilha de Cotijuba  
Ar-27, 9. APA Combú  
Ar-28, Ilha Sentinela do Norte  
Ar-29, Orla norte de Mosqueiro (Mangueiras, Mururiba, Carananduba, Paraíso, Baía do Sol...)  
Ar-30, Aeroporto Internacional de Belém  
Ar-31, Centro Histórico, Mobilidade Sustentável  
Ar-32, Centro Histórico, Mobilidade Sustentável  
Ar-33, Parque da Cidade  
Ar-34, Campus da Universidade Federal de Pará  
Ar-35, Orla norte de Mosqueiro (Mangueiras, Mururiba, Carananduba, Paraíso, Baía do Sol...)  
Ar-36, Cruzeiro (Icoraci)  
Ar-37, Cotijuba, Centro  
Ar-38, Desenvolvimento da SI no CHB  
Ar-39, Desenvolvimento da SI no CHB  
Ar-40, Cogovernança, educação, cultura e participação no CHB  
Ar-41, Cogovernança, educação, cultura e participação no CHB  
Ar-42, Polígono sin título  
Ar-43, Perímetro Tombado  
Ar-44, Entorno  
Ar-45, Entorno  
Ar-46, Tombamento MPEG  
Ar-47, Entorno MPEG  
Ar-48, Perímetro Tombado, avda Nazare  
Ar-49, Tombamento, avda Nazare  
Ar-50, Perímetro Tombado  
Ar-51, Tombamento, avda Jose Malcher  
Ar-52, Tombamento, avda Jose Malcher  
Ar-53, Centro Histórico como Polo de Inovação  
Ar-54, Ilha da inovação, Cotijuba  
Ar-55, Ilha da inovação, Outeiro



## Bibliografia

- Adams, B., Bahia Schlee, M., Bello Figueiredo, V. G., Cury, I., Hoyuela Jayo, J. A., Lage, L. B., . . . Winter Ribeiro, R. (2021). Contributions to the debate on the revision of the concept of cultural landscape: ICOMOS BRAZIL's National Scientific Committee. Em E. B. Brabec, *Looking Back Looking Forward: ISCCL 50th Anniversary Symposium, December 2 and 3*. Amherst: International Scientific Committee on Cultural Landscapes (ISCCL), of ICOMOS and IFLA and University of Massachusetts Amherst. doi:<https://doi.org/10.7275/pjwe-hs62>
- Adams, B., Bahia Schlee, M., Cury, I., & Hoyuela Jayo, J. A. (2021). Cidades e vilas históricas brasileiras, patrimônio cultural, riscos e resiliências, na alvorada do século XXI. Em I. Brasil, *Patrimônio em Crise*. Belo Horizonte: ICOMOS Brasil & IEDS.
- Araújo, R. M. (1998). *As Cidades da Amazônia no Século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Lisboa: FAUP Publicações.
- Araújo, R. M. (1998). *As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Lisboa: FAUP Publicações.
- Bello Figueiredo, V. G. (2013). O Patrimônio e as Paisagens: novos conceitos para velhas concepções? *Paisagem e ambiente: ensaios (São Paulo)*, 83-118.
- Braga, T. (1905). *Fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará*. Belém: Prefeitura de Belém.
- Castriota, L. B. (2007 b). Modelos Cambiantes: Planejamento, Gestão e Organização do Espaço Urbano. Em ANPGPPUR, *XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém de Pará: Universidade Federal de Pará.
- Cobos Guerra, F. (2007). Los ingenieros y las escuelas de fortificación europeas y su influencia en América. Em J. A. Hoyuela Jayo, & M. C. Teixeira, *URBS IBEROAMERICANA, Memoria, Territorio, Lugar y Artificio de las ciudades castellanas y portuguesas entre los tratados de Tordesillas (1494) y San Ildefonso (1777)*. Valladolid: Giroestudio y Terysos.
- Cobos Guerra, F., & Hoyuela Jayo, J. A. (2005). Metodología de Estudio e intervención del Plan Director de las Fortalezas Fronterizas del Bajo Miño. Em *Actas del tercer congreso de castillología ibérica*. Guadalajara: AEAC, Asociación Española de Amigos de los Castillos.
- Cobos Guerra, F., Garrido, X., & Hoyuela Jayo, J. A. (2006). *Descubrir a historia. Plan Director das fortalezas transfronteirizas do Baixo Miño*. A Coruña: Xunta de Galicia.
- Cruz, E. (1973). *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará.
- Cury, I., & Hoyuela Jayo, J. A. (2018). As paisagens cariocas no âmbito dos tombamentos federais: propostas para seu ordenamento e gestão. *Anais do 5º colóquio ibero americano da paisagem cultural: patrimônio e projeto*. Belo Horizonte: PPG-ACPS (UFMG) e IEDS, IPHAN e ICOMOS Brasil.
- Cury, I., & Hoyuela Jayo, J. A. (2018). Monitoramento das Paisagens Cariocas. *Anais do 5º colóquio ibero-americano da paisagem cultural: patrimônio e projeto*. Belo Horizonte: PPG-ACPS (UFMG) e IEDS, IPHAN e ICOMOS Brasil. Fonte: [https://issuu.com/antoniohoyuelajayo3/docs/monitoramento\\_das\\_paisagens\\_cariocas\\_i\\_sabelle\\_cury](https://issuu.com/antoniohoyuelajayo3/docs/monitoramento_das_paisagens_cariocas_i_sabelle_cury)
- Cury, I., & Hoyuela Jayo, J. A. (2020). *Os morros no Rio de Janeiro: da proteção geomorfológica a proteção paisagística, integrando natureza e cultura*. Rio de Janeiro: IPHAN, projeto

- de Andrade Moreira, F. d., de Moraes Dias, G. F., Vitorino, M. I., & Conte da Silva, J. C. (2019). Efeitos da precipitação e topografia para o risco de inundações na cidade de Belém-PA. *Revista Brasileira de Geografia Física* v.12, n.07, 2716-2728. Fonte: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe>
- De Las Rivas Sanz, J. L., Castrillo Romón, M. Á., Hoyuela Jayo, A., Peiret I Carrera, A., Santos y Ganges, L., & Vázquez Justel, G. (1998). *Avance de Directrices de Ordenación Territorial de Valladolid y Entorno. DOTVAENT*. Valladolid: Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio, JCYL. Fonte: <https://iuu.uva.es/publicaciones/otras-publicaciones/avance-dotvaent-directrices-de-ordenacion-territorial-de-valladolid-y-entorno/>
- De las Rivas Sanz, J. L., Santos y Ganges, L., & Hoyuela Jayo, J. A. (2005). *DOTSE, Directrices de Ordenación de Ámbito Subregional de Segovia y Entorno*. Valladolid: Consejería de Fomento, Junta de Castilla y León.
- De las Rivas Sanz, J. L., Santos y Ganjes, L., Hoyuela Jayo, J. A., Domingo Vaquero, M., & Rodrigo González, E. (2007). *Territorios de Encrucijada. Pensando el Área Funcional de Zamora*. Valladolid: Consejería de Fomento, Junta de Castilla y León.
- De Moura Delphim, C. F. (2004). *Estudo sobre o Patrimônio Natural Brasileiro dentro do IPHAN*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Fernandes Duarte, C. (2000). São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia do período filipino. Em aavv, *Oceanos nº 41: A construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand.
- García García, M. (2017). *Hacia la metamorfosis sintética de la costa. Diseñando paisajes resilientes*. Madrid: Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid.
- Gergel, S. E., & Turner, M. G. (2015). *Learning Landscape Ecology. A practical guide to concepts and techniques (2º ed.)*. Nairobi.
- Horta Ribeiro Antunes, I. M., Durães Albuquerque, M. T., Hoyuela Jayo, J. A., Fidalgo de Oliveira, S., Martins Roque, N., Magro Seco, M. d., & Alonso, L. (2013). Risco e vulnerabilidades na bacia do Rio Águeda. Em F. (. Campos Sánchez-Bordona, *Cuenca del río Águeda: un territorio para dos países* (pp. 65-92). Salamanca.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2002). The role of technologies of the information and the communication in the sustainable planning. Em *The Sustainable City II*. Segovia: WIT Press.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2003). Directrices de Ordenación del Territorio de la Provincia de Salamanca: DOTAPSA. Em C. 2003, *CIOT 2003. IV Congreso Internacional de Ordenación del Territorio, Nuevos Espacios para Nuevos Territorios*. Zaragoza: Fundicot, Gobierno de Aragón.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2003). Sistemas para la gestión y construcción de carreteras provinciales en el siglo XXI: un ejemplo, Badajoz. Em *Jornadas sobre "Carreteras: Orígenes, situación actual y perspectivas de futuro"*. Badajoz: Diputación de Badajoz.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2006). *La equidistribución (perecução) a través del planeamiento y la gestión urbanística en España, una visión histórica aplicada*. Parque Expo, Lisboa: DGOTU, Gobierno de Portugal & Parque Expo.

- 
- Hoyuela Jayo, J. A. (2006). URBS IBEROAMERICANA, Memoria, Territorio, Lugar y Artificio de las ciudades iberoamericanas entre los tratados de Tordesillas (1494) y San Ildefonso (1777). Em A. 2006, *Actas del V Congreso Internacional "Restaurar la memoria. Patrimonio y Territorio"*. Valladolid: Junta de Castilla y León, AR&PA.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2007 a). La deconstrucción de las fronteras de Brasil: de Tordesillas a San Ildefonso (1498-1777). Em L. López Trigal, *Fronteras europeas y latinoamericanas: de la geohistoria y los conflictos a los procesos de cooperación e integración*. León: Secretariado de Publicaciones, Universidad de León.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2007). Brasil, una construcción hispánica. Em J. A. Hoyuela Jayo, & M. C. Teixeira, *URBS IBEROAMERICANA, Memoria, Territorio, Lugar y Artificio de las ciudades castellanas y portuguesas entre los tratados de Tordesillas (1494) y San Ildefonso (1777)*. Giroestudio y Terysos.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2008). Patrimonio y Paisaje, paradigmas para el análisis, ordenación y gestión del territorio mediante las tecnologías cartográficas digitales. Em UIMP, *Tecnologías de la información y la Comunicación aplicadas a la difusión y conocimiento del Patrimonio*. Cuenca: UIMP & GCPHE (Grupo de Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España).
- Hoyuela Jayo, J. A. (2009). *Estrategia Regional de los Caminos a Santiago por Castilla y León*. Valladolid: Junta de Castilla y León .
- Hoyuela Jayo, J. A. (2011 a). La deconstrucción de las fronteras de Brasil. Em *CEAMA n 8*. Almeida (Portugal): CEAMA.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2011). *Paisaje, desarrollo sostenible y planificación territorial*. Belo Horizonte: TERYSOS do Brasil, Ltda. Fonte: [https://www.academia.edu/24124347/Paisaje\\_desarrollo\\_sostenible\\_y\\_planificaci%C3%B3n\\_territorial](https://www.academia.edu/24124347/Paisaje_desarrollo_sostenible_y_planificaci%C3%B3n_territorial)
- Hoyuela Jayo, J. A. (2013). *O papel da paisagem no desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte: Observatorio da Diversidade Cultural (Web).
- Hoyuela Jayo, J. A. (2014 a). Sistemas Territoriales Patrimoniales (STP): Paisajes Sustentables. Casos: Fortalezas del Miño, Camiños a Santiago, Urbs Iberoamericana. Em R. Tonera, *Seminario Internacional sobre el Plano Diretor das fortificações de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, Universidad Federal de Santa Catarina.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2014 b). Planes Directores para STP: entre los planes de gestión de la UNESCO y los planes de acción del IPHAN. Casos: Ouro Preto, Parque Municipal Américo Rennê Giannet, de las Fortificaciones del Miño. Em R. Tonera, *Seminario Internacional sobre o Plano Diretor das fortificações de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2014 c). Paisagem como lugar versus Planejamento Sustentável. Em *Actas en internet del 3º Coloquio Ibero Americano "Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto"*. Belo Horizonte: UFMG.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2015 c). *HISPANICA URBS BRASILIARUM: El papel de la Unión Ibérica en la construcción histórica del territorio en los Brasiles (inédita)*. Valladolid: Tesis en Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Valladolid.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2015 f). O Brasil Hispânico: Fontes para análise do território, da memória e da paisagem do período da união ibérica. Em L. (. Barci Castriota, *Anais do 4º Seminário Ibero-americano: Arquitetura e documentação*. Belo Horizonte: UFMG, MACPS; ICOMOS Brasil; IEDS.
- 

- 
- Hoyuela Jayo, J. A. (2015). *Fortificações no Brasil Colonial. Elementos e técnicas constructivas (inédito)*. Belo Horizonte: Trabalho fim de curso da disciplina de Técnicas retrospectivas, UFMG.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2015 g). *Mapa Histórico Digital da Cidade de Belo Horizonte*. (TERYSOS do Brasil, Ltda) Acesso em 2015, disponível em MHDBH: <https://www.terysos.com/mapahistoricodigitalbh>
- Hoyuela Jayo, J. A. (2015). *Normativa Urbanística del Plan Especial de Casco Histórico*. Montealegre de Campos: Ayuntamiento de Montealegre de Campos (TERYSOS).
- Hoyuela Jayo, J. A. (2015). *O Papel dos Jesuítas no Brasil Colônia desde a perspectiva territorial, urbanística e arquitetônica: arte, cultura e espírito (inédito)*. Belo Horizonte (Professor pela UFMG: Andre D'Angelo): Trabalho de fim de curso de Historia da Arte e da Arquitetura brasileira, FAU, UFMG.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2015). Plano Diretor do Parque Américo Renê Giannetti. *Curso de Pós – Graduação “Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Arquitetura, Programa de Mestrado.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2015). *Plano Diretor do Parque Municipal Américo Renné Giannetti*. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, Prefeitura de Belo Horizonte.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2016 b). El Plan Director del Parque Municipal como modelo de planificación sostenible del paisaje en el corazón de la ciudad de Belo Horizonte. Em A. FUNDICOT, *VIII Congreso Internacional de Ordenación del Territorio. "Nuevos tiempos, nuevos objetivos"* (pp. 508-528). Madrid: Asociación Interprofesional de Ordenación del Territorio. FUNDICOT.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2016 b). Infraestrutura Verde: Novo Paradigma para O Século XXI? *Parque Ibirapuera Conservação*. Fonte: <http://parqueibirapuera.org/infraestrutura-verde-novo-modelo-para-o-seculo-xxi/>
- Hoyuela Jayo, J. A. (2016). Lugares da realidade e da utopia na cidade de Belo Horizonte. Em G. Maciel Araujo, & T. Domingues Carvalho, *A Casa em debate: caderno de Textos 2016*. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura. Casa do Baile. Fonte: [https://issuu.com/antoniohoyuelajayo/docs/caderno\\_web\\_paisagens\\_do\\_futuro\\_pam](https://issuu.com/antoniohoyuelajayo/docs/caderno_web_paisagens_do_futuro_pam)
- Hoyuela Jayo, J. A. (2017). A paisagem como instrumento para um planejamento sustentável: uma visão dialética entre Europa e o Brasil. Em M. L. OLIVEIRA, M. M. CUSTÓDIO, & C. C. LIMA, *Direito e paisagem: a afirmação de um direito fundamental individual e difuso* (pp. 39-77). Belo Horizonte: Editora D'Plácido.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2017). Evolução e inovação urbana nos brasis durante o império hispânico, 1580 / 1640. Em AA.VV., *Anais do encontro de ICOMOS 2017: O ESTADO DA ARTE DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL* (pp. 1949-1974). Belo Horizonte: ICOMOS Brasil. Fonte: <https://www.even3.com.br/anais/eventosicomos/98108-evolucao-e-innovacao-urbana-nos-brasis-durante-o-imperio-hispanico-1580---1640/>
- Hoyuela Jayo, J. A. (2017). Produto 1: Plano de Trabalho projeto PRODOC Rio de Janeiro. Em J. A. Hoyuela Jayo, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 1/2017 IPHAN (SA-1949/2017) – UNESCO (573382)*. Rio de Janeiro: UNESCO & IPHAN.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2017). Produto 2: Análise Normativo das portarias de Jacarepaguá, Jardim Botânico, Joia-Joatinga e entorno da Floresta da Tijuca e Florestas de Proteção e Paisagens Cariocas. Em J. A. Hoyuela Jayo, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada*
- 



do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 1/2017 IPHAN (SA-1949/2017) – UNESCO (573382). Rio de Janeiro: UNESCO & IPHAN.

Hoyuela Jayo, J. A. (2018 a). Produto 3: Metodologia de abordagem. As paisagens cariocas e as portarias federais. Em Projeto PRODOC. *Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 1/2017 IPHAN (SA-1949/2017) – UNESCO (573382)*. Rio de Janeiro: UNESCO & IPHAN.

Hoyuela Jayo, J. A. (2018 b). Produto 4: Ações estratégicas de pactuação e diretrizes de preservação. Em J. A. Hoyuela Jayo, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 1/2017 IPHAN (SA-1949/2017) – UNESCO (573382)*. Rio de Janeiro: UNESCO & IPHAN.

Hoyuela Jayo, J. A. (2018 c). Produto 5: Diretrizes de preservação e critérios de intervenção. Em J. A. Hoyuela Jayo, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 1/2017 IPHAN (SA-1949/2017) – UNESCO (573382)*. Rio de Janeiro: UNESCO & IPHAN.

Hoyuela Jayo, J. A. (2018). *Não há boa concessão de parques sem um bom Plano Diretor*. São Paulo: Revista Ibirapuera, PIC. Fonte: <https://parqueibirapuera.org/nao-ha-boa-concessao-de-parques-sem-um-bom-plano-diretor/>

Hoyuela Jayo, J. A. (2018). *Valladolid Cuna del Estado Moderno. Propuesta declaración Patrimonio de la Humanidad*. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid. Fonte: [https://issuu.com/antoniohoyuelajayo/docs/propuesta\\_corta\\_de\\_12\\_pag\\_valladoli](https://issuu.com/antoniohoyuelajayo/docs/propuesta_corta_de_12_pag_valladoli)

Hoyuela Jayo, J. A. (2019). *A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Subsídios para a integração da Paisagem e do Território na normatização e na gestão do Patrimônio Cultural brasileiros*. Rio de Janeiro: IPHAN, grupo de trabalho da Chancela Cultural brasileira.

Hoyuela Jayo, J. A. (2019 b). Produto 02.2019. Caderno 04. Normativa, tombamentos, portarias e planos de ação. Em J. A. Hoyuela Jayo, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 3/2019 IPHAN (SA-739/2019) – UNESCO (573382)*. Rio de Janeiro: UNESCO & IPHAN.

Hoyuela Jayo, J. A. (2019). O caso do uso da recomendação da Paisagem Histórica Urbana de UNESCO: Valladolid berço do Estado Moderno e capital do império hispânico. *Anais ICOMOS 2019*. Belo Horizonte: IEDS. Fonte: <https://www.even3.com.br/anais/iisimposioicomosbrasil/151479-o-caso-do-uso-da-recomendacao-da-paisagem-historica-urbana-de-unesco--valladolid-berco-do-estado-moderno-e-capita/>

Hoyuela Jayo, J. A. (2019). Os riscos derivados das mudanças climáticas no Rio de Janeiro, Patrimônio Mundial como paisagem cultural. *Anais de ICOMOS 2019*. Belo Horizonte: EIDS.

Hoyuela Jayo, J. A. (2019). Produto 01-2019. Caderno 02. Agentes e agendas para pactuação agosto 2019 v2. Em D. IPHAN, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 3/2019 IPHAN (SA-739/2019) – UNESCO (573382)*. Rio de Janeiro: UNESCO & IPHAN.

Hoyuela Jayo, J. A. (2019). Produto 02-2019. Caderno 01. Estratégia. Em J. A. Hoyuela Jayo, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 3/2019 IPHAN (SA-739/2019) – UNESCO (573382)*. Brasília - Rio de Janeiro: IPHAN, DEPAM.



- Hoyuela Jayo, J. A. (2019). Produto 02-2019. Caderno 02. Metodologia de Execução. Em J. A. Hoyuela Jayo, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 3/2019 IPHAN (SA-739/2019) – UNESCO (573382)*. Brasília - Rio de Janeiro: IPHAN, DEPAM.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2019). Produto 02-2019. Caderno 03. Instrumentos para o ordenamento e gestão das Paisagens Cariocas no contexto dos bens federais tombados. Em J. A. Hoyuela Jayo, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 3/2019 IPHAN (SA-739/2019) – UNESCO (573382)* (p. 350). Rio de Janeiro: IPHAN, DEPAM.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2019). Produto 02-2019. Caderno 05: Diretrizes de preservação e critérios de intervenção. Em J. A. Hoyuela Jayo, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 3/2019 IPHAN (SA-739/2019) – UNESCO (573382)* (p. 195). Rio de Janeiro: UNESCO, IPHAN.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2019). Produto 05-2019. Caderno 06. Memória informativa e justificativa. Em J. A. Hoyuela Jayo, *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 3/2019 IPHAN (SA-739/2019) - UNESCO (573382)*. Rio de Janeiro: IPHAN, DEPAM.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2020). A fortificação sistêmica do Atlântico no Brasil da União Ibérica. Em R. Bartholo, F. Ferreira de Mattos, & J. C. dos Santos Júnior, *Patrimônio cultural de origem militar contribuições do ICOFORT RIO 2017* (pp. 101-120). Rio de Janeiro: ICOFORT, ICOMOS.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2020). As paisagens da orla do Rio. *A ORLA DO RIO - A Construção do Espaço Público Emblemático da Cidade* (. Rio de Janeiro: INEPAC.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2021). Cristo Redentor e Cristo do Outeiro, o patrimônio cultural desde a perspectiva da paisagem. Em F. Braga, & R. de Andrade, *Lote e quadra, cidade e território: espaços livres, redes ecológicas e direito à paisagem (Caderno de resumos)* (pp. 216-228). Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas. doi:ISBN: 978-85-69970-03-3
- Hoyuela Jayo, J. A. (2021). *Memoria justificativa del Plan Director de los Cerros del Otero y San Juanillo*. Palencia: Ayuntamiento de Palencia. Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1PltgYLsgDzeqg1XTSIF6ZYVW3rPnfYn8/view?usp=sharing>
- Hoyuela Jayo, J. A. (2021). O Parque Municipal Américo Rennê Giannetti, como coração verde na cidade de Belo Horizonte do século XXI. Em C. Maria Magalhães, & R. de Andrade, *Patrimônios paisagísticos e jardins em Minas Gerais sob a ótica da ecologia da paisagem* (p. Video e livro). Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas. Fonte: ISBN: 978-65-87833-41-5
- Hoyuela Jayo, J. A. (2021). O uso da recomendação da paisagem histórica urbana de UNESCO: Valladolid berço do estado moderno, e capital do império hispânico. *FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído E Patrimônio Sustentável*, 11(2). Fonte: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34084>
- Hoyuela Jayo, J. A. (2021). Planning and Management of Complex Landscapes. The Case of Rio de Janeiro, Carioca Landscapes. Em E. Brabec, B. Adams, & H. (. Laleh, *Looking Back Looking Forward: ISCCCL 50th Anniversary Symposium, December 2 and 3*. Amherst: International Scientific Committee on Cultural Landscapes (ISCCCL), of ICOMOS and IFLA and University of Massachusetts Amherst. doi:<https://doi.org/10.7275/79x7-7a96>
- Hoyuela Jayo, J. A. (Diciembre de 2021b). *Video: Planning and Management of Complex Landscapes: The case of Rio de Janeiro, the Carioca Landscapes*. Fonte: 50th ISCCCL

Annual Symposium Proceedings and Scientific Papers. Case studies:  
[https://scholarworks.umass.edu/icomos\\_isccl/2021symposium/posters/3/](https://scholarworks.umass.edu/icomos_isccl/2021symposium/posters/3/)

- Hoyuela Jayo, J. A. (03 de 10 de 2022). *I ENCUENTRO INTERNACIONAL PAISAJES CULTURALES URBANOS Y PATRIMONIO MUNDIAL, Paisajes en la ciudad: lugares de memoria, oportunidades de futuro*. Fonte: Rio de Janeiro Paisajes Cariocas, entre la montaña y el mar. Paisaje Cultural Urbano Complejo: <https://www.youtube.com/watch?v=uyhXr180OX4>
- Hoyuela Jayo, J. A. (2022). Patrimônio Cultural e (ou é) Paisagem? (I. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Ed.) *Revista Oculo nº5, IEPHA, Minas Gerais*(issn 2526-3404), 40-57. Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/publicacoes/revista-oculo/Publication/119-Revista-Oculo-N05---2022>
- Hoyuela Jayo, J. A. (5 al 9 de diciembre de 2022). *Proyecto de restauración del Museu Nacional, Rio de Janeiro y Casarón de Santa Lucia, Belo Horizonte*. Fonte: ISCCL IFLA ICOMOS BRASIL: Canal Paisaje, Antonio Hoyuela: <https://youtu.be/8a9Rr95ku04>
- Hoyuela Jayo, J. A. (05 de diciembre de 2022). *Reconectando los Paisajes Cariocas (es), reconectando as paisagens cariocas ICOMOS Brasil 2022*. Fonte: ISCCL IFLA ICOMOS BRASIL: Canal Paisaje, Antonio Hoyuela: <https://www.youtube.com/watch?v=v810VIKjbig&t=1s>
- Hoyuela Jayo, J. A. (03 de octubre de 2022). *Rio de Janeiro, paisajes cariocas, entre la montaña y el mar / paisaje cultural complejo*. Fonte: ISCCL IFLA ICOMOS BRASIL: Canal Paisaje Antonio Hoyuela: <https://youtu.be/uyhXr180OX4>
- Hoyuela Jayo, J. A., & Barradas, N. (2020). Narrativas e Sistemas Territoriais desde a Perspectiva da Paisagem Cultural. Em AAVV, *Anais do 4º Simposio Científico 2020, ICOMOS Brasil; 1º Simposio Científico Internacional ICOMOS / LAC: O estado da arte do Patrimônio. Subtema 3: Patrimônio Urbano, Paisagens Culturais e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: ICOMOS Brasil, IEDS. Fonte: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34330>
- Hoyuela Jayo, J. A., & Cobos Guerra, F. (2010). Plano Director das fortalezas Transfronteiras do Baixo Minho. Em *CEAMA, Centro de Estudos de Arquitetura Militar de Almeida, n 5*. Almeida (Portugal): CEAMA.
- Hoyuela Jayo, J. A., & De Moura Delphim, C. F. (2021). *Estrategia de Restauo para os jardins do Museu Nacional na Quinta da Boa Vista, palácio de São Cristóvão, RJ*. Rio de Janeiro, Lavras e Valladolid: EMBYÁ (projeto de restauro do Museu Nacional, RJ).
- Hoyuela Jayo, J. A., & Fragooso, M. M. (14 de 01 de 2023). TERRITÓRIOS E PAISAGENS BENEDITINAS NO RIO DE JANEIRO. *Revista FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído E Patrimônio Sustentável, 12(1)*. Fonte: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/42354>
- Hoyuela Jayo, J. A., & Maia Fragooso, M. (2020). A paisagem beneditina no Brasil, uma obra de arte total. *Anais do 4º Simposio Científico 2020, ICOMOS Brasil, 1º Simposio Científico Internacional ICOMOS/LAC: O estado da arte do Patrimônio*. Rio de Janeiro: ICOMOS Brasil, IEDS.
- Hoyuela Jayo, J. A., & Mesquista, Y. (2015 b). Um plano diretor para o Parque Municipal: patrimônio cultural e ambiental da cidade de BH. Em *VII Mestres e Conselheiros (actas)*. Belo Horizonte: UFMG.

- Hoyuela Jayo, J. A., & Teixeira, M. C. (2007). *URBS IBEROAMERICANA, Memoria, Território, Lugar y Artificio de las ciudades castellanas y portuguesas entre los tratados de Tordesillas (1494) y San Ildefonso (1777)*. Valladolid, Valladolid, España: Giroestudio y Terysos.
- Hoyuela Jayo, J. A., Borsagli, A., & Mesquista, Y. (2015 f). Paisagem, Memoria e Utopia, durante o processo de construção da Nova Capital de Minas. Em P. I. UFMG, *Anais do 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, de 25 a 27 de novembro de 2015*. UFMG, PUC, IEDS.
- Hoyuela Jayo, J. A., Dos Santos, J. C., & Toner, R. (2015 a). Fortificações no Brasil: e seu futuro através do Planejamento Sustentável. Em *Anais do VII Congresso de Mestres e Conselheiros*. Belo Horizonte: UFMG.
- Hoyuela Jayo, J. A., Martínez Alegria, R., & Gómez Fernández, F. (2006). La integración de los riesgos naturales en la planificación territorial y urbanística. Em AA.VV., *XII CONGRESO IBEROAMERICANO DE URBANISMO: "Ecología y ciudad: buscando modelos urbanos más sostenibles"*. Salamanca: Junta de Castilla y León.
- Hoyuela Jayo, J. A., Papi de Guimaraens, D. T., Bartholomew Scott, J., Platais Brazil, B., & Veras Pereira, V. (2022). Laboratorio de Paisaje Verde / UNESCO (LAPALU, UFF). *Revista Latino-Americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade*, 3(11)(ISSN: 2675-7524), 1-17. doi:<https://doi.org/10.17271/rlas.v3i11.3383>
- Iniciativa Latinoamericana del Paisaje, LALI. (2020). *LALI, Iniciativa Latinoamericana del Paisaje*. Fonte: LALI Iniciativa: <https://www.lali-iniciativa.com/>
- INSPIRE, Thematic Working Group Protected sites. (2009). *D2.8.1.9 INSPIRE Data Specification on Protected Sites – Guidelines*. Ispra, Italia: INSPIRE Thematic Working Group Protected sites (IRC).
- IPHAN, DEPAM. (2018). *Política do Patrimônio Cultural Material (Portaria 375 de 19 de setembro de 2018)*. Brasília: IPHAN, Ministério de Cultura, Governo Federal. Fonte: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao\\_politica\\_do\\_patrimonio.pdf?fbclid=IwAR389Rdf2jX9uDr-nWs8zCJENJ0GXexldn8Sp7z2Ph9GwwU9-9PDBEFHugg](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf?fbclid=IwAR389Rdf2jX9uDr-nWs8zCJENJ0GXexldn8Sp7z2Ph9GwwU9-9PDBEFHugg)
- IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2019). *Proposta de revisão da Chancela da Paisagem Cultural brasileira*. Brasília: DEPAM, IPHAN.
- Justo Guedes, M. (1976). *Aspectos náuticos da viagem de Pedro Teixeira*. Belém: Conselho Estadual de Cultura.
- Meira Filho, A. (1976). *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história*. Belém: Grafisa.
- Ministério do Meio Ambiente, MMA. (2008). *Plano Nacional sobre Mudança do Clima*. Brasília: Governo do Brasil. Fonte: <https://antigo.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/plano-nacional-sobre-mudanca-do-clima.html>
- Ministerio do Meio Ambiente, MMA. (2016). *Plano nacional de adaptação á Mudança do Clima*. Brasília: Grupo de Trabalho em Adaptação à Mudança do Clima, MMA.
- Monteiro Baena, A. L. (1969 (1ª ed. 1838)). *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém de Pará: Universidade Federal do Pará.
- Monteiro Baena, A. L. (1969 (1ª ed. 1838)). *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém de Pará: Universidade Federal do Pará.

- Nogueira do Carmo, L., & Hoyuela Jayo, J. A. (2014). *Normas para o Plano Diretor do Parque Municipal Américo Rennê Giannetti*. Belo Horizonte: TERYSOS DO BRASIL, Ltda.
- Norat, R. d., & Da Costa, M. L. (2015). Arenito Ferruginizado da Fortaleza São José de Macapá. *Boletim do Museu de Geociências da Amazônia/BOGEAM, Ano 2 (2015)*, 22-23. Fonte: <http://gmga.com.br/18-o-arenito-ferruginizado-da-fortaleza-sao-jose-de-macapa/>
- Norat, R. d., & Da Costa, M. L. (2016). Ilhas e fortes da Baía do Guajará: a Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém do Pará, Brasil. *Boletim do Museu de Geociências da Amazônia, BOMGEAM*, 13-15. Fonte: <http://gmga.com.br/ilhas-e-fortes-da-baia-do-gujara-a-fortaleza-de-nossa-senhora-das-merces-da-barra-de-belem-do-para-brasil/>
- Norat, R. d., & Da Costa, M. L. (2018). As fortificações da Amazônia: novas fronteiras e desafios. *O Patrimônio do Norte: outros olhares para a gestão. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 38 (1)*, 125-143. Fonte: <http://gmga.com.br/18-o-arenito-ferruginizado-da-fortaleza-sao-jose-de-macapa/>
- Norat, R. d., & Da Costa, M. L. (2019). Caracterização de materiais e biodeterioração em fortificações da Amazônia. Em R. Bartholo, F. F. Mattos, & J. C. (Org.), *Patrimônio Cultural de Origem Militar. 1ed* (pp. 167-176). Rio de Janeiro: Florescer. Fonte: [https://www.academia.edu/444446569/Patrim%C3%B4nio\\_Cultural\\_de\\_Origem\\_Militar](https://www.academia.edu/444446569/Patrim%C3%B4nio_Cultural_de_Origem_Militar)
- Norat, R. d., & Da Costa, M. L. (2019). Characterization, usage and provenance of building rocks in the Fortress of São José of Macapá (Brazil). *Engineering Geology*, v. 253, 214-228. Fonte: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0013795218300206?via%3Dihub>
- Norat, R. d., & Da Costa, M. L. (2021). As Rochas como Materiais Construtivos nas Fortificações da Amazônia. Em E. (. Aparecida Del Lama, *Patrimônio em Pedra (1ª ed.)* (pp. 59-76). São Paulo: Instituto de Geociências da USP. Fonte: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/631>
- Norat, R. d., & Szlafstein, A. C. (2019). novas formas de apreensão do patrimônio militar: a modelagem digital como instrumento de conhecimento e difusão de ruínas ou fortificações desaparecidas. Em R. Bartholo, F. F. Mattos, & J. C. (Org.), *Patrimônio Cultural de Origem Militar. 1ed* (pp. 73-82). Rio de Janeiro: Florescer. Fonte: [https://www.academia.edu/444446569/Patrim%C3%B4nio\\_Cultural\\_de\\_Origem\\_Militar](https://www.academia.edu/444446569/Patrim%C3%B4nio_Cultural_de_Origem_Militar)
- Oliveira, J. L. (1968). Fortificações da Amazônia. Em C. (. ROCQUE, *Grande Enciclopédia da Amazônia (6 v.)*. Belém do Pará: Amazônia Editora Ltda.
- ONU Hábitat, Brasil. (2020). *Relatório Anual Brasil 2020: ONU Hábitat, por um futuro urbano melhor*. Rio de Janeiro: ONU Hábitat Brasil.
- Prefeitura de Belém de Pará. (1993). *Plano Diretor Lei nº 7.603 de 13 de janeiro de 1993*. Belém de Pará: Câmara Municipal.
- Ribeiro, N. d. (2006). *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa a soberania restrita*. Belém do Pará: EDUFPA.
- Secretaria General Iberoamericana, MAEC. (2022). *Estratégia Ibero-Americana para a Cultura e o Desenvolvimento Sustentável*. Madrid: Secretaria General Iberoamericana, AECID.
- Sousa, A. M. (2018). Entre a cidade ideal e a cidade real: desafios à gestão da preservação. Uma leitura sobre a elaboração da norma de preservação para Belém (PA). *Revista do patrimônio N° 38/2018*, 173-195.



UNESCO. (2011 b). *Recommendation on the historic urban landscape adopted by the General Conference at its 36th session (HUL)*. Paris: UNESCO.

UNESCO. (2011). Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana. Em UNESCO, *Resolução da Comissão CLT na 17ª reunião plenária, a 10 de novembro de 2011*. Paris: UNESCO. Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002150/215084e.pdf>

UNESCO. (2013). Mainstreaming of the methodological approach related to the Recommendation on the Historic Urban Landscape in the Operational Guidelines. *International World Heritage Expert Meeting Rio de Janeiro* (p. 18). Rio de Janeiro: UNESCO, World Heritage Centre.

UNESCO. (2021 en). *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO World Heritage Center. Fonte: <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>

UN-Habitat. (2015). *International guidelines on urban and territorial planning*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat).

Vieira, B. (1958, 2ª ed.). *O Forte do Castelo - sua breve história*. Belém: Imprensa oficial.





*Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas « nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades ». O progresso humano autêntico possui um carácter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e «ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado»...*

*“A par do património natural, encontra-se igualmente ameaçado um património histórico, artístico e cultural. Faz parte da identidade comum de um lugar, servindo de base para construir uma cidade habitável. Não se trata de destruir e criar cidades hipoteticamente mais ecológicas, onde nem sempre resulta desejável viver. É preciso integrar a história, a cultura e a arquitetura dum lugar, salvaguardando a sua identidade original. Por isso, a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo. Mais diretamente, pede que se preste atenção às culturas locais, quando se analisam questões relacionadas com o meio ambiente, fazendo dialogar com a linguagem técnico-científica com a linguagem popular. É a cultura – entendida não só como os monumentos do passado, mas especialmente no seu sentido vivo, dinâmico e participativo – que não se pode excluir na hora de repensar a relação do ser humano com o meio ambiente.”*

*(Franciscus, 2015, **encíclica ‘Laudato Si’**, encíclica da Terra, pág. Par 143)*



# Belém

PAISAGEM CULTURAL:  
ESTRATÉGIAS PARA UMA CIDADE VERDE,  
INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL

